

**UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA**

LÍDIA ALBINO

**A RELAÇÃO DA HIDRONÍMIA COM A HISTÓRIA SOCIAL
NO PARANÁ: UMA DESCRIÇÃO DIACRÔNICO-
CONTRASTIVA**

LONDRINA
2004

LÍDIA ALBINO

**A RELAÇÃO DA HIDRONÍMIA COM A HISTÓRIA SOCIAL
NO PARANÁ: UMA DESCRIÇÃO DIACRÔNICO-
CONTRASTIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vanderci de Andrade Aguilera.

LONDRINA
2004

LÍDIA ALBINO

**A RELAÇÃO DA HIDRONÍMIA COM A HISTÓRIA SOCIAL NO
PARANÁ: UMA DESCRIÇÃO DIACRÔNICO-CONTRASTIVA**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Vanderci de Andrade Aguilera
Orientadora
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^a Dr^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick
Universidade de São Paulo – USP

Prof^a Dr^a Maria Antonieta Carbonari de Almeida
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina _____ de _____ de 2004.

Não há melhor arquivo para se guardar as tradições e costumes de um povo, do que seja sua etimologia topográfica. Na página imensa do solo nacional, escreve a imaginação popular a crônica íntima das gerações. Cada nome de localidade encerra uma recordação quando não é uma lenda ou mito, que se vai transmitindo de idade em idade até perder-se nas obscuridades do tempo.

(José de Alencar – *O Gaúcho*)

DEDICATÓRIA

À minha família, a quem amo tanto.

*À professora Dr^a Vanderci de Andrade Aguilera,
mola propulsora desta pesquisa e dos estudos
toponímicos no Estado do Paraná.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força que me concedeu para a realização de mais uma etapa da minha vida.

À minha orientadora, a professora Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera, pela presteza, competência e profissionalismo com que conduziu suas orientações, pautadas pela delicadeza no acompanhamento, e por mostrar-se sempre presente nos momentos certos e incertos vividos durante o desenvolvimento da pesquisa.

À minha família, pela confiança e motivação.

À SEMA/Curitiba e à Biblioteca Pública do Paraná/Curitiba, pela disponibilização dos mapas.

À equipe do projeto ATEPAR, pelos enriquecedores momentos de discussão.

Aos professores do Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem, por fornecerem os subsídios para esta pesquisa.

À professora Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick e à professora Dr.^a Maria Antonieta Carbonari de Almeida, pelas contribuições fornecidas para o aperfeiçoamento deste trabalho por ocasião do Exame de Qualificação.

Aos Prefeitos, Secretários de prefeituras e funcionários de outros órgãos governamentais, pelo fornecimento dos dados para análise.

À CAPES que, pela concessão de Bolsa, prestou o auxílio financeiro necessário à concretização deste estudo.

Enfim, a todos que, com desprendimento, colaboraram para a realização e término deste trabalho.

ALBINO, Lúcia. **A relação da hidronímia com a história social no Paraná: uma descrição diacrônico-contrastiva**. 2004. 265f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RESUMO

Os estudos toponímicos têm se revelado de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de uma região, uma vez que podem propiciar a recuperação de características do passado histórico e de valores dos grupos humanos que habitaram ou habitam um dado espaço geográfico. Assim, o nome atribuído a uma localidade ou a um acidente geográfico pode ser um elemento revelador das tendências sociais, políticas ou religiosas dos colonizadores e da época em que a nomeação ocorreu. Com base nessas reflexões, neste trabalho, nossa proposta consistiu em buscar, em mapas topográficos do Estado do Paraná do século XIX (1876 e 1896), os topônimos relativos à rede hidrográfica do rio Iguaçu (rio Iguaçu com seus afluentes e subafluentes), comparando-os com os nomes atuais registrados em mapas mais recentes (mapas municipais, fornecidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA), com o intuito de verificar quais taxionomias sobressaem na designação atual e quais se salientavam no século XIX. Partiu-se do princípio de que a língua, como instituição social, é um veículo de manifestações da cultura, de formas de comportamento e de correntes ideológicas, e os topônimos (nomes de lugar), na medida em que corporificam as expectativas do denominador frente à realidade, no momento da nomeação, podem fornecer elementos para esclarecer muitos aspectos referentes à história social, econômica, cultural e política de uma região. Os fundamentos teórico-metodológicos adotados estão centrados nos princípios teóricos da Toponímia com especial relevo aos motivos taxionômicos de Dick (1990b). A pesquisa revelou que no século XIX predominavam as taxionomias de natureza física, enquanto atualmente sobressaem as taxionomias de natureza antropológico-cultural, em que transparece a força ideológica, cultural, espiritual e mística do homem, além da crença nos valores humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Toponímia. História Social. Paraná. Motivação.

ALBINO, Lúcia. **The relation of hydronymy with the social history in Paraná: a diachronic-contrastive description.** 2004. 265f. Dissertation (Master in Studies of Language) - University of Londrina, Londrina.

ABSTRACT

The toponimic studies have been disclosing their great importance for the knowledge of historic-cultural aspects of a region, as they can propitiate the recovery of characteristics of the historical past and the doing the same about values of human groups that inhabited or inhabit in a certain geographic space. Thus, the name attributed to a locality or to a geographic accident can be a revealing element of the social, religious or political trends of the colonizer and of the epoch when the nomination occurred. Based on these reflections, in this paper, our proposal consists of searching, in topographical maps of (the State) Paraná of the 19th century (1876 and 1896), toponymy related to the hydrographic net of the river Iguaçu (river Iguaçu with its tributaries and subaffluents), comparing them with the current names registered in more recent maps (municipal maps, supplied by the State Department for the Environment - SEMA), with the intention of verifying which taxonomies are prominent in the current designation and which of them stood out in the 19th century. Beginning of the principle that language, as a social institution, is a vehicle to manifest culture, ideological chains and behavior, toponymy (place names) - as they give a nominal form to the expectations of the denominator facing reality at the moment of nomination - can supply elements to clarify many referring aspects on social, historical, economical, cultural and political life of a region. The theoretical-methodological adopted fundamentals are centered in the theoretical principles of the Toponymy - specially the taxonomic figures of Dick (1990b). The research discloses that in the 19th century the taxonomies of physical nature predominated, while currently the taxonomies of anthropological and cultural nature are more used. Through the former and the latter it is possible to realize the ideological, cultural spiritual and mystic power of man, beyond the belief in the human values.

KEY-WORDS: Toponymy. Social history. Paraná Motivation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Apresentação dos municípios pertencentes à bacia hidrográfica do rio Iguaçu e seus respectivos desmembramentos	80
Quadro 2- Número de topônimos coletados de acordo com as fontes pesquisadas	99
Quadro 3- Número de topônimos de natureza física de acordo com as taxionomias e com as fontes pesquisadas.....	141
Quadro 4- Número dos topônimos de natureza antrop-cultural, das taxionomias sugeridas, dos topônimos de interpretação ambígua e dos topônimos não classificados, de acordo com as fontes pesquisadas	155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição percentual dos topônimos dos afluentes do rio Iguaçu, constantes no mapa de 1876, de acordo com os planos de motivação taxionômica	115
Gráfico 2- Distribuição percentual dos topônimos dos afluentes do rio Iguaçu, constantes no mapa de 1896, de acordo com os planos de motivação taxionômica	116
Gráfico 3- Distribuição percentual dos topônimos atuais dos afluentes do rio Iguaçu, de acordo com os planos de motivação taxionômica	116
Gráfico 4- Taxionomias de Natureza Física, Taxionomias de Natureza Antropo-cultural, Taxionomias Sugeridas e Não Classificados – MAPA 1876.....	117
Gráfico 5- Taxionomias de Natureza Física, Taxionomias de Natureza Antropo-cultural, Taxionomias Sugeridas e Não Classificados – MAPA 1896.....	118
Gráfico 6- Taxionomias de Natureza Física, Taxionomias de Natureza Antropo-cultural, Taxionomias Sugeridas, Interpretação Ambígua e Não Classificados – MAPAS ATUAIS.....	119
Gráfico 7- Taxionomias de Natureza Física - MAPA 1876	120
Gráfico 8- Taxionomias de Natureza Física - MAPA 1896	121
Gráfico 9- Taxionomias de Natureza Física - MAPAS ATUAIS	121
Gráfico 10- Taxionomias de Natureza Antropo-cultural, Taxionomias Sugeridas e Não Classificados - MAPA 1876	142
Gráfico 11 - Taxionomias de Natureza Antropo-cultural, Taxionomias Sugeridas e Não Classificados - MAPA 1896	142
Gráfico 12 -Taxionomias de Natureza Antropo-cultural, Taxionomias Sugeridas e Não Classificados - MAPAS ATUAIS	143

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa demonstrativo das duas principais bacias hidrográficas do Estado do Paraná	19
---	----

ABREVIATURAS E SIGLAS

Municípios (Mun.)

AGS	Agudos do Sul	IRT	Irati
ALT	Almirante Tamandaré	LET	Lindoeste
AME	Ampére	LJS	Laranjeiras do Sul
AOT	Antônio Olinto	LPA	Lapa
ARC	Araucária	MAT	Mallet
BAR	Barracão	MEN	Medianeira
BEI	Boa Esperança do Iguaçu	MFP	Manfrinópolis
BIT	Bituruna	MGA	Mangueirinha
BJS	Bom Jesus do Sul	MML	Marmeleiro
BNV	Balsa Nova	MOP	Mariópolis
BSS	Bom Sucesso do Sul	MTB	Mandirituba
BVC	Bela Vista da Caroba	MTL	Matelândia
CAZ	Céu Azul	NES	Nova Esperança do Sudoeste
CDI	Candói	NLJ	Nova Laranjeiras
CDS	Coronel Domingos Soares	NPI	Nova Prata do Iguaçu
CEL	Clevelândia	PAF	Paulo Frontin
CGO	Cantagalo	PBC	Pato Branco
CHZ	Chopinzinho	PCH	Pranchita
CIG	Cruzeiro do Iguaçu	PEN	Piên
CLM	Capitão Leônidas Marques	PFT	Paula Freitas
CON	Contenda	PHA	Pinhais
CPA	Capanema	PIN	Pinhão
CPL	Campo Largo	PLM	Palmas
CPM	Campo Magro	PLO	Planalto
CPT	Campo do Tenente	POT	Pérola do Oeste
CRM	Cruz Machado	PMR	Palmeira
CSV	Cascavel	PRQ	Piraquara
CTB	Curitiba	PSB	Pinhal de São Bento
CVI	Coronel Vivida	PTA	Porto Amazonas
CVS	Catanduvas	PTB	Porto Barreiro
DVZ	Dois Vizinhos	PTV	Porto Vitória
EMQ	Enéas Marques	QIG	Quedas do Iguaçu
FBT	Francisco Beltrão	QUT	Quitandinha
FIG	Foz do Iguaçu	RAZ	Rio Azul
FJD	Foz do Jordão	RBI	Rio Bonito do Iguaçu
FRG	Fazenda Rio Grande	RBS	Rebouças
FSS	Flor da Serra do Sul	REZ	Realeza
GAR	Guaraniaçu	RIG	Reserva do Iguaçu
GCR	General Carneiro	RNC	Renascença
GPA	Guarapuava	RNG	Rio Negro
GXM	Goioxim	SAJ	São João
HSP	Honório Serpa		
IBM	Ibema		
IMN	Inácio Martins		
IOT	Itapejara do Oeste		

SAS	Santo Antônio do Sudoeste	SRI	Serranópolis do Iguaçu
SFH	Salgado Filho	STI	Santa Terezinha do Itaipu
SIG	Saudade do Iguaçu	STO	Santa Tereza do Oeste
SIO	Santa Isabel do Oeste	SUA	Sulina
SJO	São Jorge do Oeste	TBP	Três Barras do Paraná
SJP	São José dos Pinhais	TJS	Tijucas do Sul
SJT	São João do Triunfo	UVT	União da Vitória
SLC	Santa Lúcia	VER	Verê
SLT	Salto do Lontra	VIR	Virmond
SMI	São Miguel do Iguaçu	VTO	Vitorino
SMS	São Mateus do Sul		

Taxionomias de Natureza Física (TNF)

AT	Astrotopônimos	HT	Hidrotopônimos
CT	Cardinotopônimos	LT	Litotopônimos
CM	Cromotopônimos	MR	Meteorotopônimos
DT	Dimensiotopônimos	MF	Morfotopônimos
FT	Fitotopônimos	ZT	Zootopônimos
GT	Geomorfotopônimos		

Taxionomias de Natureza Antropo-Cultural (TNA)

AN	Animotopônimos	HR	Hierotopônimos
AP	Antropotopônimos	HG	Hagiotopônimos
AX	Axiotopônimos	MT	Mitotopônimos
CR	Corotopônimos	HI	Historiotopônimos
CN	Cronotopônimos	HD	Hodotopônimos
DR	Dirrematotopônimos	NT	Numerotopônimos
EC	Ecotopônimos	PT	Poliotopônimos
EG	Ergotopônimos	SO	Sociotopônimos
ET	Etnotopônimos	SM	Somatotopônimos

Taxionomias Sugeridas (TS)

AC	Acronimotopônimos	HP	Higiotopônimos
EM	Estematotopônimos	NC	Necrotopônimos
GM	Gramatotopônimos	TS	Taxionomias Sugeridas

Outras

Ág.	Água
ALPR	Atlas Lingüístico do Paraná
Arr.	Arroio
ATEPAR	Atlas Toponímico do Estado do Paraná
Córr.	Córrego
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Laj.	Lajeado
Mun.	Município
Oc.	Ocorrências
PHPB	Para a História do Português Brasileiro
Rib.	Ribeirão
R.	Rio
Rz.	Rzeca
Sec.	Século
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Sg.	Sanga
V.	Vide, veja

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	25
2.1 Os Nomes de Lugar e sua Motivação	25
2.2 Conceitos de Toponímia	30
2.3 Importância dos Topônimos	32
2.4 Cronologia e Sistematização dos Estudos Toponímicos	36
2.4.1 Panorama geral da Toponímia	36
2.4.2 Toponímia no Brasil	42
2.4.3 Estudos Toponímicos no Paraná	50
3 PANORAMA DA HISTÓRIA SOCIAL NO PARANÁ	57
3.1 Primórdios do Paraná	58
3.2 O Paraná: Ocupação e Evolução	63
3.2.1 Principais ciclos econômicos no povoamento do Paraná	64
3.2.1.1 A mineração	64
3.2.1.2 A criação e o comércio de gado: o tropeirismo	65
3.2.1.3 A erva-mate	68
3.2.2 A ocupação do Paraná Moderno	70
3.2.2.1 A ocupação do Norte do Paraná	71
3.2.2.2 Expansão do Oeste e Sudoeste Paranaenses	73
3.3 A Questão Limítrofe entre Paraná e Santa Catarina	74
3.4 O Rio Iguaçu	76
3.5 Síntese Histórica de 16 Municípios Pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu	79
3.5.1 Araucária	83
3.5.2 Campo Largo	84
3.5.3 Chopinzinho	85
3.5.4 Curitiba	85
3.5.5 Foz do Iguaçu	86
3.5.6 Guarapuava	87
3.5.7 Irati	88

3.5.8 Lapa.....	89
3.5.9 Laranjeiras do Sul.....	90
3.5.10 Mallet.....	91
3.5.11 Palmas.....	91
3.5.12 Rio Negro	92
3.5.13 São João do Triunfo.....	93
3.5.14 São José dos Pinhais.....	94
3.5.15 São Mateus do Sul.....	95
3.5.16 União da Vitória	95
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	97
4.1 Constituição do <i>Corpu</i>	97
4.2 Descrição e Análise do <i>Corpus</i>	99
4.3 Taxionomias Toponímicas	100
5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS	107
5.1 Quantidades de Hidrônimos Inscritos nos Mapas	108
5.2 Aspectos que Contribuíram para a Formação dessa Toponomástica	109
5.3 Classificação Taxionômica dos topônimos	114
5.3.1 Taxionomias de natureza física	120
5.3.2 Taxionomias de natureza antropocultural	141
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS.....	162
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	166
ANEXOS.....	168
Anexo A – Relação dos Hidrônimos Conforme as Taxiomantias Escolhidas.....	170
Anexo B – Relação dos Hidrônimos Atuais por Municípios	205
Anexo C – Amostragem das Fotos que Compoem os mapas de 1876 e 1896	206

1 INTRODUÇÃO

Isso leva a admitir que investigar uma língua é investigar também a cultura e considerar que o sistema lingüístico, sobretudo no âmbito do léxico, armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma coletividade, em um dado espaço geográfico.

Neste sentido, tomando emprestadas as palavras de Ramos e Venâncio (2002, p. 113), pode-se dizer que “se estamos interessados na história social de uma língua, a seleção lexical como objeto de investigação permitirá capturar, de modo mais transparente, a força dos fatores sócio-históricos”, uma vez que as variações ocorridas na estrutura social estão refletidas no universo dos vocábulos que compõem a língua utilizada pelos elementos de um determinado grupo sócio-lingüístico-cultural. Essa perspectiva de análise favorece uma melhor compreensão do próprio homem e da sua maneira de ver e de representar o mundo.

Como bem observa Dick, “nos mais diversos setores do conhecimento, as épocas distintas evidenciam, em qualquer porção do espaço, a presença atuante do homem, elaborando, participando, sentindo, expressando, comunicando, em suma” (1990a, p. 30). E pela força da linguagem os homens acabam atuando uns sobre os outros e, conseqüentemente, sobre a própria língua, criando e recriando o léxico.

Em vista disso, a língua, ao mesmo tempo em que registra as transformações ocorridas no meio social, vai sendo transformada pelos homens, na medida em que estes vão vivendo suas históricas experiências. E é esse processo que demonstra de que forma o homem assimila o mundo por meio do uso da linguagem na comunidade lingüística onde está inserido, participa seu envolvimento no espaço e no tempo e, por força da introjeção de costumes e de hábitos generalizados, representa, se não integralmente, pelo menos uma parcela significativa

do pensamento coletivo. Por isso mesmo, é comum fazer dele o ponto de partida para qualquer pesquisa de caráter científico.

Da mesma forma, sabe-se que a atividade de denominar os lugares - uma das atividades exercidas pelo homem enquanto ser social - remonta aos primórdios de sua história. Percebe-se essa atitude através das obras antigas da história e da civilização mundial que já registravam os lugares da ação do homem. Na Bíblia, Livro Sagrado dos cristãos, já se verifica uma coleção de topônimos. Por exemplo, no livro de Gênesis, conforme consta em Dick (1990: p. 5), o primeiro da Bíblia, que conta a história da criação, despontam acidentes geográficos, como nomes de rios, os primeiros conhecidos, com suas nascentes no Jardim que se chamou do Éden (do hebraico, 'lugar de delícias'), situado na banda do Oriente, e designados como *Pisom*, *Giom*, *Tigre* e *Eufrates*; destes, o terceiro "corre pelo oriente da Assíria", os dois primeiros circundam, respectivamente, as terras de Havilá e de Cuse. Segundo Dick, Havilá e Cuse corporificam lexemas antroponímicos e não toponímicos como pode sugerir o entendimento contemporâneo. Assim, antes mesmo de o homem pensar em construir sua casa, ou um povoado, os acidentes físicos, como rios, córregos, montanhas, já existiam, eram nomeados e tinham o seu nome registrado na memória da coletividade.

Por outro lado, os rios sempre despertaram interesse da humanidade. Desde a mais remota antigüidade, grandes civilizações surgiram e progrediram junto a oceanos, rios e zonas ribeirinhas. Podemos tomar como exemplo os povos da Antigüidade Oriental, como os babilônios, os assírios e os caldeus que surgiram na Mesopotâmia (do grego: terra entre rios), entre os rios Tigre e Eufrates, ou mesmo os egípcios em torno do rio Nilo, na África. Tais povos tornaram-se grandes impérios devido, principalmente, à sua constituição e ao desenvolvimento que se operou por se situarem às margens de grandes rios.

Os rios também já foram definidos como os "caminhos que andam", pela importante função que exercem como meio de transporte, oferecendo aos indivíduos um intenso

intercâmbio cultural pelo seu percurso. Os grupos humanos, nos princípios da civilização, encontraram nos rios os caminhos que permitiram as mais antigas relações comerciais, acabando por transformá-los em eixos econômicos, ao mesmo tempo em que se multiplicavam os núcleos urbanos em suas margens. Os rios São Francisco, Tocantins, Negro, Tietê, Paraná e Prata tornaram conhecidos os extremos do território brasileiro e asseguraram os limites fronteiriços, dilatados à medida que prosperava a ação expansionista.

Ao fator utilitário que a água possui, acrescenta-se o aspecto aventureiro que grandes volumes líquidos sempre despertaram nas populações, levando-as a sentir uma verdadeira fascinação pelo desconhecido.

Quem contempla um mapa do Paraná vê logo a enormidade e a grandeza de seu sistema hidrográfico, que depende de duas bacias diferentes: uma a oeste, a Bacia do rio Paraná e outra a leste, a Bacia Atlântica. O rio Paraná, que nasce da confluência dos rios Paranaíba e Grande, no Triângulo Mineiro, percorre, no Estado do Paraná, cerca de 400 km, desde a foz do rio Paranapanema até a foz do rio Iguaçu. Além de formar a principal bacia fluvial paranaense, destaca-se pelo seu grande potencial hidráulico, um dos maiores do País. Seus afluentes são de grande porte, destacando-se os rios Paranapanema, Ivaí e Iguaçu. Com relação à Bacia Atlântica, seus rios pertencem à bacia hidrográfica do sudeste brasileiro, que, no Estado do Paraná, compreende as terras drenadas pelo rio Ribeira e pelos rios do Litoral. O rio Ribeira resulta dos rios Ribeirinha e Açungui, cujas nascentes se encontram na zona norte do primeiro planalto paranaense. A figura 1 ilustra esses dados:

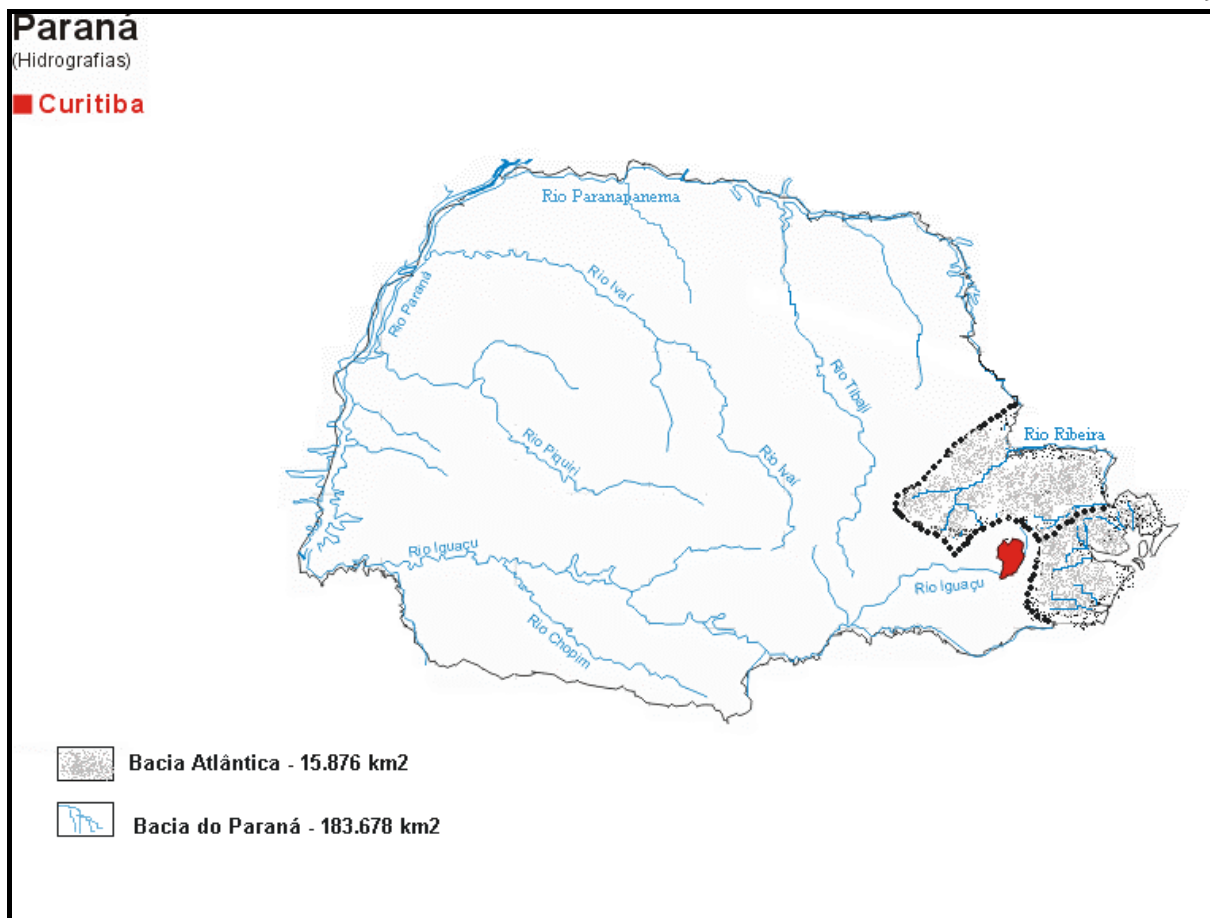


Figura 1: Mapa Hidrografia IBGE Fonte: (www.ambientebrasil.com.br)

Essa enormidade hidrográfica e, conseqüentemente, a diversidade de nomes mostraram-se fonte de um trabalho enriquecedor e dinâmico, através do qual se acredita ser possível resgatar a memória comum, evocando diferentes tempos e espaços e possibilitando um diálogo entre passado e presente.

Assim, considerando que os topônimos, como um recorte do léxico de uma língua, podem representar toda uma infinidade de valores e de crenças das comunidades lingüísticas, servindo, pois, como elemento configurador do pensamento e das expectativas dos grupos humanos de determinada época, optou-se por eleger como objeto de estudo os topônimos relativos aos afluentes e subafluentes do rio Iguaçu, visando a ressaltar os principais fatores

que contribuem para sua estruturação, seja do ponto de vista da filiação lingüística ou da motivação originária e, assim, relacioná-los com dados da História Social do Paraná.

O recorte feito para estudo neste trabalho justifica-se pela grandeza do sistema hidrográfico paranaense, pois, se se pretendesse analisar todos os rios (afluentes e subafluentes) que banham esse território, seria necessário operar com uma quantidade de dados de tal amplitude que extrapolaria o limite de tempo disponível para a realização da pesquisa. Pretende-se, no entanto, ainda contemplar, em um próximo trabalho, os demais hidrônimos paranaenses. Por outro lado, a opção pelo rio Iguaçu deve-se ao fato de que este abrange a maior bacia hidrográfica do Paraná e é o mais conhecido rio paranaense, principalmente, pela imponência de suas cataratas, conhecidas como “Cataratas do Iguaçu”.

Sabe-se que o lugar evoca no homem sentimentos diversos, associados ao momento de sua história, de seu grupo, de sua comunidade, e até de seu estado de espírito no momento da denominação. Pode chamar-lhe a atenção alguma característica natural do terreno ou do acidente geográfico (altura, cor, forma) ou pode ser uma motivação externa ao ambiente, como sentimentos nativistas e religiosos, homenagens a familiares e personagens históricas. Enfim, o motivo da denominação de um lugar pode vir de fontes diversas. O denominador passa, então, a nomear a realidade que o cerca, enfocando, muitas vezes o que de mais significativo oferece a região. Assim, tomando como exemplo apenas os nomes dos rios paranaenses, temos rio *Grande*, rio *Pequeno* (considerando a dimensão do acidente), rio *Pardo*, rio *Azul* (coloração das águas), rio *Tortuoso* (forma do acidente), rio *das Antas*, rio *do Cedro* (respectivamente, animais e vegetais que se encontram em suas margens), rio *Gonçalves Dias*, rio *Floriano* (homenagens a personagens históricas), dentre outros.

Julga-se conveniente ressaltar que o interesse desta pesquisadora pelos estudos toponímicos surgiu durante o período de graduação, quando passou a integrar o projeto de

pesquisa Atlas Toponímico do Estado do Paraná - doravante ATEPAR¹, dando os primeiros passos rumo à toponímia paranaense. Passou, então, a elaborar trabalhos para serem apresentados em encontros científicos, sempre pensando em se aprofundar nessa área e tentar desenvolver uma pesquisa que pudesse, de alguma forma, contribuir para a interpretação da Toponímia e da História de nosso Estado. Aliada a esses motivos, ressalta-se também a participação no projeto Para a História do Português Paranaense: nas veredas do Atlas Lingüístico do Paraná², pois se entende que os topônimos podem ser uma importante fonte para a escritura da história social da língua portuguesa.

Para o curso de Especialização em Língua Portuguesa, realizou-se uma pesquisa acerca da renomeação dos municípios paranaenses, o que resultou na monografia *A substituição do nome de lugar: um ato essencialmente motivado* (Albino, 2002), apresentada à Universidade Estadual de Londrina.

Como nosso Estado possui uma rica e privilegiada rede hidrográfica, para a apresentação em um Seminário do GEL – Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (2000) – desenvolveu-se uma pesquisa sobre os topônimos que designam alguns rios do Paraná, destacando sua influência na Toponímia do Estado, uma vez que muitos municípios, inclusive o próprio Estado, foram denominados com base em nome de rio (Albino e Almeida, 2000). Com base nessa pesquisa, resolveu-se dar continuidade aos estudos referentes aos nomes dos rios paranaenses, desta vez numa abordagem específica e com uma metodologia diferente que será explicitada mais à frente.

¹Projeto desenvolvido pelo Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina, sob coordenação da professora Dr.^a Maria Antonieta Carbonari de Almeida. Tal projeto objetiva fazer um estudo sobre a origem e a motivação subjacente nos topônimos paranaenses, visando a contribuir para a interpretação da História do Paraná.

²Projeto de autoria da professora Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera e também desenvolvido pelo Departamento de Letras da referida instituição. Este projeto propõe buscar a correlação do registro lexical no Atlas Lingüístico do Paraná - ALPR - com os fatos e momentos históricos da ocupação do território paranaense e, assim, contribuir para a escritura de uma história do português do Brasil e do Paraná.

A partir dessa tomada de posição, assumiu-se, como propósito maior da pesquisa, buscar a correlação dos topônimos encontrados com os fatos e momentos históricos do território paranaense, uma vez que, conforme já se constatou, por meio do levantamento toponímico é possível resgatar a memória sociocultural de um povo, seus movimentos migratórios, bem como retratar a História. Sem dúvida que a tarefa é difícil e complexa, mas espera-se que a pesquisa histórico-lingüística, de acordo com a documentação disponível, possibilite cumprir o propósito aqui exposto.

Dessa forma, predisposta para esta pesquisa histórico-toponímica, definiram-se os objetivos específicos:

- i) realizar um levantamento dos topônimos relativos à rede hidrográfica do rio Iguazu (rio Iguazu com seus afluentes e subafluentes), constantes de mapas topográficos do Estado do Paraná, elaborados em duas épocas diferentes: a) dois do século XIX (1876 e 1896) e b) 107 mapas municipais, por onde corre o rio Iguazu ou seus afluentes, elaborados a partir de 1980 e disponibilizados, para esta pesquisa, pela SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente;
- ii) analisar as unidades lexicotonímicas coletadas para a compreensão memorialística, socio-historiográfica do fato onomástico, para se tentar chegar à visão do denominador. É uma das fases mais cruciais da pesquisa, uma vez que a busca da motivação dos topônimos envolve conhecimentos de toda ordem: lingüísticos, etnográficos, antropológicos, políticos, da história social, da história oral, da geografia, do grupo social;
- iii) fazer uma classificação taxionômica dos topônimos. Com a verificação etnolingüística e o estudo das unidades lexicotonímicas, é possível classificar os topônimos de acordo com modelos taxionômicos de natureza física ou antropocultural, conforme modelo padrão proposto por Dick (1990b);

Com o intuito de buscar condições para alcançar os propósitos aqui expostos, parte-se do princípio de que: i) a investigação dos signos toponímicos pode desvelar a história da vida e da mentalidade dos grupos humanos de determinada época, visto que nos topônimos estão conservadas as tradições e os costumes de um povo ou registradas as características topográficas locais mais sensíveis; ii) os nomes de rios, devido às suas próprias características, são menos sujeitos a substituições intencionais. Escapando à ação modificadora da história e do homem, revelam uma tendência conservadora e até mesmo

imutável de seus nomes, ao contrário do que ocorre com os nomes de acidentes humanos (cidades, vilas, distritos) que, conforme já pôde comprovar (Albino, 2002), são mais propensos a mudanças.

Objetivando contextualizar a presente pesquisa, segue-se uma síntese do que se propõe desenvolver em cada capítulo.

O primeiro capítulo traz os *Pressupostos Teóricos* da Toponímia, no qual são sintetizadas as principais idéias em que se assentam as discussões sobre o tema em questão, abordando aspectos como: motivação; conceituação; importância dos topônimos; cronologia e sistematização da Toponímia.

Como a história dos topônimos se confunde com a história dos grupos humanos no constante movimento de ocupação do solo, o segundo capítulo volta-se para um pouco de história, com a apresentação de *Um Panorama da História Social do Paraná*, buscando a dinâmica que norteou a ocupação do território paranaense e, conseqüentemente, a organização espacial desta porção territorial. Ainda, neste capítulo, apresenta-se uma síntese da história de dezesseis municípios pertencentes à bacia hidrográfica do rio Iguaçu, que foram criados até o final do século XIX.

Procedimentos Metodológicos é o tema do terceiro capítulo, no qual se relatam os caminhos percorridos para a realização desta pesquisa toponímica. Ainda desse capítulo, consta o modelo taxionômico proposto por Dick (1990b), que servirá de base para a classificação semântica dos topônimos que compõem o presente *corpus*.

O quarto capítulo apresenta a análise dos dados, com o enquadramento dos topônimos na taxionomia proposta por Dick (1990b), analisando as taxionomias encontradas, por ordem das mais produtivas, e fazendo uma comparação entre as taxionomias que se sobressaem atualmente e as que se sobressaíam no século XIX.

Por último, na *Conclusão*, apresentam-se as considerações finais sobre a análise ora realizada. A relação dos topônimos de acordo com sua classificação taxionômica e por municípios será apresentada em anexo.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 Os Nomes de Lugar e sua Motivação

A ação de nomear os lugares sempre esteve presente na história da humanidade e está diretamente ligada à atividade lingüística humana e ao seu poder de participar do complexo de relações que se estabelecem entre os seres, as coisas e o meio ambiente. Neste sentido, dizer que “a Toponímia reflete de perto a vivência do homem enquanto entidade individual e enquanto membro do grupo que o acolhe, nada mais é que reconhecer o papel por ela desenvolvido no ordenamento dos fatos cognitivos” (Dick, 1990a, p. 19).

Para essa pesquisadora, o ato comunicativo requer apreensão/compreensão e transmissão/participação. E é esse processo que demonstra de que forma o homem assimila o mundo por meio do uso da linguagem na comunidade lingüística onde está inserido, participa seu envolvimento no espaço e no tempo e, por força da introjeção de costumes e de hábitos generalizados, representa, senão integralmente, pelo menos uma parcela significativa do pensamento coletivo.

Por conseguinte, esse movimento de coexistência do homem exige, no âmbito lingüístico, a elaboração de campos conceituais que representam a realidade-objeto. Tal exigência pode ser apropriadamente estendida ao campo da motivação toponímica. Aqui, evidencia-se a necessidade de o denominador conhecer a realidade circundante e utilizar seu conhecimento, para que, ao denominar um lugar, precise, com maior exatidão, o real significado que lhe atribuiu.

Segundo Guerman F. Guizzetti (apud Dick, 1990a), um campo conceitual pode ser compreendido conforme categorias especiais de fatos que organizam e corporificam a produção cultural de um povo. O referido autor compartimentou os fatos culturais em quatro categorias: biofactos (utilização diferenciada que o homem faz de seu próprio corpo); manufactos (elaboração de objetos materiais utilizando como matéria-prima elementos da natureza física); sociofactos (estabelecimento de padrões nas relações de organização e vivência entre os membros de uma etnia e das instituições que dela resultam); mentefactos (relaciona-se à cultura espiritual, abrangendo todos os produtos do psiquismo humano). Dick complementa a caracterização dos campos conceituais ao afirmar que é a efetiva capacidade do ser humano para a linguagem que torna possível a sua expressão, seja por meio de palavras ou de formas significativas. Dessa forma, estendendo essa compartimentação dos fatos culturais para o campo da Toponímia, surgem nomes como córrego *Calcanhar* (PR), *Cotovelo* (MG); *Balsa Nova* (PR), córrego da *Flecha* (MT); *Umuarama* (do tupi, lugar onde se reúnem os amigos) (PR), serra do *Sapateiro* (SP); *Boa Esperança* (PR), *Vitória* (ES), entre outros.

Conforme Saussure (1973), o signo lingüístico é arbitrário, ou seja, não há nenhum elo natural ou inevitável entre o significante e o significado. Para esse autor, a idéia de “mar”, por exemplo, não tem nenhuma relação interior à seqüência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante. Essa seqüência poderia ser representada muito bem por outra, não importa qual. Neste sentido, o fato central da linguagem e do método lingüístico recai na arbitrariedade do signo, como se pode depreender das próprias palavras de Saussure: “queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (1973, p. 83).

Dick (1990a) não desconsidera essa teoria saussuriana da linguagem, na qual o significante, enquanto massa sonora, é arbitrário ao significado propriamente dito, e também afirma que a arbitrariedade em língua diz respeito ao significante imotivado, ou seja, aos

signos completamente desvinculados do significado. Entretanto, para essa pesquisadora, ao se aplicar o mesmo princípio à Toponímia, notar-se-á uma diversidade de aspecto, uma vez que “o elemento lingüístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada” (p. 34).

Entende-se pela citação que o que era arbitrário em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado. A motivação é, pois, segundo a autora, característica do signo toponímico, podendo-se falar em um duplo aspecto de motivação toponímica. O primeiro aspecto diz respeito à intencionalidade que anima o denominador, às causas que, de forma objetiva, o auxiliam na seleção de um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico. O segundo refere-se à origem semântica da denominação, isto é, ao significado que ela evidencia, seja ele transparente ou opaco.

Essas duas modalidades (intencionalidade e origem semântica da denominação) de motivação dos topônimos configuram perspectivas diacrônicas e sincrônicas no estudo da Toponímia e acabam influenciando na formalização de uma taxionomia para os nomes de lugares (V. 3.3). Assim, a própria tipologia expressiva do topônimo poderia justificar, até certo ponto, uma configuração icônica, ou mesmo simbólica, de seu valor. O signo toponímico exerceria referidas funções desde que seus elementos constitutivos evidenciassem a existência de um vínculo entre elas e o seu referente – acidente físico: rio, lago, morro, etc., ou humano: vila, povoado, cidade, etc.

Nessas circunstâncias, o signo lingüístico com função toponímica, ao representar uma projeção aproximativa do real, torna clara a natureza semântica de seu significado. Pode-se, então, dizer que há uma relação unívoca entre os termos implicados quando traduzem referências de cor, forma, tamanho, constituição natural, como ocorre em rio *Grande*, rio

Pequeno, ribeirão *Preto*, córrego *Branco*, riacho *Fundo*, lagoa *Rasa*, ilha *Comprida*, aldeia *Velha*, vila *Nova*, entre outros (Dick, 1990a).

Desse modo, para a referida pesquisadora, a aproximação do topônimo aos conceitos de ícone e símbolo advindos da natureza do acidente nomeado, conforme comprovam os exemplos acima, poria em evidência outra das características do topônimo, qual seja, não apenas a identificação dos lugares, mas também a indicação precisa de seus aspectos físicos e antroponímicos, que se apresentam vinculados à denominação. Diante disso, em uma teoria de comunicação toponímica, o objetivo seria não somente identificar acidentes a partir de um nome e, sim, simultaneamente, empregar uma técnica discriminativa que os precisasse em sua situação geográfica. Tal nomenclatura atenderia, portanto, de maneira hábil, a esses fundamentos, uma vez que, por meio desses recursos, “a mensagem emitida e consubstanciada no nome a ser interpretado atingiria plenamente os receptores” (Dick, 1990a, p. 40).

O fato de o topônimo possuir em sua estrutura, ao lado de sua função identificadora, uma significação precisa, às vezes não mais transparente devido à opacidade adquirida pelo distanciamento de suas condicionantes tempo-espaciais, levou alguns estudiosos da Toponímia a definir o topônimo como um “fóssil lingüístico”, visto que se reveste como fonte de conhecimento de ocorrências geográficas, históricas e sociais, testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário.

Dick exemplifica essa “fossilização toponímica” com formações da época romana, encontradas na obra de Albert Dauzat (*Sparnacum*, *Turnacum*, *Albericiacum*, *Carliacum*, etc), que indicam, em composição antroponímica, a presença de antigos domínios rurais, responsáveis pela formação, em certos casos das *villages* ou mais raramente das *villes*. A autora cita, ainda, o estudo realizado por Joan Corominas, na toponímia argentina da região de Cuyo, no qual o pesquisador apresenta o papel do topônimo como meio de conservação de

diversas formas castelhanas em desuso na língua falada, como é o caso de *valle* que foi substituído por *quebrada*, mas que ainda permanece conservado na nomenclatura geográfica (Los Vallecitos, Valle Hermoso); *manantial*, substituído por *vertiente* (Alto de los Manantiales, Los Manantiales); os diminutivos em *-illo*, superados pelas formações em *-ito*, mas que também se apresentam presentes na toponímia local (Potrerrillos, Paramillo, Ranchillos, Hornillos).

Com relação ao Brasil, Dick (1990a) lembra dos designativos indígenas, que sempre exerceram fundamental importância na toponímia brasileira. Tais onomásticos, de modo autêntico e espontâneo, individualizam os acidentes da terra, numa frequência que atinge a milhares de nomes. Assim, verifica-se na toponímia brasileira a existência de uma relação analógica entre o topônimo e algum fato do cotidiano indígena como “Botucatu” (bons ares, bom clima), “Catanduva” (abundância de cerrados), “Paraíba” (rio ruim, imprestável ou inavegável), “Paranapiacaba” (vista do mar ou miramar) e tantos outros. Tais topônimos forçam-nos à convivência com os antigos indígenas que habitaram o país. Alterá-los significaria, por certo, romper com um vínculo importante de nosso passado.

Neste sentido, Aguilera atesta que o homem, ao denominar os acidentes geográficos que o rodeiam, não o faz de maneira aleatória, mas “movido por alguma impressão sensorial e/ou sentimental que o acometa no momento da denominação” (1999, p. 125). Dessa forma, não seria exagero afirmar que as características de um lugar - sejam elas de ordem física ou socioculturais - revelam-se de tal modo, por meio das camadas onomásticas, que, muitas vezes, se pode estabelecer a correlação entre o nome dos acidentes e o ambiente em que ele se acha inscrito.

O lugar evoca no homem sentimentos diversos, associados ao momento de sua história, de seu grupo, de sua comunidade, e até de seu estado de espírito no momento da denominação. Pode chamar-lhe a atenção alguma característica natural do terreno ou do

acidente geográfico (altura, cor, forma) ou pode ser uma motivação externa ao ambiente, como sentimentos nativistas e religiosos, homenagens a familiares e personagens históricas. Enfim, o motivo da denominação de um lugar pode vir de fontes diversas, pois como esclarece George Mouly, “o termo motivo é freqüentemente empregado para abranger tanto as condições internas que tornam o indivíduo receptivo à estimulação externa, quanto os padrões aprendidos de comportamento, através do qual procura satisfazer suas necessidades” (apud Dick, 1990a, p. 47).

Do exposto sobre as conotações dos nomes de lugares e sua motivação, torna-se indispensável definir o objeto deste estudo: a Toponímia. Assim, o tópico seguinte volta-se à sua definição.

2.2 Conceitos de Toponímia

Salazar-Quijada (1985), um dos autores mais completos e recentes da toponímia venezuelana, destaca que a Toponímia pertence a uma disciplina mais abrangente, a Onomástica, que, em sua concepção genérica e universal, refere-se ao que é próprio do nome. Estão inseridas na Onomástica a Toponímia e a Antroponímia: a primeira que estuda os nomes de lugares e a segunda os nomes de pessoas.

Tradicionalmente, define-se a Toponímia (do grego *Topos*: lugar + *Onyma*: nome) como o estudo da origem e da significação dos nomes de lugares, ou como o estudo dos nomes geográficos. Atualmente, consideram-se estas definições limitadas, pois uma investigação toponímica não deve ser fundamentalmente etimológica e desconectada do aspecto humano. O topônimo relaciona-se diretamente com os conceitos de homem e

ambiente: é o homem que denomina os acidentes geográficos que o rodeiam; o ambiente (rio/montanha/colina), por sua vez, determina o modo de vida do homem.

A evidente relação dos conceitos homem-ambiente-topônimo fez com que a Toponímia adquirisse novos contornos e se tornasse uma disciplina integral e dinâmica: os estudos dos nomes geográficos devem considerar os fatores sociais e históricos que teriam influenciado na escolha de determinado topônimo.

Salazar-Quijada define a Toponímia como “...aquella rama de la Onomástica que se ocupa del estudio integral, en el espacio y en el tiempo, de los aspectos: geo-históricos, socioeconómicos y antropolingüísticos, que permitieron y permiten que un nombre de lugar se origine y subsista” (1985, p. 18). Assim, a Toponímia busca, nos nomes de lugares, as raízes do homem, a sua história, o seu percurso.

Dick (1990a), por sua vez, argumenta que o problema da delimitação do campo de trabalho e a caracterização do objeto específico da Toponímia estão entre as dificuldades que cercaram o conceito como disciplina autônoma. Apesar de ser uma disciplina tão antiga quanto as relações humanas mais primárias e, dentro do alcance pluridisciplinar de seu objeto de estudo, desempenhar um papel de convergência de vários aspectos do saber humanístico codificado, nem sempre obteve o reconhecimento de sua função conservadora das tradições e dos costumes de um povo, ou de registro das características topográficas locais mais sensíveis. Para muitos, suas questões poderiam se inscrever nos quadros da História, da Geografia, ou das Ciências Sociais, por exemplo, e por elas serem solucionadas.

Entretanto, Dick discorda dessa visão tradicional ao afirmar: “a Toponímia é um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (1990a, p. 35-36). Para essa pesquisadora, a Toponímia se apresenta como a crônica de um povo, que registra o presente para o conhecimento das gerações futuras.

Assim sendo, considerar a Toponímia apenas como o estudo da origem e do significado dos nomes próprios de lugares é ter uma visão muito redutora diante de uma difícil e delicada tarefa que exige aprendizagem e dedicação constantes. O estudo dessa disciplina não se deve limitar, portanto, somente ao aspecto lingüístico ou etimológico, pois um topônimo sempre estará relacionado à história e cultura de uma localidade, vivenciadas pelo povo que a habitou ou a habita.

Isto posto, destaca-se a seguir a importância da Toponímia para as diferentes áreas do conhecimento humano.

2.3 Importância dos Topônimos

Para Salazar-Quijada (1985), os topônimos se constituem num bem patrimonial de qualquer país, pois é por meio dos designativos de lugares que as nações apresentam sua personalidade geográfica própria e se particularizam em relação aos demais territórios do mundo. Para esse pesquisador, a Toponímia propicia a recuperação de características do passado histórico e de valores culturais de homens que habitaram ou habitam uma determinada região. Como a Arqueologia, salienta ele, às vezes os topônimos podem ser a única evidência da presença histórica de grupos humanos em uma área geográfica. Assim, Salazar-Quijada relaciona a importância da Toponímia na aplicação teórica e prática em diferentes áreas do conhecimento humano, como a atividade cartográfica, a jurídica, a histórica, a folclórica, a político-administrativa, a lingüística, bem como a importância patrimonial, viária e social dos topônimos.

O referido autor argumenta, então, que os mapas, frutos da atividade **cartográfica**, possuem, como os homens, um corpo e um espírito. O corpo corresponde à representação do território e o espírito à sua nomenclatura geográfica. Desse modo, em uma equipe de cartografia, é fundamental a presença de um toponimista com formação sólida, pois um erro na nomenclatura de um mapa pode trazer graves conseqüências para seus usuários.

Com relação à importância **jurídica** dos topônimos, ressalta-se que a imprecisão de nomes geográficos em propriedades públicas e privadas pode levar a sérios problemas de ordem legal. Se os limites de uma propriedade não estiverem sustentados por uma base toponímica clara e firme ela se encontra em situação de problema legal de difícil solução. Torna-se evidente, portanto, que grande parte dos atos jurídicos envolve considerações toponímicas.

Igualmente, é por meio dos topônimos que se identificam acidentes naturais e culturais, razão pela qual os geógrafos necessitam conhecer em detalhes tanto a geografia física, como a geografia humana, a geografia regional ou a urbana. Os topônimos são, pois, importantes para a área espacial por relacionarem o homem ao ambiente. Por isso, para a **Geografia**, eles constituem pontos de partida para numerosas investigações.

Da mesma forma, um topônimo é um dado **histórico** por meio do qual um historiador pode reconstruir a cultura de um povo: sua economia, seus movimentos migratórios, aspectos linguísticos e aspectos da vida social e espiritual das pessoas que habitam ou habitaram uma região. Dentro desta perspectiva, a Toponímia conta uma história clara que pode ser compreendida com o auxílio de outras disciplinas. Pode contar, por exemplo, sobre origens indígenas, africanas, colonizações portuguesas e sobre imigrantes diversos (europeus, japoneses, etc.) que nomearam cidades e acidentes gráficos do país. Neste sentido, a nomenclatura geográfica do território brasileiro, “em sua gama variada de colorido e constituição lingüística, revela, para o estudioso, muito do passado histórico da terra e da

gente que aqui viveu, numa diversidade característica que, apesar de acentuada, não desfigurou, em nada, o sentido nacional comum” (Dick, 1990b, p. 104).

Por outro lado, várias são as referências toponímicas feitas pelos povos em suas manifestações **folclóricas**. Os topônimos aparecem em inúmeras produções literárias e em expressões culturais (nomes de acidentes geográficos, estados e cidades fazem-se presentes em músicas e poemas). Veja-se, por exemplo: */.../ Mandei fazer um barquinho/da casca do camarão,/para levar o meu bem/de Santos ao Cubatão./.../ Adeus, Curitiba triste/alegres Campos Gerais;/eu sou aquele que disse/que a São Paulo não vou mais.* (In: Amaral, 1982, p. 144).

Para as atividades **político-administrativas**, a Toponímia é, também, muito importante por permitir a fixação dos limites de um município, distrito, estado e até limites internacionais. A política cadastral de arrecadação de impostos fundamenta-se em referências toponímicas, já que os topônimos permitem situar as propriedades públicas e privadas, diferenciá-las e demarcá-las com precisão. Um descuido na correta escritura de sua localização pode ocasionar sérios inconvenientes para o cadastro nacional.

Além disso, um dos principais fundamentos da Toponímia diz respeito à explicação etimológica dos topônimos e nesse sentido está intimamente ligada à **Lingüística**. De fato, a Toponímia é um fenômeno lingüístico aplicado a fenômenos geográficos. O homem, pela sua fala, designa e diferencia cada um dos fenômenos geográficos e culturais ao seu redor. O lingüista, por sua vez, ao estudar os nomes geográficos antigos e históricos, pode chegar a conclusões importantes, ao obter nomes geográficos aborígenes e com sua conseqüente análise etimológica proporcionar à História valiosos dados de reconstrução do passado.

Por ser acervo cultural de um país, a Toponímia deve ser considerada de **patrimônio nacional**. Sabe-se que os habitantes de um país sentem orgulho de seu território, do nome do país, do estado e do município, haja vista que tais topônimos, produtos históricos de

conquistas e colonizações, particularizam-nos do resto do mundo e dão personalidade própria ao país. Portanto, se se conservam os símbolos pátrios, os monumentos históricos, o patrimônio arqueológico, os costumes e os recursos naturais, os topônimos também devem ser conservados.

No tocante à importância **viária**, a Toponímia serve de orientação para o viajante que percorre as estradas do território, pois é por meio dos topônimos, nos mapas, que os viajantes se orientam, determinando a origem e o destino de sua viagem. Ademais, a aplicação mais prática dos topônimos está nos avisos e letreiros, dos quais constam os nomes das localidades para orientar o usuário.

Por fim, destaca-se que a Toponímia também é de suma importância para a vida **social** de uma comunidade, de tal forma que para seus habitantes não é cabível alterar nomes já fixados na mente da população, nomes que foram dados aos lugares em memória de fatos históricos e do cotidiano da comunidade ou em honra a pessoas proeminentes da história local. Igualmente, erros em ortografia e pronúncia do nome da localidade podem ocasionar situações constrangedoras, pois há um sentimento social de orgulho pela associação de Toponímia com o lugar que designa. Da mesma forma, é arbitrário que se altere um topônimo sem que seus habitantes permitam: o topônimo é para o lugar o que o nome próprio é para a pessoa, não se muda sem o seu próprio consentimento. Em vista disso, os toponimistas, de um modo geral, são contrários às alterações dos designativos já implantados em um meio geográfico, definidores das peculiaridades locais.

Na toponímia paranaense, destacam-se vários topônimos para os quais houve tentativas de substituição, o que não foi aceito pela população local. Veja-se, por exemplo, dentre tantos outros, o atual topônimo paranaense *Balsa Nova* (município pertencente à bacia hidrográfica do rio Iguaçu) que teve por motivação uma balsa feita em 1891, cujo objetivo era cruzar o rio Iguaçu. O sucesso obtido na construção da referida balsa fez com que a primitiva

denominação do lugar, *Rodeio*, fosse gradativamente esquecida, pois na época era comum ouvir dos habitantes locais e circunvizinhos a expressão: “Vamos ver a balsa nova!”, razão pela qual originou a atual denominação. Contudo, em 1938, a localidade passou a denominar-se *João Eugênio*, numa homenagem a um morador da cidade. O ato extremamente político não agradou a comunidade, que lutou até ver restabelecida a denominação de *Balsa Nova*, o que se concretizou oficialmente em 1954.

Deve-se considerar, no entanto, que não se quer com isso afirmar que a Toponímia é estática. Ao contrário, ela se polariza entre o estático e o dinâmico, pois segundo Dick, “a Toponímia é dinâmica, no sentido de atuar, concomitantemente, ao acontecido, registrando-o de imediato, quando for o caso, e tornando-o apto às pesquisas” (1990b, p. 207). Enquanto seu caráter estático está voltado para a conservação daquilo que já foi “objeto de um processo factual, impedindo perdas” (p. 207), às vezes de difícil reposição.

Daí depreende-se a importância dos estudos toponímicos e de sua sistematização, sobretudo nos domínios geo-históricos, sócioeconômicos e antro-lingüísticos.

A seguir, apresentam-se sinteticamente a evolução histórica da Toponímia e alguns estudos que embasaram a presente pesquisa.

2.4 Cronologia e Sistematização dos Estudos Toponímicos

2.4.1 Panorama geral da Toponímia

Embora a nomeação dos lugares seja prática tradicional do homem, o estudo dessa categoria foi receber maior interesse, por parte de pesquisadores, no final do século XIX. Dick

(1990b) apresenta em suas pesquisas a evolução histórica da Toponímia até chegar à sistematização da disciplina.

A Toponímia começou a ser sistematizada na Europa, mais particularmente na França, por volta de 1878, quando Auguste Longnon introduziu os seus estudos na *École pratique des Hautes – Études* e no *Colégio de França*. Esses estudos foram retomados na mesma escola, em 1922, por Albert Dauzat que funda, uma década depois, *Revue des Études Anciennes*. Mais tarde, em 1938, Dauzat organizou o *I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia*, realizado em Paris, com a participação de vinte e um países, trazendo para esses estudos: a) a realização periódica de Congressos Internacionais de Toponímia e Antroponímia; b) a organização de uma sociedade Internacional de Toponímia e Antroponímia; c) a criação em cada país, de departamentos oficiais para elaboração de glossários de nomenclatura geográfica; d) a sistematização dos processos de pesquisa.

Para 1941, havia sido marcada a realização do II Congresso, em Munique, mas devido à 2ª Guerra Mundial, este foi realizado somente em 1947, em Paris. O III Congresso realizou-se em Bruxelas, em 1949, e a partir desse momento foi organizado um secretariado internacional permanente em Lovaina, conhecido mais tarde como *Comitê Internacional de Ciências Onomásticas*, o qual, dentre outras tarefas, assumiu a publicação da revista *Onoma*, desde 1950. Tais Congressos vêm sendo realizados com regularidade em diferentes regiões e para se ter uma idéia da diversidade de assuntos discutidos, no que se refere a alguns países e algumas temáticas, citam-se alguns dentre eles: relativamente à África foram analisados problemas referentes à forma de registro dos topônimos nativos em razão da heterogeneidade lingüística e da romanização da toponímia; apanhado geral sobre toponímia sul-africana; toponímia berbere no Saara Ocidental; toponímia marroquina e grafia; formação dos nomes tribais dos berberofones do Marrocos. Em relação à Turquia, discute-se a influência dos

topônimos da Ásia Média sobre a Ásia Menor (em razão da imigração) e a relação entre Toponímia e vida social, em Istambul.

Depois das diretrizes traçadas por Albert Dauzat para a toponímia francesa e das sugestões dos americanos e canadenses, entre outros, hoje os estudos toponímicos apresentam uma nova realidade, comprovada por técnicas de trabalho cujas metas seriam as etapas científicas da análise, seleção, interpretação e classificação dos fatos onomásticos. Essas metas foram apresentadas em Comunicação à primeira conferência regional sul-americana sobre a padronização de nomes geográficos, em setembro de 1973, pelo seu vice-presidente, Francis Gall, da Guatemala. A partir de então, surgiram alguns trabalhos na América do Sul, seguindo tais orientações.

Os estudos sobre os nomes geográficos são recomendados, desde a década de 1960, pela Organização das Nações Unidas, que necessita de uma cartografia precisa, com a normalização da ortografia dos topônimos. Já em 1970, o Peru fundou o *Instituto de Investigações Toponímicas*; o Panamá, em 1972, publicou uma parte do *Dicionário Geográfico*, compreendendo topônimos das quatro primeiras letras do alfabeto.

Na Venezuela, o antropólogo e toponimista Salazar-Quijada (1985) atesta que não há em seu país, do ponto de vista legal, nenhum organismo encarregado de oficializar a cartografia dos nomes geográficos, nem há critérios objetivos para designar nomes e acidentes, ou outros elementos naturais e culturais. As denominações, segundo ele, se realizam sem critérios sistemáticos, obedecendo mais a razões afetivas e a fatores políticos do momento, que a juízos históricos e sociais. O autor salienta ainda que toda ciência e todo conhecimento especializado exigem terminologias, nomes qualificativos que sirvam para determinar fenômenos ou objetos a fim de relacioná-los e transformá-los.

Apesar disso, Salazar-Quijada assinala que a Direção de Cartografia Nacional tem cumprido seu papel já que, por razões da própria índole dos trabalhos que realiza, necessita de

que a nomenclatura dos mapas seja fidedigna em sua Toponímia e ofereça uma informação cartográfica que seja reflexo objetivo da realidade geográfica e humana.

O referido pesquisador propõe uma taxionomia dos topônimos que é base para um estudo mais sistemático dos nomes de lugares. Tal classificação considera cinco aspectos dos topônimos: seus elementos; sua extensão; sua localização; sua aplicação; seus motivos. Estes últimos fornecerão a informação mais importante para a devida sistematização. Assim, o nome de uma cidade ou de um acidente geográfico é estudado sob diferentes enfoques (e não apenas a origem da palavra). De acordo com sua proposta, surgem, então, diversos grupos de topônimos, como hagiopônimo (São João do Ivaí), minerotônimo (Diamante do Norte), fisiotônimo (Planalto), entre outros.

No Chile, Lillo (1990) analisa os topônimos de origem pré-hispânica (mapuche), hispânica e germânica da província de Valdivia. Para esse autor, o estudo da Toponímia de uma região implica enfrentar vários riscos e dificuldades que dizem respeito às características, à geografia, à história e à cultura do território escolhido para análise, exigindo, portanto, por parte do pesquisador, um maior conhecimento do lugar, do ponto de vista histórico, geográfico ou humano. Lillo aponta alguns aspectos positivos e negativos que o estudo da Toponímia apresenta. Para ele, é positivo porque se relaciona com outras disciplinas, como a História, a Geografia, a Etnologia, a Botânica, a Zoologia, a Filologia e outras especialidades que proporcionam o conhecimento humano. Neste sentido, a Toponímia atua em cada uma das referidas ciências como suporte lingüístico, como testemunho do passado, tendo em vista que ela apresenta antecedentes sobre determinados grupos étnicos que estiveram relacionados com a terra.

Por outro lado, segundo esse pesquisador, a Toponímia pode se tornar a “ciencia del acertijo”. Dessa forma, as cômodas e abundantes versões populares, ainda que possam ser úteis em alguns casos, estariam mostrando o lado negativo da disciplina. Entretanto, essa

situação pode ser superada se o pesquisador dispuser de uma documentação séria e fidedigna que lhe permita rastrear um nome e levar a efeito a análise lingüística. Outra dificuldade que a investigação toponímica pode oferecer e que, às vezes, torna até impossível a interpretação dos nomes é a superposição de camadas lingüísticas e a deformação fonética a que estão submetidos os topônimos ao longo do tempo (como resultado das invasões, colonizações, etc.) pela pronúncia das sucessivas gerações que habitaram um determinado lugar.

Observe-se, por exemplo, o que ocorreu com um topônimo francês: segundo Lillo, uma capela da catedral de Metz era denominada, na Idade Média, *Sanctus Petrus Major* (século VIII), *St – Pierre li Majeur* (século XIII); entretanto, *majeur* ‘maior’, comparativo de grande, envelheceu e se perdeu em francês, sendo substituído por *plus grand*. Mais tarde, o povo que já não compreendia *li majeure*, transformou-o, a partir do século XVI, em *St – Pierre l’y Magier* (y magier: “vendedor de imagens”) e como este também envelheceu, finalmente o nome da capela se transformou em *St – Pierre aux – images* (São Pedro das Imagens). Dessa forma, observa-se que pelas transformações ocorridas o nome atual da capela deixou para trás sua verdadeira motivação, qual seja São Pedro *o Maior*.

Esse pesquisador lembra, ainda, que considerar a etimologia como única alternativa para interpretar um topônimo é um erro. A etimologia serve para decifrar incógnitas em relação à classificação dos nomes, mas é conveniente reservá-la como último recurso e não utilizá-la com caráter de metodologia e de forma sistemática. Ele postula que “... muchos nombres de lugar pueden tener su explicación en motivaciones extralingüísticas, ya sea en una razón histórica, geográfica, de tradición popular o de otra índole y en estos casos no convendría gastar tiempo en averiguar su etimología” (Lillo, 1990, p. 11). Neste ponto, em partes, discorda-se desta teoria de Lillo, por acreditar-se que a etimologia seja importante, sim, na interpretação de muitos topônimos que, pelo distanciamento do denominador, já se tornaram opacos.

O autor exemplifica, dentre outros, com o topônimo que denomina o lugar, praia, povoado e forte *de Niebla*, situados ao norte da foz do rio Valdívia. Segundo Lillo, é comum ouvir, inclusive de pessoas cultas, que a origem do nome se deve à abundância de neve no lugar. Entretanto, por razões históricas sabe-se que o motivo do nome é outro, ou seja, a motivação deve-se à fundação do *Castillo de Niebla* em 1645, nome que homenageava o encomendeiro e primeiro habitante do lugar, Francisco de Niebla. Nesse caso, o autor argumenta que a explicação do nome obedece a uma razão histórica e não climática.

Neste sentido, explicação semelhante recebe o topônimo paranaense *Laranjeiras do Sul*, por exemplo. *Laranjeiras*, etimologicamente, é denominação de uma árvore; porém a investigação do histórico do município esclarece que a origem do referido topônimo é uma homenagem ao Dr. Laranjeiras, cidadão humanitário e prestativo que deixou seu nome na lembrança das famílias da localidade. Diante disso, se o topônimo não estiver registrado, historicamente, em fontes fidedignas, a pesquisa toponímica resultará em longo e improfícuo caminhar entre hipóteses e sugestões que dificilmente conduzirão à “verdade” do designativo.

Em seu trabalho Lillo aborda, ainda, a questão da substituição do nome de lugares. Para ele, o processo de extinção de um topônimo não obedece a leis fixas, mas se apresenta como um fenômeno espontâneo que se repete com frequência e está sujeito a diferentes motivações, algumas externas, tais como históricas, antroponímicas (nomes de novos proprietários da terra), descobrimento de minerais e exploração do solo, novas vias de comunicação, transformações geográficas por causas naturais ou por intervenção do homem, extinção do grupo étnico; outras internas, como a adoção do significante por outra língua e até trocas motivadas pela própria vontade do explorador. Neste sentido e do ponto de vista histórico, Menéndez Pidal (apud Lillo, 1990) destaca que, quando os romanos chegaram à Espanha, impuseram, curiosamente, topônimos idênticos a outros do Sul da Itália e que

dezoito séculos mais tarde, os colonizadores espanhóis fizeram o mesmo, repetindo o nome de cidades de sua pátria ou batizando as terras do novo mundo com seus próprios sobrenomes.

Passa-se, a seguir, à apresentação dos estudos toponímicos no Brasil.

2.4.2 Toponímia no Brasil

No Brasil, apesar de durante muito tempo os estudos toponímicos terem sido relegados a um segundo plano, há contribuições significativas que merecem registro. Assim, destaca-se a obra clássica de Sampaio (1955), *O tupi na geografia nacional*, publicada em 1902 e reaparecida em consecutivas edições. Essa obra é considerada de fundamental importância para os estudos tupis, razão pela qual é “...um dos livros mais consultados pelos nossos indianistas, historiadores e geógrafos. Muitos estudiosos da língua tupi lhe devem a maior parte dos seus conhecimentos, dos seus argumentos, o arremate final às suas elucubrações” (Frederico Edeweis, prefácio da 4ª edição, 1955).

A referida obra mereceu também o reconhecimento de Cardoso (1961), pela profundidade das investigações e pela seriedade das análises a que os vocábulos foram submetidos na determinação de sua etimologia: “esse trabalho foi sem dúvida um dos grandes marcos a assinalarem, na literatura brasílica, um momento histórico” (p. 323).

Cardoso (1961), por sua vez, difundiu a etimologia de alguns topônimos brasílicos da Amazônia oriundos dos dialetos não tupis: caribes, aruaques e bororos. Nesse trabalho, o autor lamenta que, relativamente ao Brasil, muito pouco se tem feito nos domínios da Toponímia e que um plano sistematizado, que abranja, em seu estudo, as diversas zonas do território brasileiro ainda não foi tentado. Para ele, um trabalho árduo e de tão difícil

realização, como esse, só poderá ser levado a efeito com o auxílio e a colaboração oficiais. “E, no Brasil, nenhuma instituição está mais indicada, pela serenidade que imprimiu aos seus trabalhos, do que o prestantíssimo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para a realização dessa imensa obra de brasilidade” (p. 315).

Cardoso atesta que muitos topônimos brasílicos, para cuja explicação da etimologia tupi têm sido feitas verdadeiras acrobacias filológicas, encontrariam, em uma das outras línguas indígenas americanas, um étimo tão simples. Exemplifica com o topônimo *Parima*, que em um livro, há tempos publicado, vem a explicação da defectível etimologia tupi – de ‘para’, rio e ‘imã’, serra. Entretanto, segundo o autor, o vocábulo não é de origem tupi, mas sim de origem caribe, derivado de ‘parú’, rio, água e de ‘imã’, que significa o pai, o formador. *Parima*, portanto, significa “pai das águas”, “denominação que, uma vez mais, vem confirmar, como já se disse, a admirável precisão do indígena em crismar os acidentes geográficos” (1961, p. 21). Outro exemplo seria o topônimo *Caciquiári*, para o qual Martius propôs a etimologia – ‘caá’, árvore; ‘icica’, resina e ‘i’, rio. O étimo, contudo, não é de origem tupi, mas derivado do aruaco e provém de ‘cacique’, principal e ‘ári’, rio: rio do principal.

Um outro pioneiro da Toponímia Brasileira que merece ser lembrado é Drumond (1965). Em seu trabalho, o autor salienta que, dentre os estudos brasileiros, um dos mais negligenciados era, sem dúvida alguma, o referente a nomes de lugares e destaca a posição da Toponímia no Brasil, que, segundo ele, tradicionalmente não usava métodos apropriados para a descrição dos topônimos, consistindo, principalmente, em listagens de nomes de origem indígena, acompanhados ou não de um significado etimológico.

Para esse pesquisador, aspectos importantes na análise dos fatos toponímicos, como a história das transformações dos nomes de lugares; a sua evolução fonética; as alterações de diversas ordens; o seu desaparecimento; a sua relação com as migrações, a colonização, os

estabelecimentos humanos e o aproveitamento do solo; os nomes inspirados por crenças mitológicas visando algumas vezes a assegurar a proteção dos santos ou de Deus, seriam, assim, deixados de lado pelos estudiosos da área. Isso levou Drumond, em 1965, a concluir, com pessimismo, que efetivamente o Brasil ainda não possuía toponimistas.

Na realidade, a Toponímia como disciplina científica e oficial é ministrada, em território brasileiro, somente na Universidade de São Paulo, de onde têm saído os principais trabalhos na área em nível de mestrado e doutorado. A propósito há que se salientar o ingente esforço e determinação da professora doutora Maria Vicentina do Amaral Dick, dessa Universidade, que há mais de vinte anos dedica-se aos estudos para o Atlas Toponímico do Brasil e tem inspirado os Atlas locais e estaduais como o ATEPAR e os Atlas Toponímicos do Mato Grosso do Sul, do Maranhão e de Tocantins, embora ainda não conte para suas pesquisas com o apoio de outros órgãos do governo.

Um dos trabalhos desenvolvidos por Dick (1990a) está dividido em dois grupos distintos: o primeiro voltado para a colocação de princípios teóricos da disciplina, ou de um modelo de trabalho, dentro da temática escolhida; e o segundo voltado para a análise, envolvendo as taxionomias toponímicas e o estudo dos motivos toponímicos nelas contidos. Esse trabalho constitui uma fundamental fonte de pesquisa para quem quer especializar-se neste campo de estudo por revestir-se de qualidades estruturais e científicas inovadoras. A esse respeito expôs Drumond ao prefaciá-la a referida obra:

Não temos dúvida assim, em afirmar, nesta apresentação, ser este trabalho dos mais importantes já elaborados no Brasil sobre o assunto. Os estudos de Toponímia Geral e, em particular, de Toponímia Brasileira foram sobejamente enriquecidos com esta obra. /.../ Qualquer rol bibliográfico sobre Toponímia Brasileira deverá conter, obrigatoriamente, não só os trabalhos anteriores da Prof^a Maria Vicentina, mas principalmente este, que nos mostra, em profundidade, como o homem brasileiro nomeou os acidentes “físicos” e “humanos” (1990a: 12-13).

Para a referida pesquisadora, a Toponímia do Brasil não é um todo homogêneo. Apresenta configurações que remontam, em suas origens, às várias famílias indígenas que habitaram e/ou habitam o país. Os nomes de origem tupi, na nomenclatura brasileira, distinguem-se pelo dado memorialista. São os nossos “fósseis” toponímicos, resíduos culturais de um tempo e de uma época, mas ainda produtivos do ponto de vista da herança social (Carimã – PA, Mairiporã – SP, Caipora – PE, Ubá – MG, Arapongas – PR). Ao lado destes, surge uma parcela menor de nomes de outras famílias nativas, não tão conhecidas como a Tupi, mas oficializadas (do aruaco: Amajari – AM, Juína – MT; do caingangue: Goio- Erê – PR, Erechim – RS; do bororo: Adugori, Kudorori; dentre outras). Nota-se também, embora quantitativamente menor, do ponto de vista da nomeação de lugares, a presença africana (Cabaças – PB, Quilombo – MG, Mocambo – CE, Loanda – PR, Cubatão SP). E, em proporção mais restrita, ocorrem topônimos de natureza estrangeira, frutos de uma imigração iniciada a partir da segunda metade do século XIX (do japonês: Assaí – PR; do francês: Corbélia, Xambrê – PR; do italiano: Sabáudia – PR, Nova Veneza – SP; do espanhol: Astorga, Miraselva – PR, Nova Galícia – SC, Espanha – PA; do alemão: Nova Friburgo – RJ).

Portanto, o estudo toponímico, relativamente ao Brasil, comporta considerações referentes não só aos nomes de origem portuguesa, como aos dos dois outros adstratos lingüísticos coexistentes desde os primeiros momentos da história do país, o indígena e o africano, bem como do moderno contingente de nomes resultantes da imigração. Assim, há de se considerar que em cada uma dessas camadas línguo-toponomásticas, uma tendência motivadora própria pode ser apontada, característica do elemento que as define, visto que

O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Ao contrário, reflete, de perto, a própria substância ontológica do social, onerado que está de uma profunda carga significativa. Um solo agreste, um clima árido, uma vegetação pobre ou abundante, uma escassês (sic) hidrográfica, a peculiar atividade regional ou, por outro lado, a relativa segurança econômica e as

tendências artístico-religiosas predominantes na localidade, tendem a configurar, com precisão, o sistema toponímico em espécie, aberto a todas as feições culturais (Dick, 1990b: 48).

Partindo dessa constatação, Dick procura interpretar a Toponímia como um complexo línguo-cultural, que torna o estudo toponomástico um dos mais sugestivos no campo das disciplinas lingüísticas. Dessa forma, ao especialista da matéria abre-se um amplo campo de investigação e não será pretensioso de sua parte objetivar o encontro de vinculações entre o nome de lugar e as características que subordinam o denominador à sua época.

De acordo com essa pesquisadora, é certo que, ao longo da heterogeneidade das motivações designativas, alguns nomes surgem com maior insistência ou freqüência que outros e que alguns mecanismos de nomeação são bem mais comuns em determinados estágios ou períodos da vida coletiva, como é o caso dos nomes descritivos, que retratam o lugar em si, pelas suas próprias dimensões caracterizadoras. Isso levou os toponimistas a pesquisar as origens da denominação em duas fontes principais: uma considerada “espontânea” ou popular, sem uma autoria identificável à primeira vista, porque nascida no seio da população e não individualizada; e outra, conhecida como sistemática ou oficial, atribuída aos descobridores, aos dirigentes ou ao poder de mando, legitimamente constituído ou não.

Assim, para a autora, a Toponímia consolida-se como um fator globalizante e não meramente complementar de outros estudos, na medida em que usa de um repertório de ocorrências culturais, explicando-se não apenas pelo recorte de um único universo, mas de vários outros que contribuem para sua formalização e especialização.

Segundo Dick, há um estreito vínculo entre objeto denominado e o seu denominador e isso leva a toponímia taxionômica ao estudo das motivações das designações. O mecanismo da nomeação, causado por influências externas ou subjetivas, transparece em topônimos das

mais diversas origens. Assim, a tessitura toponomástica, constituída de um amálgama de nomes, deve passar por uma “ordenação ou catalogação a partir, agora, não do doado, e sim do produto gerado” (Dick, 1990b, p. 26), haja vista que num primeiro momento, é o homem quem escolhe um determinado nome e permite que os impulsos que sujeitaram o ato da nomeação sejam verificados; num segundo momento, é a denominação que irá condicionar e determinar os rumos dos estudos toponímicos.

Com relação ao Brasil, há que se registrar ainda a pesquisa de Staub (1986), na qual o autor faz um estudo sobre a formação dos topônimos de Santa Cruz do Sul (RS), analisando os inúmeros topônimos germânicos que constam do mapa que Gaspar Bartolomay, então prefeito daquele município, mandou elaborar em 1922. Muitos desses topônimos são ainda hoje usados, regularmente, pelos colonos: *Hungriger Walf* (lobo faminto), *Fingerhut* (dedal). Nomes de autoridades do país e da província, bem como nomes de celebridades originaram vários topônimos da região, não raro precedidos pelo qualificativo São/Santo/a. É o caso de São Felipe Neri, em homenagem ao tenente coronel Betbeze de Oliveira Nery, Inspetor Geral das colônias.

Segundo Staub, os topônimos de Santa Cruz são provas palpáveis da presença de alemães na localidade. Nomes dados a localidades formaram justapostos híbridos (um constituinte alemão e um português): Alte Pikade (Picada Velha), Linie Shweren (Linha Shwerin). Para ele, são freqüentes, em toponímicos nos municípios de São Leopoldo, Montenegro, Caí e Bom Princípio, os constituintes portugueses “picada” e “linha” que são traduções do alemão “Schneise”. Staub constatou também que em Santa Cruz do Sul houve mais influência alemã na formação de topônimos do que em qualquer outro município gaúcho.

Entre os trabalhos mais recentes que sistematizam a Toponímia Brasileira, destaca-se pela importância o estudo realizado por Isquerdo (1996), em que a autora inventaria, e analisa

o léxico utilizado pelos seringueiros do Estado do Acre, incluindo o signo toponímico. Organizados em campos lexicais, a autora analisa os itens, conforme os traços semânticos comuns entre eles. Para isso, trabalha com cinco campos semânticos agrupados em torno dos sintagmas: crença no futuro, nomes descritivos do ambiente, indicadores de origem, valorização da cultura regional e sentimento religioso. Sua proposta é explorar a carga semântica contida nos topônimos selecionados, destacando a relação entre escolha dos nomes dos seringais e o percurso histórico e as perspectivas do grupo.

Em Minas Gerais, Ramos e Venâncio (2002) realizaram um estudo da Toponímia, investigando de um lado os nomes das cidades mineiras, sua permanência e substituições, ao longo dos séculos XVII a XX. Por outro lado, segundo os mesmos critérios, esses pesquisadores focalizaram os nomes das favelas de Belo Horizonte. Os autores percorreram os caminhos pelos quais os topônimos mudam e procuraram demonstrar que a troca de nomes é sistemática, revelando a influência de fatores sócio-históricos, o que pode ser visto nas etapas: nome descritivo>nome religioso>nome indígena>nome de pessoa>nome com sufixo -polis ou -lândia.

Para eles, embora esse percurso nem sempre seja completo, a ordenação mantém-se: “não encontramos nenhum nome de personagem que tenha sido substituído por nome descritivo, nem tampouco um nome terminado em -polis que tenha sido substituído por um nome descritivo ou indígena. O fato de a ordem ser mantida constitui uma evidência a favor da ordem acima” (2002, p. 118). Por exemplo: i) Campo do Lima > São José das Formigas > São José do Paraíso > ... > Paraisópolis; ii) Calado > Santo Antônio do Piracicaba > Coronel Fabriciano > ...

Segundo Ramos e Venâncio, tais etapas refletiriam diferentes graus de interferência de instituições sócio-políticas. Inicialmente, tem-se organizações de âmbito local, daí o nome descritivo, referindo marcas específicas do lugar denominado. Em seguida, instituições de

âmbito mais amplo, como a igreja, manifestada através de nomes religiosos. Posteriormente, é assinalada a presença do estado absolutista, através de nomes de reis, rainhas e príncipes. Um novo momento assinala a força do poder público, através do estado nacionalista, fazendo ocorrerem nomes indígenas e de heróis. No último momento, uma tendência internacionalmente faz ocorrerem os sufixos *-polis* e *-lândia*. Pelo menos duas destas etapas estão presentes também nos nomes de favelas.

No Mato Grosso do Sul, Schneider (2002), orientada de Isquierdo, analisou os topônimos referentes aos nomes dos acidentes físicos (baías, corixos, cordilheiras, córregos, ilhas, morros, rios) do Pantanal Sul-matogrossense, procurando relacioná-los com a cultura e a sociedade. Essa pesquisadora constatou no *corpus* a predominância dos topônimos de natureza física, sobressaindo-se os zootopônimos (43) e os fitotopônimos (37), o que, segundo ela, representa a enorme riqueza ambiental da região, em termos de variedades de fauna e flora. Verificou ainda uma grande incidência de topônimos de origem tupi, como Anhuma, Capivara, Jacaré e Piranha.

Com relação aos zootopônimos, a autora destaca que a maioria dos animais representados na realidade da toponímia sul-matogrossense são espécies da região: corixo Capivara, vazante da Garça, córrego Baguari, corixo Jaguatirica, córrego Jibóia. Para Schneider, os zootopônimos estudados mostram uma relação do nome com o ambiente físico da região. Quanto aos fitotopônimos, a autora argumenta que nomes como córrego das Flores, córrego Jatobá, vazante Aguaçu, vazante Caragatá retomam aspectos da flora, descrevendo a realidade ambiental por meio da retomada do conjunto da vegetação existente na região pantaneira.

No que tange às taxionomias de natureza antro-po-cultural, de acordo com Schneider, no Pantanal Sul-matogrossense sobressaem-se os antropotopônimos (22) e estes são constituídos de (i) prenomes (córrego Benjamim, rio Marcelino); (ii) por sobrenomes (vazante

Santana, morro do Zanetti); (iii) por conjuntos onomásticos completos (prenomes + sobrenomes) (córrego João Leme, baía Pedro Batista).

Por fim, apresentam-se os estudos toponímicos realizados no Estado do Paraná.

2.4.3 Estudos toponímicos no Paraná

No Paraná, Ferreira (1996), depois de fazer uma síntese da formação histórica do Paraná e da história política desse Estado, apresenta um resumo da história de trezentos e setenta e um (371) municípios paranaenses, incluindo dados de localização, clima, dependência genealógica dos municípios, bem como a etimologia e a origem de seus nomes. Mais recentemente (1999), o autor apresenta um trabalho que, segundo ele, constitui parte integrante do projeto cultural “Cidades Brasileiras – Origem e Significado de seus Nomes”, que visa à elaboração de uma coleção sobre o significado e a origem histórica de todos os municípios brasileiros. Nesse trabalho, Ferreira (1999) trata da questão toponímica e etimológica dos municípios paranaenses, apresentando, num primeiro momento, a origem do nome do Estado do Paraná, seguida da apresentação da etimologia e origem histórica dos nomes de trezentos e noventa e nove (399) municípios paranaenses. É importante lembrar que trabalho similar (também de lançamento recente) foi elaborado pelo autor sobre os municípios mato-grossenses.

Em Londrina, a professora Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera, que há alguns anos vem se dedicando aos estudos dialetológicos no Paraná, ao ministrar a disciplina de Dialetologia e Sociolingüística no curso de Especialização em Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Londrina, no primeiro semestre de 1995, chamou a atenção dos

alunos para a ausência de estudos toponímicos no Estado, como forma de apreender e interpretar as raízes e os processos histórico-político-sociais da denominação espacial paranaense. A partir de então, e após um curso ministrado pela prof.^a Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick aos alunos do curso de Especialização em Língua Portuguesa, vários trabalhos monográficos foram e continuam sendo realizados na área da toponímia paranaense, o que motivou professores e alunos para a realização do *Atlas Toponímico do Estado do Paraná – ATEPAR*.

Sob a coordenação da professora Dr.^a Maria Antonieta Carbonari de Almeida, desenvolveu-se, durante quatro anos, no Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da referida instituição o projeto ATEPAR, que buscou sistematizar os topônimos paranaenses e, assim, contribuir com os estudos dos topônimos do Paraná numa pesquisa mais abrangente, que tem como objetivo geral o *Atlas Toponímico do Brasil*, de autoria da pesquisadora Dick. Os resultados da pesquisa estão disponíveis aos demais estudiosos na Sala de Pesquisas em Letras, do Departamento acima referido.

Francisquini (1998) muito contribuiu para a pesquisa toponímica do Paraná, com um estudo dos topônimos de vinte e nove (29) municípios da Microrregião de Paranavaí, no Noroeste Paranaense, apresentando aspectos históricos, geográficos e econômicos da região e uma síntese do histórico de cada município. Além disso, apresenta um glossário com os topônimos da região em ordem alfabética com suas respectivas etimologias, taxionomias e motivações. No quinto capítulo de seu trabalho, analisa as taxionomias mais expressivas, destacando suas particularidades e frequência.

A referida pesquisadora constatou que na região analisada predominam as taxionomias de natureza antro-po-cultural, sobressaindo os antropotopônimos, hagiopotopônimos e corotopônimos. Ao referir-se aos antropotopônimos, ela afirma que “poucos desses são formações espontâneas que podem ter surgido assim: ‘a ilha onde vive a Sílvia’, ‘esta é a vila

da Leoni’, e outras denominações que lembram habitantes do local como Trajano (A – TR), Iara (C- SCM)” (1998, p. 194). Para a autora, no entanto, a maioria dos topônimos antropônimos analisados tem caráter voluntário e sua designação é influenciada, maciçamente, pelo antigo ou atual proprietário da terra, e em segundo plano, pelos governantes municipais; pelo topógrafo que demarcou a área na época da colonização; pelos moradores do bairro.

Em relação aos hierotopônimos, Francisquini atesta que é variada e extensa a sua formação, tanto do ponto de vista quantitativo, havendo, assim, topônimos que surgiram: a) pela construção de capela ao santo de devoção (Santa Luzia); b) pela associação do determinante Santa/ Santo/ São ao nome do dono da terra (São Vicente, em que a Vicente Filipack associou-se o adjetivo São); o adjetivo Santa/Santo pode também anteceder nomes de pessoas que não têm representantes no hagiológico católico (Eugênia, Esmeralda).

Quanto aos corotopônimos, a pesquisadora encontrou topônimos que se referem às correntes migratórias que adentraram a região, como Itapuã, Sumaré, Belo Horizonte, Criciúma, Itajaí, Mandaguari, Maringá, Curitiba, entre outros. “A maior parte dessas nomeações decorreu do transporte do povo que migrou para a região em estudo, e então, pela saudade e desejo de prolongar suas cidades em outras paragens foi designado os novos lugares com os nomes que lhes são familiares” (Francisquini, 1998, p. 206).

Ainda com relação ao estudo dos topônimos paranaenses, registra-se a pesquisa realizada por Albino (2002), no qual a autora realizou um levantamento dos municípios paranaenses que tiveram alterações em seus designativos, agrupou os topônimos em categorias que consideram o nome original do povoado e fez uma análise etnolinguística dos dados levantados, a fim de aclarar sua origem e os motivos da substituição. Por outro lado, a autora enquadrou os nomes atuais dos referidos municípios na taxionomia proposta pela pesquisadora Dick. Nesse trabalho, pretendeu-se verificar quais taxionomias sobressaíam na

denominação atual e constatou-se que o passado pode sobreviver no nome de lugar (*Três Barras do Paraná*). Mas, ao mesmo tempo, observou-se uma tendência a valorizar aquilo que é mais recente, haja vista o homem estar sempre em busca de um nome mais atual e de maior carga significativa para comunicar o seu momento histórico, o que levou à substituição de muitos nomes (*Aparecidinha do Oeste > Itaipulândia*).

Pelo levantamento realizado, e de acordo com os registros históricos encontrados, verificou-se que não há uma diretriz única a nortear a renomeação de um lugar: cada caso retrata a tradição e a história do grupo social. Como se pôde constatar, em certos momentos houve tentativas de substituição de algumas designações que já se achavam fixadas na mente do povo, com o intuito de desfazer homônimas. Entretanto, não houve meios de substituí-las pelas adotadas oficialmente, razão pela qual os denominadores acharam mais conveniente, nesses casos de resistência, manter o nome que já estava estabelecido, incluindo a este um termo modificador, de forma que as respectivas homônimas fossem desfeitas (Por exemplo, *Marilândia > Araruva > Marilândia do Sul*).

Por outro lado, alguns topônimos tiveram a supressão de uma parte do nome original, como, por exemplo, a eliminação do item lexical que denotava a religiosidade (*Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá > Paranaguá*) ou a omissão de complementos que se tornaram desnecessários por não haver homônimos (*Terra Roxa do Oeste > Terra Roxa*). Outro aspecto relevante na alteração dos nomes dos municípios do Paraná está relacionado à substituição de nomes ligados à religiosidade (*Nossa Senhora do Rosário > Dois Vizinhos*), demonstrando que a motivação religiosa nem sempre atua como fonte de motivação dos topônimos.

Destacou-se, também, a substituição de nomes bastante descritivos, que guardavam, como se fez sentir, ainda que em poucos exemplos, uma relação estreita com o local, seja descrevendo-lhe as características físicas (*Lajeado > Abatiá*) ou associando-o a incidentes ou

a fatos da cultura (*Feijão Cru > Marilena*). Muitas vezes tais nomes serviram como registro do “sentimento de mundo” do pioneiro que enfrentava as dificuldades da natureza (*Barreiro do Oeste > Boa Esperança*).

Pelo exposto, os topônimos descritivos sempre consignam uma carga sugestiva, suficiente para imprimir ao local que identificam uma característica própria ou uma nota peculiar, cujas razões são de fácil apreensão. É verdade que alguns desses designativos foram mudados em função de acontecimentos posteriores, muitos dos quais alheios à sensibilidade dos habitantes (*Barro Preto > Coronel Vivida*).

Constatou-se, ainda, que muitos povoados incipientes receberam suas denominações a partir do nome de um rio da região, porém, à medida que foram adquirindo uma perspectiva de progresso, acabaram por receber um outro nome (*Patrimônio Três Bocas > Londrina*). É importante lembrar que esta técnica de nomeação é muito freqüente na toponímia paranaense, razão pela qual há vários topônimos atuais cujas designações provêm do nome de um rio (*Ivaí e Jacarezinho*, por exemplo).

Entre os topônimos renomeados, observou-se o emprego expressivo de nomes de origem indígena, principalmente tupi, pontificando entre os elementos da flora (*Cambará*) e da fauna (*Andirá*) ou entre os acidentes hidrográficos (*Iguatu*). Ressalta-se que esses designativos, na toponímia paranaense, nem sempre foram originados diretamente dos indígenas, mas empregados pelos denominadores, refletindo o esforço do homem moderno em recuperar e preservar a cultura indígena por meio da Toponímia e, assim, manter vivos as tradições e os costumes dos primeiros habitantes do território brasileiro. Esses topônimos apresentam-se também em formas híbridas de indígena + português (*Corumbataí do Sul*) ou português + indígena (*Alto Piquiri*).

Cumpra também realçar algumas ocorrências de substituições particulares, ou seja, substituições que não se enquadraram nas categorias de análise preestabelecidas. Segundo se

pôde constatar, houve substituição de: a) nomes que expressavam o subjetivismo dos denominadores (*Reconquista* > *Alto Piquiri*; *Progresso* > *Jesuítas*); b) designativos que constituíam homenagens a pessoas (*Almeidópolis* > *Laranjal*), passando a valorizar um elemento da flora, abundante em várias regiões do país; c) um antropotopônimo por outro antropotopônimo (*Colônia Alfredo Chaves* > *Colombo*), o que equivale a retirar a homenagem prestada a alguém; d) antigos fitotopônimos, dos quais alguns foram substituídos por nomes de pessoas (*Jaracatiá* > *Enéas Marques*). Por outro lado, há casos em que o atual município se formou a partir de dois povoados (*Invernada/Bandeirantes* > *Bandeirantes*). Quanto a isso, observou-se que a maioria dos municípios atuais conservou uma referência aos nomes anteriores. Alguns topônimos, ainda, sofreram pequenas alterações (*Japuira* > *Japira*).

A pesquisa revelou que em muitos casos a alteração de um nome consubstanciou medida autoritária por parte dos governantes, o que muitas vezes levou à substituição de nomes que se adequavam, por méritos, às expectativas de vida dos denominadores.

Por outro lado, observou-se que, na nomenclatura atual, as classificações taxionômicas mais produtivas estão entre os fatores antro-po-culturais com destaque para as designações constituídas a partir de nomes de pessoas (**antropotopônimos**), de nomes de santo/santa do hagiológico católico (**hagiotopônimos**) e de nomes referentes a outros topônimos preexistentes (**corotopônimos**).

Os dois primeiros são distribuídos em dois blocos de nomes dedicatórios: um em torno do nome de pessoas que, de uma forma ou de outra, mereceram ser homenageadas (*Braganey, Manoel Ribas, Prudentópolis, Wenceslau Braz, Francisco Beltrão, Marilena*) e o segundo em torno do devocionário dos grupos humanos (*São João do Ivaí, São Jerônimo da Serra*). Já o terceiro se caracteriza pela reiteração de topônimos de uma região à outra (*Altamira do Paraná, Sabáudia*) e, principalmente, pela referência ao nome de um rio da localidade (*Cambé, Ivaí*).

Dentre as taxionomias de natureza física sobressaíram-se os **fitotopônimos**, os **geomorfotopônimos** e os **hidrotopônimos**. Os primeiros, talvez, por serem uma fonte de recursos econômicos (*Cafeara, Cafelândia*), fonte de alimentação (*Abatiá, Jaboti, Laranjal*), ou porque fazem parte da vegetação nativa (*Curitiba, Araucária*). Já os geomorfotopônimos são em sua maioria designações que surgiram pelo desejo de comunicar um aspecto mais saliente da localidade (*Campina Grande do Sul, Cerro Azul*). Por sua vez, o aparecimento de topônimos de natureza hidronímica vincula-se à importância dos cursos de água para as condições de vida e, embora a maioria seja de origem indígena (*Goioxim, Ibaiti, Iguatu*), é perceptível o valor que os denominadores dão aos nomes de origem hidrográfica.

Finalizando este capítulo, espera-se que ele tenha cumprido o papel de sintetizar as principais idéias em que se assentam as discussões sobre o tema em questão. Sem dúvida, os tópicos apontados não têm a intenção de abranger a totalidade dos aspectos do problema, tampouco esgotar sua discussão; antes, porém, pretende-se demonstrar que, mediante o estudo toponímico, se poderá chegar a dados importantes, não só da Toponímia, mas também da História e da própria Lingüística. Em vista disso, com a realização desta pesquisa, espera-se poder resgatar os motivos subjacentes aos hidrônimos paranaenses e, primordialmente, poder contribuir para a elaboração do Atlas Toponímico do Estado do Paraná – ATEPAR e para a reescrita da História social do Paraná.

O capítulo seguinte volta-se à apresentação de dados históricos, resumidos, para se ter uma idéia da evolução dos fatos que contribuíram para a formação dos topônimos paranaenses.

3 PANORAMA DA HISTÓRIA SOCIAL DO PARANÁ

A História não pode ser vista como uma simples descrição de fatos e de personagens isolados de seu tempo e da sociedade vigente, mas, sobretudo, como a presença e a atuação de homens e mulheres que, agindo em conjunto, vão transformando o mundo. A transformação é, pois, a essência da História.

Assim, antes de se iniciar a análise do nome dos rios paranaenses, é importante traçar um percurso da evolução histórica do Paraná, uma vez que o processo de ocupação do território paranaense se deu em diferentes épocas e por diferentes povos. E essa diversidade se reflete na toponímia, pois, como bem se expressou Gutiérrez (1996), os topônimos são testemunhos mudos muito eloqüentes quando se consegue identificá-los e decifrá-los, demonstrando que Toponímia e História se complementam e enriquecem necessariamente. O município de *Mangueirinha*, por exemplo, iniciou-se a partir de uma pequena mangueira para gado e mulas, instalada, por volta de 1870, à margem esquerda do rio Iguaçu. Daí a origem do nome, que relembra, portanto, a época do tropeirismo, um dos ciclos econômicos de fundamental importância no povoamento do Paraná. Da mesma forma, o nome do lajeado *Mangueirinha*, que circunda o referido município, faz referência a esse momento histórico do final do século XIX.

De um modo geral, os topônimos paranaenses revelam muito do passado histórico do Estado. Portanto, é impossível falar de tais topônimos sem se referir à História do Paraná, uma vez que as relações entre Toponímia e História se fazem sentir no cotidiano dos próprios fatos que os designativos revelam. Com efeito, a intersecção das duas disciplinas permite que os respectivos campos de trabalho se sintam tocados mais de perto. Enquanto a História facilita os segmentos dos processos, a Toponímia contribui para um melhor conhecimento dos

fatos e dados que se mantêm mascarados nos nomes de lugares, tendo em vista que muitas vezes os topônimos podem ser a única evidência da presença histórica de grupos humanos em uma área geográfica.

Assim sendo, na seqüência deste estudo, procura-se apresentar uma visão panorâmica da história da ocupação do território paranaense, buscando a dinâmica que norteou essa ocupação e, conseqüentemente, a organização espacial desta porção territorial. Igualmente, apresenta-se uma síntese da história de dezesseis municípios pertencentes à bacia hidrográfica do rio Iguaçu, que foram criados até o final século XIX.

3.1 Primórdios do Paraná

Para que se possa entender o processo da evolução histórica do Paraná, é necessário reportar-se à época do descobrimento da América e do Brasil. As fontes históricas explicam que, quando o navegador italiano Cristóvão Colombo chegou à América, os reinos mais poderosos da Europa eram a Espanha e Portugal. Para não irem à guerra, tais reinos resolveram dividir as terras “recém descobertas e por descobrir” por meio de uma linha imaginária, que passaria a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, de norte a sul. As terras que se situassem a oeste desta linha pertenceriam à Espanha e as que ficassem a leste seriam de Portugal. A linha foi denominada de Meridiano de Tordesilhas, nome derivado do Tratado de Tordesilhas, assinado em 07 de julho de 1494, e que estabelecia essas normas. Conforme atesta Martins,

O atual território do nosso Estado ficava ao ocidente da linha empírica de demarcação das conquistas reservadas a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas, pois essa linha, segundo os cosmógrafos espanhóis, caía no mar, na altura de Iguape,

embora para os portugueses terminasse na altura de Laguna, e a expedição de Pero Lopes de Souza (1532) ainda mais ao sul procurasse estender o direito lusitano, colocando marcos na foz do rio da Prata (1995, p. 58 – 59).

Dessa forma, as terras que formam o Estado do Paraná, no início de sua colonização, pertenciam quase que totalmente à Espanha. Apenas uma estreita faixa, compreendendo as Capitanias de São Vicente e Sant’Ana, pertencia a Portugal. Por isso, o referido historiador salienta que o processo de ocupação do atual território paranaense foi lento e descontínuo, iniciando-se tal ocupação do interior para o mar, por iniciativa dos espanhóis de Assunção. Nenhum trecho da costa paranaense a esse tempo possuía população branca. Apenas vicentistas vinham traficar com tupiniquins em Superagüi. Mais tarde, os paulistas, em sua busca por índios a serem escravizados, invadiram as terras de Espanha, descobriram rios navegáveis e estabeleceram rotas terrestres. De importância nessas andanças é a descoberta do Caminho de Peabiru³, por onde os paulistas enveredaram até o Paraguai.

Com a estratégia de submeter cerca de 200 mil índios habitantes da região de Guairá e de paralisar a penetração portuguesa que avançava além da linha fixada pelo Tratado de Tordesilhas, os espanhóis decidiram fundar algumas vilas no território que é hoje o Estado do Paraná. A primeira tentativa deu-se em 1554, com a fundação da Vila de Ontiveros, abaixo das antigas Sete Quedas, no rio Paraná. O plano fracassou e, três anos depois (1557), por causa dos índios hostis, a vila foi abandonada e a população transferida para a foz do rio Piquiri, onde se fundava a Ciudad Real de Guairá. Mais para o interior, criaram, na confluência dos rios Corumbataí e Ivaí, em 1576, a Villa Rica del Espíritu Santu. Com a

³ Nome de origem tupi (significa ‘caminho amassado’), que os índios davam ao caminho transcontinental que ligava o Peru, no Oceano Pacífico, com São Vicente, no Atlântico. É um caminho pré-colombiano, isto é, existente antes do descobrimento da América. O Peabiru partia de São Vicente ou de Cananéia no litoral paulista, atravessava a Escarpa do Mar, penetrando pelo vale do rio Ribeira do Iguape, transpunha os Campos Gerais, ultrapassava os rios Tibagi, Ivaí, Piquiri, e pelo vale deste último atingia a região das Sete Quedas no rio Paraná; atravessava este rio, penetrava em território paraguaio, e, vencendo a Cordilheira dos Andes, terminava no litoral peruano. Possuía numerosas ramificações para o norte e para o sul (Wachowicz, 2001, p. 101 - 102).

fundação de tais núcleos, os espanhóis, preocupados em não perder as terras para os portugueses, criaram as *encomiendas*⁴, que eram formadas por terras doadas às pessoas que lá quisessem morar, pacificar e catequizar os índios.

Os espanhóis foram bem recebidos pelos indígenas até por volta da metade do século XVI, quando os guaranis se revoltaram contra o sistema de *encomiendas*, pois a cobiça dos espanhóis fez o sistema degenerar em escravidão. Para contornar a situação, o governo espanhol resolveu delegar aos padres jesuítas, já nos primeiros anos do século XVII, a pacificação e conversão dos indígenas. A autorização que delegava aos jesuítas a missão de catequizar os indígenas remanescentes do sistema de *encomiendas* se estabeleceu pela Carta Régia de 1608, a qual criava a Província del Guairá nas terras ocidentais do Paraná. Os limites de tal Província estavam assim definidos: a leste, até o rio Tibagi; ao norte, ao rio Paranapanema; ao sul, ao rio Iguaçu; e a oeste, ao rio Paraná (Cardoso e Westphalen, 1981).

Os religiosos transformaram as aldeias em “reduções” (pequenos núcleos de povoamento) onde o indígena recebia educação religiosa, habitação e trabalho em regime de vida comunal. A grande maioria dos aldeados era formada de guaranis, seguidos de tupis e carijós. Segundo Martins (1995), o sistema evoluiu positivamente e, quando nenhum núcleo de população branca existia ainda em qualquer ponto do território paranaense (Paranaguá apareceria cerca de 40 anos mais tarde), os missionários da Companhia de Jesus aldeavam pelos vales do Paranapanema, do Tibagi, do Ivaí, do Piquiri e do Iguaçu, treze povoações⁵, com mais de 100 mil habitantes.

⁴ A palavra *encomienda* significa encargo, renda sobre um lugar; recomendação na língua espanhola. Isto quer dizer que os espanhóis deveriam cuidar dos índios e discipliná-los para o trabalho.

⁵ A título de ilustração, apresenta-se a nomeação dessas reduções, segundo Cardoso e Westphalen (1981 p. 40): *Nossa Senhora do Loreto; Santo Inácio Mini; São Francisco Xavier; São José; Nossa Senhora da Encarnação; Santa Maria; São Paulo do Iniaí; Sete Arcanjos de Taioba; São Miguel; São Pedro; Conceição de Nossa Senhora dos Guanhamos; São Tomé e Jesus Maria.*

No entanto, quando tudo ia bem nas Reduções Jesuíticas, as bandeiras paulistas vieram destruir o trabalho dos missionários. Os bandeirantes promoveram os primeiros ataques às missões do Guairá, em 1618. Foi, porém, a partir de 1629 que portugueses e bandeirantes resolveram acabar definitivamente com as Reduções Jesuíticas, provocando verdadeiras guerras. Preocupados com a penetração espanhola para o leste e sonhando com as minas de prata do Potosi, nos Andes, os paulistas se ocupavam com a caça ao índio para trabalhar como escravo na lavoura. O índio era o “remédio da pobreza” do paulista e o grande meio de lucro.

As principais bandeiras contra as Reduções Jesuíticas foram comandadas por Manuel Preto e Antonio Raposo Tavares, que destruíram completamente os aldeamentos indígenas. Martins (1995) estima que, dos cem mil aldeados, quinze mil morreram na luta contra os bandeirantes e sessenta mil acabaram aprisionados e vendidos.

A destruição das missões jesuíticas pelos bandeirantes teve importantes conseqüências territoriais: as terras onde se localizavam as reduções, terminado o domínio espanhol em 1640, passaram para o domínio de Portugal. Por isso, “as questões de fronteiras até hoje mascaram e justificam a guerra de preia⁶. Tentam ignorá-la como razão suficiente e absoluta, como necessidade de uma estrutura econômica incipiente, mas que se assentava única e exclusivamente sobre o trabalho escravo” (Ferreira, 1996, p. 19).

Wachowicz (2001), por sua vez, destaca como conseqüências da atividade das bandeiras paulistas na região do Guairá:

- 1- o fracasso da primeira tentativa de colonização do Paraná, realizada pelos espanhóis e jesuítas. Hoje os únicos vestígios desta atividade são algumas diminutas ruínas das reduções;
- 2- a incorporação do território que compreendiam (sic) as reduções ao Brasil, pelos tratados de limites de Madrid e Santo Ildefonso;

⁶ Sinônimo de presa. Denominação dada pelos historiadores aos indígenas capturados, pois estes eram tratados por seus captores como verdadeiras presas.

3- a volta ao abandono de toda uma vasta região, que já estava em adiantado processo de incorporação à civilização (p. 42).

Do ponto de vista toponímico, encontram-se na toponímia paranaense nomes como *Bandeirantes*, *Jesuítas* e *Santo Inácio* – todos municípios do Paraná – que relembram essa fase histórica do Estado. A denominação de *Bandeirantes*, cujo município tem suas origens no final do século XIX, constitui uma homenagem à atitude ousada e pioneira dos primeiros desbravadores da região, que se portaram como verdadeiros bandeirantes da atualidade, ao enfrentarem todo tipo de adversidades. Já o topônimo *Jesuítas* homenageia os padres jesuítas espanhóis que, conforme já foi exposto, empreenderam um grande trabalho de catequização em terras hoje paranaenses, no final do século XVI e início do século XVII. *Santo Inácio*, por sua vez, foi denominado em homenagem ao passado histórico do lugar, numa referência à antiga redução jesuítica Santo Inácio Mini que, por volta de 1610, prosperou no território que hoje abriga o atual município de Santo Inácio.

Merece um comentário especial o atual município de *Fênix*, que surgiu das ruínas da outrora *Vila Rica del Espírita Santu*. Em 1632, a cidade foi sitiada, destruída e incendiada pelos bandeirantes, de forma que sua reconstrução permitiu uma comparação com a ave fabulosa que, segundo a mitologia, durava muitos séculos e quando queimava renascia das cinzas. Assim, o sentido metafórico do topônimo *Fênix* expressa aquela que deveria ser uma qualidade da cidade.

3.2 O Paraná: Ocupação e Evolução

Historiadores e geógrafos convencionaram dividir o Estado do Paraná em Paraná Velho, ou Tradicional e Paraná Novo, ou Moderno. Essa distinção está ligada ao seu processo de ocupação e povoamento. Convém ressaltar que, segundo Cardoso e Westphalen (1981), a presença espanhola no Oeste Paranaense, em consequência da destruição das Reduções Jesuíticas pelos bandeirantes paulistas, não chegou a constituir uma comunidade em território paranaense. Assim, três foram as ondas povoadoras que em conjunturas diversas e por motivações distintas, realizaram esta ocupação e formaram as comunidades regionais que hoje constituem o Paraná. Os referidos pesquisadores atestam que

(...) a História do Paraná compreende a formação de três comunidades regionais: a do **Paraná tradicional**, que se esboçou no século XVII, com a procura do ouro, e estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado e, mais tarde, no século XIX, nas atividades extrativas e no comércio exportador da erva-mate e da madeira; e as do **Paraná moderno**, já no século XX, sendo a do **Norte**, com a agricultura tropical do café, a que, pelas origens e interesses históricos, ficou a princípio mais intimamente ligada a São Paulo; e a do **Sudoeste e Oeste**, dos criadores de suínos e dos plantadores de cereais que, pelas origens e interesses históricos, ficou a princípio mais intimamente ligada ao Rio Grande do Sul (1981, p. 9).

Cada um desses grupos criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou as suas próprias cidades. Dessa forma, os primeiros núcleos de povoamento foram surgindo do litoral para o interior. Como o avanço populacional foi sempre movido pelo interesse econômico, disso decorre a associação que comumente se faz entre o povoamento e os ciclos econômicos paranaenses.

3.2.1 Principais ciclos econômicos no povoamento do Paraná Tradicional

3.2.1.1 A mineração

Conforme esclarece Martins (1995), encontrar ouro nas terras do Brasil foi o grande sonho acalentado pelos portugueses desde o descobrimento. Com isso, após as primeiras bandeiras, cujo objetivo principal era o apresamento de índios, os paulistas continuaram, desta vez, estimulados pelo rei de Portugal, a penetrar nos sertões em busca do ouro. Segundo esse historiador, a maioria dos bandeirantes dirigia-se para o interior, para o norte, ou para o oeste, mas alguns resolveram caminhar para o sul, junto ao litoral. Foi então que moradores de Iguape, explorando as margens da baía de Paranaguá, descobriram aluviões auríferos nos córregos e rios, surgindo nos anos de 1630/1640, os primeiros arraiais. Gabriel de Lara foi o primeiro, em 1646, a manifestar junto à Câmara Municipal de São Paulo, o descobrimento de minas nas terras de cuja exploração fora encarregado.

A descoberta do ouro nos ribeirões de Paranaguá atraiu a atenção dos habitantes de São Vicente, São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, não demorou muito para que no porto, à entrada da baía, surgisse o primeiro núcleo populacional paranaense organizado pelos portugueses: Paranaguá. A partir de então, iniciou-se a ocupação das áreas próximas, tendo sempre o ouro como motivação. Penetrando o litoral, os mineradores foram avançando e pouco a pouco os primeiros moradores foram se aglomerando, dando origem, por volta da década de 1660, ao povoado que mais tarde se transformaria na capital do Estado: Curitiba. A exemplo de Paranaguá e Curitiba, outras cidades paranaenses tiveram origem a partir dos arraiais de mineração, como Antonina, Bocaiúva do Sul, Morretes e São José dos Pinhais.

A mineração do ouro, de acordo com Wachowicz (2001), foi o primeiro ciclo econômico do Paraná, e deixou aspectos positivos para o desenvolvimento da região, uma vez que possibilitou, entre outros, o povoamento do litoral; a fundação de Paranaguá; o desbravamento e colonização do primeiro Planalto; a fundação de Curitiba; a abertura e/ou consolidação de caminhos que uniram o planalto curitibano ao litoral, vencendo a Serra do Mar. Esses caminhos constituíram as vias de comunicação vitais para o desenvolvimento da região.

Assim, há no Paraná nomes de rios, como rio *Faisqueira*, rio do *Ouro Grande* (ambos no Litoral) e rio do *Ouro* (subfluente do rio Iguaçu), que recordam esse período aurífero da colonização do Estado. Por outro lado, a toponímia paranaense contemporânea não registra nomes de municípios relacionados à mineração do ouro. Entretanto, *Bocaiúva do Sul* e *São José dos Pinhais*, por exemplo, cujos núcleos de origem datam desse período, tiveram como primitivas denominações *Arraial Queimado* e *Arraial Grande*⁷, respectivamente. Passado o ciclo do ouro, que movimentou as referidas localidades, os primitivos designativos foram substituídos em função de acontecimentos posteriores e que, de certa forma, se sobressaíram ao primeiro. Os exemplos demonstram que a Toponímia não é uma disciplina estática, corroborando as palavras de Salazar-Quijada (1985), para quem o topônimo é um produto cultural que tem vida e, tal como o homem, desenvolve-se e dinamiza-se.

3.2.1.2 A criação e o comércio de gado: o tropeirismo

Para Martins (1995), com a decadência da mineração do ouro no Paraná, a partir de 1730, um novo ciclo econômico veio contribuir para a ocupação do território paranaense: a

⁷ Nestes topônimos, o vocábulo “arraial” significa povoação de caráter temporário, formada em função das

criação e o comércio de gado. Introduzido primeiramente no planalto curitibano, o gado alcançou os Campos Gerais, no século XVIII e os Campos de Guarapuava no século XIX. Assim, a “bateia” foi sendo suplantada pelo “laço”, o “curral” foi sucedendo a “lavra” e os arraiais, aos poucos, foram desaparecendo. Muitos mineradores tornaram-se sedentários e se transformaram em tropeiros e criadores de gado.

Conforme Ferreira (1996), foi a necessidade de animais de carga e, sobretudo de abastecimento de carne para as populações das “Minas Gerais”, que contribuiu para o surgimento das fazendas de gado no Paraná. A multiplicação de tais fazendas e dos sítios trouxe para todo o centro-sul paranaense grande número de povoadores dedicados especialmente à pecuária. Começou, então, a crescer consideravelmente o número de povoados em todo o Estado. Paranaguá e os vilarejos, aos poucos, sentiram a supremacia de Curitiba que conseguiu se sobressair econômica e socialmente, auferindo vantagens políticas, sociais e administrativas sobre todas as demais.

A pecuária e o tropeirismo no Paraná se desenvolveram a partir do comércio que se iniciou entre São Paulo e Rio Grande do Sul. Os paulistas de Piratininga, em seus ataques às reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul, tomaram conhecimento das grandes pastagens naturais da região, dos rebanhos de gado e da criação de muares (animais de carga) que ali se desenvolviam. Iniciou-se, então, um intenso tráfico entre aqueles dois estados. Isso porque, os muares, levados até São Paulo, serviam para o transporte dos produtos enviados para as minas que os paulistas iam descobrindo; o gado de corte abastecia de carne as populações do garimpo e do Rio de Janeiro (Ferreira, 1996). Isso fez com que a pecuária adquirisse importância e o tropeirismo se tornasse uma atividade lucrativa.

Os Campos Gerais formavam um corredor natural desde o sul até São Paulo, entre duas serras: a Serra do Mar e a Serra Geral. O caminho percorrido pelos tropeiros no

transporte do gado bovino e dos muares era chamado de Estrada da Mata, até 1731, quando passou para caminho do Viamão⁸. Os tropeiros, entrando no Paraná, paravam em pousadas para a recuperação dos animais em invernadas. E o que, a princípio, era pausa de uma só noite foi se tornando uma parada mais prolongada, para descanso e recuperação de peso dos rebanhos. Surgiram, então, invernadas para engorda do gado, e alguns resolveram estabelecer estâncias e cuidar da criação ali mesmo. Por mais de cem anos, tropas e tropeiros desfilaram pelo Caminho de Viamão.

Assim, o comércio e a criação de gado tiveram importante papel no povoamento do território paranaense, de acordo com Martins (1995), muito maior que a mineração do ouro, que não fixava populações senão muito excepcionalmente, como são os casos de Curitiba, Paranaguá e São José dos Pinhais. Ao longo do caminhar das tropas, criaram-se e organizaram-se pousos, invernadas, freguesias, originando-se, assim, muitas cidades que hoje existem nos Campos Gerais, como Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Palmeira e Lapa. Dessa forma, ao findar o século XVIII, quase toda a área dos Campos Gerais estava povoada.

Com a decadência da exploração do ouro, nos últimos anos do século XVIII, o tropeirismo entrou em recessão, caiu a procura, baixaram-se os preços. Entretanto, com a expansão da economia cafeeira, depois da Independência do Brasil, o tropeirismo ganhou novos mercados, atingindo seu apogeu em meados do século XIX. Foi, porém, a partir da década de 1870, que o tropeirismo entrou em decadência, quando da entrada em operação das estradas de ferro, em São Paulo, as quais, transportando sobretudo o café, fizeram com que os animais de carga fossem perdendo aos poucos sua função econômica, repercutindo

⁸ Esse caminho iniciava-se em Viamão, no Rio Grande do Sul, passava por Curitiba e pelos Campos Gerais no Paraná e seguia até à cidade de Sorocaba, no Estado de São Paulo.

sobremaneira na economia paranaense, em grande parte fundada no tropeirismo (Cardoso e Westphalen, 1981).

Do ponto de vista toponímico, as origens dos nomes de *Mangueirinha* (rio e município - já comentado na introdução deste capítulo), rio *Rondinha* e *Campo Magro* (município banhado pelo rio Iguaçu) remontam a esse período. A denominação do rio *Rondinha* faz referência a um ponto de pouso dos tropeiros, que do Rio Grande do Sul iam para São Paulo; pela fartura de pasto e pela facilidade de obtenção de água, o pouso servia para ‘ronda’, descanso e conferência dos animais após a passagem do rio Iguaçu. O nome *Campo Magro*, por sua vez, deve-se ao fato de que na, época do inverno, quando os tropeiros transitavam pela região, o gado emagrecia devido às poucas pastagens verdes; os pastos mais pareciam um campo minguado, ou seja, um ‘campo magro’. E foi assim que a localidade passou a ser conhecida ao longo dos séculos, conservando sua primitiva denominação até os dias atuais (Ferreira, 1999).

3.2.1.3 A erva-mate

De acordo com Cardoso e Westphalen (1981), a partir de 1820 a erva-mate começou a se destacar na economia paranaense, quando passou a ser comercializada regularmente com alguns países da América do Sul. Já em 1826 a exportação do produto era a base de todo o comércio exterior da Quinta Comarca⁹, por meio do porto de Paranaguá.

No entanto, a erva-mate produzida no Paraná (com produção concentrada nos ervais do alto Iguaçu) durante muito tempo encontrou sérias dificuldades junto aos mercados

⁹ Nessa época, o atual Estado do Paraná constituía a 5ª Comarca de São Paulo, sendo conhecida como Comarca de Curitiba. Passou à categoria de Província em 1853, desmembrando-se de São Paulo, com o nome de Província

compradores. Imaginava-se que o mate paranaense fosse inferior ao do Paraguai, o maior produtor na época. Segundo Ferreira (1996), essa dúvida foi desfeita por botânicos europeus que por aqui andaram e provaram residir essa diferença apenas na técnica de transformação.

Dois nomes, em especial, destacaram-se no progresso que o ciclo da erva-mate trouxe ao Paraná: Francisco Alzagaray – argentino que, por volta de 1820, chegou ao país para ensinar aos produtores paranaenses técnicas do beneficiamento do mate para exportação: poda e limpa da árvore, secagem e trituração das folhas (à moda paraguaia); e Francisco Camargo Pinto – construtor de máquinas até hoje usadas no beneficiamento do mate (Wachowicz, 2001).

Dessa forma, em pouco tempo o mate paranaense conquista o mercado argentino (principal consumidor do mate paraguaio) e se estende até o Chile. Por outro lado, a Guerra do Paraguai também facilitou o comércio de exportação da erva-mate com os principais mercados consumidores, constituindo o negócio mais rendoso da nova Província, ao qual passou a dedicar-se praticamente toda a sua população.

Assim, de 1864, início da referida Guerra, até 1870, no seu término, a exportação do produto paranaense duplicou em quantidade: passou de pouco mais de sete mil toneladas para quatorze mil. A erva-mate predominou como produto de exportação até as primeiras décadas do século XX. “O ciclo da erva-mate foi um dos mais longos e produtivos ciclos da economia paranaense. O mate fez a Província (1853), criou cidades, ampliou fronteiras, aparecendo como o produto de sustento da economia do Estado até praticamente o fim da República Velha, com a Revolução de 30” (Ferreira, 1996, p. 48).

Enfim, o mate introduziu o Paraná nos tempos modernos e determinou o surgimento da indústria no Estado. Bom Jesus do Sul, Agudos do Sul, Chopinzinho, Guaíra são exemplos

de municípios que tiveram seus territórios movimentados e o povoamento concretizado a partir do início do ciclo da erva-mate.

Apesar da reconhecida significação da erva-mate na economia e no povoamento do Paraná, não é encontrada na hidronímia paranaense nenhuma referência a essa erva. É curioso, porém, que a congonha, uma das espécies com as quais ela se mistura e que atualmente as leis brasileiras consideram nociva por seu forte teor de teína, aparece exercendo sua função toponímica na designação de um rio (afluente do rio Tibagi) e de um município paranaense, respectivamente, *Congonhas* e *Congonhinhas*, localizados na região norte, que nada produz de erva-mate. A origem do município é posterior a esse período econômico.

3.2.2 A ocupação do Paraná Moderno

Cardoso e Westphalen (1981) atestam que a sociedade tradicional paranaense, estruturada a partir dos três referidos ciclos econômicos, ocupara apenas as zonas de campos, de ervais, e de matas, continuando vazias, ainda, as grandes florestas dos vales dos rios Paranapanema, Paraná, Ivaí e Iguaçu. Assim, a formação do Paraná Moderno foi resultante de dois movimentos populacionais extraordinários, ocorridos paralelamente: um impulsionado pela lavoura tropical do café, teve como consequência a ocupação do Norte do Estado; o outro, tão consequente quanto o primeiro, foi responsável pelo povoamento do Oeste e Sudoeste Paranaense.

3.2.2.1 A ocupação do Norte do Paraná

A ocupação do Norte do Paraná, relacionada diretamente ao movimento do café, teve início nas últimas décadas do século XIX, atingindo seu auge em meados do século XX (1940 a 1960) com o surgimento de um grande número de municípios. A vinda de paulistas e mineiros, para explorar as regiões de terra roxa, promoveu a ocupação gradativa do norte paranaense. Por volta de 1860, a cafeicultura paulista ganhava importância no Estado de São Paulo e se aproximava dos limites da Província do Paraná. Nessa época o mineiro Thomas Pereira da Silva, atraído pela fama das terras vizinhas ao rio Itararé, adquiriu em território paranaense uma vasta área à margem esquerda desse rio, fundando, em 1862, um núcleo urbano chamado Colônia Mineira (atual Siqueira Campos), sediada na região do Norte Pioneiro Paranaense. A partir daí os núcleos urbanos rapidamente se multiplicaram.

A expansão da lavoura cafeeira é fator primordial de grande relevância para todo o Estado. Cardoso e Westphalen (1981) argumentam que, introduzido pelos cursos superior e médio do rio Itararé, no decorrer de um século, o café se estendeu hegemonicamente em todo o Norte do Paraná, em três fases sucessivas, caracterizadas por grande dinamismo.

Na primeira delas, que durou de 1860 a 1925, foi ocupado o chamado Norte Velho, conhecido regionalmente por Norte Pioneiro, compreendendo a divisa Nordeste com o Estado de São Paulo, até a cidade de Cornélio Procópio. Cidades como Wenceslau Braz, Tomazina, Santo Antonio da Platina, Jacarezinho, Cambará e Andirá foram fundadas nessa época.

Na segunda fase, colonizada de 1920 a 1950 e conhecida como Norte Novo, deu-se a ocupação de Cornélio Procópio até o rio Ivaí. Todo o fenômeno econômico-social, a partir do qual o Paraná entra numa fase de grande expansão da qual resulta o progresso que se verifica até hoje, é consequência dessa época. Esse período é assinalado por várias concessões de

terras, realizadas pelo governo do Estado do Paraná. A mais importante delas foi feita em 1927 em favor da empresa Paraná Plantations Limited (de capital inglês), que adquiriu 515.000 alqueires de terra, além do rio Tibagi. Em 1944, a referida companhia foi vendida a um grupo de capitalistas paulistas, dando origem, assim, à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que muito contribuiu para a pacífica ocupação das terras dessa região. Desses dois empreendimentos surgiram cidades como Londrina, Cambé, Arapongas, Mandaguari, Apucarana, Jandaia do Sul, etc. desenvolvendo-se toda a região rápida e vertiginosamente.

Na terceira e última etapa desse processo, que compreende o período de 1940 a 1960, foi feito o povoamento da região denominada Norte Novíssimo, entre os rios Ivaí e Piquiri com a fundação de cidades como Maringá, Cianorte, Umuarama, Rondon e Xambrê. A partir de 1945, em pouco mais de dez anos, os cafezais ocupavam todo o Norte do Paraná, colocando o Estado em primeiro lugar na produção nacional. Por outro lado, com a expansão da cafeicultura no Estado, ampliando também as frentes trabalhadoras, em apenas 45 anos aumentou-se a densidade demográfica de 8,9 para 75,9 habitantes por Km² (Ferreira, 1996).

A importância expansionista e econômica da atividade cafeeira refletiu-se também na denominação de vários municípios paranaenses, marcando, de certa forma, a área por onde passaram os cafezais. Mesmo que estes tenham sido abandonados, ou quando em seu lugar surgiram novas atividades, seus vestígios persistem na nomeação e os topônimos são os traços mais importantes a assinalarem a sua presença. Assim, têm-se na nomenclatura dos municípios: Cafeara, Cafelândia, Cafezal do Sul, Ourizona e Ouro Verde do Oeste, todos denominados em homenagem aos extensos cafezais que proliferavam nas respectivas regiões na época da colonização. Merece destacar que os dois últimos topônimos aqui incluídos estão relacionados ao fato de que na época de sua expansão o café se constituía na maior riqueza do Estado do Paraná e era chamado metaforicamente de “ouro verde”. Assim, a denominação do município de Ourizona provém de café (ouro verde) + região (zona): região cafeeira.

3.2.2.2 Expansão do Oeste e Sudeste Paranaenses

A História explica que no Oeste e Sudeste Paranaenses há municípios de ocupação antiga com Guarapuava, Palmas, Mangueirinha, União da Vitória, entre outros. A ocupação dos Campos de Palmas e do Campos de Guarapuava verificou-se ainda na primeira metade do século XIX e resultou parcialmente de medidas oficiais: Guarapuava foi criada por decreto do governo da Província de São Paulo, em 1819; Palmas surgiu já no fim do século XIX por iniciativa do governo do Paraná e pela concessão de sesmarias destinadas à pecuária. As atividades econômicas que atraíram as atenções para o Sudoeste e Oeste do Paraná no referido século eram a exportação do mate, a extração da madeira e a pecuária. Assim, na vasta área compreendida pelos municípios de Palmas, Guarapuava, Mangueirinha, Pinhão, Pitanga, Cândido de Abreu, Reserva, Clevelândia, Bituruna e General Carneiro verificou-se um primeiro movimento de ocupação, efetuado principalmente por pessoas do próprio Estado.

Entretanto, caberá aos gaúchos e aos catarinenses a ocupação efetiva das terras do Sudoeste e Oeste do Paraná, envolvido no início do século pela Revolta do Contestado¹⁰. Cardoso e Westphalen (1981) afirmam que a entrada, em grande escala, dessas populações teve início na década de 1920 e era constituída basicamente de agricultores de origem alemã e italiana. Penetraram por Pato Branco, antiga Colônia Bom Retiro, esparramando-se depois pelos vales dos rios Chopim, Piquiri e Paraná. Foi, porém, a partir da década de 1950 que esse movimento migratório se intensificou de forma surpreendente, consolidando, assim, a ocupação das terras dessas duas regiões. Em menos de 20 anos, registrou-se o aparecimento

¹⁰ Denominação da luta armada verificada entre o Paraná e Santa Catarina (de 1912 a 1916), por questões limítrofes, bem como pela ocorrência das guerrilhas do Contestado, problema de ordem fundiária e social, provocado pelo choque entre os chamados “fanáticos” seguidores do monge José Maria, proprietários de terras, Companhias Concessionárias estrangeiras e polícias estaduais, pela posse e propriedade da terra face ao estado de miséria e exploração dos caboclos da região (Cardoso e Westphalen 1981, p. 70).

de cerca de 40 cidades. Desse modo, por iniciativa do Estado ou de particulares, formaram-se Cascavel, Toledo, Goio-Erê, Manoel Ribas, Campo Mourão, entre outras.

Entre as companhias privadas que atuaram no Oeste, destaca-se a ação da Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A – MARIPÁ (de capital rio-grandense), com sede no atual município de Toledo. Acrescente-se que, devido a sua importância na colonização dessa região, o nome da referida companhia ficou registrado na toponímia paranaense, designando o município de Maripá, localizado na região Oeste do Estado.

Dessa forma, ao findar a década de 1960 estava concretizada a ocupação territorial do Paraná. E tal ocupação, na sua integralidade, efetivou-se com a difusão da agricultura em todo o Estado, pois, à medida que as lavouras organizavam o espaço, iam surgindo as cidades e crescendo de forma considerável a população. Neste sentido, escreve Ferreira (1996, p. 84),

A obra colonizadora das grandes companhias de terras que, com seriedade, operavam seus negócios, e a do Governo do Estado, como agente colonizador, constituíram, no Paraná moderno, o eixo propulsor da divisão da terra e sua efetiva ocupação pelos proprietários privados. Elas se fizeram, com raras exceções (sic), sob o regime da pequena propriedade. Também em função da produção agrícola, notadamente o café no norte e dos cereais no oeste e sudoeste paranaenses.

3.3 A Questão Limítrofe entre Paraná e Santa Catarina

Julga-se conveniente expor, ainda que brevemente, sobre a região do Contestato, isto é, sobre a região fronteira entre o Paraná e Santa Catarina, que ficou conhecida por Contestado por ser disputada pelos dois Estados. Tal fato torna-se relevante porque, no período em que foram elaborados os mapas de 1876 e 1896, que serviram de base para a constituição do *corpus* desta pesquisa, era impossível afirmar, com precisão, se muitos rios

pertenceriam a este ou àquele Estado, razão pela qual optou-se, no presente trabalho, por considerar alguns nomes de rios que hoje pertencem ao Estado de Santa Catarina.

De acordo com Ferreira (1999), ao ser criada a Província do Paraná, em 1853, o governo provincial herdou um antigo litígio fronteiriço da Província de São Paulo com a de Santa Catarina, nas proximidades dos Campos de Palmas. Efetivamente, a disputa pelo direito da área contestada vinha desde o século XVIII, quando várias indústrias argentinas, produtoras de erva-mate, extraíam matéria prima desta região que, pelo Tratado de Madri¹¹, pertencia a Portugal.

Durante o Império, a questão foi sempre discutida, porém, não resolvida. Santa Catarina reivindicava as áreas compreendidas entre os rios Negro, Iguazu e Uruguai, indo até a fronteira com a Argentina. O Paraná, por sua vez, herdou de São Paulo as mesmas medidas meridionais, fazendo fronteira com o Rio Grande do Sul por meio do rio Uruguai. O Paraná possuía o *uti possidetis*, isto é, detinha o domínio ou posse dessas terras, com as povoações de União da Vitória e Timbó. Instalada a República, esta também não resolveu a questão de limites, permanecendo o *status quo*. Entretanto, ela se agravaria com a competência dos Estados poderem realizar concessões de terras devolutas, o que foi feito na região contestada. Companhias estrangeiras ali penetraram para a construção de estradas de ferro, instalação de serrarias e projetos de colonização.

Os dois Estados tudo faziam, concedendo terras, fundando vilas e criando municípios, a fim de afirmar seu domínio sobre as áreas contestadas. O Estado de Santa Catarina, que expunha suas razões baseadas na Carta Régia de 1749, por três vezes, obteve ganho de causa junto ao Supremo Tribunal Federal, tais decisões, porém, foram embargadas pelo Estado do Paraná. Por duas vezes, grupos armados, favorecidos pelos governos, invadiram terras

¹¹O Tratado de Madrid, assinado em 1750, entre Portugal e Espanha, outorgava a Portugal as terras conquistadas pelos bandeirantes paulistas, porquanto este tratado se baseou no princípio de que as terras até esta data povoadas ou de posse dos portugueses pertenceriam de direito a Portugal e as povoadas pelos espanhóis pertenceriam à Espanha.

paranaenses, em defesa de interesses do Estado catarinense. A primeira vez foi em 1905, com Demétrio Ramos estando à frente de 600 homens fortemente armados. A segunda invasão deu-se em 1909, por 500 homens liderados por Aleixo Gonçalves de Lima.

Nessa área conflitada é que surgiria o movimento sertanejo liderado pelo “monge” José Maria de Agostinho, agravando a pendência entre os dois Estados, e determinando a intervenção do Exército. A gravidade da situação na região, com as guerrilhas do Contestado, é que conduziu a um acordo entre os dois Estados, partilhando-se a área contestada em 1916. Pelo Acordo de 1916 o Paraná perdeu cerca de 28 mil quilômetros quadrados de seu território.

3.4 O Rio Iguaçu

Dentre todos os rios paranaenses, o rio Iguaçu é o que apresenta maior extensão e também a maior bacia hidrográfica. Formado na região da Grande Curitiba (próximo à Serra do Mar, em Piraquara, onde recebe o nome de Iraizinho), a partir da confluência dos rios Iraí (rio da abelha) e Atuba (abundância de frutas), ambos com nascentes na porção ocidental da Serra do Mar em altitudes superiores a 1.000m, percorre cerca de 1.200 km no sentido leste-oeste até sua foz no rio Paraná. Sua bacia hidrográfica abrange uma área aproximada de 72.000 km², da qual 79% pertencem ao Estado do Paraná, 19% ao Estado de Santa Catarina e 2% ao país vizinho, Argentina. Seu nome, originário da língua Tupi, significa "água grande".

Este importante rio corta praticamente todo o Estado do Paraná, passando pelo Primeiro, Segundo e Terceiro Planaltos. E é neste último que ele toma feições de um rio jovem, marcado por inúmeras corredeiras e cachoeiras, das quais as mais famosas são as *Cataratas do Iguaçu*, já próximas à sua foz. Por estas características, é um rio dos mais

importantes em geração de energia no sul do Brasil, contando com cinco usinas hidrelétricas localizadas entre a Serra da Boa Esperança e o início do Parque Nacional do Iguaçu. (Fonte: Área de Engenharia de Meio Ambiente da Copel).

As Cataratas foram descobertas pelo navegador espanhol Álvar Núñez Cabeza de Vaca, que no dia 31 de janeiro de 1542, ao descer o rio de canoa à procura de uma rota para Assunção, no Paraguai, só teve tempo de gritar "Santa Maria, que beleza!", ao avistar em primeira mão as cataratas. Com sorte e habilidade para escapar da terrível armadilha do rio, Cabeza de Vaca entrou para a História por seu feito e por sua frase célebre. Daí a origem do primeiro nome das cataratas: *Salto de Santa Maria*.

Localizadas dentro do Parque Nacional do Iguaçu, as cataratas são formadas por 275 quedas isoladas que formam um paredão de água em época de cheia do rio. O Parque Nacional do Iguaçu foi criado em 1939 e ocupa hoje uma área de 185 mil hectares. Em 17 de novembro de 1986 foi tombado como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Bem mais extensas que as cachoeiras do Niágara, nos Estados Unidos, e sem dúvida as mais belas e espetaculares da América do Sul, as cachoeiras do rio Iguaçu despencam suas poderosas águas num *canyon* profundo. Assim se expressou Eleonora Roosevelt ao visitá-las: "Pobre Niágara" (*apud* Wons, p. 60). De fato, o fragor e o coruscar dos arco-íris coroando os furiosos saltos ficam nos olhos como um raro e inesquecível testemunho da grandeza da Terra.

Várias ilhas dividem sua enorme correnteza. As mais conhecidas - San Martin e Isla Grande - encontram-se rio acima, dividindo-o em dois braços que se reúnem logo a seguir, cachoeirando até ressoar na *Garganta do Diabo* (salto, que, por seu formato, lembra uma ferradura), donde o rio prossegue até desembocar no rio Paraná e, daí, através do rio Paraguai, contribuir na formação da Bacia do Prata (Cortesão, s/d)¹².

¹² Judith Cortesão é professora no Mestrado em Educação Ambiental Marinha na Universidade do Rio Grande – Rio Grande do Sul.

Ainda hoje, ecoa na memória regional a lenda sobre a formação da cachoeira *Garganta do Diabo*. Segundo essa lenda, tal como um Romeu e Julieta indígenas, os índios Naipi e Tarobá teriam sido perseguidos pela irascível serpente das águas, a M'Boi, que se transformou nas várias quedas.

Os índios caingangues, que habitavam as margens do rio Iguaçu, acreditavam que o mundo era governado por M'boi - um deus com forma de serpente e filho de Tupã. Igobi, o cacique da tribo, tinha uma filha, Naipi, tão bonita que as águas dos rios paravam quando a jovem índia nele se mirava. Devido à sua beleza, Naipi seria consagrada ao deus M'boi, passando a viver somente para seu culto. Havia, porém, entre os caingangues, um jovem guerreiro chamado Tarobá, que se apaixonou ao ver Naipi. No dia da festa de consagração da jovem índia, enquanto o pajé e os caciques bebiam cauim (bebida feita de milho fermentado) e os guerreiros dançavam, Tarobá fugiu com a linda Naipi numa canoa que seguiu rio abaixo, arrastada pela correnteza. Ao saber da fuga de Naipi e Tarobá, Mboi ficou furioso. Penetrou nas entranhas da terra, retorcendo o seu corpo e produzindo uma enorme fenda que formou a catarata gigantesca.

Envolvidos pelas águas dessa imensa cachoeira, a piroga e os fugitivos caíram de uma grande altura desaparecendo para sempre. Naipi foi transformada em uma das rochas centrais das cataratas, perpetuamente fustigada pelas águas revoltas. Tarobá foi convertido em uma palmeira situada à beira de um abismo, inclinada sobre a garganta do rio. Debaxo dessa palmeira acha-se a entrada de uma gruta onde o monstro vingativo vigia eternamente as duas vítimas (histórico fornecido pela prefeitura de Foz do Iguaçu).

Lembrando essa lenda, há, no município de Foz do Iguaçu, o rio *M'Boicy*, afluente do rio Iguaçu, que deságua próximo às cataratas.

3.5 Síntese Histórica de 16 municípios pertencentes à bacia hidrográfica do rio Iguçu

Conforme salientado, o rio Iguçu, em seu percurso, recebe águas de uma vasta área, transformando-se na maior bacia hidrográfica do Estado do Paraná e abrangendo, em território paranaense, cerca de 107 municípios. Atinge, assim, direta ou indiretamente, uma população de aproximadamente 4.200.000 habitantes. Em vista disso, optou-se por fazer uma síntese da história de apenas dezesseis deles, isto é, os que foram criados até o final do século XIX. De qualquer forma, até esse período o território dos outros municípios faziam parte da história dos municípios selecionados.

O quadro 1 apresenta os municípios pertencentes à bacia hidrográfica do rio Iguçu e seus respectivos desmembramentos:

QUADRO 1: Apresentação dos municípios pertencentes à bacia hidrográfica do rio Iguaçu e seus respectivos desmembramentos¹³

Nº	16	90 ¹⁴		
	Municípios fundados até o final do século XIX	Municípios Desmembrados		
	Araucária			
	Campo Largo	Balsa Nova		
	Chopinzinho	São João	São Jorge do Oeste	
		Saudade do Iguaçu		
		Sulina		
	Curitiba	Almirante Tamandaré		
		Campo Magro		
	Foz do Iguaçu	Piraquara		
		Cascavel	Capitão Leônidas Marques	Santa Lúcia
		Lindoeste		
		Santa Tereza do Oeste		
		Matelândia		
		Medianeira	Céu Azul	
		Serranópolis do Iguaçu		
	Guarapuava	Santa Terezinha do Itaipu		
		São Miguel do Iguaçu		
		Candói	Foz do Jordão	
		Cantagalo	Goioxim	
	Irati	Inácio Martins		
	Lapa	Pinhão	Reserva do Iguaçu	
		Antônio Olinto		
	Contenda			

¹³ A seqüência da apresentação dos municípios se encontra da seguinte forma: por exemplo, Araucária, Irati e São Mateus do Sul não tiveram nenhum desmembramento referente aos municípios pertencentes a esta pesquisa. Balsa Nova se desmembrou de Campo Largo. São Jorge do Oeste se desmembrou de São João, que, por sua vez, se desmembrou de Chopinzinho. Saudade do Iguaçu também foi desmembrado de Chopinzinho. Assim, os municípios que se encontram na mesma linha representam a seqüência dos desmembramentos.

¹⁴ Nesta relação não se encontra o município de Palmeira, que completa os 107 municípios deste trabalho, pois o mesmo foi desmembrado do município de Ponta Grossa.

Municípios fundados até o final do século XIX	Municípios Desmembrados			
Laranjeiras do Sul	Guaraniaçu		Catanduvas	
	Ibema		Três Barras do Paraná	
	Nova Laranjeiras			
	Porto Barreiro			
	Quedas do Iguaçu			
	Rio Bonito do Iguaçu			
Virmond				
Mallet	Paulo Frontin			
Palmas	Bituruna			
	Clevelândia	Barracão	Bom Jesus do Sul	
			Flor da Serra do Sul	
	Capanema	Ampére	Realeza	Santa Isabel do Oeste
		Pérola do Oeste	Bela Vista da Caroba	
		Planalto		
		Francisco Beltrão	Enéas Marques	Nova Esperança do Sudoeste
	Marmeleiro			
	Salgado Filho		Manfrinópolis	
	Salto do Lontra		Nova Prata do Iguaçu	
	Mangueirinha	Coronel Vivida		
		Honório Serpa		
	Mariópolis			
	Pato Branco	Dois Vizinhos	Boa Esperança do Iguaçu	
		Cruzeiro do Iguaçu		
		Verê		
		Itapejara do Oeste		
	Bom Sucesso do Sul			
	Renascença			
	Santo Antônio do Sudoeste	Pinhal de São Bento		
		Pranchita		
	Vitorino			
	Coronel Domingos Soares			
General Carneiro				

Municípios fundados até o final do século XIX	Municípios Desmembrados	
Rio Negro	Campo do Tenente	
	Piên	
	Quitandinha	
São João do Triunfo	Porto Amazonas	
	Rebouças	
	Rio Azul	
São José dos Pinhais	Tijucas do Sul	Agudos do Sul
	Mandirituba	Fazenda Rio Grande
São Mateus do Sul		
União da Vitória	Cruz Machado	
	Paula Freitas	
	Porto Vitória	

Assim, apresentam-se, a seguir, alguns aspectos sócio-históricos dos municípios de: *Araucária, Campo Largo, Chopinzinho, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Irati, Lapa, Laranjeiras do Sul, Mallet, Palmas, Rio Negro, São João do Triunfo, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul e União da Vitória.*

3.5.1 Araucária

As primeiras notícias sobre o povoamento do atual município de *Araucária* remontam ao ano de 1668, período em que Domingos Rodrigues da Cunha e seus filhos Luís e Garcia Rodrigues Velho receberam (cada um) uma sesmaria, nas proximidades do Rio Iguaçu, doada pelo Capitão-mor Gabriel de Lara. Estes pioneiros fundaram ali um pequeno povoado, cuja primeira denominação foi *Tindiquera*, que, segundo Michaele (1969), significa “buraco de Tingui”, pois os índios tinguis tinham suas habitações em covas abertas no chão, em pleno campo. Entretanto, o início do adensamento ocorreu durante o Império, por volta de 1876, devido à corrente imigratória composta em sua maioria por poloneses. Vieram, também, os ucranianos, os alemães e os sírios. A origem do nome - *Araucária* - deve-se ao grande número de árvores araucárias que existiam na região. Atualmente, o município é pólo industrial composto de inúmeras indústrias de grande e médio porte, destacando-se entre elas a Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR, da Petrobrás, a Ultrafértil e a Companhia de Papel e Celulose do Paraná - COCELPA. O Município possui um sistema viário bem servido, sendo atendido pela Rodovia do Xisto e a Rede Ferroviária Federal S/A com linha direta ao Porto de Paranaguá. Criado pelo Decreto Estadual nº 040, de 11 de fevereiro de 1890, foi

desmembrado de Curitiba e São José dos Pinhais. Situado a sudeste do Estado do Paraná, faz parte da Região Metropolitana de Curitiba.

3.5.2 Campo Largo

Segundo El-Khatib (1969), não se sabe ao certo a data de fundação de *Campo Largo*, porém, sabe-se que o grande pioneiro do atual município foi o Coronel Antonio Luiz, por volta de 1814. O desbravador possuía uma sesmaria exatamente onde hoje se localiza a sede municipal. A localidade prosperou a partir do século XVIII, com o nome de *Freguesia Colada de Tamanduá*, primeiro nome do lugar. A atual denominação - *Campo Largo* - é de origem geográfica, advinda da largueza dos horizontes do lugar, pois foi esta a impressão que tiveram os primeiros moradores da região dos Campos Gerais. É considerada a Capital da Louça e da Cerâmica por sediar importantes empresas como a Incepa, Porcelana Schmidt, Germer, Lorenzetti, cujos produtos são conhecidos internacionalmente. O Município sedia, também, uma das fontes de água mineral mais conhecidas do País, a Ouro Fino. Criado pela Lei nº 219, de 02 de abril de 1870, e instalado em 23 de fevereiro de 1871, foi desmembrado de Curitiba. Está situado a sudeste do Estado do Paraná, pertencendo à Região Metropolitana de Curitiba.

3.5.3 Chopinzinho

O município de *Chopinzinho* é uma decorrência do desbravamento dos Campos de Palmas. Tem sua origem na formação e instalação, em 1882, de uma colônia militar em um local denominado Chopim, que ficou historicamente conhecida por *Colônia Santiago Dantas*, numa referência ao Coronel Santiago, iniciador da povoação do lugar. A exploração da erva-mate, bem como as safras - criação de porcos - que se firmaram na frente de ocupação e colonização foram importantes para a consolidação de seu povoamento. A origem do nome – *Chopinzinho* – vem de um rio de pequeno porte afluente do rio Chopim. Presume-se que a denominação dada a esse rio é devida á abundancia de aves chamadas Chupim existente na região. Criado através da Lei Estadual n.º 253, de 14 de novembro de 1954, e instalado em 14 de dezembro de 1955, foi desmembrado de Mangueirinha. Está localizado a sudoeste do Estado, pertencendo à Região Sudoeste Paranaense.

3.5.4 Curitiba

As primeiras movimentações no território curitibano, em busca de jazidas de ouro, se deram através de Paranaguá, via estrada de Cubatão, lideradas por Eleodoro Ébano Pereira, por volta de 1645-1647. Quando o ouro começou a esgotar-se, *Curitiba* passou a viver em função da pecuária, por ser via de passagem entre o Rio Grande do Sul (Viamão) e São Paulo (Sorocaba), constituindo-se uma aristocracia rural que predominou por mais de um século.

Foi inicialmente denominada *Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba*, mas algum tempo depois teve denominação simplificada, passando a ser *Curitiba* (do tupi ‘curi’: pinheiros + ‘tiba’: reunião – lugar onde há muitos pinheiros), em referência às formosíssimas matas de araucária, consagradas como ‘pinheiros do Paraná’, que os tupis denominavam “curi”. A capital paranaense é reconhecida por seu potencial desenvolvimentista. Conhecida como *Cidade Sorriso* em tempos passados, e *Capital Ecológica* mais reentamente, *Curitiba* faz parte do rol das cidades que se adaptaram ao ritmo de crescimento populacional sem deixar de lado as estratégias de planejamento que a tornam uma metrópole organizada e ciente de sua dimensão. O município de *Curitiba* foi elevado à condição de Vila a 29 de março de 1693 e à categoria de cidade e capital da Quinta Comarca de São Paulo a 29 de agosto de 1853. Foi desmembrado de Paranaguá e localiza-se no sudeste paranaense.

3.5.5 Foz do Iguaçu

A região de *Foz do Iguaçu* foi descoberta em 1542, quando uma expedição colonizadora espanhola, guiada por índios guaranis, desbravou este território. Nesse período, as Cataratas do Iguaçu foram descobertas e registradas por Dom Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, que as denominou de Saltos de Santa Maria. Entretanto, o povoamento regular e efetivo da região feito por brasileiros aconteceu a partir de 1888, quando ali chegou o engenheiro militar José Joaquim Firmino, que tratou logo de tomar posse da região – que estava praticamente sob domínio das Repúblicas do Paraguai e Argentina - instalando ali a *Colônia Militar do Iguaçu*. O nome da cidade - *Foz do Iguaçu* - faz referência ao rio Iguaçu (do tupi,

‘i’: água + ‘guassu’: grande - rio grande), que banha o município e despeja suas águas no rio Paraná. Atualmente, é uma das mais importantes cidades turísticas do Brasil devido às Cataratas do Iguazu, à Hidrelétrica de Itaipu e ao comércio da cidade paraguaia limítrofe. O município, que faz parte da Região Oeste Paranaense, criado através da Lei Estadual nº 1383, de 14 de março de 1914 e instalado em 10 de junho do mesmo ano, foi desmembrado de Guarapuava.

3.5.6 Guarapuava

A ocupação dos Campos de Guarapuava foi um processo mais de uma vez iniciado e mal sucedido, desde a sua “descoberta”, em 1768, pelo sargento Cândido Xavier de Almeida e Souza. Entre a descoberta e a ocupação efetiva dos Campos de Guarapuava passaram-se cerca de 40 anos, haja vista que foi somente após a vinda da família real ao Brasil (1808) que tal ocupação se concretizou. Em 11 de novembro de 1818, foi criada a *Freguesia de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava*. Inserida dentro do contexto histórico da região onde se encontra, *Guarapuava* se desenvolveu nestes tempos em função da pecuária, extração de erva-mate e comércio regional que atendia aos moradores e aos viajantes. Mais tarde, o movimento tropeiro trouxe mais ligações com outras regiões, possibilitando movimentos migratórios. Da agricultura para a agroindústria, o município foi se desenvolvendo e crescendo regionalmente, e está consolidando esta prática à medida que sua estrutura viária lhe oferece condições para se relacionar com as diferentes regiões paranaenses e brasileiras. O nome *Guarapuava* originou-se do tupi e significa “lobo bravo” e foi atribuída ao lugar por

ser o guará um animal comum nos matos. A denominação anterior, Campos de Guarapuava, foi dada primeiramente aos campos e daí se estendeu para o núcleo de povoamento que ali se iniciava. Pertencente à Região Centro-Sul Paranaense e desmembrado de Castro, o município foi criado através da Lei Estadual nº 271, de 12 de abril de 1871 e instalado na mesma data.

3.5.7 Irati

Os primeiros habitantes que iniciaram o povoamento de *Irati* chegaram em 1899. Em 1902, associados, os já habitantes do distrito de *Irati* adquirem dos proprietários os terrenos que ocupavam e iniciam a urbanização da sede. O primeiro prefeito municipal, pela necessidade de marcar o quadro urbano e na falta da determinação de rendas municipais, comprou terras, com recursos oriundos de adiantamento da Câmara Municipal, onde hoje se acham situadas as principais ruas da cidade. *Irati* é nome de uma variedade de abelhas encontrada na região, em tupi significa ‘bastante mel, a meleira’. Pertence à Região Sudeste Paranaense, tendo se desmembrado de Ponta Grossa. Foi criado através da Lei Estadual nº 716, de 02 de abril de 1907, e instalado oficialmente em 15 de julho de 1907.

3.5.8 Lapa

O núcleo de povoamento que deu origem ao atual município de *Lapa*, surgiu durante o período do tropeirismo, pois o local era parada obrigatória do já referido Caminho de Viamão. De forma que a partir de 1731 estabeleceu-se na região o pouso de *Capão Alto*, primeira denominação do lugar. Assim, a atividade tropeira e a exploração da erva-mate fizeram parte das atividades econômicas de sua história. Em 1769, o povoado foi elevado à categoria de freguesia, com a denominação alterada para *Freguesia Nova de Santo Antônio da Lapa*, numa homenagem ao santo padroeiro e às cavidades ou grutas que aparecem nas encostas das rochas existentes próximas à cidade, comumente denominadas de ‘lapa’. Em 1806, devido ao rápido crescimento do povoado, tornou-se a *Vila Nova do Príncipe* e, após algumas mudanças de jurisdição, finalmente, em 07 de março de 1872 a *Vila Nova do Príncipe*, desmembrada da Vila Rio Negro, foi elevada à categoria de cidade com a denominação de *Lapa*. Foi palco em 1894 da guerra aberta entre maragatos (federalistas) e pica-paus (castilhistas) - Revolução Federalista¹⁵ - no famoso cerco da Lapa. Atualmente, apesar de ser um município mais diversificado em sua base econômica, traz consigo, devido ao seu passado histórico, o turismo, que mostra a beleza existente em seu Patrimônio Histórico e Cultural. Localizada a Sudeste do Estado, Lapa pertence à Região Metropolitana de Curitiba.

¹⁵ A Revolução Federalista foi um movimento que surgiu no Rio Grande do Sul pela disputa do poder naquele Estado e que se voltou contra o Governo Federal em razão da posição assumida por Floriano Peixoto, apoiando Júlio de Castilhos. A campanha federalista durou 14 meses e 13 dias e a marcha percorrida pelos revoltosos, em combates incessantes, foi de 2.500 Km. (In: *O Cerco da Lapa* - Prefeitura Municipal da Lapa, 1994).

3.5.9 Laranjeiras do Sul

Devido à grande distância existente entre Guarapuava e Foz do Iguaçu, vários povoados foram criados entre ambas as cidades, dentre os quais se destaca *Laranjeiras do Sul*, que pela Lei nº 185 de 25 de abril de 1898, foi elevado à categoria de Distrito Policial. Mais tarde foi transformado em Colônia Militar, denominada *Colônia Marechal Mallet*. No Período de 1923 a 1925, a região foi palco de violentos combates entre as tropas legais e os revolucionários comunistas. Uma das fases mais marcantes da história de *Laranjeiras do Sul* foi a criação, em 1943, do Território Federal do Iguaçu, pois nessa época o município passou a denominar-se *Iguaçu* e foi elevado à categoria de capital do novo território. Em 1946, com a extinção do referido território, *Laranjeiras* retornou à jurisdição paranaense, com a denominação atual. O nome da cidade representa uma homenagem ao Dr. Laranjeiras, capitão do exército e médico, que serviu na antiga *Colônia Militar Marechal Mallet*. A população do município constitui-se de vários grupos étnicos: italianos, poloneses, alemães e brasileiros procedentes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. É um município essencialmente agropecuário, com um parque industrial em desenvolvimento e uma estrutura comercial generalista. Bem situado, possui um entroncamento rodoviário que o liga rapidamente a todas as regiões paranaenses e brasileiras. Criado através da Lei Estadual nº 533, de 21 de novembro de 1946, e instalado em 30 de novembro do mesmo ano, foi desmembrado de Guarapuava. Pertence a Região Centro-Sul Paranaense.

3.5.10 Mallet

A colonização do atual município de *Mallet* iniciou-se em 1884, quando várias famílias partiram de Campo Largo rumo do sul e ao chegarem às margens de um rio fundaram um pequeno povoado, denominado *Rio Claro*. Em 1890, chegou à região uma leva de imigrantes poloneses e em 1895 vieram os imigrantes ucranianos, os quais trouxeram à região sua cultura e tradições, que prevalecem até hoje, visíveis nas festas típicas, práticas religiosas e costumes locais. Em 1903, passaram os trilhos da Estrada de Ferro - R.F.F.S.A., e as margens de um rio chamado Charqueada, foi construída uma estação ferroviária que recebeu a denominação de Estação Ferroviária Marechal Mallet, em homenagem ao Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet, responsável pela construção da ferrovia. Pouco tempo depois, esta nova localidade passou a ser conhecida por *São Pedro de Mallet*. Durante a Revolução de 1924 o município foi palco de operações militares. Em 15 de abril de 1912, através da Lei Estadual nº 1189, o povoado foi elevado à categoria de município, com o nome simplificado para *Mallet* e instalado oficialmente em 21 de setembro de 1912. Foi desmembrado de São Mateus do Sul e pertence à Região Sudeste Paranaense.

3.5.11 Palmas

A existência de largos campos ao sul do rio Iguaçu e da 5ª Comarca de São Paulo, separados dos campos de Guarapuava apenas por um sertão de poucas léguas de largura marginal desse rio, era conhecida desde o século XVII. Nessa época, os paulistas os

alcançaram com suas bandeiras levadas às regiões do Goyo-En (rio Uruguai) quando depredaram as missões do Uruguai. Entretanto, os primeiros pioneiros que se estabeleceram na região onde se situa o município de *Palmas* chegaram em 1839. O município possui uma história de lutas dos desbravadores por suas terras, no século passado. Foi marcante a Questão de Palmas, episódio que questionava a posse desta região, reivindicada pela Argentina¹⁶. O confronto com índios botocudos, guaranis e caingangues que assediavam as caravanas de desbravamento e o confronto com os argentinos, que achavam que a região lhes pertencia, evidencia que seu povoamento não se deu pacificamente. A origem do topônimo *Palmas* é ignorada, sabendo-se que o nome da cidade é referência aos Campos de Palmas. Criado através da Lei Estadual nº 233, de 18 de dezembro de 1896, e instalado na mesma data. Foi desmembrado de Guarapuava, pertencendo à Região Centro-Sul Paranaense.

3.5.12 Rio Negro

Até 1806 a região onde está inserido o município era habitada apenas pelos índios botocudos. A origem de *Rio Negro* está ligada ao tropeirismo, com a abertura da estrada da Mata, numa expansão de 40 léguas, ligando Vila Nova do Príncipe (Lapa) à vila de Lages, em

¹⁶Foi pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777) que se definiram as fronteiras entre as terras portuguesas e as espanholas no sul do Brasil. Por este tratado ficaram definidos como pontos fixos e definitivos na fronteira, os rios Uruguai (antigo Goyo-En), o rio Paraná e um trecho do Iguaçu. Entre os rios Iguaçu e Uruguai o referido tratado estabelecia que a fronteira passaria pelos rios Peperi-Guaçu (afluente do Uruguai) e pelo Santo Antônio (afluente do Iguaçu). Após a Independência - a do Brasil em 1822, e a da Argentina em 1810 - as questões de fronteiras não foram tratadas por esses países, por estarem envolvidos com graves problemas internos e externos. Conversações sobre esses limites somente ocorreram em 1857, por iniciativa do Brasil, sem que se chegasse a um acordo definitivo. O Brasil defendia a tese de que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio eram aqueles que atualmente levam tais denominações. Foi somente em 1881 que a Argentina definiu claramente sua interpretação do Tratado de Santo Ildefonso. Segundo este país, o rio Peperi-Guaçu dos brasileiros era o rio Chapecó e o rio Santo Antonio era o rio Chopim. Assim, esses países passaram a disputar um território de 30.621 km². Em 1888, a Argentina tentou ampliar o território contestado, afirmando que o rio Chopim era na realidade o rio Jangada. Essa Questão acabou

Santa Catarina. Foi fundada por João da Silva Machado - Barão de Antonina - por volta de 1826, recebendo, como primeira denominação, *Capela do Rio Negro*, numa referência ao rio de mesmo nome que banha o município. Primitivamente, a cidade de *Rio Negro* ocupava as duas margens do rio, ligadas que eram por balsas, com o acordo de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, porém, a parte da cidade que ocupava a margem esquerda passou a pertencer ao Estado de Santa Catarina, e recebeu a denominação de Mafra. Cidade histórica, é um dos principais pólos madeireiros do Estado. Considera-se o dia 26 de julho de 1828 como marco de sua fundação, pois nesta data já existiam as primeiras construções e a capela provisória que, a partir de então, foi elevada a Capela Curada. Ao lado dos primeiros colonizadores, descendentes de lusitanos, vieram conviver os imigrantes alemães. Recentemente foi elaborado um Plano Diretor para a cidade de *Rio Negro* que, entre outras diretrizes, propõe o resgate de sua rica memória, valorizando seu acervo histórico e cultural. Criado através da Lei Estadual nº 210, de 01 de dezembro de 1896, e instalado na mesma data. Foi desmembrado da Lapa e pertence à Região Metropolitana de Curitiba.

3.5.13 São João do Triunfo

A primeira incursão na região onde se localiza o município de *São João do Triunfo* ocorreu em 1845, quando pioneiros com suas famílias procuravam terra para se estabelecer. Entretanto, foi a partir de 1864 que se iniciou a doação de áreas para o estabelecimento do povoado de *Rio da Vargem*, primeira denominação do lugar por estar situado às margens

desse rio. Em 1871, foi elevado à categoria de Freguesia, porém com o nome de *São João do Triunfo*, numa homenagem ao santo padroeiro, São João Batista, e ao fundador Sr. João Nunes de Souza. A locução ‘do Triunfo’ foi acrescentada em referência ao êxito obtido pelos desbravadores da região. Município essencialmente agrícola, tem no fumo, erva-mate, milho e feijão suas culturas mais significativas, desenvolvendo também a soja, o trigo e a batata inglesa. Criado através da Lei Estadual nº 13, de 08 de janeiro de 1890 e instalado em 15 de fevereiro do mesmo ano, foi desmembrado de Palmeira e faz parte da Região Sudeste Paranaense.

3.5.14 São José dos Pinhais

Foram as minas de ouro de *Arraial Grande* que deram origem à cidade de *São José dos Pinhais*, por volta de 1700, cuja denominação é homenagem ao padroeiro, São José, e aos extensos pinheirais que cobriam o território municipal. Hoje é um dos mais importantes municípios do Estado do Paraná, com destaque na área industrial, abrangendo a produção de laticínios, madeira, papel, plástico, metalurgia, fibra de vidro, implementos agrícolas, bebida, têxtil, etc. O parque industrial, já bastante diversificado, recebeu recentemente a fábrica de Automóveis Renault de origem francesa. O município abriga equipamentos de porte como o Aeroporto Internacional Afonso Pena. Criado pela Lei Provincial nº 250, de 27 de dezembro de 1897, quando a Vila de *São José dos Pinhais* recebeu foros de cidade. Município integrante da Região Metropolitana de Curitiba.

fevereiro de 1895, com brilhante defesa do Barão do Rio Branco, saindo como ganhador o Brasil (Wachowicz, 2001).

3.5.15 São Mateus do Sul

O lugar onde hoje se encontra o município de *São Mateus do Sul* foi inicialmente um pouso de tropeiros. Somente a partir de 1877, porém, é que começaram a chegar a esta região seus primeiros moradores. Os pioneiros constituíam-se de migrantes do sul do Brasil e imigrantes espanhóis, alemães e poloneses. Os alemães procuravam explorar o petróleo do xisto, iniciando-se assim a fundação de uma colônia que teve o nome de *Santa Maria*, mais tarde mudado para *Maria Augusta* e finalmente *São Mateus do Sul*, em homenagem a São Mateus e referência à localização geográfica do município, no Estado. No município encontra-se a Usina Industrial do Xisto da Petrobrás e outras indústrias de menor porte. Criado através da Lei Estadual nº 763 de 02 de abril de 1908 e instalado oficialmente em 21 de setembro de 1908, foi desmembrado de São João do Triunfo e pertence à Região Sudeste Paranaense.

3.5.16 União da Vitória

Em 1769, o Capitão Antonio da Silveira Peixoto fundou, às margens do rio Iguaçu, o *Entrepasto de Nossa Senhora da Vitória*. Em abril de 1842, Pedro Siqueira Cortes descobre o vau, no rio Iguaçu, que permite a passagem de tropas e que serve como ponto de embarque e desembarque aos que se serviam do trânsito fluvial. Assim, no local da passagem das tropas surgiu o povoado de *Porto da União*. Essa denominação foi alterada para *Porto União da*

Vitória em 1855 e para *Freguesia de União da Vitória* em 1877. Em 1881, quando a povoação começou a abrigar o contingente de imigrantes europeus, atraídos pelo clima e topografia semelhantes aos de sua origem, foi que *União da Vitória* se desenvolveu realmente. Entre as diversas etnias destacam-se os ucranianos, poloneses, alemães e holandeses que contribuíram para a diversificação da cultura do solo, além do cultivo da erva-mate e extração da madeira. Devido ao tratado de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, a cidade ficou dividida em duas: *União da Vitória*, em território paranaense, e *Porto União*, no catarinense e, dividindo os dois municípios, está o rio Iguaçu. A denominação foi adotada após a solução da questão de limites e se refere a um pacto de triunfo. O município, pertencente à Região Sudeste Paranaense, foi criado através da Lei Estadual nº 744, de 11 de março de 1908, e instalado em 15 de março do mesmo ano, como resultado do desmembramento de Palmas.

Na presente pesquisa, conforme já foi exposto, buscou-se o resgate da História do Paraná e de alguns municípios, por concordar-se com Dick (1990b), para quem o topônimo não é algo estranho ao contexto histórico-político de uma comunidade. A partir dos exemplos apresentados, do ponto de vista toponímico, procura-se demonstrar a importância dos dados históricos para o conhecimento da motivação subjacente aos nomes das localidades. Percebe-se, então, que designativos comuns na língua passam à categoria de topônimos e tornam-se palavras testemunhas de épocas consideradas importantes para a comunidade local. Assim, a toponímia paranaense registra nomes que retratam as diversas fases históricas do Estado, possibilitando que uma parcela da História seja conservada e transmitida às gerações posteriores.

Delineados os aspectos históricos, apresenta-se, na seqüência, a metodologia adotada para a realização desta pesquisa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Constituição do *Corpus*

Conforme já foi pontuado, esta dissertação tem como objeto de estudo os topônimos dos afluentes e subafluentes do rio Iguaçu (nomes de águas, arroios, córregos, lajeados, ribeirões, rios e sangas)¹⁷, coletados em mapas topográficos do Estado do Paraná, elaborados em diferentes épocas (dois do século XIX e outros do século XX), e como objetivo primordial buscar a correlação de tais topônimos com os fatos e momentos históricos da ocupação do território paranaense.

Ressalte-se que a escolha dessa fonte de dados (mapas) se deu pelo fato de se pretender realizar um estudo diacrônico dos topônimos e, tratando-se de uma pesquisa da toponímia oficial, a documentação cartográfica se posiciona como a fonte de pesquisa mais segura. Neste sentido, busca-se respaldo nas palavras de Dick, quando assinala que

os pontos de inquérito tradicionais em uma enquete de língua são substituídos, neste tipo de análise, pelo estudo exaustivo da forma escrita fixada nos mapas e conservada em todos os traços impressivos de sua constituição, principalmente quando marcam acidentes físicos – rios ou morros, córregos ou serranias – menos sujeitos às substituições intencionais pelas suas próprias características (1996, p. 34).

Estabelecidos o objeto de estudo (nomes dos afluentes e subafluentes do rio Iguaçu) e o método de pesquisa (pesquisa indireta), o primeiro passo foi a busca de tais fontes. Então, primeiramente, recorreu-se a várias instituições da cidade de Londrina, como *Biblioteca Pública Municipal*, *Biblioteca da Universidade Estadual de Londrina (UEL)*, *Departamento*

¹⁷ A definição desses termos se encontra no capítulo 4, quando se trata da análise dos dados.

de *Geografia da UEL*, dentre outras, com vistas a encontrar os mapas de 1876 e 1896. Entretanto, em nenhuma dessas instituições conseguiu-se o material procurado.

Foi necessário ir a Curitiba onde também se recorreu a vários órgãos, como a *Secretaria de Estado do Meio e Recursos Hídricos*, *Círculo de estudo*, *Bandirantes*, *Museu Pranaense*, *Casa da Memória*, *arquivo Público do Paraná*, *Biblioteca Pública do Paraná*, Dentre outros. Os referidos mapas foram encontrados arquivados na biblioteca pública do Paraná, em Curitiba. Mas, por se tratar de mapas antigos (e em mau estado de conservação), não estavam disponíveis para manuseio, nem era e é permitida a sua reprodução por meio de xerocópias, Tampouco seu empréstimo para consulta. A única forma de reprodução permitida foi a fotografia.

Em vista disso, contratou-se um especialista para realizar este trabalho. Posteriormente, procurou-se uma empresa especializada que fez o serviço de fotocomposição dos mapas, isto é, as fotos foram escaneadas, montadas e plotadas na forma do mapa original. Entretanto, a arte final deixou muito a desejar, com dados na maioria ilegíveis. Assim, optou-se por fazer o levantamento através das próprias fotos¹⁸ com o auxílio de uma lupa, o que se tornou um trabalho lento, extenuante e demorado.

Assim, em um primeiro momento, o levantamento dos dados para a constituição do *corpus* foi realizado através de consulta a três mapas do Estado do Paraná: um intitulado *Mappa Topographico da Provincia do Paraná*, na escala de 1: 600.000, organizado pelo Engenheiro Carlos Rivierre, na *Inspectoria Geral das Terras e Colonização*, sendo inspetor geral o Exmo Sr. Conselheiro Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, no ano de 1876; o outro também na escala de 1: 600.000, organizado pelo polonês W. Wardzinski, no ano de 1896; e um terceiro, na escala de 1: 1.400.000, elaborado pelo Instituto de Terras Cartografia e Florestas (ITCF) e pertencente ao Atlas do Estado do Paraná (1990). Entretanto, ao verificar

¹⁸ No Anexo C, vol. 2 deste trabalho, apresentam-se algumas destas fotos para se ter uma idéia da dimensão e dificuldade do trabalho realizado.

que o mapa de 1990 não trazia todos os nomes dos acidentes hidrográficos atuais, optou-se por fazer um segundo levantamento, desta vez em mapas municipais (elaborados a partir de 1980), fornecidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, num total de 107 municípios paranaenses pertencentes à bacia hidrográfica do rio Iguaçu.

O Presente *corpus* compreende, então, os topônimos dos afluentes do rio Iguaçu, sendo 87 topônimos constantes do mapa de 1876; 88 que foram catalogados do mapa de 1896; e 1240 topônimos que foram elencados nos mapas atuais, conforme demonstra o quadro 2. Esclareça-se que o número dos topônimos atuais (1240) diz respeito às unidades lexicais e não à frequência toponímica.

Quadro 2

Ano	1876	1896	Séc. XX
Nº de Topônimos Coletados	87	88	1240

4.2 Descrição e Análise do *corpus*

De posse das três fontes já mencionadas e constituído o *corpus*, primeiramente, os dados foram tabulados/classificados, levando-se em consideração (i) a quantidade de acidentes presentes em cada um dos mapas acima referidos; (ii) o desaparecimento de alguns topônimos e, ao mesmo tempo, o surgimento de outros; e (iii) os aspectos que contribuíram para a formação dessa toponomástica.

A seguir, foi feita uma análise etnolingüística (influências que o topônimo recebe das camadas portuguesa, indígena ou africana) e histórico-cultural dos topônimos, buscando-se auxílio em variadas fontes – sobretudo na Geografia e História do Paraná – com os propósitos

de comprovar as raízes étnicas provedoras de tais topônimos e interpretar sociolingüisticamente os dados.

Realizou-se, também, uma pesquisa etimológica dos topônimos. O estudo etimológico se torna necessário para verificar o próprio significado de algumas unidades lexicais geradoras de topônimos cuja motivação já é opaca, e para subsidiar a análise do topônimo em relação à língua de influência e aos aspectos históricos e culturais dos grupos falantes dessas línguas. Para tal, consultaram-se vários dicionários, enciclopédias, dicionários específicos do tupi, do guarani e outros, constantes da Bibliografia.

Na seqüência, passou-se à classificação semântica dos topônimos, segundo os motivos de agrupamentos taxionômicos apresentados por Dick (1990b), e empregados de acordo com as motivações obtidas. Para tornar mais efetiva e rigorosa a compreensão da motivação, bem como para demonstrar a abrangência das taxionomias empregadas, apresenta-se, a seguir, o modelo taxionômico aplicado para a classificação semântica dos topônimos.

Salienta-se que, por razões metodológicas e com o intuito de facilitar a leitura, pareceu melhor desdobrar a dissertação em dois volumes, figurando no segundo os anexos, dentre os quais se destacam: Anexo A – relação dos topônimos conforme as taxionomias escolhidas, por ordem das mais produtivas, subdivididos em: 1) taxionomias de natureza física, 2) taxionomias de natureza antro-po-cultural, 3) topônimos com interpretação ambígua, e 4) topônimos não classificados; Anexo B – relação dos topônimos atuais por municípios, apresentados por ordem alfabética; Anexo C – amostragem das fotos que compõem os mapas de 1876 e 1896.

4.3 Taxionomias Toponímicas

Dick (1990b, p. 31-34) propõe um modelo taxionômico para classificação dos topônimos que se baseou nas duas ordens genéricas nas quais se agrupam os fatos determinantes entre si: a sua natureza física e a antro-po-cultural, o que permite a aferição objetiva das causas motivadoras dos designativos. A referida pesquisadora esclarece que o primeiro modelo taxionômico de classificação, apresentado por ela, em 1975, foi reformulado

e teve seu quadro ampliado, para uma complementação mais atualizada, totalizando vinte e sete classificações. Têm-se, então, onze taxionomias de natureza física e dezesseis taxionomias de natureza antro-po-cultural. Ao lado de cada classificação registram-se exemplos citados por Dick.

A) Taxionomias de Natureza Física:

1. **Astrotopônimos** – referentes aos corpos celestes: rio da Estrela (ES).
2. **Cardinotopônimos** – relativos às posições geográficas: praia de Leste (PR).
3. **Cromotopônimos** – referentes à escala cromática: rio Negro (AM).
4. **Dimensiotopônimos** – referentes à dimensão dos acidentes geográficos (extensão, comprimento, largura, espessura, altura, profundidade): ilha Comprida (AM).
5. **Fitotopônimos** – de índole vegetal: arroio Pinheiro (RS).
6. **Geomorfotopônimos** – relativos às formas topográficas, (elevações – montanha, monte, morro, colina, coxilha; depressões do terreno – vale, baixada; formações litorâneas – costa, cabo, angra, ilha, porto): Monte Alto (SP), Ilhabela, (SP).
7. **Hidrotopônimos** – resultantes de acidentes hidrográficos (água, córrego, rio, ribeirão, braço, foz): Rio Preto (SP).
8. **Litotopônimos** – os de índole mineral e também os referentes a constituição do solo (barro, barreiro, tijuco, ouro): arroio do Ouro (RS), Pedreiras (MG).
9. **Meteorotopônimos** – relativos a fenômenos atmosféricos (vento, chuva, trovão, neve): riacho das Neves (BA).
10. **Morfotopônimos** – os que refletem o sentido de forma geométrica: Triângulo (MT).

11. **Zootopônimos** – relativos a animal (doméstico e não doméstico): Vacaria (RS), lagoa da Onça.

B) Taxionomias de Natureza Antropo-cultural:

1. **Animotopônimos** ou **Nootopônimos** – referentes à vida psíquica e à cultura espiritual não pertencentes à cultura física (vitória, triunfo, saudade, belo, feio): Vitória (ES).

2. **Antropotopônimos** – os referentes aos nomes próprios individuais (prenome, hipocorístico, prenome + alcunha, apelidos de família, prenome + apelido de família): Abel (MG), Bentinho (MG), Fernão Velho (AL), Abreu (RS), Antônio Amaral (MG).

3. **Axiotopônimos** – os relativos aos títulos e dignidades que acompanham os nomes próprios individuais: Duque de Caxias (RJ).

4. **Corotopônimos** – referentes a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes: Europa (AC), Uruguai (MG).

5. **Cronotopônimos** – encerram indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo/nova, velho/velha nos topônimos: Nova Londrina (PR).

6. **Dirrematotopônimos** – os constituídos por frases e enunciados: Valha-me Deus (MA), Deus me livre (BA).

7. **Ecotopônimos** – relativos às habitações: Sobrado (BA).

8. **Ergotopônimos** – referentes aos elementos da cultura material: córrego da Flecha (MT).

9. **Etnotopônimos** – relativos aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas): ilha do Francês (RJ).

10. **Hierotopônimos** – relativos a nomes sagrados de crenças diversas (cristã, hebraica), a efemérides religiosas; às associações religiosas e aos locais de culto; com subdivisões em

Hagiotopônimos (nomes de Santos/Santas do hagiológico romano: São Paulo) e

Mitotopônimos (entidades mitológicas: ribeirão do Saci).

11. **Historiotopônimos** – relativos aos movimentos de cunho histórico-social, a seus membros e às datas comemorativas: rio 7 de Setembro (MT), Inconfidência (RJ).

12. **Hodotopônimos** (ou **Odotopônimos**) – referentes às vias de comunicação rural ou urbana: Rua de Palha (BA), Travessa (BA).

13. **Numerotopônimos** – relativos aos adjetivos numerais: Duas Pontes (RO), Três Coroas (RS).

14. **Poliotopônimos** – os constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial: Vila dos Anjos (MG).

15. **Sociotopônimos** – os relativos às atividades profissionais, locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade (largo, praça): serra do Sapateiro (SP), Engenho Novo (MG).

16. **Somatotopônimos** – os relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou do animal: Cotovelo (MG), Dedo Grosso (SC).

Uma vez publicadas as taxionomias, Dick faz a ressalva de que a exequibilidade de uma terminologia básica para a Toponímia só pode ser acolhida, integralmente, a partir de sua comprovação na nomenclatura regional. Nesse sentido, é a rede diversificada de nomes que irá determinar o aparecimento dos termos genéricos, definidores da própria categoria pesquisada.

De fato, à medida que se vai penetrando nos segredos das designações, verifica-se que outras formas nominativas podem ocorrer, visto o homem estar sempre à procura de meios que facilitem o seu acompanhamento na evolução da sociedade. Veja-se, por exemplo, o que ocorre com o conjunto denominativo formado por siglas, como *Cianorte* (**Companhia** de

Terras Norte do Paraná), para o qual, como se observa, não há uma definição precisa na taxionomia proposta por Dick. Assim, no decorrer da pesquisa feita pelo projeto ATEPAR, a equipe deparou-se com a necessidade de formular cinco novas taxionomias, não em detrimento das categorias propostas, mas em função da abrangência total e completa das taxionomias possíveis:

1. **Acronimotopônimos** – relativos às siglas: Cianorte (PR).
2. **Estematotopônimos** – os percebidos pelos sentidos: Ribeirão Doce (PR).
3. **Gramatotopônimos** – os que apresentam entre os elementos distintivos letras do alfabeto: Seção C (PR).
4. **Higiotopônimos** – relativos à saúde, à higiene, ao estado de bem estar físico: Água Limpa (PR).
5. **Necrotopônimos** – os que se referem ao que é ou que está morto, a restos mortais: Córrego Caveira (PR).

Essas taxionomias foram criadas com a ajuda do professor de Latim e de História da Literatura Latina do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina, professor Aluysio Fávero.

Como se vê, esta terminologia técnica é composta do elemento **topônimo**, antecedido de um outro elemento genérico, definidor da referida classe onomástica. Dessa forma, nomes cuja origem revela uma filiação a elementos vegetais foram denominados fitotopônimos (Pinhão), em que o primeiro membro da palavra – **fito** (filiação a elementos vegetais) – define a classe genérica, e o segundo – **topônimo** – revela a procedência do estudo específico.

Segundo Dick (1990b), o nome próprio de lugar apresenta dois dados básicos em sua estrutura: *termo ou elemento genérico* (a entidade geográfica que está recebendo o nome, ou seja, a classe de acidente que se pretende estudar: rio, morro, bairro, entre outros) e *termo ou elemento específico* (o topônimo propriamente dito), que particulariza a noção espacial identificando-a dentre outras semelhantes. Atuam ambos no sintagma toponímico, de forma justaposta (rio *Espingarda*) ou aglutinada (*Iguaçu*, “rio grande”), conforme a natureza da língua que os inscreve. Nesta análise, classificam-se, então, o termo específico dos acidentes. Assim, os acidentes físicos como arroio *Bonito* e rio *Espingarda* foram classificados como **animotopônimo** e **ergotopônimo**, respectivamente. Já topônimos como rio *Capivari* (“rio das capivaras”) e rio *Piraí Guaçu* (“rio do peixe”, onde *guaçu*, “grande”, especifica a dimensão do rio) foram classificados como **zootopônimos**, por concordar-se com Dick (1990a, p. 369), para quem, em sintagmas como esses, “o acento básico acha-se no primeiro elemento componente (quando o **y** (i) está em posição sintagmática final), enquanto o segundo — no caso, o **y** (i) — representa, apenas, o acidente geográfico que recebeu a denominação”, evidenciando-se, assim, a presença de dois termos genéricos no sintagma toponímico, o original da língua indígena (**y**) e o de origem portuguesa (rio).

Em vista disso, nesta dissertação, para o emprego das taxionomias, levou-se em consideração a estrutura dos topônimos, entrando-se na composição morfológica do toponomástico, que se divide em *topônimo ou elemento específico simples*, *topônimo ou elemento específico composto* e *topônimo ou elemento específico híbrido*. O primeiro é aquele que se define por um só formante, como em rio *Chopim*, podendo apresentar-se também acompanhado de sufixações, como em arroio *Chopinzinho*. O topônimo composto é o que possui mais de um elemento formador, como em rio *Barro Vermelho*. O topônimo híbrido, por sua vez, é o designativo que recebe em sua configuração elementos lingüísticos de

procedências diferentes, como, por exemplo, a formação portuguesa + indígena: *Passa Una* ou indígena + portuguesa: *Guarani dos Pobres*.

Assim, nos topônimos de formações compostas, adotou-se a classificação a partir do primeiro elemento, desconsiderando-se os demais. Tenha-se como exemplo rio *Espigão Branco*, cuja classificação será **geomorfotopônimo**. Tal procedimento justifica-se pela complexidade que há em se determinar qual elemento predomina como causa da nominalização. Nada obstante, a cada taxionomia dessa natureza se seguirão observações com vistas a clarear a compreensão.

Destaca-se, ainda, que, depois de constituído o *corpus*, foi enviado um e-mail para cada uma das 107 prefeituras correspondentes aos municípios da bacia do rio Iguaçu, com o intuito de esclarecer a origem dos topônimos, principalmente aqueles que apresentam etimologia duvidosa. Entretanto, até o momento não se recebeu resposta de nenhuma das prefeituras. Talvez, isso se justifique pelo fato de que a origem e o motivo da maioria dos topônimos dos acidentes físicos, pela distância em que se encontra do denominador, já se tornou opaca para a população e para as autoridades locais.

Assim, julga-se conveniente destacar que as denominações e classificações apresentadas neste trabalho procuram se aproximar, o máximo possível, da motivação real, mas, dada a ausência de maiores informações sobre os topônimos, afirma-se que elas não são completas e definitivas, pois, em alguns casos, foi necessário levantar hipóteses.

Em vista disso, nos casos em que os topônimos geraram dúvidas quanto ao motivo de sua classificação, optou-se por classificá-los como *ambíguos*, para que não se descartassem os possíveis motivos de sua denominação. Por exemplo, em rio *Aurora*, a denominação se refere a um fenômeno da natureza, período antes do nascer do Sol? Ou ao início, ao começo do povoamento, sentimento que o local evocaria em seus habitantes? Ou, ainda, faz homenagem

a uma mulher? Como já foi pontuado, a falta de informações sobre nomes como este dificulta a classificação.

Igualmente, há topônimos cuja etimologia é obscura, ou seja, não foi possível encontrar os motivos e/ou significados de tais nomes. Portanto, por não se encaixarem nas taxionomias empregadas, foram enquadrados como *Não Classificados*. Tenha-se como exemplo, arroio *Caxambeva*.

O capítulo seguinte volta-se à análise e discussão dos dados, ponto central deste trabalho.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS

Primeiramente, os dados foram tabulados/classificados, levando-se em consideração (i) a quantidade de hidrônimos inscritos em cada um dos mapas acima referidos; (ii) os aspectos que contribuíram para a formação dessa toponomástica; e (iii) as taxionomias encontradas, fazendo uma comparação entre as taxionomias que se sobressaem atualmente e as que se salientavam no século XIX.

Para o levantamento dos hidrônimos constantes das três fontes pesquisadas - (i) mapa de 1876; ii) mapa de 1896; e iii) 107 mapas municipais, fornecidos pela SEMA) - levaram-se em consideração as denominações genéricas dos acidentes hidrográficos, encontrados na região, de acordo com sua extensão. Assim, fazem parte desta pesquisa as *águas*, os *arrosios*, os *córregos*, os *lajeados*, os *ribeirões*, os *rios* e as *sangas*.

A *água* é um termo genérico, muitas vezes utilizado como sinônimo de pequenos acidentes hidrográficos, como o ribeiro e o riacho¹⁹. O *arroio* e o *córrego* também fazem referência aos pequenos cursos d'água. O *lajeado* se refere ao arroio ou regato cujo leito é de rocha. Quanto ao *ribeirão*, é empregado geralmente para designar o curso d'água menor que um rio e maior que um riacho. A *sanga*, por sua vez, normalmente, se refere a um pequeno regato, que seca facilmente.

Quanto ao *rio*, este é o mais conhecido e difundido dos termos hidrográficos e está assim dicionarizado “curso de água natural, de extensão mais ou menos considerável, que se desloca de um nível mais elevado para outro mais baixo, aumentando progressivamente seu volume até desaguar no mar, num lago, ou noutro rio, e cujas características dependem do relevo, do regime de águas, etc.”(Ferreira, 2000).

¹⁹Nos mapas pesquisados, não se encontrou nenhuma ocorrência de ribeiro e riacho, na região em análise.

De acordo com Pereira (1997), ao vir de Sorocaba para o Sul, desde as primeiras viagens, o tropeiro ia batizando os acidentes geográficos sem nomes. Assim expressa o autor:

- os pequenos rios eram córregos e riachos. Dois Córregos, Córrego Fundo, Córrego Liso, Riacho das Pedras, Riacho da Lança, da Frecha (sic), de acordo com as circunstâncias e a imaginação de cada um. Na volta, já influenciado do linguajar da fronteira, os pequenos rios transformaram-se em “lajeados” e “arroios, cada um deles na conformidade com as características dos pequenos veios, e até caudais, que transpuseram nos campos do Rio Grande (1997, p. 58-59)

Tomando como base a pesquisa realizada por Aguilera (1994), para a elaboração do Atlas Lingüístico do Paraná, verifica-se que, na região abrangida pelo rio Iguaçu e seus afluentes, os termos mais comuns para a referência a um “rio pequeno”(Carta 2) são o *arroio*, o *lajeado* e a *sanga*.

Assim, o *arroio* é o nosso *córrego* vestido à castelhana e foi, dentre muitos, mais um termo incorporado ao vocabulário geográfico por influência dos tropeiros, da mesma forma que foi a *sanga* – do castelhano *zanga*, escavação funda, produzida no terreno pelas chuvas ou correntes subterrâneas, arroio de campo, que seca facilmente.

Ressalte-se que, como o mapa de 1896 foi elaborado por um polonês, muitos dos acidentes hidrográficos constantes deste mapa aparecem com o genérico *rzeka*, que em polonês significa rio.

5.1 Quantidade de Hidrônimos Inscritos nos Mapas

Pelo levantamento realizado, observa-se uma grande diferença, entre os mapas cotejados, no que se refere à quantidade de hidrônimos inscritos. No mapa de 1876 apareciam

cerca de 87 nomes de afluentes e subafluentes do rio Iguaçu; no de 1896 foram elencados 88 nomes; enquanto atualmente há aproximadamente 1240 nomes catalogados.

Tendo em vista o senso comum de que os acidentes geográficos não aumentam e nem diminuem, a não ser por interferência agressiva do homem (usinas hidrelétricas, barragens) - é importante esclarecer que a diferença detectada por este estudo está relacionada ao fato de que, até o final do século XIX e início do século XX, o Estado do Paraná não era totalmente colonizado, permanecendo grande parte de seu território ainda desconhecida. Portanto, muitos cursos d'água, apesar de sua existência desde épocas remotas, não tinham um nome específico. Sabe-se que é o deslocamento dos grupos humanos e, por conseguinte, o estabelecimento em uma dada localidade que exigem a identificação dos lugares e dos acidentes geográficos. E é pela necessidade vital de identificar e hierarquizar o ambiente à sua volta que o homem vai criando e recriando as designações.

5.2 Aspectos que Contribuíram para a Formação dessa Toponomástica

Buscando a filiação do sistema toponímico nos parâmetros que norteiam os princípios geográficos e histórico-sociais, pode-se chegar ao estabelecimento da relação entre o nome do lugar e a condição sociológica determinativa. Segundo essa perspectiva de estudo, é possível perceber, claramente, que designativos comuns na língua passam à categoria de topônimos e tornam-se palavras testemunhas de épocas consideradas importantes para a comunidade local. Relativamente aos afluentes do rio Iguaçu, registram-se nomes como: *Mangueirinha* (Arr., Laj.) que faz referência a uma pequena mangueira para gado e mulas, instalada, por volta de 1870, à margem esquerda do rio Iguaçu; *Rondinha* (Arr., R.), ponto de pouso dos tropeiros,

que do Rio Grande do Sul iam para São Paulo - pela fartura de pasto e pela facilidade de obtenção de água, o pouso servia para ronda, descanso e conferência dos animais após a passagem do rio Iguaçu; *Potreiro* (R.), *Contagem* (R. da.), ambos hoje em território catarinense, relembram a época do tropeirismo. A mineração, por sua vez, criadora de povoados no séc. XVII, originou nomes como *Prata* (Ág. da, Arr. da, Rib. da.), *Ouro* (Córr. do, Rib. do, R. do.), *Ouro Fino* (R.), *Ouro Velho* (R.).

Bastante significativa é a presença dos nomes de base indígena na toponímia paranaense, ratificando a reflexão de Dick (1990b) sobre os topônimos brasileiros, de que não se pode ignorar a contribuição indígena, disseminada por todo o território e representada por termos que, na maioria das vezes, apresentam uma relação analógica entre o topônimo e algum fato do cotidiano indígena. O termo *Iguaçu*, por exemplo, na etimologia tupi-guarani, significa *rio grande* e foi empregado na designação desse rio em referência à sua dimensão.

Levando-se em consideração a etimologia dos designativos indígenas, observa-se que a toponímia paranaense utiliza-se de lexias oriundas do tupi, rio *Buriti* – espécie de palmeira (Arr., R.), *Cambará* – árvore (Arr.), *Canguçu* – uma espécie de onça (R.), *Lambari* – espécie de peixe (Ág., Córr., R); do guarani, *Apepu* – laranja agridoce (Córr.), *Caracu* – raça bovina (R.); e do caingangue, *Chagu* – matagal de espinhos (R.), *Xaxim* – nome de vegetal (Arr., Córr., R.), *Covó* – côncavo, fundo (R.). Por outro lado, muitos termos encontrados pertencem tanto à língua tupi quanto à língua guarani.

Do exposto sobre as origens dos topônimos indígenas (tupi, guarani, caingangue), torna-se relevante esclarecer que não há um idioma tupi-guarani, como normalmente se costuma dizer. Tibiriçá (1984: 11), ao prefaciar seu *Dicionário tupi-português*, adverte que há dicionaristas que misturam as línguas tupi e guarani em um único dicionário para aparentar maior conteúdo. Entretanto, o autor esclarece que “o tupi-guarani diz respeito ao tronco étnico, do mesmo modo como nos referimos ao indo-europeu, na realidade, é o conjunto de

dialetos falados em quase todos os países da América do Sul”. Ele aponta, ainda, que o guarani não deriva do tupi e nem este daquele.

Como se pode esperar, a língua indígena que mais contribuiu para a denominação dos rios do presente *corpus* é a dos tupi, sem dúvida alguma, uma das mais importantes famílias indígenas de que noticia a etnografia do Brasil. A mobilidade geográfica e cultural do grupo, a ação religiosa dos missionários, bem como a participação das antigas bandeiras permitiram a difusão do léxico tupi pelo interior do país, dilatando, assim, a área ocupada por esses indígenas e incorporando vários designativos ao português do Brasil. A título de exemplo citam-se: *pipoca*, *canjica*, *pamonha*, *paçoca*, que são termos empregados diariamente pela população brasileira. “Se muitos desses designativos, hoje escapam ao linguajar corrente do brasileiro, impulsionado, constantemente, pela dinâmica da língua, outro tanto não ocorre na Toponímia, que se vale deles como fonte contínua de motivação, mantendo, assim, vivas as tradições culturais indígenas” (Dick, 1990b: 39).

De fato, ao homem branco, que em muitas circunstâncias alterou a toponímia brasileira, substituindo-a por outros nomes de origem lusitana, deve-se, no entanto, a preservação e a conservação de muitos nomes que constituem, hoje, o tesouro toponímico pátrio, consagrado, pela tradição popular, em usos reiterados. Um exemplo recorrente é o emprego de sufixos indígenas de origem tupi que concorrem para a formação de inúmeros compostos, como –mirim (pequeno); -guaçu (grande) e variantes –uçu e açu; tyba (sufixo coletivo) e variantes –tuba, -nduba, -nduva, -ndiba, por exemplo. Assim, para citar apenas alguns dentre tantos outros que tipificam a geonomástica do país, têm-se Mirinsal (MA), Itumirim (salto pequeno – MG), Ituguaçu (salto grande – PE), Iguaçu (rio grande – PR), Amaniutuba (algodoal – CE), Aricanduva (abundância de aricangas – PR), Curitiba (abundância de curis – PR), Itaquandiba (pedral – ES), Mandirituba (rio de muitos bagres – PR). Segundo Dick, (1990b), os nomes de origem tupi, na nomenclatura brasileira,

distinguem-se pelo dado memorialista: são os nossos *fósseis* toponímicos, resíduos culturais de um tempo e de uma época, mas ainda produtivos do ponto de vista da herança social.

Observa-se que, dentre os topônimos de origem indígena, que designam os rios paranaenses, sobressaem aqueles relacionados à fauna e à flora. Segundo Michaele (1969), os indígenas, com cultura e técnica limitadas, estavam estreitamente ligados às condições do meio natural. Sabiam tudo a respeito dos animais e vegetais: formas, modos de vida, qualidades ou propriedades. As plantas sempre estiveram relacionadas à vida cotidiana dos indígenas, proporcionando-lhes alimento, conforto e remédio para os males do corpo e da alma. Os primeiros cronistas e missionários do Brasil colonial dedicam, em seus relatos, um capítulo à descrição das plantas existentes no país e que eram utilizadas pelos silvícolas tanto na alimentação como na medicina.

Assim é que, conforme esclarece Michaele (1969), as raízes dos nomes indígenas foram sendo incorporadas à terminologia científica internacional, de modo que, hoje, a família tupi-guarani figura em segundo lugar nas designações botânicas e quase na mesma proporção nas zoológicas. Citem-se, como exemplos, alguns nomes científicos usados nas designações botânicas: aratinga ou ‘aratinga lutrens’, ananás ou ‘bromelia ananas’, mandioca ou ‘manihot utilíssima’, ingá-açu ou ‘inga cinnamonea’; nas designações zoológicas têm-se, entre outras: tapir ou ‘tapyrus americanus’, capivara ou ‘hydrochoerus capybara’, paca ou ‘coelogenus paca’.

De acordo com registros históricos, o atual Estado do Paraná, que até 1853 constituía a 5ª Comarca de São Paulo, teve, como quase todo o Brasil, uma população indígena das mais densas. Durante as primeiras explorações do sertão paranaense, onde quer que o homem branco desembarcasse, era certo deparar-se com numerosas povoações indígenas pertencentes às mais variadas tribos.

O historiador Romário Martins (1995) afirma que só no atual Estado do Paraná foram registradas mais de cinquenta tribos, com denominações próprias, em sua maioria pertencentes à grande família Tupi-guarani. Para exemplificar, citam-se algumas das tribos compiladas pelo referido autor e as respectivas regiões onde eram encontradas: em todo o sertão compreendido entre os rios Paranapanema, Paraná, Tibagi e Iguazu encontravam-se os Guaranis; no litoral, de Cananéia à Lagoa dos Patos, os Carijós; nos Campos de Curitiba, os Tinguis; procedentes do Paraguai, no Vale do Paranapanema, domiciliavam-se os Cainguás; nos Campos de Palmas, os Biturunas e os Guapuás; no litoral de Guaraqueçaba, os Tupiniquins; homiziados nas reduções de Guaíra, os Pés Largo.

Conforme se fez sentir, na denominação dos rios paranaenses que tiveram motivação em nomes de origem indígena, ressaltam os topônimos inspirados na natureza física. De fato, as características ambientais fazem-se presentes no léxico e, por conseguinte, na toponímia desse povo, na relação direta do interesse positivo que despertam. A natureza dos fatores integrantes (flora, fauna) liga-se, intimamente, às necessidades cotidianas do indígena, por isso, as denominações de seus acidentes se distinguem, ou pelo caráter descritivo puro do ambiente em si, ou por meio de associações aos aspectos locais.

Não se sabe, contudo, se esses topônimos foram designados pelos índios e preservados pelos colonizadores ou ainda se foram compostos, a fim de traduzir a subjetividade do denominador e, ao mesmo tempo, um sentimento de preservação da língua indígena, conforme sugeriam os decretos-leis.

Corrêia Filho (1950) afirma que os pesquisadores de etimologias toponímicas encontraram no país não somente vocábulos portugueses de diversas origens (tupi, africano e correntes imigratórias), como termos forjados pelos modernos tupinólogos ou pela fantasia. O autor cita *Lusanvira* como exemplo, pois, segundo ele, a sua composição se deu com as

iniciais do sobrenome de engenheiros responsáveis pela construção da Estrada de Ferro Noroeste.

Da mesma forma, Nunes (1951, p. 116) também observa que, com o decreto-lei nº 5901, de 21 de outubro de 1943, muitas localidades mudaram de nome; alguns desses nomes foram criados através de vocábulos provenientes do tupi-guarani, numa tentativa do governo de organizar a toponímia brasileira e incentivar, na mudança de nomes, a restauração de nomes tupis. Disso decorre que em alguns casos pode não haver identificação do nome empregado ao lugar, ou seja, o significado desses nomes nem sempre traduz as características naturais dessas localidades. E o referido autor comenta: “como é fácil imaginar, raras são as pessoas que no interior dos estados sejam capazes de compor cientificamente esses nomes, e, por isso mesmo, alguns deles, forjados caprichosa e arbitrariamente, ou são híbridos, ou deformes”.

O estudo realizado permite concluir, no entanto, que a adoção de nomes indígenas, na nomenclatura de uma região, reflete o esforço do homem moderno em recuperar e preservar a cultura indígena por meio da Toponímia e, assim, manter vivos as tradições e os costumes dos primeiros habitantes do território brasileiro.

5.3 Classificação Taxionômica dos topônimos

Outro objetivo do presente trabalho é fazer a classificação semântica dos topônimos, com base na proposta taxionômica de Dick (1990b), a qual envolve as categorias toponímicas distribuídas por suas taxes específicas, revelando as motivações segundo fatores de ordem física e antro-po-cultural.

Verificou-se que no século passado predominavam as denominações de natureza física. Assim, no levantamento feito no mapa de 1876 têm-se 49 topônimos de natureza física (57%); enquanto 34 denominações ficaram com as taxionomias de natureza antro-po-cultural (39%); as taxionomias sugeridas tiveram 2 designações (2%); e 2 topônimos ficaram sem classificação pela falta de dados que pudessem esclarecer suas origens (2%). Os topônimos constantes do mapa de 1896, por sua vez, estão assim distribuídos: 52 designações de natureza física (59%); 33 de natureza antro-po-cultural (38%); 1 designação se enquadrou nas taxionomias sugeridas (1%); e 2 topônimos não puderam ser classificados (2%). Já com relação às designações atuais, verifica-se que das 1240 unidades lexicais analisadas 618 ficaram com as taxionomias de natureza antro-po-cultural (50%); 579 pertencem às taxionomias de natureza física (47%); as taxionomias sugeridas tiveram 14 (1%); 11 foram incluídas na categoria de ambíguos (1%) e 18 não foram classificados (1%), conforme os gráficos 1, 2 e 3, que ilustram os dados anteriores:

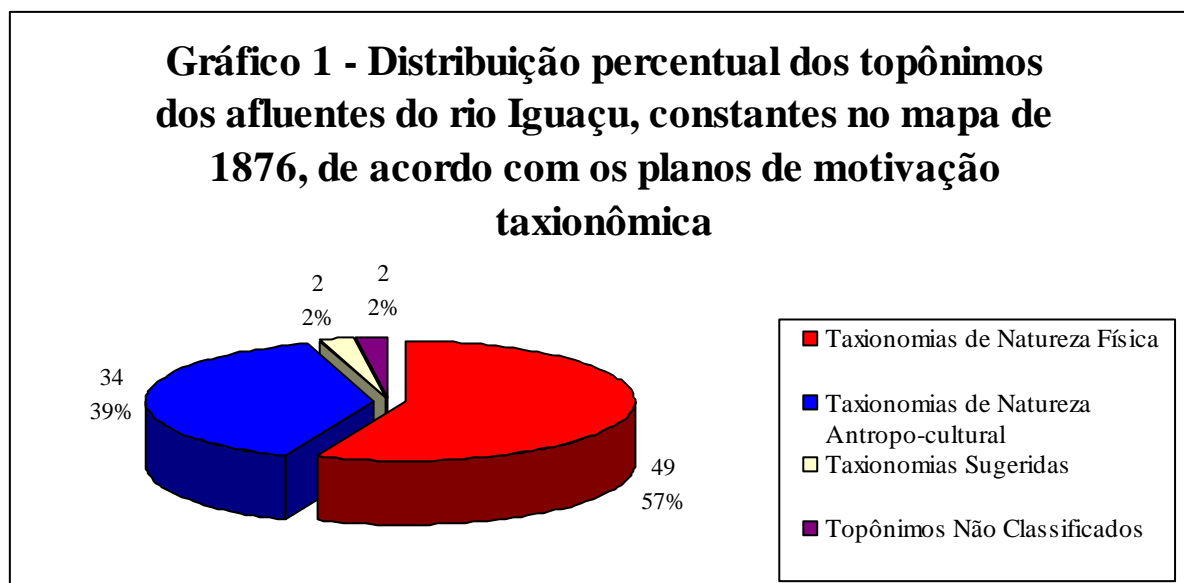


Gráfico 2 - Distribuição percentual dos topônimos dos afluentes do rio Iguaçu, constantes no mapa de 1896, de acordo com os planos de motivação taxionômica

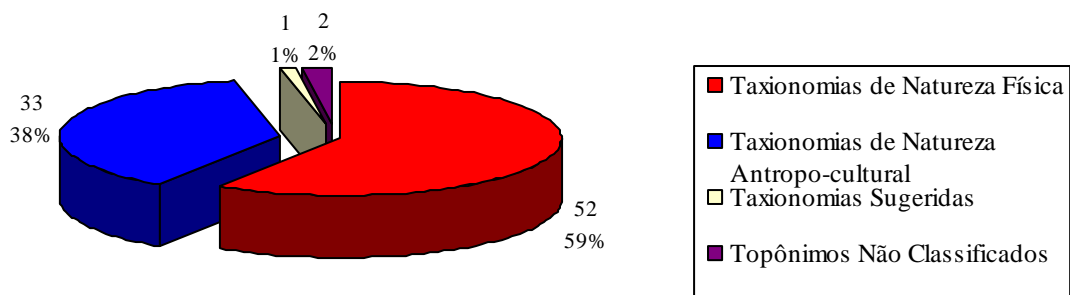
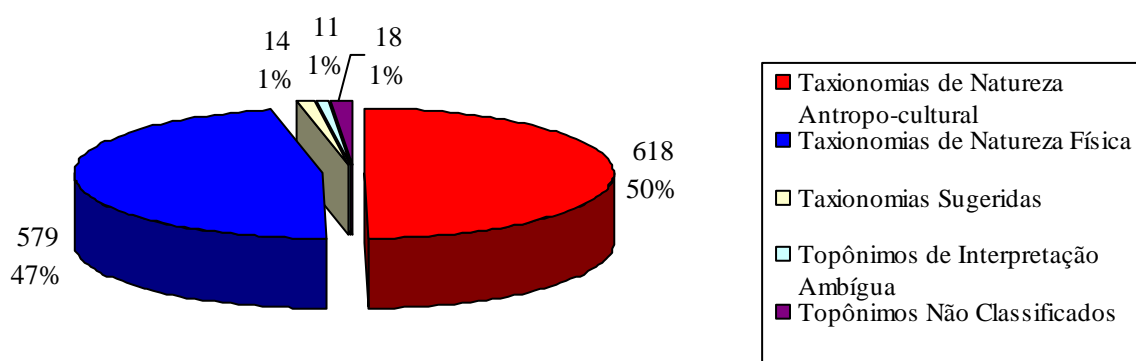
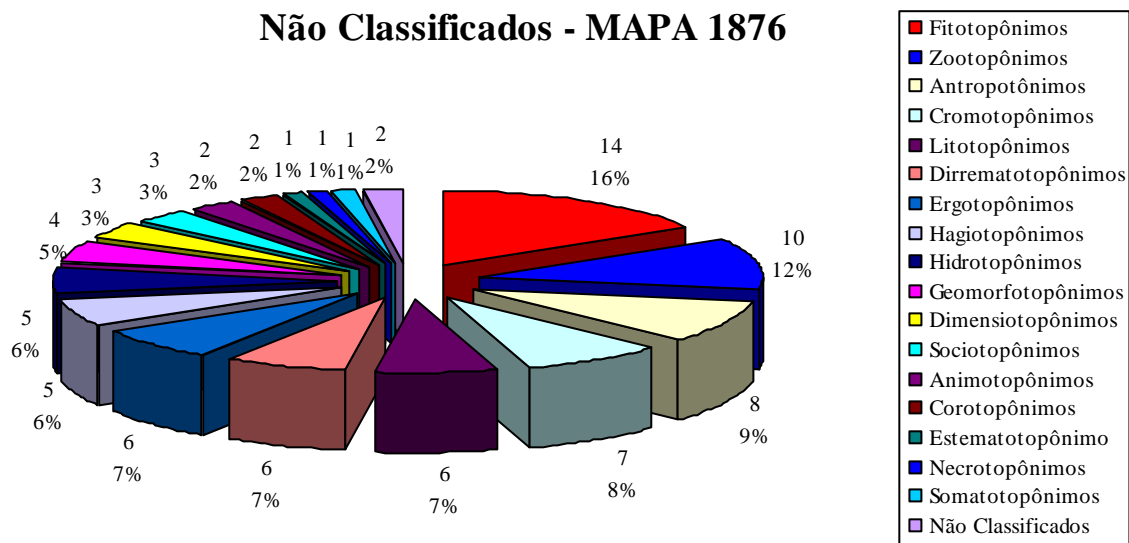


Gráfico 3 - Distribuição percentual dos topônimos atuais dos afluentes do rio Iguaçu, de acordo com os planos de motivação taxionômica



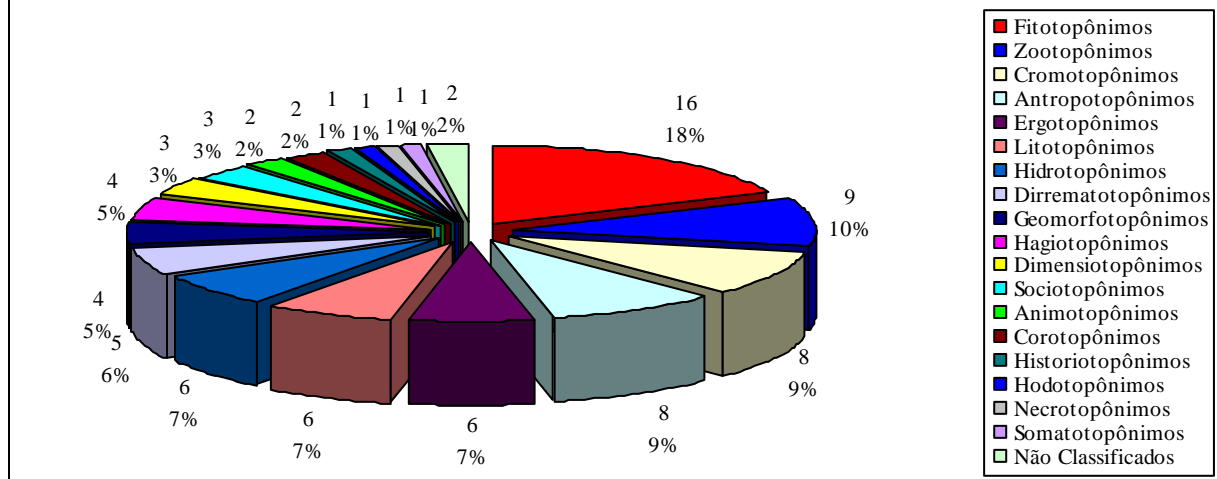
A classificação geral dos topônimos no mapa de 1876, por ordem das taxionomias mais produtivas, é: fitotopônimos (14); zootopônimos (10); antrotopônimos (8); cromotopônimos (7); litotopônimos, dirrematotopônimos e ergotopônimos (6); hagiopotônimos e hidrotopônimos (5); geomorfotopônimos (4); dimensiopotônimos e sociopotônimos (3); animopotônimos e coropotônimos (2); estematopotônimos, necrotopônimos e somatotopônimos (1); não classificados (2), conforme demonstra o gráfico 4:

Gráfico 4 - Taxionomias de Natureza Física, Taxionomias de Natureza Antropo-cultural, Taxionomias Sugeridas e Não Classificadas - MAPA 1876



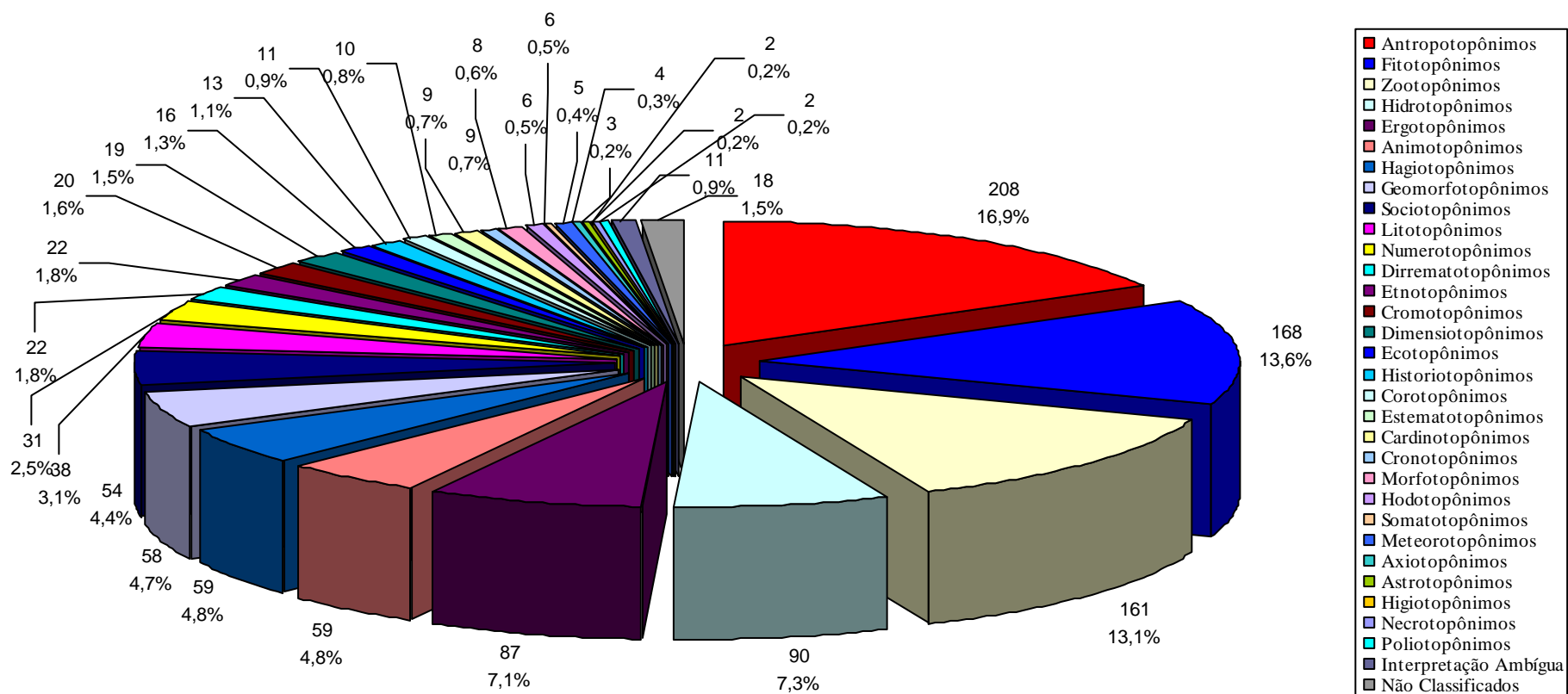
Com relação ao mapa de 1896, a classificação geral dos topônimos é a seguinte: fitotopônimos (16); zootopônimos (9); cromotopônimos e antropotopônimos (8); ergotopônimos, hidrotopônimos e litotopônimos (6); dirrematotopônimos (5); geomorfotopônimos e hagiotopônimos (4); dimensiotopônimos e sociotopônimos (3); animotopônimos e corotopônimos (2); historiotopônimos, hodotopônimos, necrotopônimos e somatotopônimos (1); não classificados (2), de acordo com o gráfico 5:

Gráfico 5 - Taxionomias de Natureza Física, Taxionomias de Natureza Antropo-cultural, Taxionomias Sugeridas e Não Classificados - MAPA 1896



A classificação geral dos topônimos atuais, por sua vez, está assim distribuída: antropotopônimos (217); fitotopônimos (168); zootopônimos (161); hidrotopônimos (90); ergotopônimos (87); animotopônimos e hagiopônimos (59); geomorfotopônimos (58); sociotopônimos (54); litotopônimos (38); numerotopônimos (31) etnotopônimos e dirrematotopônimos (22); cromotopônimos (20); dimensiotopônimos (19); ecotopônimos (16); historiotopônimos (13); corotopônimos (11); estematotopônimos (10); cardinotopônimos e cronotopônimos (9); morfotopônimos (8); hodotopônimos e somatotopônimos (6); meteorotopônimos (5); axiotopônimos (4); astrotopônimos (3); hagiopônimos, necrotopônimos e poliotopônimos (2); topônimos com interpretação ambígua (11); não classificados (18). Essa distribuição pode ser visualizada no gráfico 6:

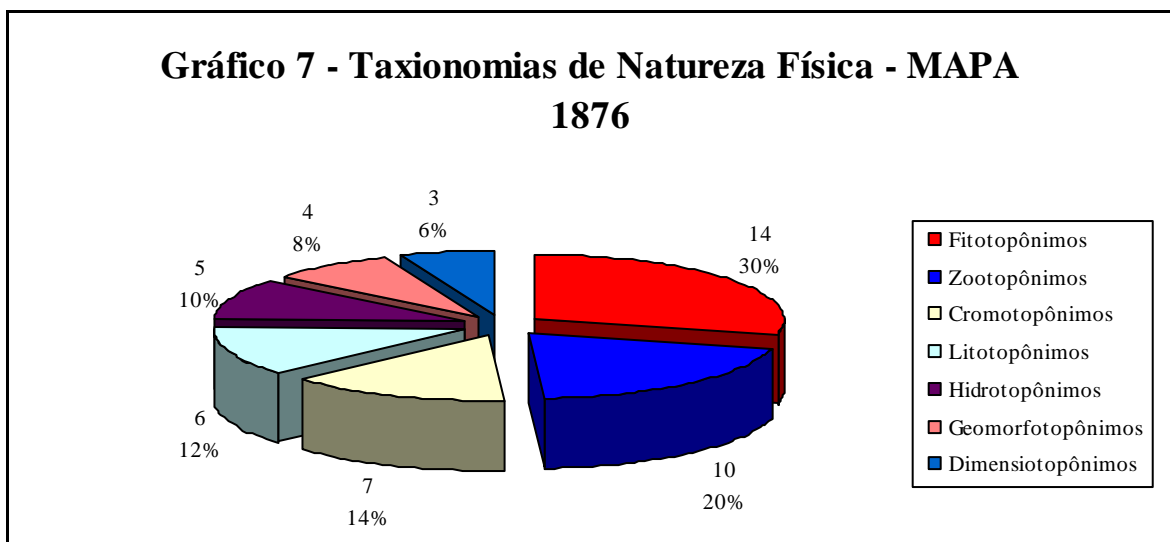
Gráfico 6 - Taxionomias de Natureza Física, Taxionomias de Natureza Antropocultural, Taxionomias Sugeridas, Interpretação Ambígua e Não Classificados - MAPAS ATUAIS



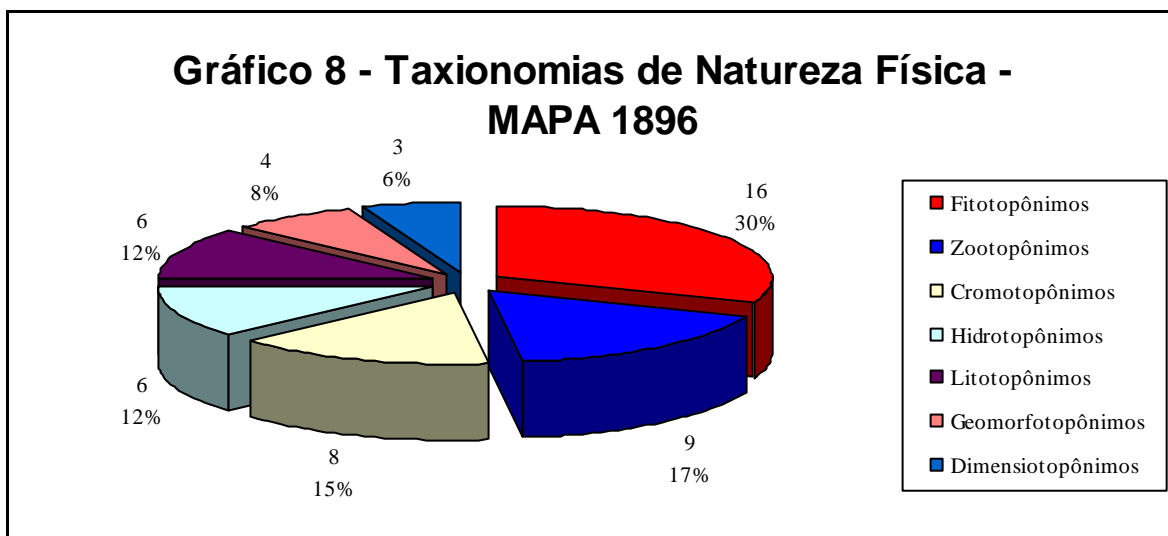
5.3.1 Taxionomias de natureza física

Para este estudo, por se entender que as duas ordens de denominações dos topônimos (topônimos de natureza física e topônimos de natureza antro-po-cultural) dizem respeito a realidades bem distintas, optou-se pela análise das taxionomias de cada uma delas separadamente. Assim, primeiro analisam-se os topônimos de natureza física, tendo como base os gráficos 7, 8 e 9; após serão analisados os de natureza antro-po-cultural, lançando mão dos gráficos 10, 11 e 12.

O primeiro colocado entre as motivações de natureza física foram os **fitotopônimos**²⁰, ou nomes de origem vegetal. Essa grande incidência de fitotopônimos na região abrangida pelo rio Iguazu ou seus afluentes pode ser ilustrada em termos percentuais: no mapa de 1876 perfazia 30% do total dos topônimos de natureza física; no de 1896, 31%; e atualmente atinge os 28%.



²⁰ No cômputo geral dos topônimos do presente *corpus* os fitotopônimos ficaram com a primeira colocação nos mapas de 1876 e 1896, e atualmente com a segunda colocação.



Os elementos da flora de uma região sempre foram motivo de inspiração e de indagações para o homem. Citam-se como exemplo as obras literárias românticas, para referir apenas um dos campos da manifestação humana, que se voltaram para a glorificação e personificação do espaço ambiental, na figura das palmeiras onde cantam os sabiás, dos bosques que têm mais vida, das sombras das laranjeiras:

*Minha terra tem palmeiras;
Onde canta o sabiá;
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá.
(...)*

*Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá
(...)*

(Gonçalves Dias – Canção do Exílio)

*Oh! Que saudades que tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais!
Que amor, que sonhos, que flores,
Naquelas tardes fagueiras
À sombra das bananeiras,
Debaixo dos Laranjais!
(...)*

(Casimiro de Abreu – Meus oito anos)

A Toponímia, por sua vez, não poderia agir de forma diferente, servindo-se dos elementos da flora como fonte contínua de motivação. Pode-se observar, no país, a abundância da toponímia de *índole botânica*. O motivo é que *floresta, selva, árvores, matagais de arbustos e vegetais cultiváveis* estão estreitamente ligados à sobrevivência dos grupos humanos.

A. J. Sampaio (1938, *apud* Dick, 1990, p.146) refere-se também aos numerosos benefícios da flora:

Uns conhecidos de toda a gente, outros reconhecidos pela ciência, nas suas pesquisas sobre as relações entre os seres vivos, a atmosfera e o solo. Todo o mundo conhece numerosas plantas úteis, campestres e florestais; geralmente se compreende o papel protetor das florestas para os mananciais; não há quem desconheça a utilidade de uma árvore frutífera, ornamental ou de sombra; (...). Por outro lado, alguns autores têm exagerado o valor das matas; limitemo-nos a repetir Mahé, no Dictionnaire des Sciences Médicales (v. 28.. p. 114), dizendo que ‘a floresta ocupa um lugar importante na natureza, no comércio, na agricultura, na higiene. Prepara o solo fértil, iguala e regulariza a temperatura e os cursos da água; é nossa melhor salvaguarda contra as inundações, saneia a um tempo a terra e a atmosfera; recria o moral, restaura o físico do homem e o faz gozar as belezas da natureza pelos esplendores da vegetação. Eis bastante títulos, continua Mahé, para que mereça proteção contra as sevícias que sofre.

Daí o grande valor que se tem dispensado aos vegetais em geral, uma vez que não há quem desconheça pelo menos uma utilidade de uma árvore, seja frutífera, ornamental, medicinal ou simplesmente de sombra, os quais, por essa razão, são frequentemente empregados nas designações de acidentes geográficos. O homem, ao nomear os lugares por onde passa e onde se estabelece, olha ao redor, perscruta a natureza, identifica-se com ela e para distingui-la de outro espaço dá-lhe um nome baseado muitas vezes no ambiente que o envolve, seja uma erva, uma árvore, uma raiz, uma fruta, uma flor, ou uma semente.

Segundo Dick (1990a), o estudo da vegetação terrestre é para o leigo uma das mais árduas tarefas, devido principalmente à diversidade das espécies que se entrecruzam em porções delimitadas do espaço geográfico analisado, tornando mais difícil a tentativa de selecioná-las toponimicamente.

Sampaio, em sua obra *Fitogeografia do Brasil* (apud Dick, 1990a, p. 148), divide a Flora Brasileira por regiões:

I – Flora Amazônica. II – Flora Extra-amazônica ou Geral, que se subdivide em seis zonas: 1)-Zona dos Cocais; 2)-Zona das Caatingas; 3)-Zona das Florestas Orientais (ou das Matas Costeiras); 4)-Zona dos Pinhais ou Sul Brasileira da Araucária; 5)-Zona dos Campos; 6)-zona Marítima, compreendendo: a)-Vegetação halófila ou do litoral; b)-Flora Insular: b1)-das ilhas afastadas (...), b2)-das ilhas costeiras; c)-Fitoplancton ou Flora flutuante.

Em cada uma dessas regiões, há uma formação vegetal específica do lugar de onde são constituídos os extratos fitotoponímicos, podendo haver uma equivalência entre áreas geográficas e toponímicas. Assim, a *castanha* e o *buriti* aparecem na toponímia da região I – da flora amazônica, como o *pinhão* na toponímia da zona dos pinhais e o *coqueiro* na zona marítima, por exemplo.

Pelo Brasil afora, é extensa a referência aos topônimos de formação vegetal lembrando *árvores* e associações *filológicas* como Mato Grosso, Mato Verde, Capãozinho, Floresta, Borda do Mato. Muitos indicam o lugar onde começa a mata e por isso é propício a estabelecimentos humanos na orla da floresta. Entre esses, *Floresta* é nome de quase uma dezena de cidades brasileiras, inclusive uma no Estado do Paraná, e aparece duas vezes no *corpus* em estudo designando um arroio e um córrego.

A região do rio Iguaçu, no Paraná, integra a Zona dos Pinhais ou Sul-brasileira da Araucária. Dick (1990a, p. 176) argumenta que a zona Sul-brasileira da Araucária é caracterizada pelos pinhais de *Araucaria Brasiliana*, que se constituem de “árvores belas, facilmente multiplicáveis, atingindo grandes dimensões, aproximadamente 50m de altura”.

Saint-Hilaire em 1820 também já ressaltava a beleza e a imponência das araucárias:

...já expliquei que essa árvore muda de aspecto em suas diferentes fases e que, quando nova, seus ramos parecem partidos e lhe dão uma aparência bizarra; que mais tarde ela se arredonda, à maneira de nossas macieiras; e que, ao se tornar

adulta, ela se projeta a uma grande altura, perfeitamente ereta, e termina por um corimbo de ramos, uma espécie de vasto platô perfeitamente regular, de um tom verde-escuro. É a *Araucaria brasiliensis* que por sua altura, pela imponência e elegância de suas formas, por sua mobilidade e pelo verde-escuro de suas folhas contribui, mais do que qualquer outra coisa, para dar uma fisionomia característica aos Campos Gerais. Em alguns trechos essa pitoresca árvore, elevando-se isolada no meio das pastagens, expõe à nossa admiração toda a beleza do seu talhe e faz ressaltar, pelos matizes sombrios de suas folhas, o verde tenro da relva que cresce sob ela. Em outros lugares ela forma pequenos e densos bosques; mas, ao passo que nossos pinheirais mal permitem que algumas plantas raquíticas cresçam em seu meio, ao redor do pinheiro-do-paraná nascem numerosas ervas e subarbustos, cuja folhagem variada e delicada ramagem contrastam com a rigidez de suas formas. (...) (1978, p. 16)

A área de dispersão do vegetal está assim determinada por Sampaio:

29°30', no rio Grande do Sul (desde 600m), até 20°, no Sul de Minas Gerais, mas então só de 800m de altitude para cima, em São Paulo, e de 1.100m, em Minas; o centro da maior densidade é nos Estados do Paraná e Santa Catarina, onde mais típicos também os pinheirais, que tanto para o sul como para o norte, apresentam mistura ou intercorrência de elementos de zonas contíguas, mistura que caracteriza os chamados **faxinais** (apud Dick, 1990a, p. 176)

Esses *faxinais* se caracterizam, então, por se apresentarem como “associações mistas” de espécies vegetais, das Matas Costeiras e da Zona da Araucária. Seu emprego na nomenclatura geográfica vem confirmar a correlação entre as áreas toponímica e geográfica propriamente dita.

Por essa razão, há na denominação atual dos rios paranaenses nomes como: *Faxinal* (Arr., Laj., R.), *Faxinalzinho* (R.), *Pinheiral* (R. do.), *Pinheiro Torto* (R.), *Pinheiro* (Arr., Cór., R., Sg), *Pinheirinho* (Arr., Cór.), *Pinhal* (Cór., Laj., Rib., R.), *Pinhalão* (Arr.), *Pinho* (R. do.), *Pinhão*²¹ (R.), *Pinhãozinho* (R.), *Pinhalito* (Arr., R.), dentre outros, que vêm confirmar a importância desse vegetal para a região. Mesmo o nome científico da planta – araucária – exerce sua função toponímica na designação de um córrego e de um município paranaenses - *Araucária*. Na língua tupi, o pinheiro chama-se “curi”, daí decorre a origem do topônimo *Curitiba* – capital do Estado do Paraná e município banhado pelo rio Iguaçu – em

cujos arredores existiam formosíssimas matas destas plantas. Na estrutura do designativo registra-se o sufixo tupi – *tiba* que dá a idéia de abundância, grande quantidade; etimologicamente, então, o topônimo significa: muitos pinheiros. Neste sentido, há uma perfeita conjugação entre os aspectos ambientais e o topônimo deles decorrente.

De acordo com Dick (1990a), há, na região dos pinheiros, associações destes à *imbuia*, ao *mate*, à *caúna*, à *congonha*, às *catanducas*, às *canelas*, às *araçás*, às *guabiobas*, por exemplo. Destas formações fitogeográficas, a toponímia concernente aos afluentes do rio Iguaçu registra: *Araçá*²² (Arr., R.), *Araçatuba* (R.), *Araçatubinha* (R.), *Imbuiona*²³ (Arr. da.), *Catanducas*²⁴ (Laj. das, R.), *Catanduvinha* (R.), *Canela* (R.), *Guabioba/Guavirova* (Arr., Cór., Rib., R.), o que vem corroborar a pesquisa de Dick. Com relação à congonha, uma das espécies com as quais a erva-mate se mistura, os mapas de 1876 e 1896 registravam um afluente do rio Iguaçu com esse nome: rio das *Congonhas*; atualmente, não se encontra mais a presença do referido topônimo. Entretanto, esse vegetal aparece exercendo sua função toponímica na designação de um afluente do rio Tibagi (este, por sua vez, afluente do rio Paranapanema) e de um município paranaense, respectivamente, *Congonhas* e *Congonhinas*, localizados na região norte, que, conforme já mencionado, nada produz de erva-mate.

Ainda do ponto de vista toponímico, no presente *corpus* merecem destaque a *palmeira* e o *palmito*, que surgem nos hidrônimos sob várias formas: *Palmeira* (Cór.), *Palmeiral* (R.), *Palmeiras* (Cór., Sg.), *Palmeirinha* (Arr., Rib., R.), *Palmital* (Cór., Laj., R.), *Palmito* (Arr.

²¹ Rio Pinhão e rio Pinhãozinho já existiam no século XIX.

²² Do tupi, o fruto do araçazeiro, que é uma arvoreta ou arbusto da família das mirtáceas (*Psidium littorale*), cujo fruto é muito apreciado; araçá (Ferreira, 2000).

²³ Aumentativo de “imbuia”: do tupi, árvore da família das lauráceas (*Ocotea porosa*), de flores insignificantes, tronco grosso e curto, e cujo fruto é uma baga com pequena cúpula basal. Ocorre nas matas paranaenses e produz excelente madeira parda, rica em desenhos (Ferreira, 2000).

²⁴ Do tupi, árvore da família das leguminosas (*Piptadenia moniliformis*), de flores amarelas, dispostas em espigas, solitárias ou geminadas, axilares, e cujo fruto é uma vagem plana e coriácea, com várias sementes (Ferreira, 2000).

do, R.). Além destes, aparecem o *buriti*²⁵, o *buri*²⁶ e o *butiá*²⁷: *Buriti* (Arr., R.), *Buriú* (Córr.), *Butiá* (Laj. R.), *Batiatuva*²⁸ (R.), *Botiatuva* (R.), *Butiazinho* (R.).

Dentro ainda do aproveitamento toponímico, na designação dos afluentes e subafluentes do rio Iguaçu, constata-se a presença de plantas úteis para a alimentação, tais como: *Ameixiras* (Arr.), *Amendoim* (Córr., R.), *Arrozal* (Córr. do, R.) *Banana* (Arr.), *Bananas* (R.), *Bananeira* (Córr.), *Bananeiras* (Sg. das.), *Feijão* (Arr.), *Laranja* (Córr.) *Laranjeiras* (Arr., R.), *Melancia* (R. da.), *Pitanga* (Arr.), *Pitanguinha* (Rib.), *Trigal* (R. do). Tais topônimos corporificam hábitos comuns do povo brasileiro, no caso, o consumo destes produtos alimentícios. Ao lado destes, registra-se a presença de um vegetal de muita importância na economia paranaense a *soja*: *Soja* (Córr.).

Muito comum também na toponímia brasileira é o emprego das formações *campo* e *campina*, tendo em vista a sua importância no contexto geral da vegetação do país. Os campos podem ser, aqui, definidos como uma extensão de terra sem mata e que tem, ou não, árvores esparsas; ou como terreno extenso e mais ou menos plano que tanto se pode destinar às pastagens do gado como ao cultivo agrícola; ou como um grande terreno plantado. Com relação à campina, esta se refere a um campo extenso, pouco acidentado e sem árvores, geralmente coberto de ervas. Além desses tipos de vegetação, encontram-se na denominação dos lugares os *matos*, as *capoeiras*, os *capões*, os *capins*, os *sapés* e os *sertões*. Até mesmo a *ausência* e *escassez* de vegetação marcam locais e se prestam então a caracterizá-los como o *agreste*, que se refere a uma zona fitogeográfica entre a *mata* e o *sertão*, caracterizada pelo solo pedregoso e pela vegetação escassa e de pequeno porte.

²⁵ Do tupi, palmeira (*Mauritia vinifera*) dotada de fruto amarelo do qual se extrai óleo, e broto terminal comestível e com o espique e espádices se fabrica o vinho de buriti; coqueiro-buriti, buritizeiro, muriti, muritim, muruti, palmeira-dos-brejos, carandá-guaçu, carandaí-guaçu (Ferreira, 2000).

²⁶ Não foi encontrada nos dicionários pesquisados a forma “buriú”. Acredita-se que este termo seja uma variante de “buri”: Palmeira (*Polyandrococos caldescens*) que vive de preferência na faixa litorânea (ABHF).

²⁷ Bras. PR RS Palmeira (*Cocos yatay*) de folhas que se prestam a trabalhos trançados, e drupas comestíveis, de amêndoas oleaginosas, usadas no fabrico de bebida alcoólica; coqueiro-jataí (Ferreira, 2000).

²⁸ Batiatuva e Botiatuva são formas variantes de Butiatuba: quantidade mais ou menos considerável de butiás, dispostos proximamente entre si (Ferreira, 2002).

Especificamente, no recorte analisado, registram-se: *Campina* (Arr., Laj., Rib., R.), *Campina da Roça* (Arr.), *Campina das Pedras* (Rib.), *Campina dos Martins* (R.), *Campinas*²⁹ (Arr. R.), *Campinho* (Arr.), *Campo Alto* (R.), *Campo de Fora* (Córr.), *Campo do Tenente* (R., Mun), *Campo Novo* (Rib., R.), *Campo Real* (R.), *Campo Redondo* (R.), *Capão* (Arr. do.), *Capão Grande* (R.), *Capão da Vargem* (Arr.), *Capinzal* (R.), *Capoeira* (Arr. da.), *Mato* (Sg. do.), *Mato Branco* (Arr., R.), *Mato Dentro* (R.), *Mato Frio* (Córr.), *Mato Grande* (Arr.), *Mato Queimado* (Arr., R.), *Sapé* (Córr.), *Sapezal* (R. do.), *Sertãozinho* (R.), *Agreste* (R.). Como se observa, é grande e variada a utilização destes signos fitolingüísticos na designação dos rios paranaenses, principalmente em sintagmas compostos ou com formações sufixais.

Do ponto de vista contrastivo, verifica-se que a maioria dos fitotopônimos frequentes nas designações dos afluentes do rio Iguaçu no século XIX permanece atualmente. Convém esclarecer que, para este trabalho, por falta de um mapa hidrográfico atual do Estado que trouxesse todos os nomes dos cursos d'água paranaenses - razão pela qual os hidrônimos atuais foram coletados nos 107 mapas municipais - não foi possível afirmar com precisão se os nomes que apareciam naquele século, e ainda permanecem, se referem aos mesmos acidentes. Contudo, o objetivo desta pesquisa é identificar a valorização e permanência na utilização deste ou daquele termo como denominação dos rios. São exemplos de fitotopônimos, encontrados tanto no século XIX quanto atualmente: *Bananas*³⁰ (R, das,),

²⁹ Esse topônimo também poderia ser classificado como corotopônimo, em referência à cidade paulista de mesmo nome. Entretanto, por falta de dados que comprovem esta motivação, optou-se pela classificação como fitotopônimo.

³⁰ Atualmente, aparece sem o elemento de ligação “das” – rio *Bananas*.

Campinas (R.), *Laranjeiras*³¹ (R. das), *Palmeira*³² (Córr., R.), *Xaxim*³³ (R.), *Palmital*³⁴ (R.), *Timbó* (R.)³⁵, dentre outros.

Merece destaque o fitotopônimo *Inhapendá*³⁶ (R.), que aparecia no século XIX. Segundo as fontes pesquisadas, esse termo tem o mesmo significado de “jupindá”, do tupi yu-pindá (anzol espinho), que se refere a algumas plantas dos gêneros *mimosa* e *acácia*, tendo como sinônimos *agarra-compadre*, *unha de gato*, *nhupindá*, *espinheira*, *nhopindá* e *maricá*.

Pode-se dizer, então, que a importância e a função motivadora da vegetação sempre estiveram presentes na hidronímia relativa à bacia hidrográfica do rio Iguaçu e caracterizam-se não apenas na variedade dos fatores determinantes apresentados, como também na distribuição dos nomes em áreas específicas de referência, conforme o elemento predominante. Assim, para o estudo científico dos topônimos, é mais significativo quando a espécie por ele lembrada se encontrar em conjunção com a área geográfica de sua ocorrência (“Pinhão”, por exemplo, é característico da região sul do Paraná) e, mais ainda, quando se tratar de um tipo de vegetal já extinto.

No *corpus* em análise, existe a maior parte das espécies vegetais lembradas pelos topônimos: são nomes de árvores e arbustos, isolados ou agrupados, úteis aos seres humanos. Embora nem sempre sejam vegetais que predominem ou pertençam, especificamente, a essa área geográfica, a exuberância e a diversidade da flora são fatores decisivos para esse registro.

Os **zootopônimos**³⁷, ou topônimos relacionados à fauna, ficaram com a segunda colocação, tanto no século XIX quanto atualmente (V. gráficos 7, 8 e 9). A grande incidência

³¹ Atualmente, há um arroio e um rio com esta denominação.

³² No século XIX, havia rio *Palmeira*, hoje há o córrego *Palmeira*.

³³ No século XIX, aparecia como rio do *Charchim*, denominando dois rios distintos. Segundo Michael (1969), esse termo é de origem caingangue e pode se referir a uma pequena queda d’água: xá, queda d’água + xim, pequena; ou a um tipo de vegetal. Sampaio (1955) registra xanchim.

³⁴ Atualmente, este termo aparece na designação de córrego, lajeado e rio.

³⁵ Atualmente, arroio *Timbó*. Esse vocábulo é de origem tupi e designa uma espécie de cipó venenoso com que os índios e os caboclos matavam peixes, porém em guarani quer dizer fumo (Tibiriçá, 1984).

³⁶ Esse topônimo não foi encontrado nas designações atuais.

³⁷ No cômputo geral dos topônimos, no século XIX os zootopônimos ocupavam a segunda colocação, enquanto nas denominações atuais estão na terceira.

de zootopônimos em uma região reveste-se de importância e significação por referirem-se aos animais, os quais se encontram vinculados à vida das populações (da mesma forma que os vegetais e a água), como fonte alimentícia e à presença física na localidade do animal lembrado. Nestas circunstâncias, o processo denominativo apresenta-se em estreita aproximação com o meio geográfico. Há de se convir, entretanto, que nem sempre a presença do animal em uma área qualquer pressupõe, necessariamente, seu *habitat*, bastando a simples ocasionalidade do encontro pelo denominador com um animal, no momento da nomeação, para o surgimento do toponomástico zoonímico.

A importância consagrada aos animais vem de civilizações primitivas, demonstrando a integração homem-animal. O animal faz parte do lendário indígena, dos seus contos míticos. Em algumas sociedades tribais, como as do bororo, os clãs recebiam denominações zoonímicas. Em outro grupo (karib – do Pará Setentrional) os nomes próprios tinham relação com um animal, como os **Aramayám** ou **Aramajató** (índios Abelha Preta) por terem a tez um pouco escura. Esses nomes próprios ligados a animais eram escolhidos, ora por um atributo, ora por evocarem um hábito, uma característica (verdadeira ou mística), ou ainda, por se referirem a um animal ou objeto, por alguma associação (Dick, 1990a).

Segundo Sapir (1969), o interesse que o homem demonstra pelo meio circundante faz com que o traço ambiental se perpetue como signo lingüístico, marcando, assim, o idioma com as seqüências dessas tipologias identificadoras. Verifica-se esse fato quando um nome de ave, animal terrestre ou animal aquático é mantido e transformado em substantivo próprio, passando à categoria de topônimo.

Gabriel Soares de Souza (*apud* Dick, 1990a) descreve a fauna brasileira distribuindo os animais em três classes: a dos aéreos, a dos aquáticos e a dos terrestres. Em algumas culturas verifica-se o emprego maior de algumas espécies em detrimento de outras, ocorrendo

na Toponímia o mesmo fenômeno de associação, em que algumas espécies são mais empregadas que outra.

Nos topônimos dos afluentes do rio Iguaçu, há referências a animais aquáticos como: *Bagres* (Arr. dos), *Lambari* (Ág., Cór., R.), *Marisco* (Arr.), *Surumbi*³⁸. Entre os animais aquáticos/terrestres aparecem *Jacaré* (R.), *Cobra* (Arr., R.). Entre os animais aéreos há *Araras* (Arr., R.), *Baitaca*³⁹ (Rib. da), *Chopim* (Ág., R.), *Cigarra* (Cór.), *Coruja* (Ág. da, Arr.), *Corvo* (Arr.), *Irati/Iratim*⁴⁰ (R.), *Macuco*⁴¹ (Cór.), *Papagaios* (R.), *Pombas* (Arr., Cór., R.), *Tangará*⁴² (Cór.), *Urutaguá*⁴³ (R.). Predominam, no *corpus*, os animais terrestres, como: *Anta* (Cór., Laj), *Boi* (Sg. do.), *Burro Branco* (R.), *Cachorro* (R.), *Gado* (Cór. do, Rib. do.), *Gato* (Cór.), *Leão* (Arr., Cór. do, R. do.), *Macacos* (Arr. dos, R. dos.), *Mico* (Arr., Cór., Laj., R.), *Mulas* (Arr. das.), *Porcos* (Arr. dos, Laj. dos.), *Quatis* (Arr., R.), *Tigre* (Arr., Cór., Laj., R., Sg.) *Veados* (Arr. dos.).

Com relação aos zootopônimos elencados dos mapas do século XIX -*Barregui* (R.), *Chopim* (R.), *Cutia* (R.), *Iraty* (R.), *Marrecas* (R.), *Papagaios* (R.), *Patos* (R.), *Pombas* (R.), *Putinga* (R.)- todos permanecem na designação atual dos rios do presente *corpus*⁴⁴.

A extensa variedade de animais utilizada na hidronímia do rio Iguaçu pode ser vista no volume 2 deste trabalho. Como já foi salientado, é grande a influência de zoônimos indígenas.

Os dados apresentados mostram a forte presença da fauna e dão idéia do papel que sempre exerceram os animais como fontes motivadoras de topônimos. Tais denominações tinham importância para os denominadores, pois muitas delas indicavam mananciais de caça e

³⁸ Esta forma é uma variação de “surubi”, do tupi, nome dado a algumas espécies de peixe.

³⁹ Do tupi, variação de “maitaca”, espécie de ave.

⁴⁰ Do tupi, espécie de abelha.

⁴¹ Do tupi, designação de uma espécie de ave.

⁴² Do tupi, designação comum a diversas espécies de aves.

⁴³ Como não foi encontrada, nos dicionários pesquisados, a forma “urutaguá”, acredita-se que este topônimo seja do tupi, uma variação de “urutau” (também conhecido como urutago), espécie de ave.

⁴⁴ No mapa de 1876 havia um rio denominado rio *Mambuca*, que não apareceu no mapa de 1896 e reaparece na denominação atual como rio *Mambuca*. Provavelmente ambas as formas sejam variações de “mumbuca”, do tupi, nome de um inseto.

pesca, atividades praticadas na região, ou então registravam a presença de animais que poderiam oferecer perigo à população, além de outras integrações homem/animal.

Em terceiro lugar, entre as taxionomias de natureza física, nos topônimos atuais, estão os **hidrotopônimos**, ou seja, os nomes relacionados à água, correspondendo a 16%, aproximadamente. No mapa de 1896, ocupavam a quarta posição, juntamente com os litotopônimos, ou seja, cerca de 12%; enquanto, no de 1876, ficavam com a quinta colocação, em torno de 10%. Esses dados demonstram que a água sempre teve um papel primordial na vida dos seres vivos e, à medida que o tempo vai passando, aumenta a sua valorização, uma vez que, por mera razão de sobrevivência, quanto mais rara for sua presença, mais imprescindível conhecer, no terreno, os pontos de sua possível localização.

No Brasil, desde o seu descobrimento, nota-se a importância dada aos rios. Já Caminha (1500), na carta dirigida a Dom Manuel, anunciando o “achamento” da nova terra, revelava a abundância das águas aqui existentes: “Águas são muitas e infindas. E em tal maneira é graciosa, que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela de tudo, por bem das águas que tem”. E muitos outros cronistas que descreveram o Brasil nos seus primórdios demonstraram em seus tratados a infinidade das fontes de água.

Em muitos topônimos, o nome do acidente (*rio, água, corrente, cachoeira*) passa de substantivo comum a próprio por antonomásia (figura onde se toma o substantivo próprio por comum ou vice-versa) como em *Niger* (rio), *Nilo* (vale), *Paraná* (rio), *Havre* (porto), *Bahia* (baía), *Beirut* (fonte). Nesses casos, o elemento genérico do topônimo passa a ser o elemento específico.

Igualmente, o *rio* e seus derivados dão lugar a muitos topônimos e denominam cidades ou bairros brasileiros: Rio Acima/SC, Rio Azul/PR, Rio Branco/AC, Rio Bom/PR, Rio Claro/SP, Rio Negro/PR, Rio das Pedras/SP, Ribeira/MA, Ribeirão Claro/PR, Ribeiro do Amparo/BA, Córrego Novo/MG, Riacho do Sertão/AL. Acrescente-se ainda que grande parte

das unidades federadas do país tem nome originado de *rios*: Pará, Paraná (rios), Maranhão (grande caudal), Paraíba (rio ruim), Piauí (rio dos piau), Pernambuco (braço de rio), Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul. No *corpus* em análise, há *Ribeirãozinho* (Rib.), *Riozinho* (R.), *Sangão* (Arr.).

Quanto aos acidentes fluviais que surgem nos cursos de um rio, vários deles, como as *correntes* e as *quedas d'águas*, integram a nomenclatura geográfica brasileira. As *quedas d'água* sempre fascinaram o homem, sendo farto o seu emprego na Toponímia do Brasil, tanto em nomes de origem portuguesa como indígena: Cascata/ BA, Itu (que significa salto), Cachoeira/ AC, Salto Grande/ PA, Quedas do Iguaçu/ PR. No *corpus* em análise aparece *Cascata* (Arr. Da, Cór.), *Cachoeira Branca* (R.), *Cahoeirinha* (Arr., Cór., R.), *Saltinho* (Arr., Cór., Laj. do.), *Salto* (Arr. do, Cór. do, Rib. R.), *Saltos* (R. dos.), *Corrente* (R.), *Correntes* (Rib. das.), *Queda* (Arr. da.). Muitos topônimos surgem dos desaguadouros dos rios ou de suas bocas, como em *Barra* (Arr., da, Cór. da, R.da.), *Barra Bonita* (Arr., Laj., Rib., R.), *Barra Feia* (R. da.), *Barra Funda* (Arr. da, Cór. da), *Barra Grande* (Ág., Arr., Cór., R.); *Barra Mansa* (Arr., Cór.), *Barra Vermelha* (R.), *Foz do Iguaçu* (Mun.-PR), *Foz do Jordão* (Mun.-PR), *Boca Apertada* (R.). Segundo Dick (1990a), “foz” aparece sempre em formas compostas, como se verifica na nomenclatura dos dois municípios paranaenses. Da mesma forma, nos hidrônimos pesquisados neste trabalho, “barra”, exceto em arroio/córrego da *Barra*, aparece seguida de um determinante, quase sempre são nomes descritivos (*Barra Grande, Barra Funda, Barra Vermelha*), ou então nomes ligados ao estado de espírito do denominador (*Barra Feia, Barra Bonita*).

É importante ressaltar que *Barra* está entendida aqui como *foz* de rio ou de riacho. De acordo com os registros do Atlas Lingüístico do Paraná (Aguilera, 1994), o termo “barra” (Carta 6) é bastante difundido por todo o Estado do Paraná, como parassinônimo de foz de rio.

Os *lagos*, as *lagoas*, as *fontes*, os *olhos d'água*, e a própria *água* (esta principalmente em formas compostas) são profícuos como motivação: Laguna/SC, Lagoa dos Patos/MG, Alagoa/MG, Alagoas (que é o mesmo que lagoa), Fonte Boa/AM, Fontes/RJ, Olho d'Água/BA, Lago Verde/RO, Água Bela/BA, Água Doce/ES, Águas Brancas/RS, Águas de Lindóia/SP. Especificamente, nos acidentes hidrográficos, cujos nomes foram examinados neste trabalho, surgem: *Lagoa* (R. da.), *Lagoa dos Patos* (Arr.), *Lagoa Preta* (R. da.), *Lagoa Verde* (Arr.), *Lagoão* (Arr.), *Lagoãozinho* (Arr.), *Fonte Bela* (Arr.), *Olho de Água* (Arr., do), *Água Azul* (R. da.), *Água Doce* (Arr.), *Água do Serafim* (Sg.), *Água Luísa* (Rib.), *Água Quente* (R.), *Águas Belas* (R. da.). De acordo com Dick (1990a), o termo *água*, seguindo as tendências universais, foi o traço toponímico de destaque no Brasil, mesmo em lugares onde há falta de água.

O elemento hidronímico de maior influência, na denominação dos afluentes do rio Iguaçu, foi o *passo*⁴⁵ (com 33 denominações), que, com exceção de *Passinho* (R.) e *Passinhos* (Arr. dos.), vem sempre acompanhado de um determinante: *Passo Comprido* (Arr.), *Passo da Anta* (Arr.), *Passo da Cachoeira* (R.), *Passo da Laje* (R.), *Passo Feio* (Córr.), *Passo Grande* (R.), *Passo Liso* (Arr., R.), *Passo Novo* (R.), *Passo Velho* (Laj.).

Na nomenclatura dos mapas, colaboram muitas línguas de modo que, se traduzida para um só idioma, a Toponímia figuraria quantitativamente mais modesta, pois muitos topônimos têm o mesmo significado, mas revestidos de línguas diferentes. Os povos indígenas brasileiros, por exemplo, costumavam designar os cursos de água pelo próprio termo comum, pois não viam a necessidade de buscar qualquer outra marca de relevância. Bastava, no momento de se referirem a tais topônimos, indicar, simplesmente, o denominador básico (rio, córrego, água ou lago) ou acrescentar a estes uma indicação de cor, volume, natureza da corrente, etc. Por isso, o denominativo mantinha com o meio originário uma relação associativa ou descritiva (Dick, 1990b).

Dessa forma, é comum encontrar na hidrografia do Paraná os termos genéricos indígenas ‘y/i’ (água) e ‘paraná’ (rio), acrescidos de um índice circunstancial que descreve um aspecto próprio do acidente e revela a maneira lógica que o indígena possuía de identificar o topônimo por si mesmo. Ocorreu, portanto, que o termo ‘paraná’ se cristalizou e passou de substantivo comum (rio) a próprio, designando o Estado e o seu maior rio. A nomeação do rio Paraná descreve o volume de suas águas, pois os indígenas o achavam “semelhante ao mar”. O termo ‘paraná’ influenciou, também, a denominação de muitos municípios paranaenses (*Paranapoema, Paranaíba, Paranacity e Paranaguá*) (Albino e Almeida, 2000).

Dos topônimos pesquisados, destaca-se *Iporã* (água bonita - Laj., R), assim denominado em referência à beleza de suas águas. Já em nomes como *Capivari* (rio das capivaras), *Cotegipe/Cotejipe* (rio das cotias), *Piraí Guaçu* (rio do Peixe, onde “guaçu” determina a extensão do acidente), *Iguaçu* (rio grande) optou-se por considerar o elemento indígena “i” como genérico. Assim, *Capivari* (R.), *Cotegipe/Cotejipe* (R.), *Piraí Guaçu* (R.) foram classificados como **zootopônimos**; *Iguaçu* (Rib., R.), por sua vez, ficou como **dimensiotopônimo**.

Com relação aos topônimos do século XIX, havia: *Águas Claras* (R.), *Barra do Campo*, *Cachoeira/Caxoeiras* (R., R. das,), *Cachoeira Grande* (R.), *Saltinho* (R.) – mapa de 1876; *Água Branca* (R.), *Barra Campo* (R.), *Cachoeira/Caxoeiras* (R.), *Cachoeira Grande* (R.), *Lagoa* (R.), *Saltinho* (R.). Como se observa, são nomes que permanecem na denominação atual. Merece ressaltar que o rio *Águas Claras*, presente no mapa de 1876, aparecia no mapa de 1896 apenas como rio *Claras*, razão pela qual foi incluído na categoria dos **cromotopônimos**.

Assim, a larga influência de nomes de índole hidrográfica na toponímia de povos primitivos e civilizados não só na região em análise como no Brasil, e em todo o mundo, é compreendida pela necessária ligação da vida do homem com o *rio*, o *mar*, as *fontes* e a *água*

em geral. O rio, entre os acidentes hidrográficos, é o que mais impressiona o homem primitivo por correr sem cessar, muitas vezes impossibilitando a população das margens chegar-lhe à nascente ou à foz. Pela pesca, é uma fonte de vida e um caminho fácil de percorrer. Eis porque importantes civilizações surgiram e progrediram junto a oceanos, rios e zonas ribeirinhas.

No tocante aos **geomorfotopônimos**, estes ficaram em quarto lugar, com cerca de 10%, nas designações atuais; em quinto, cerca de 8%, em 1896; e em sexto, também com cerca de 8%, em 1876. As formas de relevo terrestre, seja no sentido de elevações (montanha, morro, monte, colina, coxilha) ou depressões (vale, baixada), costumam emprestar à Toponímia uma variedade de signos onomásticos. São elementos que, na função toponímica, refletem em seu significado a natureza topográfica que motiva o denominador, traduzindo, em sua grande maioria, uma técnica espontânea de designação. Daí a origem de topônimos como: Cerro Azul/PR, Serra/BA, Serranópolis do Iguaçu/PR, Morretes/PR, Morrinho/MG, Morro Verde/RS, Monte Alegre/AM, Colina/BA, Coxilha Grande/RS, Espigão/ MG, Ilha/PI, Vale do Sonho/MT, Baixadão/MT.

Na maioria das vezes, tais nomes consignam a existência real do acidente assim identificado no lugar; em algumas, entretanto, quando isso não acontece, o topônimo deixa de ser um descritivo específico da região para revestir apenas a característica de forma lingüística.

Do presente *corpus*, destacam-se: *Banhado* (Arr.), *Barroco* (Arr.), *Caverna* (Arr.), *Cavernoso* (R.), *Cerrinho* (Arr.), *Cerrito* (Arr.), *Cerro Azul* (R.), *Chapada* (Arr. da.), *Combrão* (R.), *Coxilha Bonita* (Sg.), *Empossado*⁴⁶ (Arr., Rib., R.), *Espigão* (R.), *Grota Funda* (Córr.), *Gruta* (Arr. da.), *Ilha* (Arr. da.), *Morro Alto* (Laj.), *Poço* (R. do.), *Praia Grande* (R.), *Restinga* (Arr.), *Serra* (Arr. da, Laj. da.), *Tijuco Preto* (R.), *Vargem Bonita* (Córr.), *Várzea* (R.da.), *Vossoroica* (sic) (R.). Todos os geomorfotopônimos existentes no

século XIX permaneceram nas designações atuais: *Cavernoso, Vargem, Vargem Grande e Várzea*.

Os geomorfotopônimos encontrados são, em sua maioria, designações que surgiram pelo desejo de comunicar um aspecto mais saliente do acidente denominado (*Barroco, Empossado*) ou da região abrangida pelo mesmo (*Cerro Azul, Morro Alto*).

Em quinto lugar, com cerca de 7%, dentre os topônimos de natureza física, nas designações atuais dos afluentes do rio Iguaçu, estão os **litotopônimos**, que no século XIX ficavam em quarto lugar (com cerca de 12%).

Os topônimos de índole mineral refletem a natureza constitutiva dos solos e terrenos. A sua presença em uma região está relacionada diretamente a dois fatos: um, de índole genérica, específico às regiões da terra, em sua constituição (areia, barro, lama, pedra, terra, por exemplo); o outro, mais restrito, diz respeito a alguns momentos significativos da história de um povo. Segundo Dick (1990a), esses fatores no Brasil se interligaram, tornando muito difícil discorrer sobre um sem mencionar o outro.

Como exemplo, para a referida pesquisadora, há marcas expressivas na Toponímia concernente ao ciclo do ouro em Minas Gerais, região que traz no próprio nome o registro de sua principal característica e de sua riqueza mais importante. Assim é que nesse Estado desponta uma variedade de expressões formadas com “ouro”, como córrego do Ouro, rio do Ouro, Ouro Preto, por exemplo. Mas, também em outros pontos do território, surge essa tipologia denominativa, dando bem a idéia da extensão de seu emprego, como no Paraná (ribeirão do Ouro Grande), no Maranhão (Ouro Preto), em Rondônia (serra do Ouro Fino), no Acre (Ouro Preto), no Espírito Santo (Ouro Velho), na Bahia (córrego do Ouro), no Rio Grande do Sul (arroio do Ouro). Também geraram topônimos no Brasil minérios como **diamante, prata** (sendo esta mais empregada que o ouro), **crystal** e elementos mais comuns como **barro, lama, terra, areia, pedra, laje**, entre outros: Diamante/PB, Diamante do

Oeste/PR, Prata/ES, Cristais/CE, Barro Branco/MA, Lamado/DF, Terra Boa/PR, Pedra Azul/SP, Areia Fina/BA, Laje Grande/MA. Ainda segundo Dick, a toponímia brasileira incorporou a terminologia indígena **taba/taua** (barro) e **tijuco** (lama), registrando os seguintes termos: Tabatinga/AM, Tauá CE, Tauapiranga/PE, Tijuco/BA, Tijuco Preto/ES, Tijucas do Sul/PR. Da mesma forma, faz-se a referência específica ao elemento de origem indígena **itá** (pedra) que concorre com inúmeras formações: Itá/SC, Itamonte/MG, Itapira/SP, Itatira/CE.

Nos hidrônimos analisados surgem: *Areia* (Arr. da, R. da,), *Barreado* (Córr.), *Barro* (R. do,), *Barro Branco* (Arr.), *Cristal* (R.), *Diamante* (Arr., Córr., R.), *Itaqui/Taqui* (R.), *Itararé* (R.), *Laje* (Arr. da, Sg. da,), *Lajeado Bonito* (Arr.), *Lajinha* (Arr., R.), *Ouro* (Córr. do, Rib. do, R. do,), *Pedra Azul* (Arr. da,), *Pedra de Afiar* (Arr.), *Pedra Grande* (Córr., R. da,), *Pedras* (Arr. das, Córr. da, R. das, Sg. das,), *Pedras de Cima* (R. das,), *Pedras de Baixo* (R. das,), *Pedregulho* (Córr.), *Pedreira* (Laj.), *Prata* (Ág. da, Arr. da, Rib. da,), *Tabatinga* (R.), *Tijuco Preto* (R.). Ressalta-se que, no *corpus* em análise, sobressaem os nomes que trazem em sua estrutura os elementos **pedra** (10), **barro** (7) e **laje** (7), cada um deles em formações variadas.

Comparando os litotopônimos atuais com os que já apareciam no século XIX, a maioria destes permanece na atualidade: *Areia* (R.), *Itaquy* (R.), *Lageado* (R.), *Ouro Fino* (Rib), *Pedras* (R. das,), *Tabacu*⁴⁷ (R.), verificando-se apenas algumas alterações relativas à grafia de alguns termos: *Itaquy/Itaqui*, *Lageado/Lajeado*.

Os **cromotopônimos**, ou seja, os topônimos relativos à escala cromática, no século XIX, ficavam em terceira posição, aproximadamente 15%, dentre as taxionomias de natureza física; atualmente, ocupam a sexta posição, com cerca de 4%, o que não significa perda qualitativa na utilização das cores como fonte de motivação, pois os nomes que apareciam no

século XIX permanecem todos na hidronímia atual. A grande diferença quantitativa está relacionada ao número de topônimos encontrados neste e naquele século.

Segundo Dick (1990a), dentro da série cromática de nomes de rios, pela circunstância da aparência de suas águas, é de grande importância os **brancos, negros e verdes**, como, por exemplo, o rio Negro, conhecido afluente do rio Amazonas, cuja coloração das águas é escura. Para a autora, a série cromática na toponímia brasileira não se restringe aos três índices apontados, aparecendo com maior ou menor frequência, outros elementos significativos, como: o **amarelo**, o **vermelho**, o **azul**, além de nuances distintas dessas cores, tais como: **claro, escuro, preto, turvo, pardo**, bem como alguns designativos correspondentes em língua indígenas: **una, piranga** (vermelho), **juba** (amarelo). Tenha-se como exemplo: sanga Amarela/MG, córrego Vermelho/MT, rio Azul/PR, rio Claro/ES, cachoeira Escura/MG, rio Preto do Pantaleão/AM, rio Turvo/GO, rio Pardo/PA, dentre outros.

Destacam-se do presente *corpus*: *Amarela* (Ág.), *Azul* (Arr., Cór., Rib., R., Sg), *Branca* (Ág.), *Branco* (Cór., Rib.), *Clara* (Ág., Sg.), *Claro* (Rib., R.), *Cristalina*⁴⁸ (Ág.), *Dourado*⁴⁹ (R.), *Moreno* (R.), *Negrinho* (R.), *Negro* (R.), *Preto* (Cór.), *Turvo* (Cór., R.), *Una* (R. do.), *Verde* (Cór., R., Sg.), *Vermelha* (Ág.) *Vermelho* (Rib., R.).

Neste particular, há que se acrescentar que, segundo Dauzat (apud Dick, 1990a, p. 114), o homem “designa os lugares, a partir de suas particularidades mais flagrantes”. Por isso, pressupõe-se que a denominação dos afluentes do rio Iguaçu esteja relacionada à coloração de suas águas, mesmo que seja apenas em determinadas épocas, como, por exemplo, no momento em que ocorreu a denominação.

Merece destaque ainda, dentro das taxionomias de natureza física os **dimensiotopônimos**, isto é, os topônimos que fazem referência às características

??
litotopônimo.

otivo pelo qual foi classificado como cromotopônimo e não

dimensionais, descrevendo os acidentes geográficos quanto à extensão, ao comprimento, à largura, à grossura, à altura e à profundidade.

No inventário dos topônimos dimensionais em estudo, registram-se nomes representados pelos adjetivos **alto**, **comprido**, **estreito**, **fino**, **fundo**, **gigante**, **grande**, **pequeno**, **raso**, bem como dos elementos de origem indígena **guaçu** (grande) e **mirim** (pequeno): *Alto Alegre* (Ág.), *Comprido* (R.), *Estreito* (R.), *Fino* (Córr.), *Funda* (Sg.), *Fundão* (Arr., Córr., R.), *Fundo* (Córr., Rib., R.), *Gigante* (Laj., R.), *Grande* (Ág., Arr., Córr., Laj., Rib.), *Pequeno* (R.), *Raso* (Laj., R.), *Iguaçu* (rio grande), *Mirim* (R.), *Miringuava* (R.), *Miringuava Mirim* (R.), *Mirinzinho* (R.).

Os três dimensiotopônimos presentes no século XIX, *Iguassú*, *Meringuava Mirim*, *Meringuava Assu*, permanecem, embora com alterações relativas à grafia: Iguassú/Iguaçu, Meringuava/Miringuava e à composição do topônimo *Meringuava Assu*, que atualmente é o rio *Miringuava*, provavelmente, por não haver necessidade do adjetivo “assu”, uma vez que a distinção já era feita pelo “mirim”.

Com relação ao rio Iguaçu, este era também conhecido como rio Grande ou rio do Registro. Para os caingangues era o rio *Goio Covo* (‘goio’ – rio, ‘covo’ – fundo) ou *Goio Bang* (‘goio’ – rio, ‘bang’ – grande) (Micheale, 1969, p.66). Sobre a grafia de “iguaçu” escreveu Saint-Hilaire:

A poucas léguas de Caiacanga cheguei à beira do Rio Iguaçu ou Rio Grande, que ali é chamado de Rio do Registro porque passa perto do posto fiscal de Curitiba (Registro de Curitiba) (...)
Iguaçu (“Hyguaçu”) vem de “hy”, água, e “guaçu” – grande, rio grande. Alguns autores escrevem “Iguassu” e “Yguassu”, mas já fiz ver que, por uma questão de coerência, não podemos deixar de escrever “hy” na primeira sílaba; por outro lado, a grafia “guaçu” foi adotada por todos os que estudam seriamente o guarani... (1978, 62)

⁴⁹ Esse topônimo também poderia ser classificado como zootopônimo, em referência a uma espécie de peixe; entretanto, neste trabalho optou-se por classificá-lo como cromotopônimo, pois acredita-se que a motivação do nome esteja baseada na cor de suas águas.

Além dessas categorias taxionômicas surgem na hidronímia atual⁵⁰ do rio Iguaçu outras motivações como: **cardinotopônimos:** *Abaixo* (R.), *Divisa* (Arr. da, Cór., R. da, Sg), *Leste* (Cór.), *Meio* (Arr. do, Cór. Laj. do, Rib. do, R. do.), *Oeste* (Cór. do, R., do.), *Sulina* (Cór.); **morfotopônimos:** *Caldeiras*⁵¹ (R. das,) *Descadeirado* (R.), *Tortuoso* (R.), *Volta Seca* (Cór.); **meteorotopônimos:** *Corisco* (R.), *Jupia*⁵² (Cór.), *Tormenta* (R.), *Tormentinha* (R.); e **astrotopônimos:** *Cielito* (Cór.), *Estrela* (Laj. R. da,), *Sol e Ouro* (Laj.).

Com relação aos topônimos *Tormenta* e *Tormentinha*, de acordo com os registros de Aguilera (1994), em alguns pontos que integram a região do rio Iguaçu, o termo “tormenta” foi utilizado como resposta à pergunta que buscava possíveis respostas para “trovoada”. Em vista disso, estes topônimos foram classificados como meteorotopônimos.

Pode-se dizer, então, que a presença de nomes descritivos, como os que descrevem a dimensão, posição e forma geográfica dos acidentes, bem como nomes relacionados aos fenômenos atmosféricos e aos astros, denotam a influência do ambiente físico na formação dos topônimos.

Na seqüência, apresenta-se um quadro conclusivo, que permite visualizar o número dos topônimos de natureza física de acordo com as taxionomias e com as fontes pesquisadas:

Quadro 3

Taxionomias	1876	1896	Séc. XX
Astrotopônimos	0	0	3
Cardinotopônimos	0	0	9
Cromotopônimos	7	8	20
Dimensiotopônimos	3	3	19
Fitotopônimos	14	16	168
Geomorfotopônimos	4	4	58

⁵⁰ Não foi encontrada nenhuma ocorrência de topônimos que se incluem nessas categorias, no século XIX.

⁵¹ Uma outra possibilidade de classificação deste topônimo seria **ergotopônimo**, tomando como referência “grande tanque ou recipiente de metal para aquecer água ou outro líquido, produzir vapor, etc”. Mas, tendo em vista que também pode se referir a uma “depressão de terreno no fundo de lagoa, cisterna, tanque, etc”, optou-se por classificá-lo como morfotopônimo, salientando a sua forma.

⁵² Do tupi, redemoinho ou voragem no meio dos rios.

Hidrotopônimos	5	6	90
Litotopônimos	6	6	38
Meteorotopônimos	0	0	5
Morfotopônimos	0	0	8
Zootopônimos	10	9	161
TOTAL	49	52	579

5.3.2 Taxionomias de natureza antro-po-cultural

Dentre as taxionomias de natureza antro-po-cultural, sobressaem-se, pela expressividade das formações onomásticas, os chamados **antropotopônimos**, ou nomes de lugares constituídos a partir dos designativos pessoais, seja em prenomes ou em apelidos de família, combinadamente ou não. Nas designações atuais, os antropotopônimos estão em primeiro lugar também no cômputo geral dos topônimos; no século XIX ocupavam a terceira posição do total geral, os gráficos 4, 5 e 6 ilustram esses dados. A porcentagem dos antropotopônimos em relação às demais categorias de natureza antro-po-cultural pode ser verificada por meio dos gráficos 10, 11 e 12:

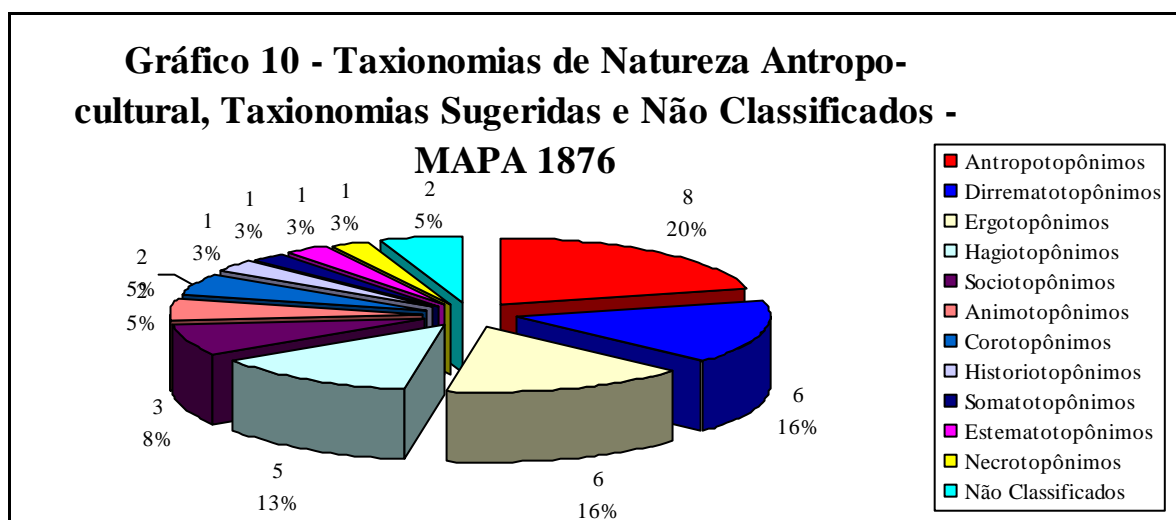


Gráfico 11 - Taxionomias de Natureza Antropo-cultural, Taxionomias Sugeridas e Não Classificadas - MAPA 1896

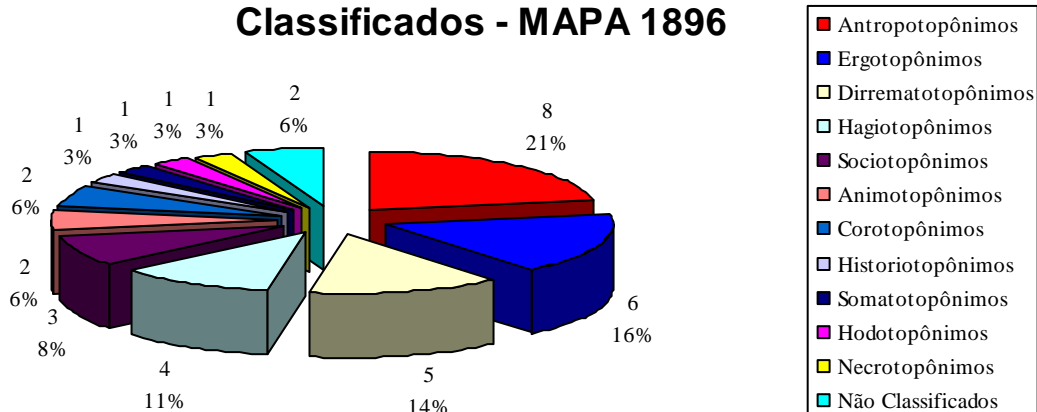
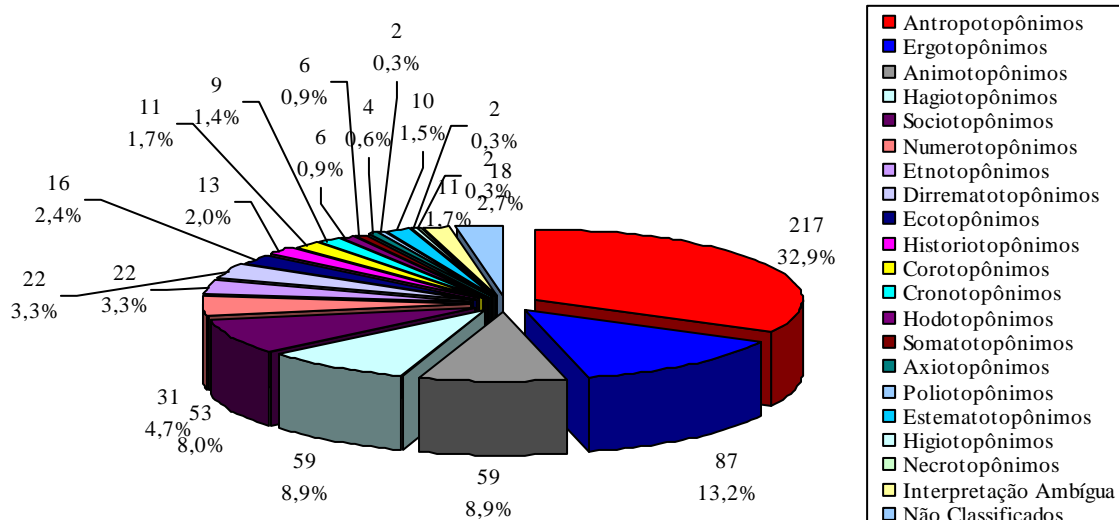


Gráfico 12 - Taxionomias de Natureza Antropo-cultural, Taxionomias Sugeridas e Não Classificadas - MAPAS ATUAIS



Dos oito antropotopônimos encontrados no século XIX, apenas três permanecem nas designações atuais: *Coitinho* (R.), *Crim* (R.) e *Liberato* (este antes aparecia como rio, hoje aparece como lajeado). Com relação ao topônimo *Crim*, este foi classificado como

antropotopônimo por aproximação, pois se acredita que faça referência a *Krin*, sobrenome de família na região.

Os estudos realizados indicam que as motivações para a escolha de um nome de pessoa resultam da natureza psicossocial do homem, dos costumes, tendências e concepções que dominam uma época e um espaço determinados. É a denominação individual ainda a melhor maneira de se designar elementos de um grupo humano. Seria um caos sem eles, o mesmo aconteceria aos lugares se não tivesse uma forma de denominação.

O emprego dos nomes próprios na toponímia de uma determinada zona geográfica e, portanto, a existência de antropotopônimos, constitui o dado principal a marcar a inter-relação entre as disciplinas Toponímia e Antroponímia. De acordo com Dick (1990b, p. 218), a Antropotoponímia é produto de várias causas: “homenagens póstumas a personalidades políticas ou históricas, o caráter de lisonja que, muitas vezes, essa tipologia traduz, o desejo do fundador de um núcleo urbano ou do descobridor de um acidente físico de perpetuar o próprio nome e, indiretamente, a própria realização de um feito”.

São antropotopônimos encontrados: *Américo* (Arr.), *Arquimedes* (Córr., R.) *Belarmino* (R.), *Camargo* (Arr., R.), *Correias* (R. dos.), *Gonçalves Dias* (R.), *Elias* (Arr. do, R. do.), *Floriano* (R.), *Lopeí* (Córr.), *Monteiro* (R.), *Pádua* (Arr.), *Veronezi* (Córr.), *Vitorino* (R.). Com relação ao hidrônimo *Lopeí*, assim se expressa Lima Figueiredo (*apud* Valascki, 1992, p. 63): “Penso que o nome dado à linda localidade de Lopeí foi em homenagem ao filho de algum Lopes, ou quiçá, ao próprio Francisco Solano Lopes, pois que Lope significa Lopes e a desinência y leva o nome anterior ao diminuto Lopezinho ou Lopes Pequeno.” Foi em razão dessa informação que se classificou tal topônimo como antropotopônimo.

Nos hidrônimos paranaenses analisados, a classificação antropotoponímica é concretizada por meio de designativos constituídos por: a) prenome, nome que antecede o de família (rio *Adelaide*, córrego *Alcides*, rio *Luciano*, rio *Rafael*); b) nome de família, o

sobrenome (Sanga do *Cardoso*, rio *Colaço*, arroio do *Oliveira*, arroio *Silveira*, rio dos *Soares*, córrego *Zolli*); c) prenome + nome de família, conjuntos onomásticos completos, estes com o menor índice de ocorrência entre as designações, apenas quatro (rio *Isabel Alves*, rio *Benjamim Constant*, lajeado *Bento Gonçalves*, sanga *Sebastião Quadro*).

Devido à ausência de maiores informações sobre os designativos, há certa dificuldade na classificação entre ‘prenomes’ e ‘apelidos de família’. Por exemplo, rio do *Tomás*. A prática oral de nossa língua permite a existência de nomes que transitem entre duas categorias, ou seja, podem ser ‘prenomes’ ou ‘apelido de família’, e ainda assim seu significado pode ser compreendido, conforme a posição em que for empregado no sintagma. Se se obtivessem, por exemplo, topônimos, como: Arthur **Thomas** ou **Tomás** Antônio Gonzaga, seria possível classificá-los sem dificuldade.

Por outro lado, em nomes como *Aurora* (R.), *Machados* (R. dos.), *Pintos* (Arr. dos, R. dos.), *Santana* (Arr., Cór., R.), a oralidade também permite que sejam empregados com diversas significações, são os chamados casos de polissemia. Assim, os exemplos citados têm a possibilidade de ser um antropônimo e, simultaneamente, ter outras especificidades. Neste caso, optou-se por deixar os topônimos como estes sem uma classificação, incluindo-os na categoria de **interpretação ambígua**. Tais topônimos seriam facilmente classificados se se pudesse contextualizá-los, ou seja, se se tivesse maiores informações sobre os mesmos.

Pelos antropotopônimos encontrados verifica-se que estes se definem pelo aspecto meritório da homenagem e tornam-se um marco que fixa no tempo a atuação do homem. Nesse sentido, eles permitem a visualização do detalhe histórico-cultural. Pode-se dizer, então, que o emprego dos nomes de pessoas, quando bem aplicado, procurando um vínculo aproximado entre as circunstâncias do lugar e o denominador que lhe permitiu a designação, possibilita que uma parcela da história regional ou nacional seja conservada e transmitida às gerações posteriores. Tais nomes exercem o papel de verdadeiros registros da história cultural

dos grupos humanos e denotam respeito às pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram do desenvolvimento político, histórico e social de cada município, merecendo, por isso, serem lembradas. Em suma, os nomes de pessoas são manifestações culturais dos povos e sua escolha na designação dos topônimos pode indicar um resgate da história da região, do Estado e do País, ou apenas respeito e admiração pela pessoa homenageada.

Ressalte-se que essa tendência em denominar os acidentes geográficos com nomes de pessoas não se manifesta apenas na toponímia paranaense, mas sim em quase todas as regiões do Brasil.

Outra categoria com representatividade no *corpus*, principalmente nas designações atuais, é a dos **ergotopônimos**, ou topônimos que se baseiam em elementos da cultura material do homem. Segundo Dick (1990a), esta classe toponomástica se revelaria de grande importância na medida em que pudesse representar determinados avanços técnicos de um povo, ou pelo menos, os mais significativos produtos de um grupo qualquer. No entanto, os avanços técnicos e o conseqüente acúmulo de objetos fabricados, mostrando a tendência diversificada da atividade humana, dificilmente, em termos de uma técnica toponímica seletiva, permitirão eleger uns ou outros como reflexos sensíveis da época atual.

No presente *corpus*, o quadro distributivo dos ergotopônimos acusa exemplos dos mais diversos conteúdos semânticos, nos quais se inscrevem termos de origem indígena, estes, sim, de acordo com Dick, mantenedores de um estágio cultural que se viveu no país. São exemplos de ergotopônimos encontrados: *Bainha* (R.), *Baú* (Arr., R. do.), *Bengala* (Arr.), *Bruacas* (Arr.), *Cadeado* (Arr. do, R.), *Cambau* (Arr.), *Capacete* (Córr.), *Moinho* (Ág. do, Rib., R. do, Sg.), *Mangueirinha* (Arr., Laj.), *Moinho do Engenho* (Laj. do.), *Monjolo*⁵³ (Arr., Córr., R.), *Tijolo* (R. do.), *Ponte Alta* (Arr., Laj., R.), *Vinagre* (R.), *Viola* (Arr. da.), dentre outros. Entre os hidrônimos de origem indígena que caracterizam objetos da cultura material,

⁵³ Tanto *Moinho do Engenho* quanto *Monjolo* também poderiam ser classificados como sociotopônimos, tendo em vista que se referem a um local de trabalho.

destacam-se arroio *Canjica* (do tupi, grão de milho mole (cozido)), rio *Carimã* (do tupi, bolo de farinha de mandioca), córrego *Mingau* (do tupi, papa de farinha de trigo ou de mandioca), córrego *Mundéu* (do tupi, armadilha de caça), rio *Juquiá* (do tupi, cesto aberto).

No século XIX havia rio da *Cadeia*, rio da *Canoinha*, rio da *Espingarda*, rio *Jangada*, rio *Juquiá* e ribeirão da *Lança*. Destes permanecem: *Espingarda*, *Jangada* e *Juquiá*. Com relação ao rio *Canoinha* e ribeirão da *Lança*, estes hoje se encontram em território catarinense, por estarem localizados na antiga reigão do Contestado (V. cap. 2.3).

Percebe-se, dessa forma, que o homem registra nos topônimos a valorização dos elementos de sua cultura material, espelhando a criação de bens pela força de seu trabalho e cristalizando o embate que trava com seu destino na luta para sobreviver no próprio ambiente.

Também se destaca tanto quantitativa quanto qualitativamente, nos nomes atuais dos afluentes do rio Iguaçu, os **animotopônimos**, com cerca de 8,9%. A vida psíquica, a cultura espiritual e os estados de ânimo influenciam esta técnica de nomeação. Sua matéria-prima, como fator cultural, não pertence à cultura física e sim a todos os produtos do psiquismo humano.

Os animotopônimos, segundo Isquierdo (1996, p. 118), podem ser subdivididos em **eufóricos** e **disfóricos**. Assim quando o topônimo denotar “sentido de sensação agradável, expectativas otimistas, boa disposição de ânimo”, serão considerados **eufóricos**; e quando denotar “sensação desagradável, expectativas não muito otimistas, perspectivas temerosas”, serão chamados de **disfóricos**.

De um modo geral, ilustrariam essas especificações nomes como: *Alegre* (Arr., Cór., R.), *Bela Vista* (Arr.), *Boa Esperança* (Laj.), *Bonito* (Arr., Cór., Laj., Rib., R.), *Destacado* (R.), *Esperança* (Cór.), *Formoso* (Arr.), *Fortaleza* (Arr. da.), *Paz* (Rib. da, R.), *Vista Alegre* (R.) – são exemplos de animotopônimos eupóricos, pois revelam admiração e encantamento pelo local, bem como as esperanças e os desejos de que as localidades realmente

correspondam às expectativas dos denominadores; *Chorão* (R.), *Contenda* (Arr.), *Cruel* (Arr.), *Dúvida* (Arr. da), *Engano* (Córr.), *Inferninho* (Córr. do.), *Perdido* (Arr., Laj, R.), *Saudade* (Córr.), *Servidão* (Arr.) – foram considerados animotopônimos com características disfóricas, indicando isolamento e desavenças.

Nomes como *Chorão*, *Cruel*, *Engano*, *Servidão* parecem indicar estados de ânimo que foram personificados, ou seja, foram atribuídos, aos acidentes hidronímicos, características humanas, talvez motivadas pelas próprias características desses acidentes, como o barulho dos movimentos das águas e os perigos que esse tipo de acidente pode representar.

Nos mapas de 1876 e 1896, apareciam apenas rio *Bonito* e rio da *Paciência*, ambos com características eufóricas. Ressalte-se que o rio da *Paciência* hoje pertence ao Estado de Santa Catarina.

Como se observa, essa técnica de nomeação se dá num processo seletivo de condições subjetivas ou psíquicas do denominador, que teria projetado no nome do acidente não os aspectos reais de sua aparência, mas sim um determinado estado emocional que o animava no momento do batismo.

Vale registrar que “nem sempre, na Toponímia, se pode explicar, de modo objetivo, a existência de um determinado nome” (Dick, 1990a, p. 351). Segundo essa estudiosa,

...em certos casos, sabe-se que um designativo reveste-se de características tais que o vinculam a uma determinada compartimentação do ambiente físico ou social. Porém, ao se pretender justificar o fato amplo em que ele se inscreve especificamente, tal procedimento resultará ou em uma repetição de argumentos já expendidos em outras análises mais solidificadas ou, simplesmente, em nada, pela desnecessidade da própria explicação. É o que ocorre com a categoria dos animotopônimos...(p. 351).

Aliados aos referenciais antropotonímicos, ergotoponímicos, animotoponímicos encontram-se os topônimos de origem religiosa, definidos genericamente como

hierotopônimos, contabilizados em quarto lugar, tanto nas denominações atuais, com cerca de 8,9%, quanto no século XIX, representando 13%, no mapa de 1876 e 11% no de 1896.

Nesta classificação, de acordo com Dick (1990b), são incluídos nomes sagrados de diferentes crenças, de associações religiosas de seus membros, locais de culto, além de datas ou efemérides relativas a essas circunstâncias. São subdivididos em **hagiotopônimos**, topônimos referentes aos nomes de santos e santas do hagiológico romano, e **mitotopônimos**, ou nomes de lugares que recordam entidades mitológicas. Assim, por hierotopônimos, propriamente ditos, ficam designados os nomes de lugares com inspiração religiosa outra que não nome de santo, como objetos e ações relacionadas à prática do culto religioso, por exemplo, *Catequese* (Córr.), nome inspirado pelos católicos, baseado na instrução metódica e oral sobre coisas religiosas.

A motivação religiosa sempre foi um fator freqüente na toponímia brasileira, sendo registrada nos diversos períodos da história do país, desde o início da colonização até os dias de hoje, como legado de um patrimônio sociocultural português. Para Dick (1990b), o Brasil nasceu sob o signo da Cruz e da Fé e é nesses elementos que se devem buscar as raízes da toponímia religiosa nacional.

Historicamente, Portugal devia obediência a Roma, centro do catolicismo europeu. Dessa forma, esse país procurou concretizar a intenção evangelizadora do Papa Alexandre VI, que constava da *Bula Intercetera*, de 4 de maio de 1493, relativa às “ilhas do Novo Mundo”. Por isso, a conquista espiritual tinha, no roteiro dos viajantes, a mesma importância que as relações de comércio. Isso pode ser confirmado na seguinte passagem, presente na referida Bula:

...E mais vos encarregamos, em virtude de Santa Obediência (...) que deveis enviar, para as terras firmes e ilhas atrás citadas, varões honestos e tementes a Deus, doutos, peritos e experimentados, para instruírem os sobreditos povoadores e habitantes na Fé Católica e ensiná-los nos bons costumes, empregando toda a

devida diligência nas coisas antes ditas (Bula Intercetera de Alexandre VI – apud Dick, 1990b, p. 156).

A escolha de Pedro Álvares Cabral para capitão da armada portuguesa atendia, com certeza, ao que a Bula papal enaltecia. E sob a religiosidade desse fidalgo católico ocorreram cerimônias religiosas para a partida da esquadra, com a pompa e o necessário espírito cristão: missa na Ermida de Nossa Senhora do Belém, bênção da Bandeira de Cristo e das relíquias e cruzes que os navegantes deveriam transportar durante a travessia. Assim, “colocados sob a proteção de Nossa Senhora da Esperança, não era de se estranhar que as naus portuguesas recebessem nomes como Anunciada, Espírito Santo, Santa Cruz, São Pedro, Trindade, que se integravam, perfeitamente, no contexto místico que envolvia a aventura marítima então iniciada” (Dick, 1990a, p. 313).

Assim, relativamente ao Brasil, conforme se pode depreender das próprias palavras de Caminha (1500), na carta dirigida a Dom Manuel, os primeiros acidentes geográficos receberam denominações do calendário religioso: “na Quarta-feira seguinte, (...) a horas de véspera, avistamos terra, a saber: em primeiro lugar um monte grande, muito alto e redondo (...). Ao mesmo monte alto pôs o capitão o nome de Monte Pascoal; e à terra – Ilha de Vera Cruz”. O *Monte Pascoal* teve seu batismo relacionado à páscoa cristã que então se celebrava, enquanto que a origem do nome da terra, segundo Carolina de Michaelis de Vasconcelos (apud Dick, 1990a), era apenas a Cruz de Marmelar, visto que era costume antigo se hastear uma cruz nas terras descobertas. O nome da terra foi alterado para *Terra de Santa Cruz*, o que não lhe nega a origem. A devoção da Santa Cruz, pode-se afirmar, então, foi uma das primeiras que aqui se instalou, tendo grande progresso.

O mesmo espírito religioso esteve presente na toponímia dos países colonizados pela Espanha, tendo em vista que esses dois países eram considerados o sustentáculo do catolicismo unitário na Europa. Lillo (1990) esclarece que os hagiotopônimos, dentro da

perspectiva atual, permitem conhecer o sentimento religioso e a profunda fé e devoção que sentia o soldado espanhol por sua religião. Segundo o autor, para batizar um lugar, muitas vezes os espanhóis recorreram, simplesmente, ao santo do dia, indicado pelo calendário cristão.

Portanto, a toponímia religiosa mostra como os nomes geográficos poderiam propagar os objetivos catequéticos, inculcando-os na mente do povo. Pode-se dizer que esse campo místico-religioso, por influência dos padres católicos da Companhia de Jesus e do próprio espírito cristão do português, radicado aqui, propagou-se, espalhando-se por todo o território brasileiro.

Segundo Francisquini (1998), a motivação religiosa, subjacente nos nomes de lugar, tem o propósito de: a) propagar os objetivos catequéticos/religiosos; b) demonstrar a religião ou vínculo com as divindades e com fiéis que partilham a mesma fé; c) reivindicar proteção e sucesso em novo espaço geográfico.

Dick (1990b), por sua vez, faz referência à tendência da toponímia brasileira de recobrir a homenagem a uma pessoa com o uso de São ou Santo, o que dificulta a classificação terminológica. A autora cita como exemplo o topônimo *São Manoel*, próximo a Botucatu/SP, cujo fundador foi Manoel Gomes de Faria. Mais tarde o milagroso São Manoel tornou-se o padroeiro do povoado, em homenagem ao seu fundador.

Em vista disso, Lima (1998), propõe uma subdivisão da categoria dos **hagiotopônimos** em **autênticos** e **aparentes**. Para a referida pesquisadora, hagiotopônimos autênticos “são os topônimos com inspiração religiosa, respaldada por um padroeiro homônimo”, como é o caso do município paranaense de *São João do Ivaí*. Já os aparentes “são os topônimos de inspiração política, isto é, cujo objetivo era homenagear pessoa relacionada aos fundadores e/ou personagens influentes” (p. 422), como acontece com *Santa Mônica*/PR, em que o topônimo apresenta o “Santa”, mas o histórico informa que é uma

homenagem à filha de um dos primeiros colonizadores do município. Há uma lei que proíbe a homenagem a pessoas vivas, o que leva os denominadores a camuflar tais homenagens por nome de santo, como no exemplo *Santa Mônica*.

Entretanto, tratando-se de nomes de acidentes físicos, os quais, pelo distanciamento da denominação e do denominador, nem sempre tem a origem de seus nomes registrada historicamente, esse enquadramento torna-se difícil.

Nos hidrônimos pesquisados, é variada e extensa a formação de topônimos com motivação religiosa, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Em termos quantitativos, os nomes de Santo/Santa mais lembrados pelos denominadores foram: *Santa Ana/Sant'Ana* (R., Sg.), *Santa Clara* (Córr., R.), *Santa Emília* (R., Sg.), *Santa Lúcia* (R., Sg.), *Santa Maria* (Arr., R.), *Santa Rosa* (Ág., R.), *Santo Antônio* (Córr., R. – em vários municípios), *São Domingos* (Ág., Arr., Córr., Rib., R.), *São João* (Ág., Arr., Córr., R.), *São José* (Córr., R., Sg.), *São Luiz/São Luis* (Arr., Córr., Rib., R.), *São Miguel* (Arr., R., Sg.), *São Pedro/São Pedrinho* (Ág., Córr., Rib., R.), *São Roque* (Córr., Laj., R., Sg.). Se, no *corpus* em análise, estes nomes são os mais correntes do ponto de vista toponímico, inversamente há aqueles que figuram com registros únicos, justificando, talvez, a pequena difusão de seu culto, como ocorre com *Santa Lídia* (Córr.), *Santa Marta* (R.), *Santo Ângelo* (Sg.), *São Felinho* (Córr.), *São Jorge* (Córr.), *São Tomás* (R.), *São Xavier* (R.).

Os **hierotopônimos**, por sua vez, estão ligados a signos simbólicos e indiciais da religião cristã: *Carmelitas* (Rib. das.), *Catequese* (Córr.), *Cruz* (Arr. da.), *Cruzes* (Arr. das.), *Padre* (R.). Há um nome indígena *Paiquerê*⁵⁴ (R.). Com relação aos mitos, aparecem: *Cuca* (Córr. da.), *Fadas* (Sg. das.), *Mitos* (Arr. dos.) e *Saci* (Córr.). O topônimo *Iara* (Córr.), como não foi possível resgatar a sua motivação, foi incluído na categoria dos topônimos com interpretação ambígua, pois o mesmo pode se referir tanto ao nome de uma pessoa

⁵⁴ Paiquerê: *Pai* “sacerdote, pajé” + *querá*, “o que foi” ou *quer*, *quera* “dormir” = o que foi sacerdote ou pajé que dorme (Bordoni, s/d)

(antropotopônimo), quanto ao ente fantástico, que é uma espécie de sereia de rios e lagos (mitotopônimo). Dos cinco hagiotopônimos/hierotopônimos, do *corpus*, que existiam no século XIX: *Santinho* (R.), *São João* (R.), *São Lourenço* (R.), *Cruzes*⁵⁵ (R. das), *Paquerê* (Rib. do.), apenas o topônimo *Santinho* não aparece nas designações atuais.

Os nomes de origem religiosa são expoentes da devoção popular ou da introdução do culto de um determinado santo em um lugar, adquirindo tal importância que, às vezes, o nome deste santo passa a converter-se em topônimo. Pode-se dizer, então, que a temática religiosa, apesar de suas origens antigas no país, não indica característica de fator ultrapassado no processo dinâmico da seleção dos no mên geográficos.

Ao lado dessas categorias de natureza antro-po-cultural, surgem os **sociotopônimos**, ou topônimos relativos às atividades profissionais, locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade (largo, pátio, praça).

São exemplos de sociotopônimos nos nomes atuais dos afluentes do rio Iguaçu: *Acampamento* (Córr., Laj, R. do.), *Almoço* (R. do.), *Amigo* (Córr.), *Caçador* (Córr. do, Rib., R.), *Cartório* (Arr. do.), *Chácara* (Arr. da.), *Coloninha* (Arr.), *Escola* (Córr. da.), *Farmácia* (Córr.), *Mascate* (R.), *Pouso* (Arr. do.), *Reserva* (R.), *Rodeio* (Arr., Córr. do, Rib), *Teatro* (R.), *Viúva* (Rib. da.). No século XIX, havia *Contagem* (R. da.), *Potreiro* (R. do), *Reserva* (R. da.). Os dois primeiros agora pertencem ao Estado de Santa Catarina.

Além dessas categorias, nos hidrônimos pesquisados, registram-se: **numerotopônimos**: *Cento e Um* (R.), *Dois Córregos* (R.), *Km 34* (Córr.), *Quinze Passos* (Rib.), *Três Palmeiras* (R.), *Trinta Voltas* (R.). **Etnotopônimos**, que se referem a agrupamentos étnicos (povos, castas, tribos) ou a indicativos de procedência geográfica, como: *Alemão* (Arr. do.), *Baiano* (Ág. do, Arr.), *Gaúcho* (Córr.), *Índio* (R.), *Tingui* (Córr.). **Dirrematotopônimos**, ou topônimos constituídos por frases: *Amola Faca* (Arr. R.), *Esfria Freio* (R. do), *Mata Fome* (R.), *Passa Três* (R.), *Quebra Braço* (Arr.), *Passa Dois/Passa*

⁵⁵ O mapa de 1896 não registra esse topônimo.

Dous (R.). **Ecotopônimos**, referentes às habitações: *Casa de Pedra* (Arr.), *Rancho Velho* (arr. do), *Salão* (Rib. do), *Sobrado* (R.), *Tapera* (Arr., R.), *Varanda* (R.). **Historiotopônimos**, relativos aos movimentos de cunho histórico-social: *12 de Outubro* (R.), *Farroupilha* (Córr.), *Independência* (R.), *Quinze de Novembro/XV de Novembro* (R.), *Vera Cruz* (Arr.). **Corotopônimos**, ou topônimos que homenageiam outras cidades, ou estados, regiões, países e continentes: *Argentina* (Córr.), *Bahia* (Arr.), *Belém* (R.), *Portugal* (R.). **Cronotopônimos**, topônimos que encerram indicadores cronológicos: *Caçula* (Córr.), *Nova* (Ág.), *Nova Estrela* (Córr.), *Nova Veneza* (Sg.), *Novo* (Arr., R.), *Velha* (Sg.). **Hodotopônimos**, relativos às vias de comunicação rural ou urbana: *Atalho* (Rib., do), *Encruzilhada* (Arr.), *Estrada* (Arr. da.), *Passagem* (Córr. da.). **Somatotopônimos**, ou topônimos referentes às partes do corpo: *Bico da Anta* (Córr.), *Calcanhar* (R.). **Axiotopônimos**, títulos que acompanham os nomes: *Nhá Mazilia* (Laj.), *Tenente Gualberto* (Córr.). **Poliotopônimos**, constituídos pelos vocábulos *vila*, *aldeia*, *cidade*, *povoação*, *arraial*. Nos topônimos estudados apareceu apenas *vila*: *Vila* (Córr. da.), *Vila Nova* (R. da.).

Das taxionomias sugeridas apareceram: **estematotopônimos**, relacionados ao que é percebido pelos sentidos: *Espumoso* (Córr.), *Frio* (R.), *Liso* (Arr., Laj., R.), *Peludo* (R.), *Piên*⁵⁶ (Rib., R.) *Sem-Sal* (Arr.). **Higiotopônimos**, relativos à higiene: *Banho* (Arr. do, R.), *Sujo* (Córr.). **Necrotopônimos**, os que se referem ao que está morto ou a restos mortais: *Caveira* (Arr., R.), *Mortes* (R. das, Laj.).

Conforme se salientou na metodologia, determinados topônimos, foram incluídos na categoria dos topônimos com interpretação ambígua, alguns dos quais já comentados no decorrer deste trabalho. A título de exemplo citem-se: água da *Lima* (fruta, sobrenome de família, ou uma ferramenta?), córrego *Margarida* (planta ou nome de mulher?), córrego/rio *Pinto* (sobrenome de família ou filhote da galinha ainda novo?). Como se observa, a falta de

⁵⁶ A denominação *Piên* provém do piar dos gaviões, existentes em grande número nessa região, ao tempo de sua colonização.

informações suficientes a respeito da origem e motivação de topônimos como estes dificulta uma classificação rigorosa.

Há que se ressaltar ainda que alguns nomes não puderam ser classificados, como: *Baiteiro* (R.), *Camonaiva* (R.), *Canguiri*⁵⁷ (R.), *Caxambeva* (Arr.), *Cinato* (R. do.), *Gonoalino* (Arr. do.), *Haines* (R. de.), devido à etimologia ser obscura, ou seja, por não ter sido possível encontrar os motivos e/ou significados de tais nomes. Assim, tais topônimos foram incluídos na categoria dos *Não Classificados*.

O quadro 4, a seguir, permite visualizar os números dos topônimos de natureza antroponímico-cultural, as taxionomias sugeridas, bem como os topônimos de interpretação ambígua e os não classificados, de acordo com as fontes pesquisadas:

Quadro 4

Taxionomias	1876	1896	Séc. XX
Acronimotopônimos	0	0	0
Animotopônimos	2	2	59
Antropotopônimos	8	8	208
Axiotopônimos	0	0	4
Corotopônimos	2	2	11
Cronotopônimos	0	0	9
Dirrematotopônimos	6	5	22
Ecotopônimos	0	0	16
Ergotopônimos	6	6	86
Etnotopônimos	0	0	22
Estematotopônimos	1	0	10
Gramatotopônimos	0	0	0
Higiotopônimos	0	0	2
Hierotopônimos/hagiotopônimos/mitotopônimos	5	4	57
Historiotopônimos	1	1	12
Hodotopônimos	0	1	6
Necrotopônimos	1	1	2
Numerotopônimos	0	0	31
Poliotopônimos	0	0	2
Sociotopônimos	3	3	52
Somatotopônimos	1	1	5
Interpretação Ambígua	0	0	34
Não Classificados	2	2	18
TOTAL	38	36	668

⁵⁷ Nos dicionários pesquisados não foi encontrado o termo “canguiri”, encontrou-se apenas a forma “canguari”, que, segundo Ferreira (2000), se refere à *ancilostomíase*: infecção produzida pelo *Ancylostoma duodenale* ou pelo *Necator americanus*, nematódeos muito parecidos entre si.

O capítulo seguinte é constituído de algumas considerações finais feitas a partir do que se propôs inicialmente e do que se apurou na análise dos dados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, salienta-se o que de mais significativo despontou dentre os fatos examinados, bem como seu possível interesse para investigações posteriores complementares, considerando que a nomenclatura de uma região encerra na tipicidade de suas designações amplas possibilidades de estudo. O que se propôs no início foi fazer um levantamento dos topônimos dos afluentes e subafluentes do rio Iguazu (nomes de córregos, lajeados, ribeirões, rios), coletados em mapas topográficos do Estado do Paraná, elaborados em diferentes épocas (dois do século XIX e outros do século XX), bem como fazer uma análise etnolingüística dos hidrônimos levantados, a fim de aclarar sua origem e os motivos da denominação e, então, enquadrá-los na taxionomia proposta pela pesquisadora Dick (1990b), a qual envolve as categorias toponímicas distribuídas por taxes específicas, revelando as motivações segundo fatores de ordem física e antro-po-cultural. A soma desses objetivos converge para o propósito maior de buscar a correlação diacrônica dos topônimos encontrados com os fatos e momentos históricos do território paranaense.

Além de buscar as causas que motivaram os denominadores a eleger este ou aquele nome para batizar os hidrônimos, procurou-se mostrar em que medida o topônimo retrata a realidade física, social e cultural dos grupos humanos. Neste sentido, foi fundamental a busca dos aspectos geo-históricos, sócio-econômicos e antro-po-lingüísticos que permeiam a história

da humanidade. Assim, o duplo aspecto da motivação toponímica – intencionalidade do denominador e origem semântica – utilizado por Dick, norteou a pesquisa antes de se iniciar a classificação propriamente dita.

Dentre as taxionomias de natureza física, constata-se, na estruturação dos hidrônimos, uma grande incidência de **fitotopônimos** (nomes de vegetais); **zootopônimos** (nomes de animais); **geomorfotopônimos** (aspectos topográficos) e **hidrotopônimos** (relativos à água). Os fitotopônimos, talvez por serem uma fonte de recursos econômicos e de alimentação: córrego *Arrozal*, rio *Bananas*, arroio *Amora*, arroio *Feijão*, córrego da *Soja*; ou por fazerem parte da vegetação nativa: córrego *Araucária*, arroio *Pinheiro Grande*, rio *Pinhalzinho*. Já entre os zootopônimos observa-se que aparecem, nas designações, nomes de animais aéreos, terrestres e aquáticos, domésticos e selvagens, úteis ou perigosos ao homem: córrego *Arara*, rio *Boi Preto*, córrego *Cadela*, rio do *Bode*, arroio do *Coelho*, água do *Grilo*, arroio do *Bagre*, rio dos *Patos*, rio das *Cobras*, rio *Tigre Preto*. Com relação aos geomorfotopônimos, em sua maioria são designações que surgiram pelo desejo de comunicar um aspecto mais saliente da localidade: arroio *Banhado Grande*, rio *Cerro Azul*, sanga *Coxilha Bonita*, rio da *Várzea*, lajeado da *Serra*, ribeirão dos *Buracos*, lajeado *Morro Alto*, arroio *Pântano Preto*. Por sua vez, o aparecimento de topônimos de natureza hidronímica vincula-se à importância dos cursos d'água para as condições de vida, sendo perceptível o valor que os denominadores dão aos nomes de origem hidrográfica: arroio *Água Mineral*, arroio *Cascata*, arroio *Fonte Bela*.

Assim, seja pela fidelidade à exuberância da flora e fauna, seja pela topografia da região, ou pela grandeza da rede hidrográfica, essas motivações são as mais representativas dentre as taxionomias de natureza física. Muitos desses nomes são descritivos, verdadeiros ícones do meio circundante. Os sertanistas, freqüentemente, nomeavam os córregos e ribeirões de conformidade com os acidentes ou fatos mais notáveis, de modo a torná-los conhecidos por alguma característica distintiva. Assim, se numa corrente se deparavam com

um veado a beber - era o córrego do *Veado*; se noutra o palmital se destacava - era o ribeirão do *Palmital*, num dialogismo do homem com sua realidade física, em que os aspectos geobiológico-naturais se destacam como função motivadora na toponímia.

A incidência maior, no entanto, sobretudo a detectada nos 107 mapas municipais, é das taxionomias de natureza antro-po-cultural, sobressaindo-se, pela expressividade das formações onomásticas, os chamados **antropotopônimos** e os **ergotopônimos**. Os primeiros são distribuídos em blocos de nomes dedicatórios, em torno do nome de pessoas que, de uma forma ou de outra, mereceram ser homenageadas na região. O que caracteriza, portanto, esta categoria é o emprego do nome individual como técnica de nomeação dos lugares: rio *Benjamim Constant* (um dos principais líderes republicanos), rio *Castro Alves* (poeta do Romantismo Brasileiro), rio *Colaço* (sobrenome de família pioneira na região), rio *Bormann* (Marechal José Bernardino Bormann), rio *Isabel Alves* (professora Isabel Alves da Rocha), rio *Candói* (cacique dos índios Votorões). Os últimos, os ergotopônimos, marcam a valorização dos elementos da cultura material do homem, espelhando a criação de seus bens pela força de seu trabalho: arroio *Baixeiro*, arroio *Bengala*, rio do *Barco*, arroio *da Viola*, rio *do Moinho*, rio *do Tijolo*, rio *Espingarda*, arroio *das Porteiras*, rio *Vinagre*.

Além dessas, aparecem outras motivações como elementos da devoção cristã (santos/santas): rio *Santa Clara*, sanga *Santa Teresa*, arroio *Santa Maria*, rio *São Bento*, rio *São João*, Córrego *São José*; índices numéricos: rio *Dois Vizinhos*, arroio *Três Palmeiras*; atividades profissionais: arroio *Carpinteiro*, arroio *do Cartório*, rio *do Matadouro*; Córrego *Farmácia*.

Quanto aos aspectos etnolingüísticos, no inventário arrolado, predominam vocábulos procedentes do português: *Baio* (R.), *Boi* (Sg.), *Cachorro* (R.), *Flores* (Arr. e Cór.), *Gramma* (Cór.), *Mato* (Arr.), *Porca* (Arr); aos quais se somam os dos indígenas, com destaque para os

nomes de origem tupi: rio *Buriti* (Arr., R.), *Cambará* (Arr.), *Canguçu* (R.), *Lambari* (Ág., Cór., R).

Cumpra registrar que vários topônimos ainda se encontram sem uma classificação e foram apresentados como **não classificados** (NC), por serem de origem obscura, talvez originários de uma ou mais línguas das tribos indígenas que habitaram a região, como, por exemplo, arroio *Caxambeva*, arroio *Guaiáça*. Neste sentido, é importante retomar o pensamento de Lillo (1990), no que diz respeito à superposição de camadas lingüísticas e à deformação fonética a que estão submetidos os topônimos ao longo do tempo (como resultado das invasões, colonizações, etc.) pela pronúncia das sucessivas gerações que habitaram um determinado lugar. Esse fator dificulta a investigação toponímica, tornando, às vezes, até impossível a interpretação dos nomes. Diante disso, se o topônimo não estiver registrado, historicamente, em fontes fidedignas, a pesquisa toponímica resultará em longo e improfícuo caminhar entre hipóteses e sugestões que dificilmente conduzirão à “verdade” do designativo.

Em vista disso, ressalta-se que, assim como há o registro dos acontecimentos históricos dos municípios, tais como datas, nomes de pioneiros e administradores, seria de grande contribuição, principalmente histórico-lingüística, registrar os topônimos locais, seus respectivos motivos de denominação, o nome do denominador e, quem sabe, as circunstâncias em que ocorreram. Assim, esses aspectos tão significativos de um povo não se perderiam devido à sua transmissão exclusivamente pela tradição oral.

A observação das designações toponímicas permitiu verificar que no século XIX predominavam as taxionomias de natureza física, enquanto atualmente sobressaem as taxionomias de natureza antro-po-cultural, em que transparece a força ideológica, cultural, espiritual e mística do homem, além da crença nos valores humanos. Verificou-se, ainda, que a maioria dos fitotopônimos e dos zootopônimos presentes naquele século permanece nas designações atuais, revelando que a importância e a função motivadora da flora e da fauna

sempre estiveram presentes na hidronímia relativa à bacia hidrográfica do rio Iguaçu e dão idéia do papel que sempre exerceram as plantas e os animais como fontes motivadoras de topônimos.

Por outro lado, para este estudo, partiu-se do princípio de que os nomes de rios são menos sujeitos a substituições intencionais, pois, escapando à ação modificadora da história e do homem, revelam uma tendência conservadora e imutável de seus nomes. De fato, este princípio, tido como regra universal, está se confirmando na hidronímia paranaense, pois a maioria dos acidentes, que já apresentavam uma denominação no século XIX, ainda conserva o nome original, como: rio *Iguassú/Iguaçu*, rio *Chopim*, rio *do Crim*, rio *Jordão*, rio *Iraty/Iratim*, rio *Claro*, rio *da Várzea*, rio *Passa Dous/Passa Dois*, rio *Putinga/Potinga*, rio *Paçaúna/Passa Una*, dentre outros, os quais, como se pôde verificar, apresentam apenas variações gráficas. Nestes casos, seguindo a modernização da onomástica, adotou-se um rigor na grafia das palavras, mudança orientada pela lei de 1938, cujo propósito foi pôr ordem aos nomes geográficos. Para os nomes nacionais de base indígena ou africana, por exemplo, a norma era substituir “y” por “i”, “k” por “qu”, suprimir “h” não inicial, e representar por “x” o som chiante. (Nascentes, apud Ramos e Venâncio, 2002: 122).

À guisa de conclusão, os dados focalizados representam os resultados permitidos por suas fontes documentais, as quais proporcionaram o agrupamento dos topônimos encontrados conforme suas origens e motivações. Pode-se dizer que as condições ambientais estão refletidas nos signos toponímicos, confirmando a pressuposição de que a investigação dos “nomes de lugares” pode desvelar a história da vida e da mentalidade dos grupos humanos de determinada época.

Em suma, percebe-se que o ato denominativo não é aleatório. Há vários agentes motivadores na estruturação de um nome de lugar que espelham especificidades de aspectos biofísicos ou testemunham valores de significação especial para a comunidade, seja de ordem

sócio-histórica, política ou cultural. Pode-se, pois, reafirmar que os topônimos são verdadeiros marcos a revelar grande número de fatos que, de outro modo, nos seriam inteiramente desconhecidos.

Enfim, a partir do que foi exposto neste trabalho, e com o respaldo das teorias aqui colocadas, não se pode negar a valia de um estudo que vise à compreensão dos topônimos, buscando o denominador, e nele, a sua visão de mundo. Com a realização desta pesquisa espera-se poder contribuir para a interpretação da toponímia paranaense, ressaltando que o tema é muito abrangente e, sem dúvida, deixa o campo aberto para outras pesquisas na mesma área, sobretudo, pelas lacunas deixadas.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.

_____. Taxionomia de topônimos: problema sem solução? In: *Revista Signum: Estudos da linguagem*, Londrina, n1 2, p125-137, 1999.

AGUILERA, Vanderci de Andrade e CZIGLER, Márcia de Souza. A influência de fatores sócio-históricos na denominação dos novos municípios paranaenses. In: *Boletim: Revista da Área de humanas*, Londrina, n. 40, p. 145 - 158, jan./jun. 2001.

ALBINO, Lídia. *A substituição do nome de lugar um ato essencialmente motivado*. 2002. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

ALBINO, Lídia e ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. Os rios do Paraná e sua importância na toponímia do Estado. In: XLVIII GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Assis, 2000. (n/p)

_____. Os municípios paranaenses denominados com base em nome de pessoas. In: XIV CENTRO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS DO PARANÁ, 2000. Anais do... Curitiba: CELLIP, 2001. (CD - ROM).

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de (coord). Projeto de pesquisa: *Pelos caminhos do Paraná: esboço de um atlas toponímico - ATEPAR*. Londrina: UEL, 1996.

_____. Projeto de pesquisa: *A toponímia paranaense, a partir de 92 - ATEPAR2*. Londrina: UEL, 1999.

_____. Os nomes de lugar e sua motivação cultural. In: *Revista Signum: estudos da linguagem*, Londrina, n1 1, p. 5 B 14, 1998.

AMARAL, Amadeu. *Tradições populares*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.

BORDONI, Orlando. *A língua tupi na geografia do Brasil*. Campinas: Muto Ltda, [s/d].

CAMINHA, Pero Vaz. *A certidão de nascimento do Brasil* (A carta de Pero Vaz de Caminha). São Paulo: Edições do Fundo de Pesquisa do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1975 (1. ed. 1817).

CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

CARDOSO, Jayme Antonio e WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas histórico do Paraná*. Curitiba: Indústria Gráfica Projeto Ltda, 1981.

COPEL – Área de Engenharia de Meio Ambiente. *O Rio Iguaçu*. Disponível em: <<http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br>>. Acesso em 22 de nov. de 2003.

CORREIA FILHO, Virgílio. Notas sobre toponímia. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, 8(38) – p. 471-476, jul. 1950.

CORTESÃO, Judith. *Os saltos do Iguaçu – um quase oceano tragado pelo abismo*. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty>>. Acesso em 22 de nov. de 2003.

DADOS históricos fornecidos pelas prefeituras municipais.

DICK, Maria Vicentina P. do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990a.

_____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1990b.

_____. Atlas Toponímico: um estudo de caso. In: *Acta Semiótica et Lingüística* – v. 6, p. 27-44. São Paulo: Plêiade, 1996.

DRUMOND, Carlos. *Contribuição do bororo à toponímia brasileira*. São Paulo: Edições da Universidade de São Paulo, 1965.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *O Paraná e seus municípios*. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

_____. *Cidades brasileiras – origem e significado de seus nomes – Paraná*. Curitiba: Memória do Brasil, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio – Século XXI – O dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. (CD – ROM)

FRANCISQUINI, Ignez de Abreu. *O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da Microrregião de Paranaíba*. 1998. Dissertação (Mestrado em Letras) B Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 1991 - Famílias e domicílio n.1 22*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

GUTIÉRREZ, Tomás Labrador. *Los topónimos en la Historia Verdadera*. Santander – Espanha: ALFAL, 1996.

INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E FLORESTAS - ITCF. *Atlas do Estado do Paraná*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1990.

ISQUERDO, Aparecida Negri. *Ofato Lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural*. 1996 (Tese de Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

LILLO, Mário Bernaldes. *Toponímia de Valdivia*. Temuco - Chile: Ediciones Universidad de La Frontera, 1990.

LIMA, Ivone Alves de. A motivação religiosa nos topônimos paranaenses. In: XLV GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997. Anais do... São José do Rio Preto: GEL, 1998. p. 422 - 427.

MAPA Hidrografia IBGE. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br>>. Acesso em 3 de ago. de 2003.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

MICHAELE, Faris Antonio. Presença do Índio no Paraná e Formação étnica do Paraná. In: EL-KHATIB, Faissal (org.). *História do Paraná*. 2. ed. vol. III. Curitiba: Grafipar, 1969.

NUNES, José de Sá. Toponímia Brasília. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 13(1) – p. 102-122, jan./mar. 1951.

PEREIRA, José Ernesto Erichsen. *Uma história de caminhos: estudo sobre a formação e influência do Paraná no sul do Brasil*. 20. ed. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.

PREFEITURA Municipal da Lapa. *O cerco da Lapa*. 1994.

RAMOS, Jânia Martins e VENÂNCIO, Renato Pinto. Topônimos mineiros: uma fonte para a história social da língua portuguesa. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia e CALLOU, Dinah (orgs). *Para a história do português brasileiro - Notícias de corpora e outros estudos* - vol. IV, p. 113-123. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. (trad. Regina Regis Junqueira). Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1978.

SALAZAR-QUIJADA, Adolfo. *La Toponimia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Publicaciones de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 1985.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 4. ed. corr. e aum. São Paulo: O Pensamento, 1955.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: *Linguística e Ciência*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SAUSSURRE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. (Trad. de Antônio Chelini et al.) 5. ed. São Paulo. Cultrix, 1973.

SCHNEIDER, Marlene. *Um olhar sobre os caminhos do Pantanal Sul-mato-grossense: a toponímia dos acidentes físicos*, 2002. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) B Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

STAUB, Augustinus. A formação de topônimos em Santa Cruz do Sul. In: IV ENCONTRO DE VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E BILINGÜISMO NA REGIÃO SUL. Anais do... Porto Alegre: UFRGS, 1986.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário tupi-português*. São Paulo: Traço, 1984.

VALASCKI, Reynaldo. *Memórias do município de Capitão Leônidas Marques*. Curitiba: [s/n], 1992.

WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WONS, Iaroslav. *Geografia do Paraná*. 5. ed. Curitiba: Ensino Renovado, 1985.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Arthur Cardoso de. A revisão toponímica. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, dez. 1943. p. 5 B 8.

ALBINO, Lídia. O resgate do nacional na denominação dos municípios paranaenses. In: II SELISIGNO, 2001. Anais do... Londrina: UEL, 2002.

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari. O signo toponímico e sua significação na sociedade. In: I SELISIGNO, 1999. Anais do... Londrina: UEL, 2000.

BUENO, Francisco da Silveira. *Vocabulário tupi-guarani-português*. 6. ed. São Paulo: Éfera, 1998.

CARDOSO, Elisângela Costa Rebello. *Especificidades da motivação toponímica na microrregião de Campo Mourão*. 1996. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A documentação em toponímia. In: XXXIX GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1991. Anais do... Jaú: GEL, 1992. p. 44 –51.

_____. O documento toponímico e sua representação funcional. In: XL GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1992. Anais do... vol. I. Ribeirão Preto: GEL, 1993. p. 305 – 312.

_____. O léxico toponímico: marcadores e recorrências lingüísticas (Um estudo de caso: a Toponímia do Maranhão). In: *Revista Brasileira de Lingüística*, vol. 8, nº1, 1995.

EL-KHATIB, Faissal (org.). Municípios do Paraná. In: *História do Paraná*. 2. ed. vol. IV. Curitiba: Grafipar, 1969.

FONTINHA, Rodrigo. *Novo dicionário etimológico da língua portuguesa*. Porto: Domingos Barreira, [s/d].

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil/história da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980 (1. ed., 1826).

GLOSSÁRIO – Esboço de um atlas toponímico do Estado do Paraná – ATEPAR. Londrina: UEL, 1999.

GRATÃO, Lúcia Helena Batista. *A poética d' "O Rio" Araguaia! De cheias... E... Vazantes... (À) Luz da imaginação*. 2001 (Tese de Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

- GUASH, P. Antonio. *Diccionario castellano-guarani/guarani-castellano*. Asunción: Loyola, 1976.
- GUIRAUD, Pierre. *A semiologia*. 4. ed. Lisboa: Presença, 1993.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. A Toponímia: uma forma de representação da realidade. In: XLII GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1994. Anais do...São Paulo: GEL, 1995. p. 104 – 110.
- MATOS, Olga Kirylko. *Estudos toponímicos das regiões oeste e noroeste do Paraná*. 1996. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- MEDEIROS, João Bosco. *Redação Científica*. São Paulo: Atlas, 2000.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- MÜLLER, Mary Stela e CORNELSEN, Julce Mary. *Normas e padrões para teses dissertações e monografias*. 3. ed. Londrina: UEL, 2001.
- MURICY, José Cândido da Silva. *Viagem ao país dos Jesuítas*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1975.
- PASQUALOTO, Maria Marlene do Carmo. *Aspectos da vida de Guaraniaçu*. Guaraniaçu: Assoeste, 1982.
- PIRES, Ariel José et al. *Um pouco da história e geografia de um povo – Porto Barreiro*. Porto Barreiro: Prefeitura Municipal, 1999.
- ROCHA POMBO, José Francisco da. *O Paraná no centenário*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.
- SANTOS, Célia Dias dos. *Topônimos londrinenses: uma proposta taxionômica com base no motivo da denominação*. 1996. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- SEBBEN, Ulysses Antônio. *Um estudo da história de União da Vitória*. União da Vitória: Uniporto, 1992. (Coleção Vale do Iguaçu, n. 62.).
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. (Trad. de Livia de Oliveira). São Paulo: DIFEL, 1983.

ANEXOS

APRESENTAÇÃO

Conforme já relatado, por questões metodológicas, o presente trabalho está dividido em dois volumes: no volume 1 constam a introdução, os pressupostos teóricos, um panorama da História Social do Paraná, os procedimentos metodológicos, a análise e discussão do *corpus*, bem como as considerações finais desta pesquisa. Nesta parte (vol. 2), figuram os anexos, assim distribuídos: no anexo A, apresentam-se os hidrônimos, relacionados conforme as taxionomias escolhidas, por ordem das mais produtivas, subdivididos em i) taxionomias de natureza física; ii) taxionomias de natureza antro-po-cultural; iii) topônimos com interpretação ambígua⁵⁸; e iv) topônimos não classificados. Primeiramente, apresentam-se os hidrônimos compilados do mapa de 1876; em seguida, os hidrônimos do mapa de 1896; e, por último, os hidrônimos atuais elencados dos 107 mapas dos municípios pertencentes à bacia hidrográfica do rio Iguaçu.

Com relação aos topônimos atuais, a descrição do corpus apresenta os elementos específicos dos topônimos, seguidos, entre parênteses, da abreviatura de seus elementos genéricos e da sigla do município de localização. Por exemplo, **Amendoim (Córr. CSV; R. MAT)**, em que “Amendoim” é o elemento específico, “Córr.” e “R.” são as abreviaturas dos elementos genéricos ‘Córrego’ e ‘Rio’, respectivamente e “CSV” e “MAT” são as siglas dos municípios de ‘Cascavel’ e ‘Mallet’, respectivamente.

No anexo B, são apresentados os hidrônimos atuais por municípios, estando os 107 municípios, bem como seus respectivos hidrônimos, apresentados por ordem alfabética.

No anexo C, apresenta-se uma amostragem das fotos que compõem os mapas de 1876 e 1896 e que foram utilizadas para o levantamento dos hidrônimos.

⁵⁸ Nos mapas de 1876 e 1896 não se destacou nenhum topônimo com interpretação ambígua.

ANEXO A – RELAÇÃO DOS HIDRÔNIMOS CONFORME AS TAXIONOMIAS ESCOLHIDAS

1 Classificação Taxionômica – Mapa de 1876

1.1 Taxionomias de Natureza Física (por ordem das mais produtivas)

Fitotopônimos

1. Bananas (R. das,)
2. Campinas (R.)
3. Charchim/Chachim (R. do, 2 Oc./R.)
4. Congonhas (R. das,)
5. Guavirobas (R.)
6. Inhapenda (R.)
7. Laranjeiras (R. das,)
8. Palmeira (R.)
9. Palmital (R.)
10. Pão de Lenho (R.)
11. Pinhão (R.)
12. Pinhãozinho (R.)
13. Timbal(R.)
14. Timbó (R.)

Zootopônimos

1. Baregui (R.)
2. Chopim (R.)
3. Cutia(R. da,)
4. Iraty (R. – 2Oc.)
5. Manbuco (R.)
6. Marrecas(R.)
7. Papagaios(R.)
8. Patos(R. dos,)
9. Pombas (R.)
10. Putinga (R.0

Cromotopônimos

1. Claro (R.)
2. Negro (R.)
3. Negrinho (R.)
4. Turvo(R.)
- 5.Una (R.)
- 6.Verda (R.)
- 7.Vermelho (R.)

Linotopônimos

1. Areia(R.)
2. Itaquy (R.)
3. Lajeado (R.)
4. Ouro Fino (R.)
5. Pedras (R.)
6. Tabacu (R.)

Hidropônimos

1. Água Claras (R.)
2. Barra do Campo (R.)
3. Cachoeira/ Caxoeiras (R.; R. das,)
4. Cachoeira Grande (R.)
5. Saltinho (R.)

Geomorfotopônimos

1. Cavernoso (R.)
2. Vargem (R. da, 2 Oc.)
3. Vargem Grande (Rib. da,)
4. Várzea (R. da,)

Dimensiotopônimos

1. Iguassú (R.)
2. Meringuava Mirim (R.)
3. Meringuava Assu (R.)

1.2 Taxionomias de Natureza Antropo-Cultural (por ordem das mais produtivas)

Antropotopônimos

1. Cabral (R.)
2. Chico Velho (R.)
3. Coitinho (R.)
4. Crim (R. do,)
5. Fernando (R. do,)
6. Liberato (R.)
7. Wocke Goiacken (R.)
8. Yvo (R.)

Dirrematotopônimos

1. Amola Facas (R.)
2. Cantagallo (Rib.; R.)
3. Paçaúna (R.)
4. Passa Dous (R.)
5. Passa-papadas (R. dos,)
6. Tempo do Ezequiel (Rib. do,)

Ergotopônimos

1. Cadeia (R. da,)
2. Canoinha (R. da,)
3. Espingarda (R. da,)
4. Jangada (R.)
5. Juquiá (R.)
6. Lança (Rib. da,)

Hagiotopônimos/Hierotopônimos

a) Hagiotopônimo

1. Santinho (R.)
2. São João (R.)
3. São Lourenço (R.)

b) Hierotopônimos

1. Cruzes (R. das,)
2. Paquere (Rib. do,)

Sociotopônimos

1. Contagem (R. da, 2 Oc)
2. Potreiro (R. do,)
3. Reserva (R. da,)

Animotopônimos

1. Bonito (R.)
2. Paciência (Rib. da,)

Corotopônimos

1. Belém (R.)
2. Jordão (R.)

Estematotopônimo

1. Pellado (R.)

Historiotopônimo

1. 2 de Junho (R.)

Necrotopônimos

1. das Mortes/ Mortes (R.)

Somatotopônimos

1. Canguera (R.)

1.3 Topônimos Não Classificados

1. Geso Capio (R.)
2. Papaunova (R.)

2 CLASSIFICAÇÃO TAXIONÔMICA – MAPA DE 1896

2.1 Taxionomias de Natureza Física (por ordem das mais produtivas)

Fitotopônimos

1. Bananas (R.)
2. Campina (R.)
3. Chagu (R.)
4. Charchim (R. do, - 2 Oc.; R.)
5. Congonhas (R. das,)
6. Guavirobas (R.)
7. Inhapenda (R.)
8. Laranjeiras (R. das,)
9. Palmeira (R.)
10. Palmital (R.)
11. Pao de Lenho (R.)
12. Pinhão (R.)
13. Pinhãozinho (R.)
14. Taquara (R.)
15. Timbal (R.)
16. Timbó (Rz.)

Zootopônimos

1. Patos (R.)
2. Barregui (R.)
3. Chopim (R.)
4. Cutia (R.)
5. Iraty (R.- 2 Oc.)
6. Marrecas (R.)
7. Papagaios (R.)
8. Pombas (R.)
9. Putinga (R.)

Cromotopônimos

1. Claro (Rz.)
2. Claras (R.)
3. Negro (Rz.)
4. Negrinho (R.)
5. Turvo (R.)
6. Una (R.)
7. Verde (R.)
8. Vermelho (R.)

Hidrotopônimos

1. Água Branca (R.)
2. Cachoeira/Caxoeiras (R.)
3. Barra Campo (R.)
4. Cachoeira Grande (R.)
5. Lagoa (R.)
6. Saltinho (R.)

Litotopônimos

1. Areia (Rz.)
2. Itaquy (R.)
3. Lageado (R.)
4. Pedras (R.)
5. Ouro Fino (R.)
6. Tabacu (R.)

Geomorfotopônimos

1. Cavernoso (R.)
2. Vargem (R.; Rz. - 2 Oc.)
3. Vargem Grande (R.)
4. Várzea (Rz.)

Dimensiotopônimos

1. Iguassú (Rz.)
2. Meringuava assu (R.)
3. Meringuava Mirim (R.)

2.2 Taxionomias de Natureza Antropo-Cultural (por ordem das mais produtivas)**Antropotopônimos**

1. Cabral (R.)
2. Chico Velho (R.)
3. Coitinho (R.)
4. Crim (R. do,)
5. Fernando (R.)
6. Liberato (R.)
7. Wocke Goiacken (R.)
8. Yvo (R.)

Ergotopônimos

1. Cadeia (R.)
2. Canoinha (R.)
3. Espingarda (R.)
4. Jangada (R.)
5. Juquiá (R.)
6. Lança (R.)

Dirrematotopônimos

1. Amola Facas (R.)
2. Paçaúna (R.)
3. Passa Dous (R.)
4. Passa-papadas (R. dos,)
5. Tempo do Ezequiel (Rib.)

Hagiotopônimos/Hierotopônimos**a) Hagiotopônimos**

1. Santinho (R.)
2. São Lourenço (R.)
3. São João (R.)

b) Hierotopônimo

1. Paquerê (R.)

Sociotopônimos

1. Contagem (R.– 2 oc.)
2. Potreiro (R.)
3. Reserva (R. da,)

Corotopônimos

1. Belém (R.)
2. Jordão (R.)

Animotopônimos

1. Bonito (R.)
2. Paciência (R.)

Historiotopônimos

1. Junho 2 (R.) (sic)

Hodotopônimos

1. Emboque (R.)

Necrotopônimos

1. Mortes (R.- 2 Oc.)

Somatotopônimo

1. Canguerá (R.)

2.3 Topônimos Não Classificados

1. Geso Capio (R.)
2. Papaunova (R.)

3 CLASSIFICAÇÃO TAXIONÔMICA – MAPAS ATUAIS

3.1 Taxionomias de Natureza Física (por ordem das mais produtivas)

Fitotopônimos

1. Abobreira (Arr. GAP)
2. Agreste (Arr. SJP)
3. Alecrim (Córr. PTB)
4. Alhal (Arr. do, CEL)
5. Ameixeiras (Arr. SJT)
6. Amendoim (Córr. CSV; R. MAT)
7. Amora (Arr. PSB)
8. Angico (Arr. MML; Laj. MML)
9. Apepu (Córr. STI SMI)
10. Apepuzinho (Córr. FIG)
11. Araçá (Arr. RNC VTO; R FSS)
12. Araçatuba (R. TJS)
13. Araçatubinha (R. TJS)
14. Araucária (Córr. PSB)
15. Arroeira (Ág. da, SIO)
16. Arrozal (Córr. do, UVT; R. BJS FSS)
17. Atuba (R. CTB PHA)
18. Avencal (Arr. AOT)
19. Baicuru (Córr. CSV)
20. Banana (Arr. CHZ)
21. Bananas (R. GPA IMN)
22. Bananeiras (Sg. das, CPA)
23. Batata (Arr. CRM)
24. Batiatuva/Botiatuva (R. MTB PRQ)
25. Bracatinga (Córr. da, UVT; R. PIN)
26. Buriti (Arr. RNC; R. CDI NLJ)
27. Buriu (Córr. CIG)
28. Butiá (Laj. CDS CVI; Laj. do, PIN RIG; R. AOT CDS PLM PIN)
29. Butiazinho (R. AOT)
30. Caapasso (R. SRI)
31. Cabriúva (Córr. DVZ)
32. Cacau (Arr. CVS)
33. Cachos (R. dos, CON)
34. Caiuvá (R. AGS TJS)
35. Cajati (Córr. CSV)
36. Cambará (Arr. GPA)
37. Cambari (Córr. RBI)
38. Cambuí (Córr. CPA)
39. Campestre (Arr. LPA; Rib. ARC; R. CON)
40. Campina (Arr. CVS; Arr. da, IMN MML TJS; Laj. da, CEL; Rib. da, PEN; R. CHZ; R. da, IRT SJP)
41. Campina da Roça (Arr. IMN)

42. Campina das Pedras (Rib. ARC)
43. Campina dos Martins (R. ARC)
44. Campinas (Arr. MAT PAF; R. AOT GPA)
45. Campinho (Arr. do IMN)
46. Campo Alto (R. CGO)
47. Campo de Fora (Córr. FJD)
48. Campo do Tenente (R. CPT)
49. Campo Novo (Rib. PEN; R. GPA QIG)
50. Campo Real (R. CDI GPA)
51. Campo Redondo (R. ARC)
52. Canela (R. RNC VIR)
53. Capão (Arr. do, GPA)
54. Capão Grande (R. PIN RIG)
55. Capão da Vargem (Arr. GPA)
56. Capinzal (R. ARC)
57. Capoeira (Arr. da, ARC CPT; Arr. CSV)
58. Catanduvás (Laj. das, CDS PLM; R. CON)
59. Catanduvinha (R. GAR)
60. Cedrinho (Arr. CHZ)
61. Cedro (Arr. do, PLO SFH; Córr. SAS; Laj. MGA)
62. Cerejeira (R. CHZ)
63. Cerne (R. do, SJT)
64. Chaco (Rib. ARC)
65. Chagu (R. LJS NLJ PBI)
66. Chimbiuva/ Ximbuva (Arr. TJS; R. AGS)
67. Crisciúma/Criciúma (Laj. CEL DVZ; R. CDS)
68. Erva (Córr. da, PTB)
69. Erval (R. FBT)
70. Erveira/Herveira (R. CIG DVZ)
71. Faxinal (Arr. do, GXM MAT; Arr. RNC UVT; Laj. PIN RIG; R. ARC LPA MML
PIN RNC RAZ SJT; R. do, GPA (2))
72. Faxinalzinho (R. IRT RIG)
73. Feijão (Arr. CVS)
74. Flores (Arr. PLO; Córr. CSV)
75. Floresta (Arr. da, LPA; Córr. CVS)
76. Florido (R. SAS)
77. Goiabeira (Laj. da, GCR PLM)
78. Grama (Córr. da, PLM)
79. Gramado (Arr. BSS GPA; Córr. HSP; R. PBC)
80. Gramados (Arr. GPA)
81. Guabiroba/Guavirova (Arr. LPA; Córr. UVT STI; Rib. do, RNG; R. CON GPA LPA
STI)
82. Guamirim (R. do, IRT)
83. Imbu (Arr. GPA)
84. Imbuiona (Arr. da, SMS)
85. Ingá (Arr. CSV e LET)
86. Jaboticabal (Córr. CSV QIG)
87. Jaracatiá (R. BEI EMQ NES SLT)
88. Jaracatiá (R. CIG)
89. Jardim (Córr. PRQ)

90. Laranja (Córr. PSB)
91. Laranjal (Córr. GAR; R. PIN; Sg. BVC)
92. Laranjeiras (Arr. CON; R LJS)
93. Lima (Ág. da, SMI)
94. Liminha (Arr. FRG MTB)
95. Limeira (Arr. LPA; Córr. CVI; R DVZ)
96. Limeirinha (Córr. STI)
97. Macelas (Arr. das, AOT)
98. Madeira (Ág. AME)
99. Mamão (Córr. SLT)
100. Mangabeira (Córr. CSV LET STO)
101. Mangueiras (R. das, PIN RIG)
102. Maracujá (R. GPA)
103. Marfim (Arr. PLO)
104. Marmeleiro (R. FBT MML RBS RNC)
105. Mato (Sg. do, BVC)
106. Mato Branco (Arr. do, PIN; R. do, ARC; R. CHZ)
107. Mato Dentro (R. MGA)
108. Mato Frio (Córr. do, BIT)
109. Mato Grande (Arr. LPA)
110. Mato Queimado (Arr. GAR IBM; R. AOT IRT QIG SJT SMS)
111. Melancia (R. da, CDI)
112. Mussambinho (Córr. CSV)
113. Paineira (Córr. CDI FJD)
114. Paineiras (Córr. CIG)
115. Palha (R. da, TJS)
116. Palmeira (Córr. IBM)
117. Palmeiral (R. CRM)
118. Palmeiras (Córr. QIG; Sg. SAS)
119. Palmeirinha (Arr. CRM MTB RIG; Rib. CRM; R. RAZ)
120. Palmital (Córr. do, GCR; Córr. SMI; Laj. MOP; R. CRM PHA SMS UVT; R. do, LPA)
121. Palmito (Arr. do, SMS; R. do, PLM; R. PEN)
122. Papuã (Rib. SJT; R. IMN SMS)
123. Papuãozinho (R. CRM)
124. Pau Feio (R. RBI)
125. Pé de Galinha (Córr. BSS)
126. Pêra (Ág. da, AME)
127. Peroba (Córr. GAR)
128. Pessegueiro (Arr. do, ARC; R. do, LPA)
129. Pessegueiros (Rib. dos, ARC)
130. Picão (Sg. CPA)
131. Pinhal (Córr. EMQ; Córr. do, PTB; Laj. MEN SRI; Rib. CDS PLM; R. BIT; R. do, TJS)
132. Pinhalão (Arr. PSB)
133. Pinhalito (Arr. PSB; R. BAR BJS SFH SAS)
134. Pinhalzinho (Arr. do, CSV; Córr. IBM; R. PIN)
135. Pinhão (R. CDI GPA PIN)
136. Pinhãozinho (R. GPA PIN)
137. Pinheiral (R. do, LPA)

138. Pinheirinho (Arr. DVZ; Cór. MTL PIN)
139. Pinheirito (Cór. HSP)
140. Pinheiro (Arr. do, PEN; Cór. CVS SMI; R. FBT MOP; Sg. MFP)
141. Pinheiro Grande (Arr. PLO)
142. Pinheiro Torto (R. LJS)
143. Pinheiros (Ág. dos, SIO)
144. Pinho (R. do, IMN PIN)
145. Pitanga (Arr. PLM)
146. Pitanguinha (Rib. BIT)
147. Porungos (Arr. GPA)
148. Raiz (Cór. SUA)
149. Sabugueiro (R. MAT)
150. Sapé (Cór. SLT)
151. Sapezal (R. do, CPT)
152. Sarandi (R. AME REZ SLT SIO)
153. Sarandizinho (R. SIO)
154. Sertãozinho (R. PTB)
155. Soja (Cór. da, SLT)
156. Taboado (Rib. do, TJS)
157. Taió (Arr. SJT UVT; R. MGA)
158. Taquara (Cór. MTL; R. MAT SMS TJS)
159. Taquaral (R. RNC)
160. Taquari (R. do, IRT)
161. Taquaroca (R. ARC)
162. Taquaruçu (Arr. VER; R. GPA PMR SJT)
163. Timbó (Arr. MAT)
164. Trigal (R. do, LJS)
165. Tuna (R. FBT)
166. Tunal (R. MFP)
167. Umbu (Arr. SJT)
168. Xaxim (Arr. MGA SJT SMS TJS; Cór. CSV DVZ FJD; R. CDI)

Zootopônimos

1. Anta (Cór. da, GCR; Laj. PIN)
2. Anta Gorda (Arr. GPA POT; R. LPA (da) SIO)
3. Anta Magra (R. QUT)
4. Antas (Arr. das, CVI; Cór. das, CSV; Laj. das, RIG; Rib. das, CRM; R. das, ARC BIT GCR MTB PFT SAS SJT)
5. Arara (Cór. MML)
6. Araras (Arr. das, CEL; R. CIG GXM GPA (das))
7. Bagres (Arr. dos, PLO)
8. Baio (R. SJT)
9. Baitaca (Rib. da, RNG)
10. Barigüi (R. ARC)
11. Biguá (Arr. CHZ SIG)
12. Bode (Arr. do, CHZ)
13. Boi (Sg. do, PCH SMI)
14. Boi Carreiro (R. PIN)
15. Boi Morto (Cór. CSV)

16. Boi Preto (Córr. CSV STO)
17. Bugio (Arr. LPA)
18. Burrinho (R. RNC)
19. Burro Branco (R. CRM)
20. Cacatu (Córr. MTL)
21. Cachorro (R. do, GPA)
22. Cadela (Córr. BIT)
23. Caí (R. CON MTB)
24. Caiacanga (R. LPA)
25. Canguçu (R. NPI)
26. Capivara (Arr. CEL CRM; R. ARC CHZ PIN SAJ SUA)
27. Capivaras (Rib. das, PLM; R. das, CEL)
28. Capivari (R. LPA TJS)
29. Capivarinha (R. CHZ)
30. Caracol (Arr. LPA)
31. Caracu (R. CDI)
32. Carneiro (Arr. NES; Sg. CSV)
33. Carneiros (Arr. dos, CEL SMS)
34. Cascavel (R. CSV GPA)
35. Cateto (Córr. BIT)
36. Cervo (Córr. do, HSP)
37. Chopim (Ág. SIO; R. CEL CDS CVI CIG DVZ HSP IOT MGA PLM PBC SAJ SJO VER)
38. Chopinzinho (R. CHZ)
39. Cigarra (Córr. FJD)
40. Cobra (Arr. da, SMS)
41. Cobras (Arr. das, BSS; R. das, LJS NLJ QIG RBI)
42. Coelho (Arr. do, AOT)
43. Coruja (Ág. da, CEL; Arr. SIO)
44. Corvinho (R. GPA)
45. Corvo (Arr. do, UVT)
46. Corvo Branco (Arr. AOT RNC; R. RBI)
47. Cotegipe/Cotejipe (R. AME FBT NES NPI REZ SLT SIO)
48. Cotia (Córr. SMI; R. GCR)
49. Curucaca (Laj. MGA; Rib. HSP)
50. Formiga (R. IBM)
51. Formigas (R. QIG SLT)
52. Formigueiro (Arr. ARC)
53. Gado (Córr. do, GCR; Rib. do, PEN)
54. Gato (Córr. CLM)
55. Gato Preto (Córr. SMI)
56. Gavião (Arr. IRT IOT; R. PBC)
57. Galhas (Rib. das, CON)
58. Grilo (Ág. do, CVS; Arr. do, SIO)
59. Guaiaca (Arr. SJT)
60. Guajuvira (Córr. CSV LET; R. ARC)
61. Guará (Arr. IBM)
62. Guaraipo (R. SJO)
63. Guerezinho (Córr. SMI)
64. Humaitá (Arr. LPA)

65. Iapuá (Córr. do, GCR)
66. Iraí (R. PHA PRQ)
67. Iraizinho (R. PRQ)
68. Irajá (Córr. MTL)
69. Iratim/Irati (R. CDS GCR GPA IMN PLM PIN)
70. Iratinzinho (R. BIT)
71. Jaboti (R. SAS)
72. Jacaré (R. PTA)
73. Jacu (Arr. CDI; R. TBP)
74. Jacutinga (Laj. DVZ; R. BIT CVI POT PCH REZ SIO SUA)
75. Jaguatirica (R. da, IMN)
76. Jararaca (Laj. GCR; R. BIT (da) IMN PFT PAF)
77. Jumento (Córr. CSV)
78. Juriti (Córr. CAZ MTL)
79. Lagarto (Arr. LPA)
80. Lambari (Ág. SIO; Córr. CSV QIG; R. FSS LJS MAT MML QUT)
81. Leão (Arr. do, CSV CEL; Arr. MFP; Córr. do, GCR; R. do, AGS LJS)
82. Leãozinho (Córr. CLM)
83. Lontra (Arr. da, PLM; R. NES SLT)
84. Lontrão (R. GPA)
85. Lontras (R. das, CEL QIG)
86. Lontrinha (Córr. SUA)
87. M'Boicy (R. FIG)
88. Macaco (Córr. BVC PCH)
89. Macacos (Arr. dos, LJS; R. dos, MAT PFT)
90. Macuco (Córr. CSV)
91. Maitá (R. GPA)
92. Mamangava (Córr. CSV LET)
93. Mambuca (R. NES SLT)
94. Mandaçaia (Arr. da, AGS SMS; R. IOT PIN)
95. Mandurim (Arr. MML; R. LPA)
96. Marisco (Arr. CSV)
97. Marrecas (R. FSS FBT IOT MGA MML)
98. Marreco (Laj. MGA; R. da, MGA)
99. Marrequinha (Arr. SIO)
100. Mel (Arr. do, BAR CSV; Córr. do, CSV LET; Rib. do, TJS; R. do, TJS)
101. Mico (Arr. do, POT; Córr. SMI; Laj. do, BIT; R. BVC PCH)
102. Mico Magro (Rib. SMS (do))
103. Micos (R. dos, BEI SLT)
104. Mosquito (Arr. do, PEN; Córr. SMI)
105. Muá (Córr. CSV)
106. Mulas (Arr. das, SMS)
107. Mutuca (Arr. da, CRM)
108. Onça (Ág. da, MTL SIO)
109. Onças (R. das, ARC (2) CON MTB)
110. Paca (Arr. SFH)
111. Pacas (R. AOT)
112. Pangarezinho (Arr. QUT)
113. Papagaios (R. dos, BNV GPA IMN; R. PTA)
114. Patinhos (R. dos, LPA)

115. Pato Branco (R. CEL MOP PBC)
116. Patos (Laj. dos, PTA; R. dos, CDS LPA MTB PLM PCH RNC SJT)
117. Pavão (Ág. do, SIO; Córr. CPA; R. AGS)
118. Pavãozinho (R. AGS)
119. Periquito/ Piriquito (Córr. do, BIT; Laj. MGA)
120. Pica Pau (Arr. RNC VTO; Córr. CSV LET)
121. Piracema (Laj. BEI DVZ)
122. Piraí Guaçu (R. TJS)
123. Piraizinho (R. TJS)
124. Piraquara (R. PRQ)
125. Piunduva (R. ARC)
126. Pombas (Arr. das, BNV; Córr. CSV STO; R. das, GPA)
127. Pombinhas (R. GPA)
128. Porca (Arr. da, SUA)
129. Porcos (Arr. dos, CVS PLO; Laj. dos, BVC BEI (2) CDI GPA POT PLO (2); R. dos, RBS SLT VTO; Sg. dos, CLM)
130. Potinga/ Putinga (Arr. CHZ; R. CRM RBS RAZ SMS; R. da, IMN)
131. Potingal (Arr. CRM)
132. Quati (Rib. CSV)
133. Quatis (Arr. CSV; R. dos, LPA)
134. Sabiá (R. GPA)
135. Sapinho (Córr. SLT)
136. Sapo (Arr. CIG; Córr. BJS)
137. Saracura (Córr. CSV STO)
138. Serelepe (Arr. MGA)
139. Surumbi (R. CVI)
140. Tamanduá (Arr. CSV; Córr. BIT; Córr. do, GCR; R. BNV FSS FIG MFP PBC PSB SFH STI; Sg. BAR FSS)
141. Tamanduazinho (R. FSS FIG SFH)
142. Tamanduri (R. SAS)
143. Tangará (Córr. CSV LET QIG)
144. Tateto (Ág. do, POT; Arr. BVC PBC POT (do); Córr. BVC NES; R. PBC)
145. Tié (Córr. CIG)
146. Tigra (R. da, BVC PCH)
147. Tigre (Arr. do, AME PIN SMS; Arr. CEL; Córr. do, GCR PLM; Laj. do, AOT; R. do, CHZ CRM IMN MAT UVT; Sg. do, BAR)
148. Tigre Preto (R. MML)
149. Tigrinha (Sg. PCH)
150. Tigrinho (Córr. CLM; R. GPA LJS LET VIR)
151. Touros (R. dos, PIN RIG)
152. Tucano (Córr. BJS STI)
153. Uru (Córr. CAZ MTL)
154. Urutaguá (R. FBT)
155. Urutum (Córr. BTI)
156. Vaca Branca (R. CPA)
157. Vaca Gorda (R. BNV LPA)
158. Varejão (Arr. CEL)
159. Veado/Viado (Arr. CVS; Arr. do, RAZ SIO; Córr. do, BIT PTV QIG; Córr. BEI SMI; Laj. do, CDS; Rib. do, RNG; R. do, GPA MOP)
160. Veados (Arr. dos, CPA)

161. Vorá (R. NPI)

Hidrotopônimos

1. Água (R. da, SJT)
2. Água Azul (R. da, LPA)
3. Água Azulzinha (R. da, LPA)
4. Água Boa (Arr. RIG; Cór. DVZ)
5. Água Branca (Arr. BEI CHZ GPA SMS; Cór. STI; R. da, SJT SMS)
6. Água Clara (Arr. IRT; Cór. CSV STO; R. PMR QUT)
7. Água Comprida (R. da, SJT)
8. Água do Boi (R. LJS)
9. Água do Serafim (Sg. MFP)
10. Água Doce (Arr. NES)
11. Água Fria (Arr. NES SLT; Cór. SMI; R. MAT)
12. Água Limpa (Cór. SMI)
13. Água Luisa (Rib. FRG)
14. Água Mineral (Arr. da, VIR)
15. Água Morna (R. PTB)
16. Água Quente (R. IRT RAZ)
17. Água Suja (R. da, SMS)
18. Águas (R. das, BAR BJS FSS FSH)
19. Águas Belas (R. das, GPA)
20. Alagado (R. PAF)
21. Barra (Arr. da, EMQ; Cór. da, BEI; R. da, MTB)
22. Barra Bonita (Arr. DVZ SFH; Laj. SLT; Rib. GCR; R. NES SJT)
23. Barra da Anta (Arr. RIG)
24. Barra do Veado (Cór. CSV)
25. Barra Feia (R. da, SMS)
26. Barra Funda (Arr. da, RIG; Cór. da, RIG)
27. Barra Grande (Ág. NPI; Arr. CPA PLO; Cór. CLM UVT; R. CHZ MAT MFP PAF SFH)
28. Barra Grande de Baixo (R. TBP)
29. Barra Linda (R. MAT)
30. Barra Mansa (Arr. MAT; Cór. RBI)
31. Barra Vermelha (R. LPA)
32. Boca Apertada (R. CDI)
33. Boqueirão (Arr. FRG; Sg. FIG)
34. Braço do Potinga (R. MAT RAZ)
35. Cachoeira (Arr. ARC CTB GXM; Rib. LJS; R. ARC BNV CPM CON CRM IRT LPA QUT RBS RAZ RBI TJS)
36. Cachoeira Branca (R. GPA)
37. Cachoeirinha (Arr. CEL MGA; Cór. FJD; R. CPM CVI GPA PBC)
38. Cascata (Arr. da, CEL; Cór. MTL)
39. Corrente (R. IRT)
40. Correntes (Rib. das, UVT)
41. Fonte Bela (Arr. AME)
42. Iporã (Laj. PIN; R. RIG)
43. Lagoa (R. da, CON GPA)
44. Lagoa dos Patos (Arr. CSV)

45. Lagoa Preta (R. da, PIN)
46. Lagoa Verde (Arr. QUT)
47. Lagoão (Arr. CEL GPA LPA PLM)
48. Lagoãozinho (Arr. CDS PLM)
49. Ligeiro (R. PBC)
50. Olho de Água (Arr. do, IMN)
51. Passinho (R. MAT SMS)
52. Passinhos (Arr. dos, LJS)
53. Passo Comprido (Arr. AOT)
54. Passo Cué (R. STI SMI)
55. Passo da Anta (Arr. MGA)
56. Passo da Areia (R. LPA)
57. Passo da Cachoeira (R. CDI FJD)
58. Passo da Carlota (Córr. RAZ)
59. Passo da Cruz (Arr. CON LPA PBC)
60. Passo da Guarda (Arr. CON LPA)
61. Passo da Ilha (Arr. MTB)
62. Passo da Laje (R. MGA)
63. Passo da Onça (R. MTB)
64. Passo da Pedra (R. PBC)
65. Passo do Atalho (Arr. LPA)
66. Passo do Bugre (R. PIN RIG)
67. Passo do Carlos (Arr. SJT)
68. Passo do Guarda (Arr. BNV)
69. Passo do Miguelzinho (Arr. MGA)
70. Passo do Pero (Arr. BNV LPA)
71. Passo do Rubem (Arr. SJT)
72. Passo do Silva (Arr. SJT)
73. Passo do Soares (Arr. ARC)
74. Passo do Tombo (R. PIN)
75. Passo dos Marianos (Arr. LPA)
76. Passo Feio (Córr. CDS PLM; R. MOP)
77. Passo Fundo (Laj. CDS PLM)
78. Passo Graciano (Arr. BNV)
79. Passo Grande (R. CDI)
80. Passo Liso (Arr. CVS; R. QIG RNC)
81. Passo Novo (R. CGO GXM)
82. Passo Ruim (Arr. GPA; R. GPA)
83. Passo Velho (Laj. do, PLM)
84. Queda (Arr. da, CPA PLO)
85. Ribeirãozinho (Rib. RNG)
86. Riozinho (R. CRM RBS)
87. Saltinho (Arr. FBT; Córr. CPA CLM CSV DVZ STO; Laj. do, BIT CDS PLM)
88. Salto (Arr. do, PBC RAZ VER; Córr. do, CAZ CIG; Rib. NPI; R. CSV RBS)
89. Saltos (R. dos, CHZ)
90. Sangão (Arr. CSV)

Geomorfotopônimos

1. Banhadão (Córr. do, PLM)

2. Banhado (Arr. CDI UVT)
3. Banhado Grande (Arr. GPA; R. do, IMN)
4. Barracamento (R. UVT)
5. Barroão (Arr. LPA)
6. Buracos (Rib. dos, RNG)
7. Caverna (Arr. CSV)
8. Cavernoso (R. CDI CGO LJS)
9. Cerrinho (Arr. FBT)
10. Cerrito (Arr. LPA)
11. Cerro Azul (R. SJP)
12. Chapada (Arr. da, LPA)
13. Charqueado (R. GPA)
14. Charquinho (Arr. GPA)
15. Chupador (Córr. RBI)
16. Combrão (R. GPA)
17. Corredor (Arr. GPA)
18. Coxilha Bonita (Sg. BVC)
19. Coxilhão (Arr. do, SJT)
20. Empossado (Arr. IRT; Rib. BIT; R. DVZ EMQ SAJ)
21. Espigão (R. do, SMS)
22. Espigão Branco (Arr. LPA)
23. Fojo (Rib. do, TJS; R. do, TJS)
24. Forquilha (Arr. LPA; R. RNC)
25. Grota Funda (Córr. FJD)
26. Grotos (Córr. do, BIT)
27. Gruta (Arr. da, PLO)
28. Ilha (Arr. da, CVS MGA)
29. Ilhota (Sg. PCH)
30. Ladeira (R. SJT)
31. Lapinha (R. CON)
32. Morro Alto (Laj. MGA)
33. Morro Branco (Arr. VIR)
34. Morro Verde (R. MGA)
35. Pampa (Arr. do, CEL)
36. Pântano (R. RBS)
37. Pântano Preto (Arr. CON)
38. Paredão (R. do, CRM)
39. Pocinho (Arr. MOP MML RNC)
40. Poço (R. do, CGO CON GXM GPA LPA QUT)
41. Poço Bonito (R. PIN RBS)
42. Poço Frio (R. PEN)
43. Poço Grande (R. CON)
44. Poço Preto (R. MOP)
45. Poços (Arr. dos, SJT; R. dos, LPA SJT)
46. Praia Grande (R. QUT)
47. Restinga (Arr. LPA)
48. Restinga Grande (R. CDI CGO VIR)
49. Serra (Arr. da, PLO; Laj. da, PIN)
50. Serra Velha (Rib. CDI)
51. Serrinha (Arr. da, SJT SMS)

52. Serrinho (R. NES)
53. Vargem (R. da, SJT)
54. Vargem Bonita (Córr. BEI)
55. Vargem Grande (R. PFT PAF)
56. Varginha (R. MTB)
57. Várzea (R. da, AGS CPT CVI MTB QUT RNG TJS)
58. Vossoroça (sic) (Rib. TJS)

Litotopônimos

1. Areia (Arr. da, PFT; R. da, CRM EMQ IMN LPA PIN SJT SMS UVT)
2. Areia Branca (R. MAT MTB QUT)
3. Areião (R. SUA)
4. Barreado (Córr. UVT)
5. Barreiro (Arr. CSV RBS; Laj. BAR CPA; R. GPA IMN LPA)
6. Barro (R. do, PIN)
7. Barro Branco (Arr. RBS)
8. Barro Grande (Córr. CVS)
9. Barro Preto (Ág. POT; Arr. FSS GXM GPA; Córr. CSV CVS; R. CVI PLM)
10. Barro Vermelho (R. AOT)
11. Cristal (R. ARC)
12. Diamante (Arr. LPA; Córr. CSV LET; R. CGO GXM MTB)
13. Itaqui/Taqui (R. BNV CPL PRQ SJP IBM)
14. Itararé (R. TJS)
15. Laje (Arr. da, GPA; Sg. da, SIO)
16. Lajeado (Arr. GPA LPA SJT SMS; Córr. PTV UVT; Rib. RNG)
17. Lajeado (Arr. LPA MAT RAZ; Córr. CSV EMQ LET STI; Rib. PAF; R. SMS)
18. Lajeado Bonito (Arr. PIN)
19. Lajeado Grande (R. BAR CHZ DVZ GPA PAF PIN PCH RAZ)
20. Lajeado Raso (R. GPA)
21. Lajinha (Arr. SJT; R. CDS)
22. Ouro (Córr. do, CIG; Rib. do, RNG; R. do, MAT)
23. Ouro Fino (R. NPI TJS)
24. Ouro Velho (Arr. FRG)
25. Pedra Azul (Arr. da, LPA)
26. Pedra Branca (R. da, GPA IMN)
27. Pedra de Afiar (Arr. RAZ)
28. Pedra Grande (Córr. SIO; R. da, GPA)
29. Pedra Lisa (Arr. SFH; Córr. FSS QIG)
30. Pedras (Arr. das, CVS LPA; Córr. das, PLM; R. das, GPA HSP PMR RAZ SMS; Sg. das, CAZ)
31. Pedras de Baixo (R. das, SMS)
32. Pedras de Cima (R. das, SMS)
33. Pedregulho (Córr. CSV)
34. Pedreira (Laj. FBT)
35. Prata (Ág. da, SIO; Arr. da, SIO; Rib. da, UVT)
36. Tabatinga (R. CON)
37. Taguá (R. GPA)
38. Tijuco Preto (R. SMS)

Cromotopônimos

1. Amarela (Ág. AOT LPA)
2. Amarela de Baixo (Ág. AOT)
3. Azul (Arr. SAS; Córr. BIT BEI HSP SMI SUA; Rib. RNG; R. IMN RAZ; Sg. BJS)
4. Branca (Ág. AME)
5. Branco (Córr. CSV LET; Rib. CPT)
6. Clara (Ág. PMR; Sg. PCH)
7. Claro (Rib. LPA; R. CHZ IMN MAT PAF PCH)
8. Cristalina (Ág. SIO)
9. Dourado (R. MTL MEN PBC SRI)
10. Moreno (R. SRI)
11. Negrinho (R. RNC)
12. Negro (R. AGS AOT PEN RNG SMS TJS)
13. Parda (Arr. da, PCH)
14. Preto (Córr. EMQ; R. IRT RBS)
15. Turvo (Córr. CSV; R. CON IMN LPA PIN RBS SJT SMS; R. do, QUT)
16. Una (R. do, TJS SJP)
17. Verde (Córr. BEI CPA; R. ARC BNV CPL CPM FSS MML PIN RIG SAS UVT; Sg. UVT)
18. Verde Abaixo (R. ARC)
19. Vermelha (Ág. BJS)
20. Vermelho (Rib. CPT PEN QUT; R. UVT)

Dimensiotopônimos

1. Alto Alegre (Ág. AME)
2. Comprido (R. PLO)
3. Covó (R. HSP MGA)
4. Covoquinho (R. MGA)
5. Estreito (R. RIG)
6. Fino (Córr. SUA)
7. Funda (Sg. BJS CSV FSS STI SMS)
8. Fundação (Arr. RBS RAZ; Córr. FSS; R. PIN RIG)
9. Fundo (Córr. HSP PLM UVT; Rib. AOT; R. CRM)
10. Gigante (Laj. MGA; R. CVI HSP MGA)
11. Grande (Ág. MFP; Arr. BSS CPT CHZ GCR IRT LPA; Córr. BIT; Laj. BIT BJS DVZ GPA MGA POT SAS VER; Rib. AGS TJS)
12. Grande dos Índios (Laj. CHZ MGA)
13. Iguaçu (Rib. ARC; R. AOT ARC BNV BEI CDI CPA CLM CON CDS CRM CIG CTB FRG FIG FJD LPA MTB MTL NPI PLM PMR PFT PAF PHA PIN PTA PTB PTV QIG REZ RIG RBI SJT SJO SJP SMS SMI SIG SRI SUA TBP UVT)
14. Mirim (R. CHZ CVI SAJ SMS)
15. Miringuava (R. SJP)
16. Miringuava Mirim (R. SJP)
17. Mirinzinho (R. CHZ)
18. Pequeno (R. IMN SJP)
19. Raso (Laj. CEL MGA; R. MGA)

Cardinotopônimos

1. Abaixo (R. FRG TJS)
2. Centro (Arr. PLO)
3. Divisa (Arr. da, CEL (2) GPA (2) LPA PEN; Córr. CDI RBI; R. da, CGO GPA (2) IMN; Sg. BVC PCH)
4. Divisor (Ág. AME; Córr. CIG; R. do, RIG)
5. Leste (Córr. SLT)
6. Ligação (Arr. AME FBT)
7. Meio (Arr. do, CRM GPA MFP RNC; Córr. do, BEI RBI; Laj. do, CHZ; Rib. do, TJS UVT; R. do, CHZ CRM NES PIN PRQ RIG SMS)
8. Oeste (Córr. do, SIO; R. do, CSV)
9. Sulina (Córr. SUA)

Morfotopônimos

1. Caldeiras (R. das, PLM)
2. Delgado (R. MAT)
3. Descadeirado (R. PIN)
4. Ponta Grossa (R. da, CTB)
5. Pontão (R. PIN RIG)
6. Serradinho (Arr. PEN)
7. Tortuoso (R. BNV)
8. Volta Seca (Córr. BIT)

Meteorotopônimos

1. Corisco (R. BNV LPA)
2. Faísca (Ág. SIO)
3. Jupiá (Córr. SIG)
4. Tormenta (R. CSV CVS TBP)
5. Tormentinha (R. CVS)

Astrotopônimos

1. Cielito (Córr. CSV)
2. Estrela (Laj. GCR; R. da, AOT CDS GPA PLM)
3. Sol e Ouro (Laj. MEN)

3.2 Taxionomias de Natureza Antropo-Cultural (por ordem das mais produtivas)

Antropotopônimos

1. Abreu (Sg. do, FSS)
2. Adão (Sg. do, SFH)

3. Adelaide (R. CVS IBM TBP)
4. Adelaidinha (Córr. CVS)
5. Adélio (Arr. do, RIG)
6. Afonsos (Arr. dos, AOT)
7. Agião (Ág. do, AME)
8. Alcides (Córr. BEI)
9. Alves (R. dos, LPA)
10. Amâncio (Córr. BEI)
11. Américo (Arr. LPA)
12. Ana Luísa (Arr. MTB)
13. Andrada/Andrade (R. CLM CSV LET SLC SAS)
14. Andradas (Arr. dos, SFH)
15. André (Ág. do, SIO)
16. Antenorzinho (Arr. do, CGO)
17. Antônio (R. MGA)
18. Aparecida (Córr. CLM; Sg. MFP)
19. Arquimedes (Córr. CSV; R. CSV)
20. Balbina (Arr. da, GPA)
21. Batista (Arr. do, IMN)
22. Belarmino (R. GAR IBM)
23. Belchior (R. SJT)
24. Benjamim Constant (R. MTL SRI)
25. Bento (Arr. do, GPA)
26. Bento Gonçalves (Laj. MEN; SRI)
27. Bevilaqua (R. CLM)
28. Biekarski (Arr. do, CRM)
29. Bihl (Arr. dos, LPA)
30. Bodki (Arr. do, CRM)
31. Boles (Arr. do, RAZ)
32. Bordelas (Arr. dos, VIR)
33. Borges (Arr. dos, SMS; R. NPI)
34. Borgues (R. do, SLT)
35. Bormam (R. GAR)
36. Bragança (Arr. PIN RIG)
37. Bragas (Arr. dos, LPA)
38. Buenos (Arr. dos, CHZ)
39. Burdín (Laj. dos, SFH)
40. Butka (Arr. do, GPA)
41. Cadene (Arr. do, SMS)
42. Caetano (Arr. CVS)
43. Calixto (Rib. do, LPA)
44. Camargo (Arr. CVS; R. PIN)
45. Candói (R. CDI)
46. Capanema (R. AME BAR BVC BJS CPA POT PSB PLO PCH REZ SFH SAS)
47. Carboni (Córr. CPA)
48. Cardoso (Sg. do, PCH)
49. Cardosos (Arr. dos, LPA; R. dos, CON)
50. Carmo (Arr. do, CPA)
51. Carolina (Córr. CVS)
52. Castelo Branco (Córr. CSV)

53. Chagas (Sg. MFP)
54. Chico André (Rib. BIT CDS PLM)
55. Chiquito (Arr. do, CGO)
56. Claudiano (Arr. do, GPA)
57. Coitinho (R. GPA)
58. Colaço (R. AOT)
59. Conceição (R. RBS)
60. Conrado (Laj. CVI MGA; R. MOP PBC)
61. Cordeiros (Córr. BVZ; Laj. dos, RNG)
62. Correia (Córr. do, CPT)
63. Correias (R. dos, LPA)
64. Crim (R. LJS PTB RBI)
65. Crispim (Arr. VTO)
66. Cristiano (Arr. dos, RBS)
67. Custódio (R. CPM)
68. Dalazém (Córr. MTL)
69. Diogos (Arr. dos, CGO)
70. Diva (Córr. da, BVC PCH)
71. Domingos (Arr. dos, AOT)
72. Domingues (Arr. dos, RBS)
73. Doria (R. CHZ)
74. Duda (R. do, IRT)
75. Durvalino (Córr. CVS IBM)
76. Elias (Arr. do, BSS PBC RNC; R. do, RAZ)
77. Enéas (Arr. do, ARC)
78. Ernesto (Arr. do, CRM; Córr. QIG)
79. Eufrosina (Arr. SMS)
80. Fabrícios (R. dos, SJT)
81. Fantin (Córr. QIG)
82. Faria (Córr. CLM)
83. Farias (R. do, GCR)
84. Ferreiras (Arr. dos, SJT)
85. Fidêncio (Arr. RNC VTO)
86. Floriano (R. MTL)
87. Fonseca (Arr. dos, LPA)
88. Fortunato (Sg. FSS)
89. França (R. do, LPA)
90. Frederico (Córr. CSV)
91. Freitas (R. dos, PMR)
92. Fritz (Arr. do, CGO)
93. Gama (R. TJS)
94. Gaspar (R. CVI)
95. Góis (Córr. CSV LET)
96. Gonçalves (R. CON; Sg. BAR)
97. Gonçalves Dias (R. CLM CSV LET STO)
98. Gote (Laj. CEL)
99. Gurski (Arr. do, ARC CON)
100. Herval (Laj. do, BIT)
101. Hilário (Arr. do, LPA)
102. Hildebrando (Arr. FSS)

103. Iara (Córr. CSV)
104. Inocêncio (Arr. do, CGO)
105. Isabel Alves (R. ARC CON)
106. Isidoro (Córr. do, PLM)
107. Isolina (R. CVS GAR IBM)
108. Ivete (Córr. BSS)
109. Jacó (Arr. CRM; Córr. do, GCR)
110. Joaquim Velho (Arr. do, CGO)
111. Joaquina (R. CEL)
112. Juca (Córr. CAZ)
113. Juvenal (Arr. CSV)
114. Juvêncio (Arr. RNC)
115. Juventino (Córr. CSV)
116. Koteski (Arr. do, CRM)
117. L. Daguetti (Sg. AME)
118. Laras (Arr. dos, RAZ)
119. Lekes (Arr. dos, LPA)
120. Liberato (Laj. PTA)
121. Lima (Arr. do, CSV)
122. Limas (Arr. dos, GPA RAZ; R. dos, CRM IMN)
123. Lopeí (Córr. STI)
124. Lourenço (Arr. dos, LPA)
125. Luciana (Córr. CLM)
126. Luciano (R. CHZ)
127. Lustosa (Arr. do, GPA)
128. Macedo (Córr. BEI)
129. Machados (R. dos, SJT)
130. Magalhães (Arr. dos, AOT)
131. Maia (Córr. CSV)
132. Mara (Córr. da, CLM MFP)
133. Margarida (Córr. CSV LET)
134. Maria Clara (Ág. SMS)
135. Maria Joana (Rib. SMS)
136. Marília (Córr. SMI)
137. Martins (Arr. dos, GPA RAZ; Córr. DVZ)
138. Marval (Córr. SMI)
139. Massani (Arr. do, SJT)
140. Matelândia (R. MTL)
141. Matias Almada (R. FIG)
142. Matosos (Arr. dos, IMN)
143. Maurício (R. ARC FRG MTB)
144. Maximiano (Arr. AME)
145. Medeiros (Arr. CHZ; R. GAR)
146. Melos (Arr. dos, IMN)
147. Mendão (Rib. do, PMR)
148. Menegácio (Córr. GCR)
149. Miguel (Arr. do, CVS; Rib. do, CPT)
150. Mila (Arr. do, AME)
151. Monteiro (Córr. CLM)
152. Monteiro (R. CLM SLC)

153. Morais (Arr. do, CEL)
154. Morelo (R. CIG DVZ)
155. Mourão (Arr. dos, SJT SMS)
156. Muniz (Laj. CPA)
157. Nene (Arr. CSV STO)
158. Nuncio (R. CDS)
159. Olindo (Sg. PLO)
160. Oliveira (Arr. do, CEL)
161. Padilha (Arr. CEL; Rib. CTB)
162. Padilhas (Arr. dos, SJT)
163. Pádua (Arr. GPA)
164. Palhano (Arr. CSV)
165. Paula (Arr. de, CRM; Laj. de, EMQ)
166. Pedroso (R. dos, AOT CHZ GXM; Arr. dos, CRM)
167. Penteados (R. dos, CGO)
168. Pereira (Rib. do, BIT)
169. Petri (Córr. HSP)
170. Pintos (Arr. dos, LPA; R. dos, MAT MTB)
171. Pires (R. dos, SJP)
172. Poleis (R. CVI)
173. Polinski (Arr. do, CGO)
174. Pranchita (R. PCH)
175. Prestes (R. dos, LPA)
176. Pretos (R. dos, CSV)
177. Procópio (Arr. CVS)
178. Rafael (R. CDI)
179. Reis (Arr. dos, RIG)
180. Ribas (Arr. do, MGA)
181. Ribeiro (Arr. CEL; R. do, MGA)
182. Ribeiros (Arr. dos, RAZ)
183. Rodrigues (Arr. dos, SJT)
184. Rony (Laj. DVZ)
185. Rosas (R. dos, LPA)
186. Rose (Córr. HSP)
187. Santos Andrade (Arr. AOT)
188. Sebastião (Córr. do, CLM; R. do, CON)
189. Sebastião Quadro (Sg. AME)
190. Serpas (Sg. dos, MML)
191. Silva Jardim (R. CAZ MTL SRI)
192. Silveira (Arr. CSV)
193. Simão (Córr. CSV STO; R. MGA)
194. Soares (R. dos, LPA PIN RIG)
195. Soledade (Córr. CSV)
196. Souza (Córr. do, GCR)
197. Souzas (Arr. dos, GPA)
198. Tanílio (Arr. do, GPA)
199. Tibúrcio (Sg. MFP)
200. Tiburcios (R. dos, SFH)
201. Timóteo (Arr. MAT)
202. Tomás (R. do, ARC)

203. Veigas (Arr. dos, CPT)
204. Verê (Ág. do, VER)
205. Veronezi (Córr. BEI)
206. Veros (Arr. dos, CRM)
207. Viana (Córr. BEI)
208. Vieiras (Arr. dos, IMN)
209. Viri (R. VER)
210. Virmond (R. VIR)
211. Vitória (R. EMQ)
212. Vitorianos (R. dos, SJT)
213. Vitorino (R. BSS IOT PBC PCH RNC VTO)
214. Waldomeira (R. PCH SAS)
215. Xavier (Rib. do, GCR)
216. Zago (Sg. do, BEI)
217. Zolli (Córr. PLO)

Ergotopônimos

1. Açude do Marinheiro (Córr. SMI)
2. Aráca (Arr. PLO)
3. Aterrado Alto (Arr. do, AOT; Arr. CGO CEL GPA)
4. Bainha (R. SJT)
5. Baixeiro (Arr. BSS)
6. Bala (Córr. da, BJS MFP)
7. Bandeira (R. DVZ SLT; R. da, PLM)
8. Barco (R. do, MTB)
9. Barreira (R. MAT SMS)
10. Barreirinha (Arr. RBS)
11. Baú (Arr. CEL; R. do, GPA)
12. Bengala (Arr. UVT)
13. Brocas (Arr. LPA)
14. Bruacas (Arr. CRM)
15. Cachimbo (R. EMQ)
16. Cadeado (Arr. do, BNV; R. GPA)
17. Caixa (Córr. PCH)
18. Caixãozinho (Córr. CPA)
19. Cambau (Arr. RAZ)
20. Canjica (Arr. CSV)
21. Canoas (R. BEI CIG DVZ)
22. Capacete (Córr. SMI)
23. Capeleti (Arr. CRM)
24. Capilé (Arr. CEL)
25. Carimã (R. FIG)
26. Card (R. PIN)
27. Cesto (Ág. do, REZ SIO)
28. Charrua/Churrua (Arr. MEN; Córr. SMI)
29. Cincerro (Arr. do, PFT)
30. Cochos (R. dos, LPA RBS SMS)
31. Colher (Arr. da, LPA)
32. Corazinho (R. CGO)

33. Curralinho (R. PRQ)
34. Doce (R. do, QUT)
35. Escada (R. CDS)
36. Espingarda (R. PTV)
37. Espora (Córr. CSV)
38. Estiva (Arr. da, PLM; R. da, LPA SMS)
39. Facão (R. RBI SIO)
40. Foice (Arr. da, HSP)
41. Forno (Rib. do, PAF)
42. Freio (Arr. do, GPA)
43. Gamela (R. EMQ NES)
44. Garrafas (R. das, IMN)
45. Jangada (R. GCR HSP PTV)
46. Juquiá (R. CGO GXM)
47. Lanceta (R. GPA)
48. Lata (R. MML)
49. Machado (Arr. CVS)
50. Mangueirinha (Arr. MOP; Laj. MGA)
51. Manilha (Arr. LPA)
52. Manjolo (Arr. CEL)
53. Mingau (Córr. FIG)
54. Moinho (Ág. do, SIO; Rib. do, FRG; R. do, MTB; Sg. MFP)
55. Moinho do Engenho (Laj. do, PLM)
56. Monjolinho (R. MOP)
57. Monjolo (Arr. FIG PMR PEN PTA SMS; Arr. do, RIG; Córr. GPA; Córr. do, UVT; R. CRM; R. do, LPA)
58. Monjolo Velho (Arr. CVS)
59. Mundéu (Córr. PLM)
60. Pães (R. SIG)
61. Paiol de Telha (Arr. do, GPA)
62. Paiol Velho (Arr. do, LPA)
63. Palanque (Arr. do, CGO)
64. Panela (Arr. da, MGA)
65. Ponte Alta (Arr. PEN; Laj. CHZ; R. CVI)
66. Ponte Torta (R. da, SJT)
67. Pontilhão (Arr. CHZ; R. do, SMS)
68. Porteiras (Arr. das, LPA)
69. Prato (Córr. IBM)
70. Prensa (Arr. CTB)
71. Quadro (Ág. do, AME)
72. Represa (R. AOT SMS)
73. Represa Grande (R. SMI SRI)
74. Represinha (R. SMI)
75. Sepultura (R. GAR)
76. Taipa (Arr. MGA)
77. Taipinha (Arr. RIG)
78. Tami (R. CVS)
79. Tanque (Arr. UVT; Rib. FRG)
80. Tanque Grande (R. MGA)
81. Tijolo (R. do, PIN)

82. Tofona (Arr. do, MGA)
83. Torres (Laj. das, PIN RIG)
84. Urussanga (Córr. SMI)
85. Vedo (Arr. CSV)
86. Vinagre (R. RAZ)
87. Viola (Arr. da, GPA)

Animotopônimos

1. Alegre (Arr. SAS; Córr. IBM; R. BVC)
2. Aleluia (Córr. CVS)
3. Almas (R. das, CON GPA PMR)
4. Arregadinho (Rib. do, RNG)
5. Bela Vista (Arr. AME EMQ GPA)
6. Boa Esperança (Laj. BJS)
7. Boa Sorte (R. GPA)
8. Boa União (Córr. EMQ)
9. Boa Vista (Ág. AME; Arr. LPA; Laj. CDS PLM; R. IMN SJT)
10. Bocó (R. EMQ)
11. Bom Retiro (Arr. GPA; Córr. CSV)
12. Bonitinho (Córr. GCR; R. SAJ)
13. Bonito (Arr. CSV CVS CRM EMQ FBT LET PIN; Córr. BIT CDS PLM STI SMI SUA; Laj. BVC BSS CPA IOT PBC; Rib. BIT PTA SMS; R. CRM FSS GCR GPA LPA MAT MML QIG RBS RAZ RBI SAJ SJO SMS)
14. Catimba (Córr. de, BIT)
15. Chorão (R. PIN)
16. Contenda (Arr. CON)
17. Cruel (Arr. AOT)
18. Demanda (Arr. TJS)
19. Despique (R. FRG LPA MTB SJT)
20. Destacado (R. CDI)
21. Dúvida (Arr. da, AOT)
22. Encantilhado/ Encantilado (R. FSS MFP SFH)
23. Engano (Córr. SMI)
24. Enlaça (R. CGO)
25. Envolvido (R. CVI)
26. Errada (Rib. da, GCR)
27. Escondido (Córr. MTL SAS)
28. Esperança (Córr. SIO)
29. Estancado (Córr. CDS PLM)
30. Fartura (Arr. da, LJS; Córr. UVT; Rib. da, CHZ; R. CRM SIG SUA VTO)
31. Feio (Laj. PIN; R. LJS)
32. Feliz (Córr. BIT)
33. Formosa (Arr. STO; Córr. CSV)
34. Formoso (Arr. CRM)
35. Fortaleza (Arr. MGA)
36. Fraqueza (Arr. da, GPA)
37. Guerreiro (Laj. CEL)
38. Icatu (Córr. MTL)
39. Inferninho (Córr. do, BIT)

40. Lambedor (Arr. BSS CGO GXM MFP; Laj. SAJ VER; R. CVI)
41. Liberal (Córr. CSV STO)
42. Louco (R. BEI NPI SLT)
43. Manhoso (Arr. MML)
44. Mundo Novo (Córr. BSS)
45. Paz (Rib. da, CSV; R. CSV CHZ LET STO SIG)
46. Perdido (Arr. CSV; Laj. QIG; R. MAT QIG)
47. Pura (Sg. SMI)
48. Quietto (R. CVI NPI)
49. Roncador (Arr. VER; R. MFP NES SFH)
50. Saudade (Córr. MFP)
51. Segredo (Córr. FJD)
52. Servidão (Arr. UVT)
53. Shangri-lá (Sg. STI)
54. Soberbinho (Córr. RBI)
55. Soberbo (R. LJS RBI)
56. Socorro (R. GPA)
57. Trepado (Córr. HSP)
58. União (Arr. CSV; R. LJS NLJ)
59. Vista Alegre (R. DVZ EMQ)

Hagiotopônimos/Hierotopônimos/Mitotopônimos

a) Hagiotopônimos

1. Nossa Senhora do Carmo (Ág. PLO)
2. Sant'Ana/Santa Ana (R. PAF RNC; Sg. PCH)
3. Santa Clara (Córr. SMI; R. LPA)
4. Santa Emília (R. BAR; Sg. FSS)
5. Santa Lúcia (Córr. GCR)
6. Santa Lúcia (R. CSV LET SLC; Sg. BVC)
7. Santa Luzia (Córr. CPA FIG)
8. Santa Maria (Arr. CEL RIG; R. PTV)
9. Santa Marta (R. CDI)
10. Santa Rita (Arr. AME GPA; Córr. LET)
11. Santa Rosa (Ág. SIO; R. BIT FBT GCR GAR; R. da, SMS)
12. Santa Ruiva (Arr. SMS)
13. Santa Teresa (Sg. PLO)
14. Santa Vitória (Arr. UVT)
15. Santana (Arr. IMN; Córr. PTB; R. BSS CRM IOT PBC RIG SAJ SMS VER VTO)
16. Santaninha (Arr. SIO)
17. Santo (Ág. do, SIO)
18. Santo Ângelo (Sg. FSS)
19. Santo Antônio (Córr. BIT CSV GCR MTL UVT; R. CPA CON POT PLO PCH SAS)
20. São Bento (Arr. BAR FBT LPA SFH; R. FSS)
21. São Caetano (Rib. CPL)
22. São Clemente (Ág. SIO)
23. São Domingos (Ág. SIO; Arr. IMN RNC; Córr. CSV SAS; Rib. UVT; R. CRM)
24. São Felinho (Córr. HSP)
25. São Francisco (Córr. BIT CPA FJD; R. CEL LPA)

26. São Jerônimo (R. GPA IMN PIN)
27. São João (Ág. SIO; Arr. LPA; Córr. CSV; R. FIG GCR GPA LPA STI TJS)
28. São João Maria (Arr. RNC)
29. São Joaquim (Arr. GPA; Córr. UVT)
30. São Jorge (Córr. NES)
31. São José (Córr. BJS CSV PTB; R. CSV; Sg. PCH)
32. São Judas Tadeu (Córr. PTB)
33. São Lourenço (R. CDS CRM PLM)
34. São Luiz/SãoLuis (Arr. CVI; Córr. BJS; Rib. BNV; R. GAR NES SAS)
35. São Manoel (R. GCR)
36. São Marcos/São Marco (Arr. CSV; Córr. LET)
37. São Miguel (Arr. CEL; R. RAZ SMS; Sg. PCH)
38. São Pedrinho (R. CRM)
39. São Pedro (Ág. AME PLO REZ; Córr. CPA PLM SLC; Rib. CDS PLM; R. CRM MAT PIN RIG)
40. São Roque (Córr. CDS PLM; Laj. CSV; R. FSS; Sg. CPA)
41. São Salvador (Córr. CSV)
42. São Sebastião (Córr. SLC; R. AME)
43. São Tomás (R. AME)
44. São Valentim (Córr. SLT)
45. São Vicente (Arr. SMS; Córr. BIT)
46. São Xavier (R. CHZ)

b) Hierotopônimos

1. Carmelitas (Rib. das, NPI)
2. Catequese (Córr. GCR)
3. Cruz (Arr. da, CVS)
4. Cruzeiro (Córr. CIG)
5. Cruzes (Arr. das, FSS)
6. Cruzinha (Córr. SMI)
7. Padre (R. SIG)
8. Paiquerê (R. LPA)
9. Santa Cruz (Ág. TBP; Córr. CVS; R. MAT PCH SMS (da))

c) Mitotopônimos

1. Cuca (Córr. da, SIO)
2. Fadas (Sg. das, CPA)
3. Mítos (Arr. dos, LPA)
4. Saci (Córr. BEI)

Sociotopônimos

1. Abarracamento (Arr. do, UVT)
2. Acampamento (Córr. IBM; Laj. MFP; R. do, CPA)
3. Almoço (R. do, VIR)
4. Amigo (Córr. CSV)
5. Armazém Velho (Arr. do, CGO)
6. Caçador (Córr. do, CDS CRM PLM; Rib. PEN; R. CVI IRT PBC RNG VTO)

7. Campeirinho (Rib. ARC)
8. Capoteiro (Córr. PIN RIG)
9. Cartório (Arr. do, CRM)
10. Chácara (Arr. da, GPA)
11. Charqueada (Córr. PCH; R. MAT RBI)
12. Colônia Nova (Rib. AGS)
13. Coloninha (Arr. IRT)
14. Colono (R. TJS)
15. Cortume (sic) (Arr. do, RIG)
16. Custódia (Rib. ALT)
17. Derrubada (Sg. PCH)
18. Derrubadas (R. das, MML)
19. Escola (Córr. da, MML)
20. Fábrica (Córr. da, HSP)
21. Farmácia (Córr. CSV LET)
22. Fazenda (Arr. da, MGA SMS; Córr. CVS; Rib. da, CPT)
23. Fazendinha (Arr. ARC; Córr. BIT SIG; R. da, GPA)
24. Invernada (Arr. AOT MGA)
25. Invernado (Arr. do, CGO)
26. Mascate (R. FRG MTB)
27. Matadouro (R. do, MAT)
28. Meleiro (Arr. LPA)
29. Posto (R. do, GPA IMN)
30. Pousadas (Córr. QIG)
31. Pousinho (Arr. do, QIG; R. LPA)
32. Pouso (Arr. do, LPA)
33. Pouso Bonito (Rib. do, GCR)
34. Pouso Feio (Córr. do, CDS PLM)
35. Povinho (Arr. do, LPA)
36. Régio (Arr. PLO)
37. Reserva (R. PIN RIG)
38. Reservista (Sg. CPA)
39. Retiro (Rib. do, AGS)
40. Rincão (Arr. do, BNV; R. GPA)
41. Rincão da Canoa (R. GPA)
42. Roça (R. da, VIR)
43. Roça Nova (Córr. RBI)
44. Roceiro (R. SJP)
45. Rocinha (R. MTB)
46. Rodeio (Arr. HSP TJS; Córr. do, BIT; Rib. CPT)
47. Ronda (Arr. da, MAT; R. PBC)
48. Rondinha (Arr. ARC LPA; Arr. da, PFT; R. PIN RIG)
49. Rondinho (R. do, GPA)
50. Sesmaria (Arr. MGA)
51. Sítio Velho (Arr. LPA)
52. Teatro (R. AOT)
53. Tranqueiras (Arr. das, RIG)
54. Viúva (Rib. da, RNG)

Numerotopônimos

1. Ampére (Arr. AME; R. AME)
2. 44 (Córr. PLO)
3. Cento e Um (R. IMN)
4. Cinco (Córr. IBM)
5. Dois Córregos (R. PTA)
6. Dois Irmãos (Córr. CIG; Laj. CEL; R. SAJ SMS)
7. Dois Vizinhos (R. DVZ)
8. Duas Barras (Rib. QUT)
9. Km 34 (Córr. SIO)
10. Primarinho (Córr. CSV)
11. Quarenta e Sete (Córr. CSV)
12. Quarto (Córr. LET SLC)
13. Quatorze (R. FBT)
14. Quatro (Córr. CSV)
15. Quinze (Arr. CEL)
16. Quinze Passos (Rib. BIT)
17. Seis (Córr. CSV)
18. Três Angicos (Córr. CPA)
19. Três Antas (R. das, IMN UVT)
20. Três Arroios (Córr. QIG)
21. Três Barras (R. AGS PIN QUT)
22. Três Capões (Arr. dos, GPA)
23. Três Galhos (Córr. QIG)
24. Três Irmãos (R. PCH)
25. Três Palmeiras (R. CDI)
26. Três Passos (Laj. CPA; Sg. BAR)
27. Três Picadas (Arr. CSV)
28. Três Pinheiros (R. LPA)
29. Três Poços (R. AOT)
30. Trinta Voltas (R. BSS)
31. Vinte e Cinco (R. RNC)

Etnotopônimos

1. Alemão (Arr. do, SAJ)
2. Baiano (Ág. do, SIO; Arr. CRM)
3. Bugre (Arr. do, CHZ PAF; Córr. do, UVT; R. do, GPA IMN)
4. Caiguava (Rib. PRQ)
5. Campinas (Arr. dos, SJT)
6. Campineiros (Arr. dos, CGO)
7. Caraco (Ág. AME)
8. Gaúcha (Laj. FSS)
9. Gauchinho (Córr. SMI)
10. Gaúcho (Córr. BVC CLM POT SLC)
11. Guarani (Arr. CRM; R. GAR LJS NLJ NPI PTB QIG TBP)
12. Índio (R. SMI)
13. Índios (Córr. dos, CDI FJD)
14. Missioneiro (Córr. BIT)
15. Mulata (Arr. RNC)

16. Negreiro (Arr. MML; R. MML)
17. Paulistas (Córr. dos, CVS)
18. Raça (R. SAS)
19. Talaveira (Córr. FJD)
20. Tapui (Córr. QIG)
21. Tingui (Córr. QIG)
22. Tupi (Córr. SAS)

Dirrematotopônimos

1. Amola Faca (Arr. BNV; R. LJS VIR)
2. Bem-Tem (Córr. NES)
3. Cantagalinho (R. CGO)
4. Cantagalo/Canta Galo (R. AOT BIT CGO VIR)
5. Cerca Piá (Arr. RNC)
6. Esfria Freio (R. do, GPA IMN)
7. Lambe Pedras (Arr. do, PAF)
8. Mata Fome (R. EMQ)
9. Passa Dois (R. LPA)
10. Passa Fome (R. EMQ)
11. Passa Quatro (R. HSP)
12. Passa Tigre (R. SMS)
13. Passa Três (R. RNG)
14. Passa Una (R. ALT ARC CPL CPM CTB)
15. Passa-Passo (Arr. CON LPA)
16. Quebra Braço (Arr. RNC)
17. Quebra Dente (R. NES SLT)
18. Quebra Freio (R. PBC)
19. Quebra Joelho (R. GPA)
20. Quebra Queixo (Arr. GXM SJT)
21. Sem Nome (Arr. HSP)
22. Vira Machado (Arr. LPA)

Ecotopônimos

1. Casa de Pedra (Arr. LPA)
2. Casa Grande (R. BSS)
3. Casa Nova (Arr. da, GPA)
4. Casas (R. das, CDI)
5. Paço do Ouro (R. CON)
6. Rancharia (Córr. POT PLO)
7. Rancho (Laj. MEN)
8. Rancho Grande (Arr. MGA; R. CDS PLM)
9. Rancho Velho (Arr. do, MAT)
10. Salão (Rib. do, ARC)
11. Sede (Arr. da, CPA)
12. Sobradinho (Arr. LPA; R. PIN)
13. Sobrado (R. AGS)
14. Tapera (Arr. CVS; R. CDI LJS PIN PTB RNC VIR)
15. Taperinha (R. VIR)

16. Varanda (R. NES)

Historiotopônimos

1. 12 de Outubro (R. PSB)
2. 1º de Abril (Córr. PSB MFP; R. SFH)
3. 1º de Maio (Córr. SLT)
4. Aliança (Arr. da, AOT; Sg. da, REZ)
5. Canudos (Arr. CRM; R. SJT)
6. Farroupilha (Córr. SMI)
7. Independência (R. PBC)
8. Ipiranga (Arr. CRM; R. SJT)
9. Quinze de Novembro/XV de Novembro (R. AME CIG PSB SAS)
10. Quinzinho (R. AME)
11. Treze de Maio (Córr. BEI)
12. Vera Cruz (Arr. MAT)
13. XII de Novembro (R. PSB)

Corotopônimos

1. Argentina (Córr. SAS)
2. Bahia (Arr. CHZ)
3. Belém (R. CTB)
4. Cerro Lindo (Arr. AOT)
5. Guadalupe (R. MAT)
6. Jordão (R. CDI FJD GPA PIN RIG SJT)
7. Linha Pinho (Arr. IRT)
8. Lote Cinco (Arr. do, ARC)
9. Portugal (R. SMS)
10. Sabóia (R. SJP)
11. Siemens (R. CPA PLO)

Estematotopônimos

1. Espumoso (Córr. CLM)
2. Fria (Sg. CSV)
3. Frio (R. MML)
4. Liso (Arr. LPA; Laj. CRM IMN POT; R. CPA PLO)
5. Luz (Córr. da, SLT)
6. Pelado (Arr. do, GPA)
7. Peludo (R. LJS PTB)
8. Piên (Rib. PEN; R. PEN)
9. Seco (Arr. AME; Córr. CIG)
10. Sem-Sal (Arr. LPA)

Cronotopônimos

1. Caçula (Córr. CLM)
2. Nova (Ág. SIO)

3. Nova Bélgica (Arr. PSB)
4. Nova Estrela (Córr. SIO)
5. Nova Prata (R. NPI)
6. Nova Roma (Córr. SMI)
7. Nova Veneza (Sg. CPA)
8. Novo (Arr. RBI; R. CDI PTB)
9. Velha (Sg. BVC)

Hodotopônimos

1. Atalho (Rib. do, CRM)
2. Emboque (R. do, SMS)
3. Encruzilhada (Arr. CIG)
4. Estrada (Arr. da, POT)
5. Passagem (Córr. da, BIT)
6. Vau (R. do, SMS)

Somatotopônimos

1. Bico da Anta (Córr. PLO)
2. Cabeçudo (R. LPA)
3. Calcanhar (R. RNC)
4. Couro (R. do, CRM)
5. Pataca (Arr. da, SMS)
6. Queixo da Anta (R. RBI SIG SUA)

Axiotopônimos

1. Dama (Córr. da, PLM)
2. Nhá Mazilia (Laj. CEL)
3. Soldado (R. PFT UVT)
4. Tenente Gualberto (Córr. SMI)

Higietopônimos

1. Banho (Arr. do, RBI; R. CEL CRM)
2. Sujo (Córr. HSP)

Necrotopônimos

1. Caveira (Arr. LJS; R. NES)
2. Mortes (R. das, BNV GPA; Laj. RNG)

Poliotopônimos

1. Vila (Córr. da, BJS)
2. Vila Nova (R.da, MGA RAZ)

3.3 Topônimos com Interpretação Ambígua

1. Aurora (R. SAS)
2. Bromado (R. do, SJT)
3. Louro (R. do, CRM SJT UVT)
4. Manequinho (R. GPA)
5. Pimpão (Arr. do, GPA; R. PIN)
6. Pintado (Córr. do, CDS PLM; R. SIG)
7. Pinto (Córr. CPA; R. SMI)
8. Primavera (Córr. SMI)
9. Quinta (Arr. da, CRM)
10. Santos (Riozinho dos, RBS)
11. Tona (R. SFH)

3.4 Topônimos Não Classificados

1. Baiteiro (R. PBC)
2. Bambeça (R. CPM)
3. Bombico (R. ALT)
4. Bujon (Arr. MFP)
5. Camonaiva (R. PRQ)
6. Canguiri (R. PRQ)
7. Caxambeva (Arr. LPA)
8. Cinato (R. do, CGO)
9. Cono (R. SJP)
10. Gonoalino (Arr. do, RIG)
11. Haines (R. de, AOT)
12. Lamos (Arr. CSV)
13. Macorama (Arr. GPA)
14. Manchorra ou Verendinha (Córr. CDS PLM)
15. Parangos (R. do, IMN)
16. Sundária (Arr. GPA)
17. Tiarinho (Córr. CSV)
18. Wanderoff (Córr. CIG)

ANEXO B – RELAÇÃO DOS HIDRÔNIMOS ATUAIS POR MUNICÍPIOS**Agudos do Sul**

Arr. da Mandaçaia
Rib. Colônia Nova
Rib. do Retiro
Rib. Grande
Rio Caiuvá
Rio da Várzea
Rio do Leão
Rio Negro
Rio Pavão
Rio Pavãozinho
Rio Sobrado
Rio Três Barras
Rio Ximbuva

Almirante Tamandaré

Rib. Custódia
Rio Bombico
Rio Cachoerinha
Rio Passa Una

Ampére

Água Alto Alegre
Água Boa Vista
Água Branca
Água Caraco
Água da Pera
Água Divisor
Água do Agiã
Água do Mila
Água do Quadro
Água Madeira
Água São Pedro
Arr. Ampére
Arr. Bela Vista
Arr. do Tigre
Arr. Fonte Bela
Arr. Ligação
Arr. Maximiano
Arr. Santa Rita
Arr. Seco
Rio Ampére
Rio Capanema

Rio Cotejipe
Rio Quinze de Novembro
Rio Quinzinho
Rio São Sebastião
Rio São Tomás
Rio Sarandi
Sanga L. Daguetti
Sanga Sebastião Quadro

Antonio Olinto

Água Amarela
Água Amarela de Baixo
Arr. Avencal
Arr. Cerro Lindo
Arr. Corvo Branco
Arr. Cruel
Arr. da Aliança
Arr. da Dúvida
Arr. das Macelas
Arr. do Aterrado Alto
Arr. do Coelho
Arr. dos Afonsos
Arr. dos Domingos
Arr. dos Magalhães
Arr. Invernada
Arr. Passo Comprido
Arr. Santos Andrade
Laj. do Tigre
Rib. Fundo
Rio Barro Vermelho
Rio Butiá
Rio Butiazinho
Rio Campinas
Rio Cantagalo
Rio Colaço
Rio da Estrela
Rio das Pacas
Rio de Haines
Rio Iguçu
Rio Mato Queimado
Rio Negro
Rio dos Pedroso
Rio Represa
Rio Teatro
Rio Três Poços

Araucária

Arr. Cachoeira
Arr. da Capoeira
Arr. do Enéas
Arr. do Gurski
Arr. do Lote Cinco
Arr. do Pessegueiro
Arr. Fazendinha
Arr. Formigueiro
Arr. Passo do Soares
Arr. Rondinha
Rib. Campeirinho
Rib. Campestre
Rib. Campina das Pedras
Rib. Chaco
Rib. do Salão
Rib. dos Pessegueiros
Rib. Iguaçu
Rio Barigüi
Rio Campina dos Martins
Rio Campo Redondo
Rio Capinzal
Rio Capivara
Rio Cristal
Rio Cachoeira
Rio das Antas
Rio das Onças
Rio das Onças (outro)
Rio do Mato Branco
Rio do Maurício
Rio do Tomás
Rio Faxinal
Rio Guajuvira
Rio Iguaçu
Rio Ipiranga
Rio Isabel Alves
Rio Passa Una
Rio Pianduva
Rio Taquaroca
Rio Verde
Rio Verde Abaixo

Balsa Nova

Arr. Amola Faca
Arr. das Pombas
Arr. do Cadeado
Arr. do Rincão
Arr. Passo do Guarda

Arr. Passo do Pero
Arr. Passo Graciano
Rib. São Luis
Rio Cachoeira
Rio Corisco
Rio das Mortes
Rio dos Papagaios
Rio Iguaçu
Rio Itaqui
Rio Tamanduá
Rio Tortuoso
Rio Vaca Gorda ou rib. dos Patos
Rio Verde

Barracão

Arr. do Mel
Arr. São Bento
Laj. Barreiro
Rio Capanema
Rio das Águas
Rio Lajeado Grande
Rio Pinhalito
Rio Santa Emília
Sanga do Tigre
Sanga Gonçalves
Sanga Tamanduá
Sanga Três Passos

Bela Vista da Caroba

Arr. Tateto
Córr. da Diva
Córr. Gaúcho
Córr. Macaco
Córr. Tateto
Laj. Bonito
Laj. dos Porcos
Rio Alegre
Rio Capanema
Rio da Tigra
Rio Mico
Sanga Coxilha Bonita
Sanga Divisa
Sanga do Mato
Sanga Laranjal
Sanga Santa Lúcia
Sanga Velha

Bituruna

Córr. Azul
Córr. Bonito
Córr. Cadela
Córr. Cateto
Córr. da Mata
Córr. da Passagem
Córr. de Catimba
Córr. do Grotos
Córr. do Inferninho
Córr. do Mato Frio
Córr. do Periquito
Córr. do Rodeio
Córr. do Veado
Córr. Fazendinha
Córr. Feliz
Córr. Grande
Córr. Missioneiro
Córr. Santo Antônio
Córr. São Francisco
Córr. São Vicente
Córr. Tamanduá
Córr. Urutum
Córr. Volta Seca
Laj. do Herval
Laj. do Mico
Laj. do Saltinho ou Rib. da Canela
Laj. Grande
Rib. Bonito
Rib. Cantagalo
Rib. Chico André
Rib. do Pereira
Rib. Empossado
Rib. Pitanguinha
Rib. Quinze Passos
Rio da Jararaca
Rio das Antas
Rio Iratinzinho
Rio Jacutinga
Rio Pinhal
Rio Santa Rosa

Boa Esperança do Iguaçu

Arr. Água Branca
Córr. Alcides
Córr. Amâncio
Córr. Azul
Córr. da Barra

Córr. do Meio
Córr. Macedo
Córr. Saci
Córr. Treze de Maio
Córr. Vargem Bonita
Córr. Veado
Córr. Verde
Córr. Veronezi
Córr. Viana
Laj. dos Porcos
Laj. dos Porcos (outro)
Laj. Piracema
Rio Canoas
Rio dos Micos
Rio Iguaçu
Rio Jaracatiá
Rio Louco
Sanga do Zago

Bom Jesus do Sul

Água Vermelha
Córr. da Bala
Córr. da Vila
Córr. São José
Córr. São Luis
Córr. Sapo
Córr. Tucano
Laj. Boa Esperança
Laj. Grande
Rio Arrozal
Rio Capanema
Rio das Águas
Rio Pinhalito
Sanga Azul
Sanga Funda

Bom Sucesso do Sul

Arr. Baixeiro
Arr. das Cobras
Arr. do Elias
Arr. Gramado
Arr. Grande
Arr. Lambedor
Córr. Ivete
Córr. Mundo Novo
Córr. Pé de Galinha
Laj. Bonito
Rio Casa Grande

Rio Santana
Rio Trinta Voltas
Rio Vitorino

Campo do Tenente

Arr. da Capoeira
Arr. dos Veigas
Arr. Grande
Córr. do Correia
Rib. Branco
Rib. da Fazenda
Rib. do Miguel
Rib. do Sapezal
Rib. Rodeio
Rib. Vermelho
Rio Campo do Tenente
Rio da Várzea

Campo Largo

Rib. São Caetano
Rio Itaqui
Rio Passa Una
Rio Verde ou Rondinha

Campo Magro

Rio Bambeca
Rio Cachoeira
Rio Cachoeirinha
Rio Custódio
Rio Passa Una
Rio Verde

Candói

Arr. Banhado
Arr. Jacu
Córr. Divisa
Córr. dos Índios
Córr. Paineira
Laj. dos Porcos
Rib. Serra Velha
Rio Boca Apertada
Rio Buriti
Rio Campo Real
Rio Candói
Rio Caracu
Rio Cavernoso

Rio da Melancia
Rio das Casas
Rio Destacado
Rio Iguaçu
Rio Jordão
Rio Novo
Rio Passo da Cachoeira
Rio Passo Grande
Rio Pinhão
Rio Rafael
Rio Restinga Grande
Rio Santa Marta
Rio Tapera
Rio Três Palmeiras
Rio Xaxim

Cantagalo

Arr. Aterrado Alto
Arr. do Antenorzinho
Arr. do Armazém Velho
Arr. do Chiquito
Arr. do Fritz
Arr. do Inocência
Arr. do Invernado
Arr. do Joaquim Velho
Arr. do Palanque
Arr. do Polinski
Arr. dos Campineiros
Arr. dos Carneiros
Arr. dos Diogos
Arr. Lambedor
Rio Araras
Rio Campo Alto
Rio Canta Galo
Rio Cantagalinho
Rio Cavernoso
Rio Corazinho
Rio da Divisa
Rio Diamante
Rio do Cinato
Rio do Poço
Rio dos Penteados
Rio Enlaça
Rio Juquiá
Rio Passo Novo
Rio Restinga Grande

Capanema

Arr. Barra Grande
Arr. da Queda
Arr. da Sede
Arr. do Carmo
Arr. dos Veados
Córr. Caixãozinho
Córr. Cambuí
Córr. Carboni
Córr. Pavão
Córr. Pinto
Córr. Saltinho
Córr. Santa Luzia
Córr. São Francisco
Córr. São Pedro
Córr. Três Angicos
Córr. Verde
Laj. Bonito
Laj. Barreiro
Laj. Muniz
Laj. Três Passos
Rio Capanema
Rio do Acampamento
Rio Iguaçu
Rio Liso
Rio Santo Antônio
Rio Siemens
Rio Vaca Branca
Sanga das Bananeiras
Sanga das Fadas
Sanga Nova Veneza
Sanga Picão
Sanga Reservista
Sanga São Roque
Sanga Verde

Capitão Leônidas Marques

Córr. Aparecida
Córr. Barra Grande
Córr. Caçula
Córr. do Sebastião
Córr. Espumoso
Córr. Faria
Córr. Gato
Córr. Gaúcho
Córr. Leãozinho
Córr. Luciana
Córr. da Mara

Córr. Monteirinho
Córr. Saltinho
Córr. Tigrinho
Rio Andrada
Rio Bevilaqua
Rio Gonçalves Dias
Rio Iguaçu
Rio Monteiro
Sanga dos Porcos

Cascavel

Arr. Barreiro
Arr. Bonito
Arr. Canjica
Arr. Capoeira
Arr. Caverna
Arr. do Leão
Arr. do Lima
Arr. do Mel
Arr. do Pinhalzinho
Arr. Ingá
Arr. Juvenal
Arr. Lagoa dos Patos
Arr. Lamos
Arr. Marisco
Arr. Nene
Arr. Palhano
Arr. Perdido
Arr. Quatis
Arr. Sangão
Arr. São Marcos
Arr. Silveira
Arr. Tamanduá
Arr. Três Picadas
Arr. União
Arr. Vedo
Córr. Água Clara
Córr. Amendoim
Córr. Amigo
Córr. Arquimedes
Córr. Baicuru
Córr. Barra do Veado
Córr. Barro Preto
Córr. Boi Morto
Córr. Boi Preto
Córr. Bom Retiro
Córr. Branco ou São Lourenço
Córr. Cajati
Córr. Castelo Branco

Córr. Cielito
Córr. das Antas
Córr. Diamante
Córr. do Mel
Córr. Espora
Córr. Farmácia
Córr. Farmácia (outro)
Córr. Flores
Córr. Formosa
Córr. Frederico
Córr. Góis
Córr. Gramadinho
Córr. Guajuvira
Córr. Iara
Córr. Jaboticabal
Córr. Jumento
Córr. Juventino
Córr. Lajeado
Córr. Lambari
Córr. Liberal
Córr. Macuco
Córr. Maia
Córr. Mamangava
Córr. Mangabeira
Córr. Margarida
Córr. Muá
Córr. Mussambinho
Córr. Pedregulho
Córr. Pica Pau
Córr. Pombas
Córr. Primarinho
Córr. Quarenta e Sete
Córr. Quatro
Córr. Saltinho
Córr. Santo Antônio
Córr. São Domingos
Córr. São João
Córr. São José
Córr. São Salvador
Córr. Saracura
Córr. Seis
Córr. Simão
Córr. Soledade
Córr. Tangará
Córr. Tiarinho
Córr. Turvo
Córr. Xaxim
Laj. São Roque
Rib. da Paz
Rib. Quati

Rio Andrada
Rio Arquimedes
Rio Cascavel
Rio da Paz
Rio do Oeste
Rio do Salto
Rio dos Pretos
Rio Gonçalves Dias
Rio Santa Lúcia
Rio São José
Rio Tormenta
Sanga Carneiro
Sanga Fria
Sanga Funda

Catanduvás

Arr. Bonito
Arr. Cacau
Arr. Caetano
Arr. Camargo
Arr. Campina
Arr. da Cruz
Arr. da Ilha
Arr. das Pedras
Arr. do Grilo
Arr. do Miguel
Arr. dos Porcos
Arr. Feijão
Arr. Machado
Arr. Monjolo Velho
Arr. Passo Liso
Arr. Procópio
Arr. Tapera
Arr. Viado (sic)
Córr. Adelaidinha
Córr. Aleluia
Córr. Barro Grande
Córr. Barro Preto
Córr. Carolina
Córr. dos Paulistas
Córr. Durvalino
Córr. Fazenda
Córr. Floresta
Córr. Pinheiro
Córr. Samambaia
Córr. Samambaia
Córr. Santa Cruz
Rio Adelaide
Rio Isolina

Rio Tami
Rio Tormenta
Rio Tormentinha

Céu Azul

Córr. do Salto
Córr. Juca
Córr. Juriti
Córr. Uru
Rio Silva Jardim
Sanga das Pedras

Chopinzinho

Arr. Água Branca
Arr. Bahia
Arr. Banana
Arr. Biguá
Arr. Cedrinho
Arr. do Bode
Arr. do Bugre
Arr. dos Buenos
Arr. Grande
Arr. Medeiros
Arr. Pontilhão
Arr. Putinga
Laj. do Meio
Laj. Grande dos Índios
Laj. Ponte Alta
Rib. da Fatura
Rio Barra Grande
Rio Campina
Rio Capivara
Rio Capivarinha
Rio Cerejeira
Rio Chopinzinho
Rio Claro
Rio da Paz
Rio do Meio
Rio do Tigre
Rio Doria
Rio dos Pedroso
Rio dos Saltos
Rio Lajeado Grande
Rio Luciano
Rio Mato Branco
Rio Mirim
Rio Mirinzinho
Rio Queixo d'Anta

Rio São Xavier

Clevelândia

Arr. Aterrado Alto
 Arr. Baú ou Catafest
 Arr. Cachoeirinha
 Arr. Capilé
 Arr. Capivara
 Arr. Coruja
 Arr. da Cascata
 Arr. da Divisa
 Arr. da Divisa (outro)
 Arr. das Araras
 Arr. do Alhal
 Arr. do Leão
 Arr. do Morais
 Arr. do Oliveira
 Arr. do Pampa
 Arr. Lagoão
 Arr. Manjolo
 Arr. Padilha
 Arr. Quinze
 Arr. Ribeiro
 Arr. Santa Maria
 Arr. São Miguel
 Arr. Tigre
 Arr. Varejão
 Laj. Crisciúma
 Laj. da Campina
 Laj. Dois Irmãos
 Laj. Gote
 Laj. Guerreiro
 Laj. Nhá Mazilia
 Laj. Raso
 Rio Chopim
 Rio da Joaquina
 Rio das Capivaras
 Rio das Lontras
 Rio do Banho
 Rio Pato Branco
 Rio São Francisco

Contenda

Arr. Contenda
 Arr. do Gurski
 Arr. Laranjeiras
 Arr. Pântano Preto
 Arr. Passa-Passo

Arr. Passo da Cruz
Arr. Passo da Guarda
Rib. das Gralhas
Rio Cachoeira
Rio Caí
Rio Campestre
Rio Catanduvas
Rio da Lagoa
Rio da Lapinha
Rio das Almas
Rio das Onças
Rio do Poço
Rio do Sebastião
Rio dos Cachos
Rio dos Cardosos
Rio dos Carços
Rio Gonçalves
Rio Guavirova
Rio Iguaçú
Rio Isabel Alves
Rio Paço do Ouro
Rio Poço Grande
Rio Santo Antônio
Rio Tabatinga
Rio Turvo ou do Espigão

Coronel Domingos Soares

Arr. Lagoãozinho
Córr. Bonito
Córr. do Caçador
Córr. do Pintado
Córr. do Pouso Feio
Córr. Estancado
Córr. Manchorra ou Verendinha
Córr. Passo Feio
Córr. São Roque
Laj. Boa Vista
Laj. Butiá
Laj. das Catanduvas
Laj. do Saltinho
Laj. do Veado
Laj. Passo Fundo
Rib. Chico André
Rib. Pinhal
Rib. São Pedro
Rio Butiá
Rio Chopim
Rio Criciúma
Rio da Estrela

Rio dos Patos
Rio Escada
Rio Iguaçu
Rio Iratim
Rio Lajinha
Rio Nuncio
Rio Rancho Grande
Rio São Lourenço

Coronel Vivida

Arr. da Várzea
Arr. das Antas
Arr. São Luiz
Laj. Butiá
Laj. Conrado
Rio Barro Preto
Rio Caçador
Rio Cachoeirinha
Rio Chopim
Rio Envolvido
Rio Gaspar
Rio Gigante
Rio Jacutinga
Rio Lambedor
Rio Limeira
Rio Mirim
Rio Poleis
Rio Ponte Alta
Rio Quietto
Rio Surumbi

Cruz Machado

Arr. Baiano
Arr. Batata
Arr. Bonito
Arr. Bruacas
Arr. Canudos
Arr. Capeleti
Arr. Capivara
Arr. da Mutuca
Arr. da Quinta
Arr. de Paula
Arr. do Biekarski
Arr. do Bodki
Arr. do Cartório
Arr. do Ernesto
Arr. do Koteski
Arr. do Meio

Arr. dos Pedroso
Arr. dos Veros
Arr. Formoso
Arr. Guarani
Arr. Jacó
Arr. Palmeirinha
Arr. Potingal
Córr. do Caçador
Laj. Liso
Rib das Antas
Rib. do Atalho
Rib. Palmeirinha
Rio Barrancamenta
Rio Bonito
Rio Burro Branco
Rio Cachoeira
Rio da Areia
Rio do Banho
Rio do Couro
Rio do Louro
Rio do Meio
Rio do Paredão
Rio do Tigre
Rio dos Limas
Rio Fartura
Rio Fundo
Rio Iguaçu
Rio Monjolo
Rio Palmeiral
Rio Palmital
Rio Papuãozinho
Rio Potinga
Rio Santana
Rio São Domingos
Rio São Lourenço
Rio São Pedrinho
Rio São Pedro
Rio Riozinho

Cruzeiro do Iguaçu

Arr. Encruzilhada
Arr. Sapo
Córr. Buriu
Córr. Cruzeiro
Córr. Divisor
Córr. do Ouro
Córr. do Salto
Córr. Dois Irmãos
Córr. Paineiras

Córr. Seco
Córr. Tié
Córr. Wanderoff
Rio Canoas
Rio Chopim
Rio Erveira
Rio Iguaçú
Rio Jaracatiázinho
Rio Morelo
Rio XV de Novembro

Curitiba

Arr. Cachoeira
Arr. Prensa
Rib. da Ponta Grossa
Rib. Padilha
Rio Atuba
Rio Barigui
Rio Belém
Rio Iguaçú
Rio Passa Una

Dois Vizinhos

Arr. Barra Bonita
Arr. Pinheirinho
Córr. Água Boa
Córr. Cabriúva
Córr. Cordeiros
Córr. Limeira
Córr. Martins
Córr. Saltinho
Córr. Xaxim
Laj. Criciúma
Laj. Grande
Laj. Jacutinga
Laj. Piracema
Laj. Rony
Rio Bandeira
Rio Canoas
Rio Chopim
Rio Dois Vizinhos
Rio Empossado
Rio Herveira
Rio Lajeado Grande
Rio Morelo
Rio Vista Alegre

Enéas Marques

Arr. Bela Vista
Arr. Bonito
Arr. da Barra
Córr. Boa União
Córr. Lajeado
Córr. Pinhal
Córr. Preto
Laj. de Paula
Rio Bocó
Rio Cachimbo
Rio da Areia
Rio Empossado
Rio Gamela
Rio Jaracatiá
Rio Mata Fome
Rio Passa Fome
Rio Vista Alegre
Rio Vitória

Fazenda Rio Grande

Arr. Boqueirão
Arr. Liminha
Arr. Ouro Velho
Rib. Água Luisa
Rib. do Moinho
Rib. Tanque
Rio Abaixo
Rio Despique
Rio do Maurício
Rio Iguaçu
Rio Mascate

Flor da Serra do Sul

Arr. Barro Preto
Arr. das Cruzes
Arr. Hildebrando
Córr. Fundão
Córr. Pedra Lisa
Laj. Gaúcha
Rio Araçá
Rio Arrozal
Rio Bonito
Rio das Águas
Rio Encantilhado
Rio Lambari
Rio Marrecas

Rio São Bento
 Rio São Roque
 Rio Tamanduá
 Rio Tamanduazinho
 Rio Verde
 Sanga do Abreu
 Sanga Fortunato
 Sanga Funda
 Sanga Santa Emília
 Sanga Santo Ângelo
 Sanga Tamanduá

Foz do Iguaçu

Arr. Monjolo
 Cór. Apepuzinho
 Cór. Mingau
 Cór. Santa Luzia
 Rio Carimã
 Rio Iguaçu
 Rio M'Boicy
 Rio Matias Almada
 Rio São João
 Rio Tamanduá
 Rio Tamanduazinho
 Sanga Boqueirão

Foz do Jordão

Cór. Cachoeirinha
 Cór. Campo de Fora
 Cór. Cigarra
 Cór. dos Índios
 Cór. Grota Funda
 Cór. Paineira
 Cór. São Francisco
 Cór. Segredo
 Cór. Talaveira
 Cór. Xaxim
 Rio Iguaçu
 Rio Jordão
 Rio Passo da Cachoeira

Francisco Beltrão

Arr. Bonito
 Arr. Cerrinho
 Arr. Ligação
 Arr. Saltinho
 Arr. São Bento

Laj. Pedreira
Rio Cotejipe
Rio do Mato
Rio Erval
Rio Marmeleiro
Rio Marrecas
Rio Pinheiro
Rio Quatorze
Rio Santa Rosa
Rio Tuna
Rio Urutaguá

General Carneiro

Córr. Bonitinho
Córr. Catequese
Córr. da Anta
Córr. do Gado
Córr. do Iapuá
Córr. do Jacó
Córr. do Leão
Córr. do Palmital
Córr. do Souza
Córr. do Tamanduá
Córr. do Tigre
Córr. Menegácio
Córr. Santa Lídia
Córr. Santo Antônio
Laj. da Goiabeira
Laj. Estrela
Laj. Grande
Laj. Jararaca
Rib. Barra Bonita
Rib. da Errada
Rib. do Pouso Bonito
Rib. do Xavier
Rio Bonito
Rio Cotia
Rio das Antas
Rio do Farias
Rio Iratim
Rio Jangada
Rio Santa Rosa
Rio São João
Rio São Manoel

Goioxim

Arr. Barro Preto
Arr. Cachoeira

Arr. do Faxinal
Arr. Lambedor
Arr. Quebra Queixo
Rio Araras
Rio Diamante
Rio do Poço
Rio dos Pedroso
Rio Juquiá
Rio Passo Novo

Guaraniaçu

Arr. Mato Queimado
Córr. Laranjal
Córr. Peroba
Rio Belarmino
Rio Bormam
Rio Catanduvinha
Rio Guarani
Rio Isolina
Rio Medeiros
Rio Santa Rosa
Rio São Luiz
Rio Sepultura

Guarapuava

Arr. Abobreira
Arr. Água Branca
Arr. Anta Gorda
Arr. Aterrado Alto
Arr. Banhado Grande
Arr. Barro Preto
Arr. Bela Vista
Arr. Bom Retiro
Arr. Cambará
Arr. Capão da Vargem
Arr. Charquinho
Arr. Corredor
Arr. da Balbina
Arr. da Casa Nova
Arr. da Chácara
Arr. da Divisa
Arr. da Divisa (outro)
Arr. da Fraqueza
Arr. da Laje
Arr. da Viola
Arr. do Bento
Arr. do Butka
Arr. do Capão

Arr. do Claudiano
Arr. do Freio
Arr. do Lustosa
Arr. do Meio
Arr. do Paiol de Telha
Arr. do Pelado
Arr. do Pimpão
Arr. do Tanílio
Arr. dos Limas
Arr. dos Martins
Arr. dos Souzas
Arr. dos Três Capões
Arr. Gramado
Arr. Gramados
Arr. Imbu
Arr. Lagoão
Arr. Lajeado
Arr. Macorama
Arr. Pádua
Arr. Passo Ruim
Arr. Porungos
Arr. Santa Rita
Arr. São Joaquim
Arr. Sundária
Córr. Monjolo
Laj. dos Porcos
Laj. Grande
Rio Bananas
Rio Barreiro
Rio Boa Sorte
Rio Bonito
Rio Cachoeira Branca
Rio Cachoeirinha
Rio Cadeado
Rio Campinas
Rio Campo Novo
Rio Campo Real
Rio Cascavel
Rio Charqueado
Rio Coitinho
Rio Combrão
Rio Corvinho
Rio da Divisa
Rio da Divisa (outro)
Rio da Estrela
Rio da Fazendinha
Rio da Lagoa
Rio da Pedra Branca
Rio da Pedra Grande
Rio das Águas Belas

Rio das Almas
Rio das Araras
Rio das Mortes
Rio das Pedras
Rio das Pombas
Rio do Baú
Rio do Bugre
Rio do Cachorro
Rio do Esfria Freio
Rio do Faxinal
Rio do Faxinal (outro)
Rio do Poço
Rio do Posto
Rio do Rondinho
Rio do Veado
Rio dos Fuegos
Rio dos Papagaios
Rio Guabiroba
Rio Iratim
Rio Jordão
Rio Lajeado Grande
Rio Lajeado Raso
Rio Lanceta
Rio Lontrão
Rio Maitá
Rio Manequinho
Rio Maracujá
Rio Passo Ruim
Rio Pinhão
Rio Pinhãozinho
Rio Pombinhas
Rio Quebra Joelho
Rio Rincão
Rio Rincão da Canoa
Rio Sabiá
Rio São Jerônimo
Rio São João
Rio Socorro
Rio Taguá
Rio Taquaruçu
Rio Tigrinho

Honório Serpa

Arr. da Foice
Arr. Rodeio
Arr. Sem Nome
Córr. Azul
Córr. da Fábrica
Córr. do Cervo

Córr. Fundo
Córr. Gramado
Córr. Petri
Córr. Pinheirito
Córr. Rose
Córr. São Felinho
Córr. Sujo
Córr. Trepado
Rib. Curucaca
Rio Chopim
Rio Covó
Rio das Pedras
Rio Gigante
Rio Jangada ou rio Marrecas
Rio Passa Quatro

Ibema

Arr. Guará
Arr. Mato Queimado
Córr. Acampamento
Córr. Alegre
Córr. Cinco
Córr. Durvalino
Córr. Palmeira
Córr. Pinhalzinho
Córr. Prato
Rio Adelaide
Rio Belarmino
Rio Formiga
Rio Isolina
Rio Taqui

Inácio Martins

Arr. Campina da Roça
Arr. da Campina
Arr. do Batista
Arr. do Campinho
Arr. do Olho de Água
Arr. do Pousinho
Arr. dos Matosos
Arr. dos Melos
Arr. dos Vieiras
Arr. Santana
Arr. São Domingos
Laj. Liso
Rio Azul
Rio Bananas
Rio Barreiro

Rio Boa Vista
Rio Cento e Um
Rio Claro
Rio da Areia
Rio da Divisa
Rio da Jaguatirica
Rio da Pedra Branca
Rio da Potinga
Rio das Garrafas
Rio das Três Antas
Rio do Banhado Grande
Rio do Bugre
Rio do Esfria Freio
Rio do Parangos
Rio do Pinho
Rio do Posto
Rio do Tigre
Rio dos Limas
Rio dos Papagaios
Rio Iratim
Rio Jararaca
Rio Papuã
Rio Pequeno
Rio São Jerônimo
Rio Turvo

Irati

Arr. Água Clara
Arr. Coloninha
Arr. Empossado
Arr. Gavião
Arr. Grande
Arr. Linha Pinho
Rio Água Quente
Rio Caçador
Rio Cachoeira
Rio Corrente
Rio da Campina
Rio do Duda
Rio do Guamirim
Rio do Taquari
Rio Faxinalzinho
Rio Mato Queimado
Rio Preto

Itapejara do Oeste

Arr. Gavião
Laj. Bonito

Rio Chopim
Rio Mandaçaia
Rio Marrecas
Rio Santana
Rio Vitorino

Lapa

Água Amarela
Arr. Américo
Arr. Aterrado Alto
Arr. Barroco
Arr. Boa Vista
Arr. Brocas
Arr. Bugio
Arr. Campestre
Arr. Caracol
Arr. Casa de Pedra
Arr. Caxambeva
Arr. Cerrito
Arr. da Chapada
Arr. da Colher
Arr. da Divisa
Arr. da Floresta
Arr. da Pedra Azul
Arr. das Pedras
Arr. das Porteiras
Arr. Diamante
Arr. do Hilário
Arr. do Paiol Velho
Arr. do Pouso
Arr. do Povinho
Arr. dos Bihl
Arr. dos Bragas
Arr. dos Cardosos
Arr. dos FONSECAS
Arr. dos Lekes
Arr. dos Lourenço
Arr. dos Mitos
Arr. dos Pintos
Arr. Espigão Branco
Arr. Forquilha
Arr. Grande
Arr. Guabiroba
Arr. Humaitá
Arr. Lagarto
Arr. Lagoão
Arr. Lajeado
Arr. Lajeado
Arr. Limeira

Arr. Liso
Arr. Manilha
Arr. Mato Grande
Arr. Meleiro
Arr. Passa-passo
Arr. Passo da Cruz
Arr. Passo da Guarda
Arr. Passo do Atalho
Arr. Passo do Pero
Arr. Passo dos Marianos
Arr. Restinga
Arr. Rondinha
Arr. São Bento
Arr. São João
Arr. Sem-Sal
Arr. Sítio Velho
Arr. Sobradinho
Arr. Vira Machado
Rib. Claro
Rib. do Calixto
Rio Barra Vermelha
Rio Barreiro
Rio Bonito
Rio Cabeçudo
Rio Caiacanga
Rio Capivari
Rio Corisco
Rio da Água Azul
Rio da Água Azulzinha
Rio da Anta Gorda ou dos Patos
Rio da Areia
Rio Cachoeira
Rio da Estiva
Rio Despique
Rio do França
Rio do Mandurim
Rio do Monjolo
Rio do Palmital
Rio do Pessegueiro
Rio do Pinheiral
Rio do Poço
Rio dos Alves
Rio dos Cochos
Rio dos Correias
Rio dos Patinhos
Rio dos Patos
Rio dos Poços
Rio dos Prestes
Rio dos Quatis
Rio dos Rosas

Rio Faxinal
Rio Guabirola
Rio Iguaçu
Rio Paiquerê
Rio Passa Dois
Rio Passo da Areia
Rio Pousinho
Rio Santa Clara
Rio São Francisco
Rio São João
Rio dos Soares
Rio Três Pinheiros
Rio Turvo
Rio Vaca Gorda

Laranjeiras do Sul

Arr. Caveira
Arr. da Fatura
Arr. dos Macacos
Arr. dos Passinhos
Rib. Cachoeira
Rio Água do Boi
Rio Amola Faca
Rio Cavernoso
Rio Chagu
Rio Crim
Rio das Cobras
Rio do Leão
Rio do Trigo
Rio Feio
Rio Guarani
Rio Lambari
Rio Laranjeiras
Rio Peludo
Rio Pinheiro Torto
Rio Soberbo
Rio Tapera
Rio Tigrinho
Rio União

Lindoeste

Arr. Bonito
Arr. Ingá
Cór. Branco
Cór. Diamante
Cór. do Mel
Cór. Farmácia
Cór. Góis

Córr. Guajuvira
Córr. Lajeado
Córr. Mamangava
Córr. Mangabeira
Córr. Margarida
Córr. Pica Pau
Córr. Quarto
Córr. Santa Rita
Córr. São Marco
Córr. Tangará
Córr. Tigrinho
Rio Andrada
Rio da Paz
Rio Gonçalves Dias
Rio Santa Lúcia

Mallet

Arr. Barra Mansa
Arr. Campinas
Arr. da Ronda
Arr. do Faxinal
Arr. do Rancho Velho
Arr. Lajeado
Arr. Timbó
Arr. Timóteo
Arr. Vera Cruz
Rio Água Fria
Rio Amendoim
Rio Barra Grande
Rio Barra Linda
Rio Barreira
Rio Bonito
Rio Braço do Potinga
Rio Claro
Rio Areia Branca
Rio Delgado
Rio do Matadouro
Rio do Ouro
Rio do Tigre
Rio dos Macacos
Rio dos Pintos
Rio Guadalupe
Rio Lambari
Rio Passinho
Rio Perdido
Rio Sabugueiro
Rio Santa Cruz
Rio São Pedro
Rio Taquara

Rio Charqueada

Mandirituba

Arr. Ana Luísa
Arr. Liminha
Arr. Palmeirinha
Arr. Passo da Ilha
Rio Areia Branca
Rio Batiatuva
Rio Cai
Rio da Barra
Rio da Onça
Rio da Várzea
Rio das Antas
Rio das Onças
Rio Despique
Rio Diamante
Rio do Barco
Rio do Moinho
Rio dos Patos
Rio dos Pintos
Rio Iguçu
Rio Mascate
Rio do Maurício
Rio Passo da Onça
Rio Rocinha
Rio Varginha

Manfrinópolis

Água Grande
Arr. Bujon
Arr. do Meio
Arr. Lambedor
Arr. Leão
Córr. 1º de Abril ou Tamandaré
Córr. da Bala
Córr. da Mara
Córr. Saudade
Laj. Acampamento
Rio Barra Grande
Rio Encantilhado
Rio Roncador
Rio Tamanduá
Rio Tunal
Sanga Água do Serafim
Sanga Aparecida
Sanga Chagas
Sanga Moinho

Sanga Pinheiro
Sanga Tibúrcio

Mangueirinha

Arr. Cachoeirinha
Arr. da Fazenda
Arr. da Ilha
Arr. da Panela
Arr. do Ribas
Arr. do Tofona
Arr. Fortaleza
Arr. Invernada
Arr. Passo da Anta
Arr. Passo do Miguelzinho
Arr. Rancho Grande
Arr. Serelepe
Arr. Sesmaria
Arr. Taipa
Arr. Xaxim
Laj. Conrado
Laj. Curucaca
Laj. do Cedro
Laj. Gigante
Laj. Grande
Laj. Grande dos Índios
Laj. Mangueirinha
Laj. Marreco ou laj. Cedrinho
Laj. Morro Alto
Laj. Piriquito
Laj. Raso
Rio Antônio
Rio Chopim
Rio Covó
Rio Covoquinho
Rio da Vila Nova
Rio do Marreco
Rio do Ribeiro
Rio Gigante
Rio Marrecas
Rio Mato Dentro
Rio Morro Verde
Rio Passo da Laje
Rio Portão
Rio Raso
Rio São Félix
Rio Simão
Rio Taió
Rio Tanque Grande

Mariópolis

Arr. Mangueirinha
Arr. Pocinho
Laj. Palmital
Rio Conrado
Rio do Veado
Rio Monjolinho
Rio Passo Feio
Rio Pato Branco
Rio Pinheiro
Rio Poço Preto

Marmeleiro

Arr. Angico
Arr. da Campina
Arr. Mandurim
Arr. Manhoso
Arr. Negreiro
Arr. Pocinho
Córr. Arara
Córr. da Escola
Laj. Angico
Rio Bonito
Rio das Derrubadas
Rio Faxinal
Rio Frio
Rio Lambari
Rio Lata
Rio Marmeleiro
Rio Marrecas
Rio Negreiro
Rio Tigre Preto
Rio Verde
Sanga dos Serpas

Matelândia

Córr. Cacatu
Córr. Cascata
Córr. Dalazém
Córr. Escondido
Córr. Icatu
Córr. Irajá
Córr. Juriti
Córr. Pinheirinho
Córr. Santo Antônio
Córr. Taquara
Córr. Uru

Rio Benjamim Constant
Rio Dourado
Rio Floriano
Rio Iguaçu
Rio Matelândia
Rio Silva Jardim

Medianeira

Arr. Charrua
Laj. Bento Gonçalves
Laj. Pinhal
Laj. Rancho
Laj. Sol e Ouro

Nova Esperança do Sudoeste

Arr. Água Doce
Arr. Água Fria
Arr. Carneiro
Córr. Bem-Tem
Córr. São Jorge
Córr. Tateto
Rio Barra Bonita
Rio Caveira
Rio Cotegipe
Rio do Meio
Rio Gamela
Rio Jaracatiá
Rio Lontra
Rio Mambuca
Rio Quebra Dente
Rio Roncador
Rio São Luiz
Rio Serrinho
Rio Varanda

Nova Laranjeiras

Rio Buriti
Rio Chagu
Rio das Cobras
Rio Guarani
Rio União

Nova Prata do Iguaçu

Água Barra Grande
Rib. das Carmelitas
Rib. Salto

Rio Borges
Rio Canguçu
Rio Cotegipe
Rio Grápia
Rio Guarani
Rio Iguçu
Rio Louco
Rio Nova Prata
Rio Ouro Fino
Rio Quietto
Rio Vorá

Palmas

Arr. da Estiva
Arr. da Lontra
Arr. Lagoão
Arr. Lagoãozinho
Arr. Pitanga
Córr. Bonito
Córr. da Dama
Córr. da Grama
Córr. das Pedras
Córr. do Banhadão
Córr. do Caçador
Córr. do Isidoro
Córr. do Pintado
Córr. do Pouso Feio
Córr. do Tigre
Córr. Estancado
Córr. Fundo
Córr. Manchorra ou Verendinha
Córr. Mundéu
Córr. Passo Feio
Córr. São Pedro
Córr. São Roque
Laj. Boa Vista
Laj. da Goiabeira
Laj. das Catandugas
Laj. do Moinho do Engenho
Laj. do Passo Velho
Laj. do Saltinho
Laj. Passo Fundo
Rib. Chico André
Rib. das Capivaras
Rib. Pinhal
Rib. São Pedro
Rio Barro Preto
Rio Butiá
Rio Chopim

Rio da Bandeira
Rio da Estrela
Rio das Caldeiras
Rio do Palmito
Rio dos Patos
Rio Iguaçu
Rio Iratim
Rio Rancho Grande
Rio São Lourenço

Palmeira

Água Clara
Arr. Monjolo
Rib. do Mendão
Rio Água Clara
Rio das Almas
Rio das Pedras
Rio dos Freitas
Rio Iguaçu
Rio Taquaruçu

Pato Branco

Arr. do Elias
Arr. do Salto
Arr. Passo da Cruz
Arr. Tateto
Laj. Bonito
Rio Baiteiro
Rio Caçador
Rio Cachoeirinha
Rio Chopim
Rio Conrado
Rio Dourado
Rio Gavião
Rio Gramado
Rio Independência
Rio Ligeiro
Rio Passo da Pedra
Rio Pato Branco
Rio Quebra Freio
Rio Ronda
Rio Santana
Rio Tamanduá
Rio Tateto
Rio Vitorino

Paula Freitas

Arr. da Areia
Arr. da Rondinha
Arr. do Cincerro
Rio das Antas
Rio do Soldado
Rio dos Macacos
Rio Iguaçu
Rio Jararaca
Rio Vargem Grande

Paulo Frontin

Arr. Campinas
Arr. do Bugre
Arr. do Lambe Pedras
Rib. do Forno
Rib. Lajeado
Rio Alagado
Rio Barra Grande
Rio Claro
Rio Lajeado Grande
Rio Iguaçu
Rio Jararaca
Rio Sant'Ana
Rio Vargem Grande

Pérola do Oeste

Água Barro Preto
Água do Tateto
Arr. Anta Gorda
Arr. da Estrada
Arr. do Mico
Arr. do Tateto
Arr. Gaúcho
Córr. Rancharia
Laj. dos Porcos
Laj. Grande
Laj. Liso
Rio Capanema
Rio Jacutinga
Rio Santo Antônio

Piên

Arr. da Divisa
Arr. do Mosquito
Arr. do Pinheiro

Arr. Monjolo
Arr. Ponte Alta
Arr. Serradinho
Rib. Branco
Rib. Caçador ou Lajeado
Rib. Campo Novo
Rib. da Campina
Rib. do Gado
Rib. Piên
Rib. Vermelho
Rio Negro
Rio Palmito
Rio Piên
Rio Poço Frio

Pinhais

Rio Atuba
Rio Iguaçú
Rio Iraí
Rio Palmital

Pinhal de São Bento

Arr. Amora
Arr. Nova Bélgica
Arr. Pinhalão
Arr. Pinhalito
Córr. 1º de Abril
Córr. Araucária
Córr. Laranja
Rio 12 de Outubro
Rio Capanema
Rio Tamanduá
Rio XII de Novembro
Rio XV de Novembro

Pinhão

Arr. Bonito
Arr. Bragança
Arr. do Mato Branco
Arr. do Tigre
Arr. Lajeado Bonito
Arr. Pinheirinho
Córr. Capoteiro
Laj. Anta
Laj. da Serra
Laj. das Torres
Laj. do Butiá

Laj. Faxinal
Laj. Feio
Laj. Iporã
Rio Boi Carreiro
Rio Bracatinga
Rio Butiá
Rio Camargo
Rio Capão Grande
Rio Capivara
Rio Card
Rio Chorão
Rio da Areia
Rio da Lagoa Preta
Rio das Mangueiras
Rio Descadeirado
Rio do Barro
Rio do Meio
Rio do Pinho
Rio do Sobradinho
Rio do Tijolo
Rio dos Soares
Rio dos Touros
Rio Faxinal
Rio Fundão
Rio Iguaçu
Rio Irati
Rio Jordão
Rio Lajeado Grande
Rio Laranjal
Rio Mandaçaia
Rio Passo do Bugre
Rio Passo do Tombo
Rio Pimpão
Rio Pinhalzinho
Rio Pinhão
Rio Pinhãozinho
Rio Poço Bonito
Rio Pontão
Rio Reserva
Rio Rondinha
Rio São Jerônimo
Rio São Pedro
Rio Tapera
Rio Três Barras
Rio Turvo
Rio Verde

Piraquara

Córr. Jardim

Rib. Caiguava
Rio Botiatuva
Rio Camonaiva
Rio Canguiri
Rio Curralinho
Rio do Meio
Rio Iraí
Rio Iraizinho
Rio Itaqui
Rio Piraquara

Planalto

Água Nossa Senhora do Carmo
Água São Pedro
Arr. Aráca
Arr. Barra Grande
Arr. Centro
Arr. da Gruta
Arr. da Queda
Arr. da Serra
Arr. do Cedro
Arr. dos Bagres
Arr. dos Porcos
Arr. Flores
Arr. Marfim
Arr. Pinheiro Grande
Arr. Régio
Córr. 44
Córr. Bico da Anta
Córr. Rancharia
Córr. Zolli
Laj. dos Porcos
Laj. dos Porcos (outro)
Rio Capanema
Rio Comprido ou arr. do Palmito
Rio Liso
Rio Santo Antônio
Rio Siemens
Sanga Olindo
Sanga Santa Teresa

Porto Amazonas

Arr. Monjolo
Laj. dos Patos
Laj. Liberato
Rib. Bonito
Rio Dois Córregos
Rio Iguaçú

Rio Jacaré
Rio Papagaios

Porto Barreiro

Córr. Alecrim
Córr. da Erva
Córr. do Pinhal
Córr. Santana
Córr. São José
Córr. São Judas Tadeu
Rio Água Morna
Rio Crim
Rio Guarani
Rio Iguçu
Rio Novo
Rio Peludo
Rio Sertãozinho
Rio Tapera

Porto Vitória

Córr. do Veado
Córr. Lajeado
Rio Espingarda
Rio Iguçu
Rio Jangada
Rio Santa Maria

Pranchita

Arr. da Parda
Córr. Charqueada
Córr. da Caixa
Córr. da Diva
Córr. Macaco
Rio Alegre
Rio Capanema
Rio Claro
Rio da Tigra
Rio dos Patos
Rio Jacutinga
Rio Lajeado Grande
Rio Mico
Rio Pranchita
Rio Santa Cruz
Rio Santo Antônio
Rio Três Irmãos
Rio Vitorino
Rio Waldomeira

Sanga Clara
Sanga Derrubada
Sanga Divisa
Sanga do Boi
Sanga do Cardoso
Sanga Ilhota
Sanga Santa Ana
Sanga São José
Sanga São Miguel
Sanga Tigrinha.

Quedas do Iguaçu

Córr. do Ernesto
Córr. do Veado
Córr. Fantin
Córr. Jaboticabal
Córr. Lambari
Córr. Palmeiras
Córr. Pedra Lisa
Córr. Pousadas
Córr. Tangará
Córr. Tapui
Córr. Tingui
Córr. Três Arroios
Córr. Três Galhos
Laj. Perdido
Rio Bonito
Rio Campo Novo
Rio das Cobras
Rio das Lontras
Rio Formigas
Rio Guarani
Rio Iguaçu
Rio Mato Queimado
Rio Passo Liso
Rio Perdido

Quitandinha

Arr. Lagoa Verde
Arr. Pangarezinho
Aterro do Passo
Rib. Branco
Rib. Duas Barras
Rib. Vermelho
Rio Água Clara
Rio Anta Magra
Rio Areia Branca
Rio Cachoeira

Rio da Várzea
Rio do Doce
Rio do Poço
Rio do Turvo
Rio Lambari
Rio Pangaré
Rio Praia Grande
Rio Três Barras

Realeza

Água do Cesto
Água São Pedro
Rio Capanema
Rio Cotegipe
Rio Iguaçu
Rio Jacutinga
Rio Sarandi
Sanga da Aliança

Rebouças

Arr. Barreirinha
Arr. Barreiro
Arr. Barro Branco
Arr. dos Cristiano
Arr. dos Domingues
Arr. Fundão
Rio Bonito
Rio Cachoeira
Rio Conceição
Rio do Salto
Rio dos Cochos
Rio dos Porcos
Rio Marmeleiro
Rio Pântano
Rio Poço Bonito
Rio Potinga
Rio Preto
Rio Riozinho
Rio Turvo
Riozinho dos Santos

Renascença

Arr. Araçá
Arr. Buriti
Arr. Cerca Piá
Arr. Corvo Branco
Arr. do Elias

Arr. do Meio
Arr. Faxinal
Arr. Fidêncio
Arr. Juvêncio
Arr. Mulata
Arr. Pica Pau
Arr. Pocinho
Arr. Quebra Braço
Arr. São Domingos
Arr. São João Maria
Rio Burrinho
Rio Calcanhar
Rio Canela
Rio dos Patos
Rio Faxinal
Rio Forquilha
Rio Marmeleiro
Rio Negrinho
Rio Passo Liso
Rio Santa Ana
Rio Tapera
Rio Taquaral
Rio Vinte e Cinco
Rio Vitorino

Reserva do Iguaçu

Arr. Água Boa
Arr. Barra da Anta
Arr. Bragança
Arr. da Barra Funda
Arr. das Tranqueiras
Arr. do Adélio
Arr. do Cortume (sic)
Arr. do Gonoalino
Arr. do Monjolo
Arr. dos Reis
Arr. Palmeirinha
Arr. Santa Maria
Arr. Taipinha
Córr. Capoteiro
Córr. da Barra Funda
Laj. das Antas
Laj. das Torres
Laj. do Butiá
Laj. Faxinal
Rio Capão Grande
Rio das Mangueiras
Rio do Divisor
Rio do Meio

Rio Pontão
Rio dos Soares
Rio dos Touros
Rio Estreito
Rio Faxinalzinho
Rio Fundão
Rio Iguaçu
Rio Iporã
Rio Jordão
Rio Passo do Bugre
Rio Reserva
Rio Rondinha
Rio Santana
Rio São Pedro
Rio Verde

Rio Azul

Arr. Cambau
Arr. do Boles
Arr. do Salto
Arr. do Veado
Arr. dos Laras
Arr. dos Limas
Arr. dos Martins
Arr. dos Ribeiros
Arr. Fundão
Arr. Lajeado
Arr. Pedra de Afiar
Córr. Passo da Carlota
Rio Água Quente
Rio Azul
Rio Bonito
Rio Braço do Potinga
Rio Cachoeira
Rio da Vila Nova
Rio das Pedras
Rio do Elias
Rio Faxinal
Rio Lajeado Grande
Rio Palmeirinha
Rio Potinga
Rio São Miguel
Rio Vinagre

Rio Bonito do Iguaçu

Arr. do Banho
Arr. Novo
Córr. Barra Mansa

Córr. Cambari
Córr. Chupador
Córr. Divisa
Córr. do Meio
Córr. Roça Nova
Córr. Soberbinho
Rio Bonito
Rio Cachoeira
Rio Chagu
Rio Charqueada
Rio Corvo Branco
Rio Crim
Rio das Cobras
Rio Facão
Rio Iguaçú
Rio Pau Feio
Rio Queixo da Anta
Rio Soberbo

Rio Negro

Laj. das Mortes
Laj. dos Cordeiros
Rib. Azul
Rib. da Baitaca
Rib. da Viúva
Rib. do Arregadinho
Rib. do Guabiroba
Rib. do Ouro
Rib. do Veado
Rib. dos Buracos
Rib. Lajeado
Ribeirãozinho
Rio Caçador
Rio da Várzea
Rio Negro
Rio Passa Três

Salgado Filho

Arr. Barra Bonita
Arr. do Cedro
Arr. dos Andradas
Arr. Paca
Arr. Pedra Lisa
Arr. São Bento
Laj. dos Burdín
Rio 1º de Abril
Rio Barra Grande
Rio Capanema

Rio das Águas
Rio dos Tiburcios
Rio Encantado
Rio Pinhalito
Rio Roncador
Rio Tamanduá
Rio Tamanduazinho
Rio Tona
Sanga do Adão

Salto do Lontra

Arr. Água Fria
Córr. 1º de Maio
Córr. da Luz
Córr. da Mata
Córr. da Soja
Córr. Leste
Córr. Mamão
Córr. São Valentim
Córr. Sapé
Córr. Sapinho
Laj. Barra Bonita
Rio Bandeira
Rio Cotegipe
Rio do Borgues
Rio dos Micos
Rio dos Porcos
Rio Formigas
Rio Jaracatiá
Rio Lontra
Rio Louco
Rio Mambuca
Rio Quebra Dente
Rio Sarandi

Santa Isabel do Oeste

Água Chopim
Água Cristalina
Água da Arroeira
Água da Coruja
Água da Onça
Água da Prata
Água do André
Água do Baiano
Água do Cesto
Água do Grilo
Água do Moinho
Água do Pavão

Água do Santo
Água dos Pinheiros
Água Faisca
Água Lambari
Água Nova
Água Santa Rosa
Água São Clemente
Água São Domingos
Água São João
Arr. da Prata
Arr. do Veado
Arr. Marrequinha
Arr. Santaninha
Córr. da Cuca
Córr. do Oeste
Córr. Esperança
Córr. Km 34
Córr. Nova Estrela
Córr. Pedra Grande
Rio Anta Gorda
Rio Cotegipe
Rio Facão
Rio Jacutinga
Rio Sarandi
Rio Sarandzinho
Sanga da Laje

Santa Lúcia

Córr. Gaúcho
Córr. Quarto
Córr. São Pedro
Córr. São Sebastião
Córr. São Valentin
Rio Andrada
Rio Monteiro
Rio Santa Lúcia

Santa Tereza do Oeste

Arr. Formosa
Arr. Nene
Córr. Água Clara
Córr. Boi Preto
Córr. Gramadinho
Córr. Liberal
Córr. Mangabeira
Córr. Pombas
Córr. Saltinho
Córr. Saracura

Córr. Simão
Rio da Paz
Rio Gonçalves Dias

Santa Terezinha do Itaipu

Córr. Água Branca
Córr. Apepu
Córr. Bonito
Córr. Guavirova
Córr. Ipiranga
Córr. Lajeado
Córr. Limeirinha
Córr. Lopeí
Córr. Terra Branca
Córr. Tucano
Rio Guabiroba
Rio Passo Cué
Rio São João
Rio Tamanduá
Sanga Funda
Sanga Shangri-Lá

Santo Antonio do Sudoeste

Arr. Alegre
Arr. Azul
Córr. Argentina
Córr. Cedro
Córr. Escondido
Córr. São Domingos
Córr. Tupi
Laj. Grande
Rio Andrade
Rio Aurora
Rio Capanema
Rio das Antas
Rio Florido
Rio Jaboti
Rio Pinhalito
Rio Raça
Rio Santo Antônio
Rio São Luis
Rio Tamanduri ou Sarandi
Rio Verde
Rio Waldomeira
Rio XV de Novembro
Sanga Palmeiras

São João

Arr. do Alemão
Laj. Lambedor
Rio Bonitinho
Rio Bonito
Rio Capivara
Rio Chopim
Rio Dois Irmãos
Rio Empossado
Rio Mirim
Rio Santana

São João do Triunfo

Arr. Ameixeiras
Arr. da Serrinha
Arr. do Coxilhão
Arr. do Massani
Arr. do Xaxim
Arr. dos Campinas
Arr. dos Ferreiras
Arr. dos Mourão
Arr. dos Padilhas
Arr. dos Poços
Arr. dos Rodrigues
Arr. Guaiáça
Arr. Lajeadozinho
Arr. Lajinha
Arr. Passo do Carlos
Arr. Passo do Rubem
Arr. Passo do Silva
Arr. Quebra Queixo
Arr. Taió
Arr. Umbu
Rib Papuã
Rio Bainha
Rio Baio
Rio Barra Bonita
Rio Belchior
Rio Boa Vista
Rio Canudos
Rio da Água
Rio da Água Branca
Rio da Água Comprida
Rio da Areia
Rio da Ponte Torta
Rio da Vargem
Rio das Antas
Rio do Bromado

Rio do Cerne
Rio do Louro
Rio dos Fabrícios
Rio dos Machados
Rio dos Patos
Rio dos Poços
Rio dos Vitorianos
Rio Iguaçu
Rio Jordão
Rio Ladeira
Rio Mato Queimado
Rio Taquaruçu
Rio Turvo

São Jorge do Oeste

Laj. Poça
Rio Bonito
Rio Chopim
Rio Faxinal
Rio Guaraipo
Rio Iguaçu

São José dos Pinhais

Arr. Agreste
Rio Cerro Azul
Rio Cono
Rio da Campina
Rio Despique
Rio do Una
Rio dos Pires
Rio Iguaçu
Rio Itaqui
Rio Miringuava
Rio Miringuava Mirim
Rio Pequeno
Rio Roceiro
Rio Sabóia

São Mateus do Sul

Água Maria Clara
Arr. Água Branca
Arr. da Cobra
Arr. da Fazenda
Arr. da Imbuiona
Arr. da Mandaçaia
Arr. da Pataca
Arr. da Serrinha

Arr. das Mulas
Arr. do Cadene
Arr. do Palmito
Arr. do Tigre
Arr. dos Borges
Arr. dos Carneiros
Arr. dos Mourão
Arr. Eufrosina
Arr. Lajeado
Arr. Monjolo
Arr. Santa Ruiva
Arr. São Vicente
Arr. Xaxim
Rib. Bonito
Rib. do Mico Magro
Rib. Maria Joana
Rio Barreira
Rio Bonito
Rio da Água Branca
Rio da Água Suja
Rio da Areia
Rio da Barra Feia
Rio da Estiva
Rio da Santa Cruz
Rio da Santa Rosa
Rio das Pedras
Rio das Pedras de Baixo
Rio das Pedras de Cima
Rio do Emboque
Rio do Espigão
Rio do Meio
Rio do Passa Tigre
Rio do Pontilhão
Rio do Vau
Rio Dois Irmãos
Rio dos Cochos
Rio Iguaçu
Rio Lajeado
Rio Mato Queimado ou Três Poços
Rio Mirim
Rio Negro
Rio Palmital
Rio Papuã
Rio Passinho
Rio Portugal
Rio Potinga
Rio Represa
Rio Santana
Rio São Miguel
Rio Taquara

Rio Tijuco Preto
Rio Turvo
Sanga Funda

São Miguel do Iguçu

Água da Lima
Córr Laranjita
Córr. Açude do Marinheiro
Córr. Água Fria
Córr. Água Limpa
Córr. Apepú
Córr. Azul ou 7 de Setembro
Córr. Bonito
Córr. Capacete
Córr. Churrua
Córr. Cotia
Córr. Cruzinha
Córr. Engano
Córr. Farroupilha
Córr. Gato Preto
Córr. Gauchinho
Córr. Guerezinho
Córr. Marília
Córr. Marval
Córr. Mico
Córr. Mosquito
Córr. Nova Roma
Córr. Palmital
Córr. Pinheiro
Córr. Primavera
Córr. Santa Clara
Córr. Tenente Gualberto
Córr. Urussanga
Córr. Veado
Rio Iguçu
Rio Índio
Rio Passo Cué
Rio Pinto
Rio Represa Grande
Rio Represinha
Sanga do Boi
Sanga Pura

Saudade do Iguçu

Arr. Biguá
Córr. Dois Saltos
Córr. Fazendinha
Córr. Jupιά

Rio da Paz
Rio Fartura
Rio Iguaçu
Rio Padre
Rio Pães
Rio Pintado
Rio Queixo da Anta

Serranópolis do Iguaçu

Laj. Bento Gonçalves
Laj. Pinhal
Rio Benjamim Constant
Rio Caapasso
Rio Dourado
Rio Iguaçu
Rio Moreno
Rio Represa Grande
Rio Silva Jardim

Sulina

Arr. da Porca
Córr. Azul
Córr. Bonito
Córr. Fino
Córr. Lontrinha
Córr. Raiz
Córr. Sulina
Rio Areião
Rio Capivara
Rio Fartura
Rio Iguaçu
Rio Jacutinga
Rio Queixo da Anta

Tijucas do Sul

Arr. Chimbiuva
Arr. da Campina
Arr. Demanda
Arr. Rodeio
Arr. Xaxim
Rib. do Mel
Rib. Araçatuba
Rib. do Fojo
Rib. do Meio
Rib. do Taboado
Rib. Grande
Rib. Vossoroca

Rio Abaixo
Rio Araçatubinha
Rio Cachoeira
Rio Caiuvá
Rio Capivari
Rio Colono
Rio da Palha
Rio da Várzea
Rio do Fojo
Rio do Mel
Rio do Pinhal
Rio do Una
Rio Gama
Rio Itararé
Rio Negro
Rio Ouro Fino
Rio Piraí Guaçu
Rio Piraizinho
Rio São João
Rio Taquara

Três Barras do Paraná

Água Santa Cruz
Arr. da Cruz
Rio Adelaide
Rio Barra Grande de Baixo
Rio Guarani
Rio Iguaçu
Rio Jacu
Rio Tormenta

União da Vitória

Arr. Bengala
Arr. do Abarracamento
Arr. do Corvo
Arr. Faxinal
Arr. Santa Vitória
Arr. Servidão
Arr. Taió
Arr. Tanque
Córr. Banhado
Córr. Barra Grande
Córr. Barreado
Córr. da Bracatinga
Córr. do Arrozal
Córr. do Bugre
Córr. do Monjolo
Córr. Fartura

Córr. Fundo
Córr. Guabiroba
Córr. Lajeadozinho
Córr. Santo Antônio
Córr. São Joaquim
Rib. da Prata
Rib. das Correntes
Rib. do Meio
Rib. São Domingos
Rio Barrancamento
Rio da Areia
Rio das Três Antas
Rio do Louro
Rio do Soldado
Rio do Tigre
Rio Iguaçu
Rio Palmital
Rio Verde
Rio Vermelho

Verê

Água do Verê
Arr. do Salto
Arr. Roncador
Arr. Taquaruçu
Laj. Grande
Laj. Lambedor
Rio Chopim
Rio Santana
Rio Viri

Virmond

Arr. da Água Mineral
Arr. dos Bordelas
Arr. Morro Branco
Rio Amola Faca
Rio Canela
Rio Canta Galo
Rio Carvenoso
Rio da Roça
Rio do Almoço
Rio Restinga Grande
Rio Tapera
Rio Taperinha
Rio Tigrinho
Rio Virmond

Vitorino

Arr. Crispim

Arr. Fidêncio

Arr. Pica Pau

Rio Araçá

Rio Caçador

Rio dos Porcos

Rio Fartura

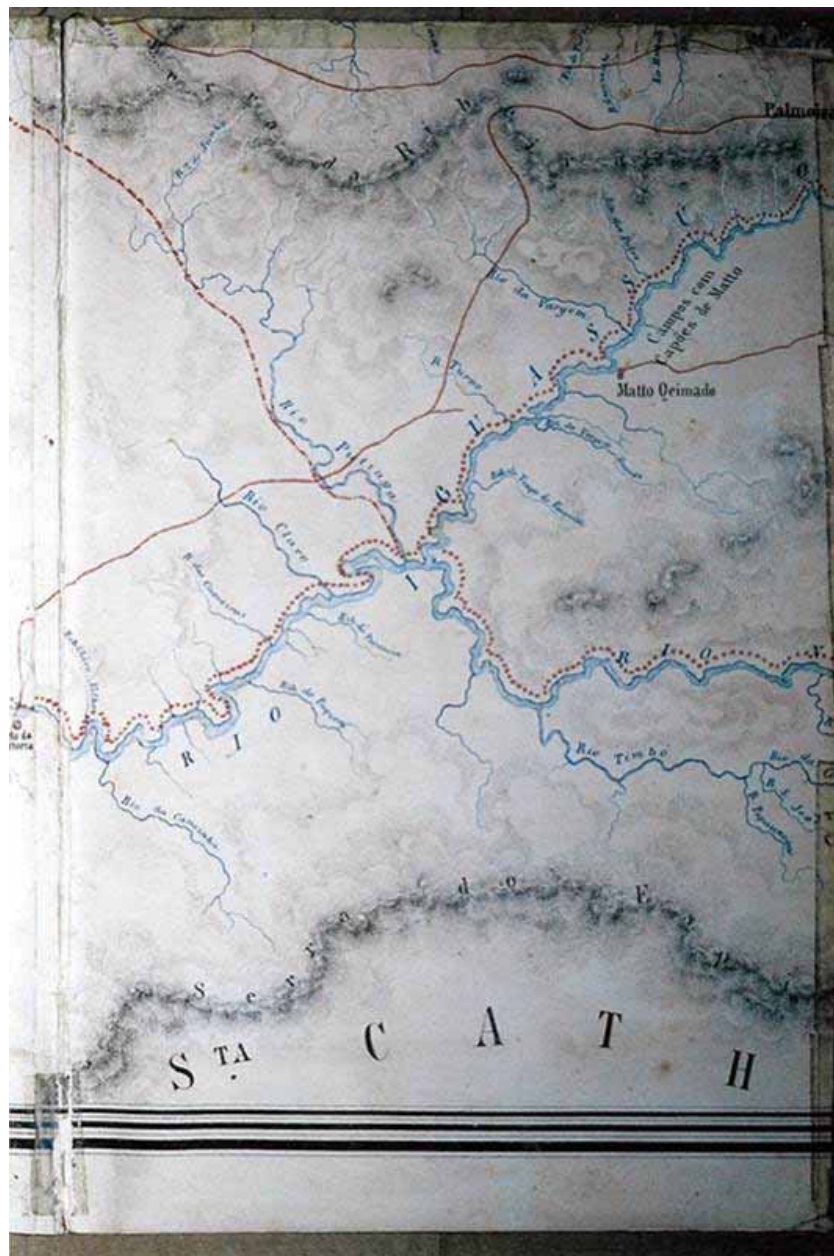
Rio Forquinha

Rio Santana

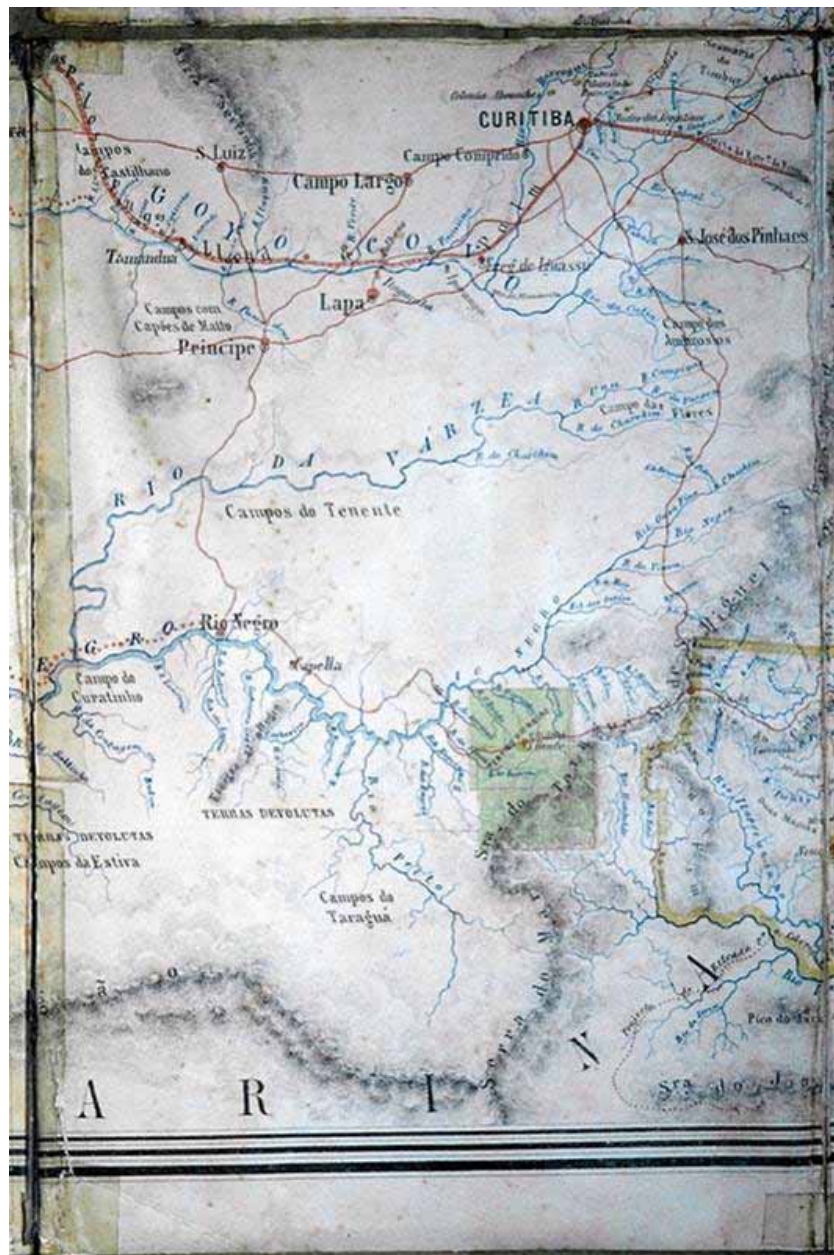
Rio Vitorino

ANEXO C – AMOSTRAGEM DAS FOTOS QUE COMPÕEM OS MAPAS DE 1876 E 1896 (2 de cada um)

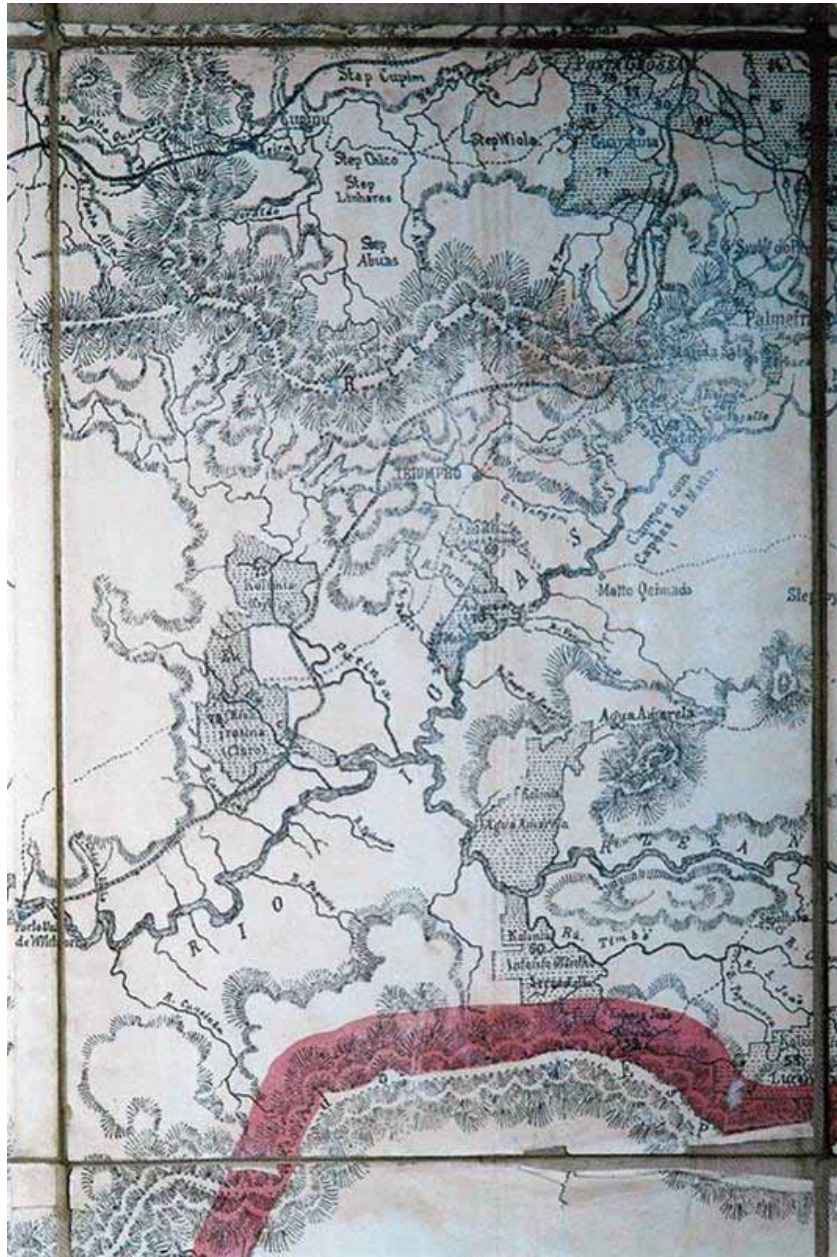
Mapa de 1876



Mapa de 1876



Mapa de 1896



Mapa de 1896

